ANCESTRALIDADE DO SERTÃO NEGRO E INDÍGENA: AS HISTÓRIAS NÃO CONTADAS DE PAULISTANA-PI

Org: Marli Ferreira de Carvalho Damasceno



Pedro & João editores

ANCESTRALIDADE DO SERTÃO NEGRO E INDÍGENA: AS HISTÓRIAS NÃO CONTADAS DE PAULISTANA-PI

Pedro & João
editores

Marli Ferreira de Carvalho Damasceno
(Organizadora)

ANCESTRALIDADE DO SERTÃO NEGRO E INDÍGENA: AS HISTÓRIAS NÃO CONTADAS DE PAULISTANA-PI

Pedro & João
editores

Copyright © Autoras e autores

Todos os direitos garantidos. Qualquer parte desta obra pode ser reproduzida, transmitida ou arquivada desde que levados em conta os direitos das autoras e dos autores.

Marli Ferreira de Carvalho Damasceno [Org.]

Ancestralidade do Sertão Negro e Indígena: as histórias não contadas de Paulistana-PI. São Carlos: Pedro & João Editores, 2026. 356p. 16 x 23 cm.

ISBN: 978-65-265-3369-7 [Digital]
978-65-265-3370-3 [Impresso]

1. Ancestralidade. 2. Indígenas. 3. Negros. 4. Paulistana-PI. 5. Sertão. I. Título.

CDD – 900

Capa: Luidi Belga Ignacio
Ficha Catalográfica: Hélio Márcio Pajeú – CRB – 8-8828
Diagramação: Nicole Cavalcante Duque Gredilha Coelho
Editores: Diany Akiko Lee e Valdemir Miotello
Diretores executivos: Pedro Amaro de Moura Brito & João Rodrigo de Moura Brito

Conselho Editorial da Pedro & João Editores:
Augusto Ponzio (Bari/Itália); João Wanderley Geraldi (Unicamp/Brasil); Hélio Márcio Pajeú (UFPE/Brasil); Maria Isabel de Moura (UFSCar/Brasil); Maria da Piedade Resende da Costa (UFSCar/Brasil); Valdemir Miotello (UFSCar/Brasil); Ana Cláudia Bortolozzi (UNESP/Bauru/Brasil); Mariangela Lima de Almeida (UFES/Brasil); José Kuiava (UNIOESTE/Brasil); Marisol Barenco de Mello (UFF/Brasil); Camila Caracelli Scherma (UFFS/Brasil); Luís Fernando Soares Zuin (USP/Brasil); Ana Patrícia da Silva (UERJ/Brasil).

Pedro & João Editores
www.pedroejoaoeditores.com.br
13568-878 – São Carlos – SP
2026

À memória de todos os negros e povos originários, construtores do município de Paulistana-PI.

Figura 1 – Desenho da Igreja Nossa Senhora do Humildes



Fonte: Acervo da pesquisadora (Desenho por Carolina Negreiros)

AGRADECIMENTO

É uma honra poder registrar este agradecimento, pois a conclusão deste trabalho é a realização de um sonho coletivo, construído a muitas mãos, vozes e afetos, que iniciou no ano de 2011, quando ouvi, por diversas vezes, uma história de mão única, que silenciava e apagava negros e indígenas da formação social da Fazenda Paulista, hoje Paulistana-PI.

A partir disso, comecei a ouvir diversas pessoas e passei a fazer viagens para as cidades vizinhas, com o intuito de costurar a história de Paulistana, de descobrir quais vozes, de fato, haviam sido silenciadas. Andei pela zona rural e urbana de Acauã, Betânia, Jacobina, Paulistana, Afrânio-PE e o povoado de Caboclo-PE. Também reuni documentos que comprovavam a escravidão em nosso município – muitos deles disponíveis neste livro.

Aqui, começou um trabalho hercúleo, de muita solidariedade e contribuição de diversas pessoas. Por isso, sou tão grata, porque, com essas ajudas, pude construir uma obra com muitas informações, documentos e estudos sérios. Pude fazer um percurso histórico de antes da invasão portuguesa, até os dias atuais, homenageando grandes personalidades negras e indígenas que contribuíram para o desenvolvimento do município.

Por isso, agradeço primeiramente a Deus e à espiritualidade, fonte diária de fé, sabedoria e força para superar os desafios e conduzir cada etapa desta jornada. À minha família, pelo amor incondicional, pela paciência nos momentos de ausência e por ser o meu porto seguro em todos os instantes. Sem o apoio de vocês, nada disso seria possível.

Aos moradores de Paulistana e toda a região, que abriram suas portas e seus corações; A todos que ajudaram diretamente na coleta de dados, dedicando seu tempo e esforço; Àqueles que contaram suas histórias, resgatando memórias valiosas e enriquecendo este

trabalho com a riqueza da cultura local; A quem enviou imagens e registros, ajudando a ilustrar e eternizar cada detalhe dessa trajetória.

Um agradecimento especial e carinhoso aos moradores do Bairro Correnteza, pela acolhida calorosa, pela confiança e pelo carinho demonstrados em cada conversa e em cada gesto. Também deixo registrado o meu agradecimento a cada colaborador dos capítulos deste livro.

Também, às pessoas que, livremente, cederam e autorizaram, documentalmente, os resultados de DNA e ancestralidade para que eu pudesse escrever um capítulo comprovando de onde os moradores de Paulistana, negros e descendentes de Valério Coelho, e dos quilombos próximos, vieram. Inclusive, convido-os à leitura do capítulo 30 deste livro.

Expresso também o meu sincero reconhecimento ao apoio institucional: esta publicação foi parcialmente fomentada pelos recursos da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura, por meio do Edital nº 01/2026 – Fomento (Ciclo II) da Prefeitura Municipal de Paulistana - PI.

Destaco que parte da pesquisa contida no livro realizada com o apoio financeiro da coordenação de aperfeiçoamento de pessoal de nível superior - Brasil (CAPES) - Código de financiamento 001.

Paulistana, 11 de outubro de 2026

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO **17**
Marli Ferreira de Carvalho Damasceno

CAPÍTULO 1 – NO PRINCÍPIO ERA O VERBO. E O VERBO ERA A ÁFRICA! OS PRIMEIROS REGISTROS HISTORIOGRÁFICOS OFICIAIS E NÃO OFICIAIS DO NEGRO – DO CONTINENTE AFRICANO AO BRASIL **19**
Marli Ferreira de Carvalho Damasceno
1.1 O continente africano antes da grande exploração – reinados e riquezas **20**
1.2 Da chegada dos negros ao Brasil **25**
1.3 Os negros e a Independência brasileira **32**
1.4 Séculos XX e XXI **35**

CAPÍTULO 2 – DO SURGIMENTO DOS QUILOMBOS **37**
Marli Ferreira de Carvalho Damasceno

CAPÍTULO 3 – "TU ÉS PAULISTANA, UM POEMA AO NOSSO PIAUÍ" **43**
Marli Ferreira de Carvalho Damasceno
Francinei da Silva Sousa
Dário de Sousa Carvalho
3.1 Os primeiros donos destas terras **43**
3.2 Sobre a presença negra no Piauí durante o período colonial **46**
3.3 Paulistana – dos primeiros registros dessa região na história do Brasil **47**
3.4 Dos vaqueiros nas primeiras fazendas **52**
3.5 Da chegada de Valério Coelho **55**
3.6 Dos escravizados no Sudeste do Piauí (Fazenda Paulista **68**
3.6.1 "Paulistana, és o fruto do amor, de um povo forte capaz e lutador"! Dos primeiros delineamentos como cidade **73**
3.7 A cidade atualmente **76**
3.8 História política de Paulistana já emancipada **84**

CAPÍTULO 4 – PAULISTANA NO CENTRO DA ESCRAVIDÃO DO SUDESTE PIAUIENSE **87**
Marli Ferreira de Carvalho Damasceno
Dário de Sousa Carvalho
Francinei da Silva Sousa
4.1 Povoamento a partir da escravização de pessoas negras e indígenas **87**
4.2 Sobre a origem da Fazenda Paulista **107**
4.2.1 Cópia da certidão de auto de instalação da paróquia de Nossa Senhora dos Humildes de Paulista **116**
4.3 Chegada da imagem de Nossa Senhora dos Humildes **118**
4.4 Relação dos Padres que assumiram a paróquia Nossa Senhora dos Humildes, Paulistana – Piauí **120**

CAPÍTULO 5 – SURGIMENTO DOS QUILOMBOS EM TORNO DA FAZENDA PAULISTA **123**
Marli Ferreira de Carvalho Damasceno
5.1 Sobre os quilombos no Piauí **124**
5.2 Surgimento do Quilombo São Martins **132**

CAPÍTULO 6 – VAQUEIROS: DE TRABALHADOR LIVRE E MESTIÇO E SÍMBOLO ROMÂNTICO DO SERTÃO À PARTE DE UMA ESTRUTURA SOCIAL MARCADA PELA ESCRAVIDÃO **137**
Marli Ferreira de Carvalho Damasceno

CAPÍTULO 7 – O SURGIMENTO DO BAIRRO CORRENTEZA, PRIMEIRO BAIRRO DA CIDADE **139**
Marli Ferreira de Carvalho Damasceno
Maria de Fátima Vieira

CAPÍTULO 8 – DA ESTAÇÃO FERROVIÁRIA DE PAULISTANA-PI (1910) AOS DIAS ATUAIS **145**
Marli Ferreira de Carvalho Damasceno
Dário de Sousa Carvalho

CAPÍTULO 9 – A CONSTRUÇÃO DO AÇUDE INGAZEIRAS EM 1950 **157**
Marli Ferreira de carvalho damasceno

CAPÍTULO 10 – "BLACKMAN" CLUBE *VERSUS* CLUBE DOS BRANCOS **163**
Marli Ferreira de carvalho damasceno

CAPÍTULO 11 – REGISTROS DE BATISMO DE PESSOAS NEGRAS E INDÍGENAS ESCRAVIZADAS **167**
Marli Ferreira de Carvalho Damasceno
Dário de Sousa Carvalho
11.1 Registros de batismo de pessoas negras **167**
11.2 Obrigatoriedade do batismo e as constituições primeiras do arcebispado da Bahia (1707) **170**
11.3 A maternidade solo e o padrão de "pai incógnito" **170**
11.4 O compadrio e a rede de sociabilidade colonial **170**
11.5 Aspectos regionais no Piauí setecentista **171**
11.6 A Presença da Família Borges Leal na Região **172**
11.7 Batismos itinerantes em sítios e fazendas **172**
11.8 Demografia e condição dos escravizados no sertão **172**
11.9 O batismo de populações escravizadas e livres na matriz de Oeiras: edição paleográfica, crítica documental e análise histórico-genealógica (século XVIII) **173**
11.10 As fazendas de sítio e a herança das "inspeções de Domingos Afonso Sertão" **175**
11.11 O compadrio horizontal entre a população escravizada **176**
11.12 O batismo de escravizados e libertos na matriz de Oeiras (1768) **176**
11.13 A nação Gege e a diáspora africana no Piauí **178**
11.14 O apadrinhamento entre pretos forros nos subúrbios urbanos **179**
11.15 O batismo em perigo de vida nas fazendas nacionais **179**
11.16 O legado das fazendas jesuíticas no Piauí (1711–1759) **180**
11.17 Famílias escravizadas e estabilidade social no cativeiro **180**
11.18 Registros de batismo dos nativos indígenas no sertão do Piauí no século XVIII **181**
11.19 Segundo registro de batismo de livres e indígenas na matriz e nos aldeamentos do Piauí **184**
11.20 O compadrio por procuração entre a elite luso-brasileira **187**
11.21 O aldeamento de São João Da Serra e a consolidação militar dos Rego Castelo Branco **187**

CAPÍTULO 12 – DONA MARIA AURORA: ANCESTRALIDADE DE REZA E BENZA **189**
Marli Ferreira de Carvalho Damasceno
Jakeline Barbosa (Pai José de Nagô)

CAPÍTULO 13 – PROFESSOR WALFREDO JOSÉ DA COSTA – AUTODIDATA, FLUENTE EM 4 IDIOMAS E UM DOS PRINCIPAIS TROVADORES DO BRASIL **193**
Marli Ferreira de Carvalho Damasceno
Roberto Amaral dos Santos
Walfredo José da Costa (in memoriam)
13.1 Com a palavra, professor Walfredo **199**

CAPÍTULO 14 – LEGADO DE LUIZ MANOEL ARCANJO, SANFONEIRO **245**
Dário de Sousa Carvalho
Marli Ferreira de Carvalho Damasceno

CAPÍTULO 15 – DONA BEBELA E A TRADICIONAL FEIJOADA **249**
Marli Ferreira de Carvalho Damasceno
Yarlen Domingos da Silva
Maria Victoria Santos Sousa
Jéssica Maria de Jesus Castro

CAPÍTULO 16 – CARLOS DA BANDA RITMO POPULAR **251**
Marli Ferreira de Carvalho Damasceno

CAPÍTULO 17 – DONA DAVINA: A MATRIARCA NEGRA QUE GUARDOU A FÉ, O REISADO E A MEMÓRIA DA CORRENTEZA **255**
Marli Ferreira de carvalho Damasceno
Bárbara Pereira Almeida

CAPÍTULO 18 – A CULTURA NEGRA E INDÍGENA REPRESENTADA PELO REISADO **257**
Marli Ferreira de Carvalho Damasceno
Ivanete Pereira Rosa
Milena Pereira Martins
Maria Pereira
Mônica Pereira Martins
Dário de Sousa Carvalho
18.1 O antigo reisado **257**
18.2 No Quilombo São Martins **261**

CAPÍTULO 19 – MIGUEL JOSÉ DA SILVA – MESTRE ZÉ MIGUEL **267**
Marli Ferreira de Carvalho Damasceno
Dário de Sousa Carvalho

CAPÍTULO 20 – A CAPOEIRA COMO FERRAMENTA DE TRANSFORMAÇÃO: A TRAJETÓRIA E O IMPACTO SOCIAL DO PROFESSOR DIONÍSIO NA CAPOEIRA PIAUIENSE **269**
Marli Ferreira de Carvalho Damasceno
Carlos Dionísio da Silva

CAPÍTULO 21 – FÁBIO NASCIMENTO – A VOZ PAULISTANENSE NEGRA QUE SE CALOU EM 2023 **273**
Marli Ferreira de Carvalho Damasceno

CAPÍTULO 22 – DONA MARCIONILA E O CONHECIMENTO MEDICINAL DAS PLANTAS **277**
Marli Ferreira de Carvalho Damasceno
Joseana de Sousa
Francinei da Silva Sousa

CAPÍTULO 23 – FÁTIMA VIEIRA: PAULISTANENSE NA LUTA DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER **281**
Marli Ferreira de Carvalho Damasceno

CAPÍTULO 24 – TRAJETÓRIA E ATUAÇÃO POLÍTICA DE MILENA MARTINS: LIDERANÇA QUILOMBOLA, DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E PROJEÇÃO INTERNACIONAL NO SERTÃO PIAUIENSE **285**
Marli Ferreira de Carvalho Damasceno
Carolina de Carvalho Damasceno Negreiros
Francinei da Silva Sousa

CAPÍTULO 25 – OUTRAS PERSONALIDADES NEGRAS **289**
Marli Ferreira de Carvalho Damasceno
Dário de Sousa Carvalho

CAPÍTULO 26 – A COR DA DOR E O PESO DA MEMÓRIA: O RELATO DE UMA MULHER PAULISTANENSE **299**
Marli Ferreira de Carvalho Damasceno
Francinei da Silva Sousa

CAPÍTULO 27 – ALGUNS CAUSOS **303**
Marli Ferreira de Carvalho Damasceno
Maciel Costa de Sousa
Leid Daiane Néri de Araújo
Joicilene Silva Macedo
Marisa Cardoso Costa
Kathully Karoline Brito Torres

CAPÍTULO 28 – EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA E SALVAGUARDA DA MEMÓRIA NEGRA E INDÍGENA EM PAULISTANA-PI **307**
Marli Ferreira de Carvalho Damasceno
28.1 A Lei esquecida: educação antirracista e cidadania negligenciadas em Paulistana (PI) **307**
28.2 A Resistência no Bairro Correnteza: quando a memória popular travou a homenagem à escravidão em Paulistana **309**

CAPÍTULO 29 – IMAGENS QUE CONTAM HISTÓRIAS **313**
Marli Ferreira de Carvalho Damasceno

CAPÍTULO 30 – A FORMAÇÃO SOCIAL E DEMOGRÁFICA DOS SERTÕES DO PIAUÍ: ROTAS DO TRÁFICO, VIOLÊNCIA COLONIAL E GENÉTICA **333**
Marli Ferreira de Carvalho Damasceno
30.1 O DNA dos negros que migraram e fundaram o Quilombo São Martins **333**
30.2 Dos resultados dos testes de DNA em negros que permaneceram no município de Paulistana **340**
30.3 Descendentes de Valério Coelho **343**

REFERÊNCIAS **347**

APRESENTAÇÃO

A história oficial do Brasil, durante séculos, foi grafada por mãos e olhares eurocêntricos que insistiram em relegar a população negra e os povos originários às margens da narrativa nacional. Escreveu-se como se o negro surgisse no país sem passado, desprovido de saberes e despido de sua condição humana, ignorando que antes do navio negreiro havia um continente africano dinâmico, detentor de tecnologias, impérios e rica organização social. Da mesma forma, apagou-se o fato de que a ocupação do interior sertanejo se fez sobre o massacre sistemático das populações indígenas que primeiro habitavam estes territórios.

É no contrafluxo desse silenciamento histórico que nasce este livro, obra lança luz sobre o sertão do Piauí e posiciona o município de Paulistana no centro de uma profunda e necessária reavaliação historiográfica. Ao contrário do mito persistente de que a escravidão nas fazendas de gado do sertão teria sido "amena" ou secundária, a rigorosa pesquisa documental aqui reunida demonstra como a pecuária e a formação dos grandes latifúndios agropastoris, a exemplo da histórica Fazenda Paulista, fundada e gerida por figuras como o escravista Valério Coelho Rodrigues, estruturaram-se à custa do trabalho forçado e da violência contra corpos negros e indígenas.

Dividida em seções que articulam a macro-história do tráfico atlântico e da formação dos quilombos com a micro-história local de Paulistana, esta obra resgata as marcas da violência colonial, mas prioriza, sobretudo, a agência, a resiliência e a vitória biológica e cultural das populações marginalizadas. Do surgimento de comunidades como o Quilombo São Martins em 1830 à formação do Bairro Correnteza, o primeiro da cidade, gestado por trabalhadores negros e remanescentes da escravidão; do trabalho extenuante de vaqueiros e operários na construção de grandes

obras de infraestrutura como o Açude Ingazeiras e a Estrada de Ferro Petrolina-Teresina aos conflitos de segregação e afirmação cultural, como a criação do histórico *Blackman Clube*.

Enriquecida por uma valiosa edição paleográfica de registros paroquiais e cartas de batismo do século XVIII, que devolvem nome, origem e dignidade às pessoas escravizadas e indígenas até então tratados como meras estatísticas ou propriedades, esta publicação constitui um ato imperativo de luto, reparação e justiça histórica.

Mais do que recontar o passado, este livro convida o leitor a reconhecer que Paulistana e o sertão piauiense não pertencem aos desbravadores coroados pela memória oficial, mas sim ao povo forte, capaz e lutador que, com fé, suor e resistência, fincou as bases vivas de sua verdadeira identidade.

Marli Damasceno

– CAPÍTULO 1 –

NO PRINCÍPIO ERA O VERBO. E O VERBO ERA A ÁFRICA! OS PRIMEIROS REGISTROS HISTORIOGRÁFICOS OFICIAIS E NÃO OFICIAIS DO NEGRO – DO CONTINENTE AFRICANO AO BRASIL

Marli Ferreira de Carvalho Damasceno

Para a imensa maioria dos escravos vendidos aos traficantes em Ajudá ou em qualquer outro local da África, a porta do não-retorno foi uma realidade concreta e inexorável. Quase a totalidade dos 12,5 milhões de embarcados nos navios negreiros jamais teve a oportunidade de voltar às suas origens africanas (Gomes, 2019, p. 19).

Corroborando o pensamento da historiadora Beatriz Nascimento, iniciamos este capítulo destacando que a história brasileira foi escrita por mãos brancas e, mais ainda, sob o olhar do branco dominante e colonizador. O resultado desse processo é a invisibilidade, o apagamento e o silenciamento da história dos negros.

O pensamento mencionado acima levou a uma construção histórica preconceituosa de que as populações negras eram submissas e passivas durante o processo de formação social brasileira a partir do século XVI, o que é um grande equívoco, tendo em vista que pretos e pardos (também povos originários) foram responsáveis por processos de emancipação político-histórica brasileira.

A história oficial branca também se encarregou de fincar na memória e nos registros brasileiros que o negro só existe após a escravidão. Sob este viés, não há o negro antes do século XVI, pensamento este que se mostra perverso e enganoso, que corrobora a ideia eurocêntrica.

Como esta pesquisa se baseia em um estudo etnográfico, é essencial abordar o contexto histórico que envolve a chegada dos negros ao Brasil, a partir do tráfico transatlântico de escravizados, e a formação dos quilombos como espaços de resistência no Piauí.

A escravidão, praticada desde o início do período colonial, trouxe milhões de africanos para o país, forçados a trabalhar nas plantações, minas e outros setores da economia colonial. Esse sistema desumano fomentou uma série de resistências, incluindo a criação de quilombos - comunidades formadas por escravizados fugidos, que buscavam reconstruir suas vidas e preservar sua liberdade, cultura e tradições, longe da opressão colonial.

Esses quilombos, como o de São Martins, fundado em 1830, tornaram-se verdadeiros refúgios para aqueles que escapavam das fazendas e engenhos. Esses espaços não eram apenas uma resposta às condições brutais da escravidão, mas também um lugar onde novas formas de organização social e econômica eram experimentadas, promovendo a autonomia dos negros. A pesquisa, portanto, deve contextualizar, além do sofrimento imposto pela escravidão, a luta pela sobrevivência e liberdade, destacando como esses quilombos foram fundamentais na resistência e preservação das culturas africanas no Brasil.

Ao investigar esse contexto, é crucial entender o impacto cultural, social e político da formação dos quilombos, suas relações com as comunidades vizinhas, e o papel que desempenharam na formação de uma identidade negra resiliente, que resistiu às tentativas de apagamento e marginalização ao longo da história brasileira.

1.1 O continente africano antes da grande exploração – reinados e riquezas

Silverio (2013) menciona, acerca da teoria da evolução, atribuída a Charles Darwin, que ela sugere que todas as espécies, incluindo os seres humanos, evoluíram ao longo do tempo por meio de processos naturais. Dentro dessa teoria, defendida por

diversos estudiosos, a África é considerada o berço da humanidade, em que os primeiros hominídeos habitaram.

Hernandez (2005), por exemplo, destaca a contribuição histórica e cultural dos povos africanos, refutando ideias preconceituosas que negavam a sua participação no desenvolvimento da ciência, cultura e civilização. O autor enfatiza que os africanos antigos foram, na verdade, pioneiros na produção de conhecimento, destacando que estavam longe de serem ociosos, mas, ao contrário, eram ativos na criação, construção e organização de suas sociedades. Temos, portanto, esse povo como o primeiro a desenvolver pensamentos científicos e a fornecer os primeiros cientistas do mundo, o que põe por terra o pensamento de que a Europa que fomentou e propagou a ciência. Isso destaca a sofisticação do pensamento e as conquistas dos povos africanos em diversas áreas, contribuindo significativamente para o avanço da ciência ao longo do tempo.

Ao mencionar Hegel, Hernandez (2005) critica a visão eurocêntrica que retratava os africanos de maneira pejorativa, sem reconhecer sua rica história e cultura, crítica esta que é parte de um esforço para corrigir construções históricas que perpetuaram estereótipos e discriminação, inclusive as contadas no Brasil.

O historiador Alberto da Costa e Silva, filho do poeta piauiense Antônio Francisco da Costa e Silva, diz que, curiosamente, o Brasil esteve alheio aos estudos dos africanos por muito tempo. Segundo ele, os historiadores brasileiros sempre viam a história das relações Brasil-África com a África figurando como fornecedora de mão de obra escrava para o Brasil, como se o africano, trazido à força, nascesse nas entranhas de um navio negreiro. A história, portanto, se encarregou de desumanizar os negros, desde sempre.

> Era como se o negro surgisse no Brasil, como se fosse carente de história. Nenhum povo é carente de história. E a história da África é uma história extremamente rica e que teve grande importância na história do Brasil, da mesma maneira que a história europeia. De maneira geral, quando se estuda a história do Brasil, o negro aparece como mão de obra cativa, com certas exceções de grandes figuras, mulatos ou negros que pontuam a nossa

> história. O negro não aparece como o que ele realmente foi, um criador, um povoador do Brasil, um introdutor de técnicas importantes de produção agrícola e de mineração do ouro (Escóssia, 2015, p. 01).

Como visto, para a história oficial, o negro surgiu nos navios negreiros, não há ninguém antes disso. Mas, a verdade é que eles revolucionaram a história com suas técnicas de cultivo, na mineração e entranharam sua cultura, medicina, história, crenças, costumes e vidas à nação canarinha.

Mas, voltemos à África pré-colonial. Primeiro, é importante destacar a dificuldade em encontrar fontes para dar suporte a esta seção. A literatura que aborda acerca dos africanos antes de serem introduzidos criminosamente pelos portugueses em solo brasileiro, é escassa, o que prova que a história oficial tem escondido esta parte.

Segundo alguns pesquisadores, o continente africano pré-colonial era cercado por florestas densas, savanas ricas em vida animal, além de possuir um litoral de um lado e montanhas e lagos de outro. Durante milênios, os africanos viveram isolados de outros povos, o que não significa que não eram desenvolvidos socialmente. Pelo contrário, é desse continente que vem nações extremamente avançadas, como a egípcia, da qual herdamos técnicas modernas na área de medicina. Ademais, esta civilização serviu de base para o pensamento e construção de bases teóricas dos gregos, esta que foi considerada, equivocadamente, berço da civilização ocidental:

> Entretanto, havia um aspecto inquietante nessa 'egiptomania': o Egito era nitidamente milhares de anos mais velho que a antiga Grécia – universalmente considerada o berço da civilização ocidental -, e a maioria das realizações dos antigos gregos havia sido aperfeiçoada no Egito muitos séculos antes do 'milagre grego'. Os próprios gregos davam prioridade ao Egito na construção da civilização, e os sábios gregos que foram estudar naquele país a partir de 610 a. C., incluíam Tales, Pitágoras, Sólon, Eudóxio, Anaximandro, Anaxímenes e Platão, para citar apenas alguns (Finch, 2009, p. 73).

O trecho acima destaca a importância dos antigos egípcios na formação intelectual dos primeiros filósofos e políticos da Grécia antiga. O autor ressalta que a sabedoria egípcia precedeu e influenciou a sabedoria grega, desmistificando a ideia de que a África, especialmente o Egito, não teve contribuições significativas para o desenvolvimento intelectual e cultural.

O autor destaca ainda que a influência da África na Europa antiga não foi trivial ou sem importância. Pelo contrário, afirma que o Egito, como uma civilização africana, era respeitado, admirado e desejado pelos estrangeiros. O autor rejeita visões depreciativas sobre a África, especialmente aquelas que ignoram o papel fundamental que desempenhou na religião, educação, ciência e tecnologia. Essa abordagem busca corrigir construções históricas eurocêntricas que frequentemente subestimaram ou ignoraram as contribuições africanas para o desenvolvimento humano.

No interior da África, por volta do ano 100 d.C., o ouro era fundido com um processo que só chegou à Europa no início da Idade Média, o que mostra que esses povos estavam avançados tecnologicamente. Outro aspecto interessante é que a região africana estava fragmentada em diversos reinos e impérios, cada um com sua própria história e influência. Na África Oriental, destacavam-se o Império de Gana, ativo no comércio de ouro do século 8 ao 11, e o Império do Mali, que floresceu do século 13 ao 18, concentrando-se em *commodities* como sal, ouro, especiarias e couro.

Na África Ocidental, merece destaque o longevo Império da Etiópia, também conhecido como Abissínia, que resistiu à colonização europeia de 1270 a 1975, permanecendo como uma exceção. Já no sul da África, o Reino do Congo abrangia as áreas correspondentes aos atuais Angola, Congo e Gabão. Inicialmente independente, tornou-se vassalo de Portugal no século XVIII. Além disso, o Sultanato de Kilwa, situado na costa do sudoeste africano e habitado por bantos, foi conquistado por muçulmanos. Destacam-se também os reinos zulus, localizados nas regiões que atualmente compreendem África do Sul, Lesoto, Suazilândia,

Zimbábue e Moçambique. Os zulus foram pioneiros em reconhecer a ameaça da colonização branca, tentando resistir, embora tenham enfrentado derrotas (Marasciulo, 2019).

Para além dos reinos mais conhecidos, a África abrigava uma multiplicidade de outros reinos e cidades-estados altamente organizados, com sociedades que dispunham de sistemas de governança, como conselhos de anciãos e estruturas administrativas para gerenciar as tribos, que possuía áreas de influência delimitadas e frequentemente disputavam territórios.

Essa complexidade histórica é frequentemente mencionada por alguns defensores da colonização europeia no contexto da escravidão africana. Alegam que os próprios africanos estavam envolvidos no processo de escravidão, frequentemente escravizando membros de tribos rivais. É válido reconhecer que, de fato, ocorriam práticas de escravidão entre tribos envolvidas em conflitos. Contudo, é crucial destacar que, ao contrário da brutalidade observada durante a escravidão praticada no Brasil, os inimigos capturados entre tribos africanas geralmente desfrutavam de certos direitos sociais e não eram sujeitos às mesmas formas de agressão e degradação.

Laurentino Gomes (2019) destaca que no século XV, antes de virem para o Brasil, os africanos eram vendidos por Portugal como cativos, de 1448 a 1500, o que corresponde a 150 mil pessoas retiradas de sua origem e vendidas para países como Espanha e Itália, além de serem levados para Portugal para trabalharem na lavoura de açúcar.

Acerca dos métodos de captura, os portugueses chegavam em grandes e diversas caravelas armadas, no período da noite e esperavam para atacar de forma cruel e traiçoeira os vilarejos. As armas eram espadas e armas de fogo, além de terem usado canhões em algumas dessas expedições. Com o passar do tempo, os africanos passaram a se defender com arcos e fechas que continham veneno letal na ponta. Inclusive, em um ataque, eles conseguiram matar todos os tripulantes de um navio, inclusive o capitão. Por isso, em 1456 eles mudaram de estratégias: passariam a comprar os

negros de mercadores africanos que vendiam seu próprio povo, tipo de negociação que permaneceu até o fim do tráfico negreiro, em 1850. Outras formas de escravidão se davam por captura nas guerras, sequestro, pagamento de taxas e tributos, quitação de dívidas, punição por crimes, abandono ou venda de crianças, autoescravidão, nascimento em uma família cativa.

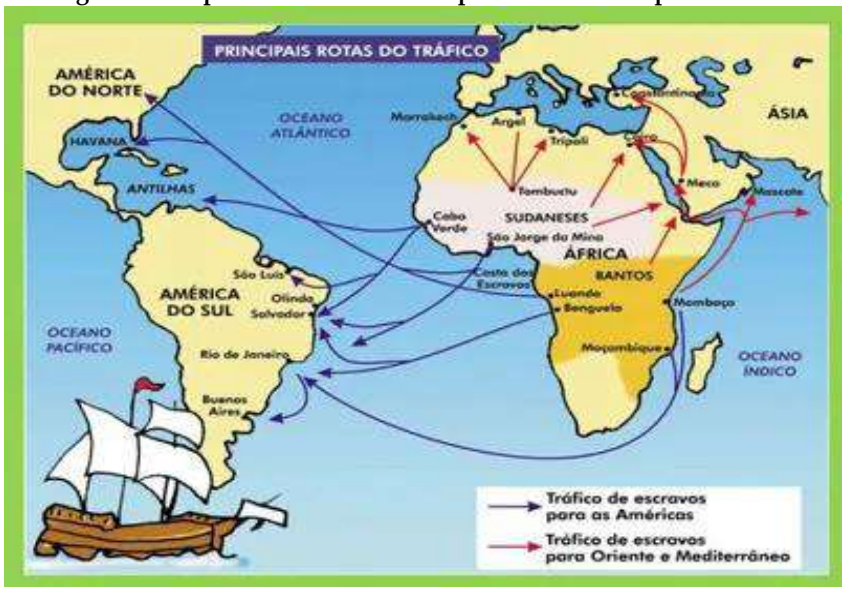
Desde o primeiro leilão em 1444 em Lagos, o comércio de cativos africanos foi responsável por financiar as viagens de descobrimento. Graças ao sangue, suor e sacrifício dos negros, os portugueses puderam abrir um novo caminho para as Índias, a costa da China e do Japão, além de estabelecer comercio de especiarias nas atuais Indonésia e Siri Lanka e, por fim, chegarem ao Brasil, a maior e mais lucrativa colônia do império português, além de ser a que mais foi dependente de mão de obra de pessoas escravizadas.

Acerca da religiosidade, a maioria dos grupos africanos compartilhava crenças em um único deus supremo, criador, distante e superior ao homem e cada etnia atribuía um nome distinto a esse deus: os Ashanti o chamavam de *Onyankopoa*, os Ewe de *Mawu*, e os Iorubá de *Olorum*. Adicionalmente, observava-se o culto às forças da natureza, as quais recebiam atributos e personalidades humanas, sendo conhecidas como orixás. Por exemplo, *Ogum* era associado ao ferro, guerra e fogo, enquanto *Iemanjá* era reverenciada como mãe de muitos orixás, orixá feminino dos lagos, mares e da fertilidade.

1.2 Da chegada dos negros ao Brasil

O tráfico humano de africanos começou no Brasil por volta de 1535, algum tempo após Pedro Álvares Cabral desembarcar com sua esquadra no estado da Bahia, em 1530. O objetivo dessa prática criminosa era disponibilizar mão de obra para a produção de açúcar no Nordeste, primeira atividade comercial a emergir em nosso país e que se propagou rapidamente para as demais regiões brasileiras.

Figura 2 – Mapa da rota do tráfico de pessoas da África para o Brasil



Fonte: https://pt.quizur.com/trivia/escravidao-e-resistencias-no-brasil-do-seculo-xvi-FHjj

O gráfico acima mostra a rota das pessoas sequestradas em diversas regiões do continente africano. Do total de 1,6 milhões de cativos que desembarcaram em Salvador, mais de 50% veio da Costa da Mina, entre Benin e a Nigéria, dos quais descendem os moradores do Quilombo São Martins, conforme comprovaram recentes testes de DNA e ancestralidade de moradores. A outra parte era de origem angolana, inclusive foi da Angola que vieram muitos negros que chegaram à Paulistana-PI, com o escravista Valério Coelho.

A chegada dos portugueses ao Brasil em 1500 marcou o início de um processo de exploração e colonização que transformaria profundamente o território e suas populações. Desde o início, os colonizadores buscavam riquezas que pudessem ser comercializadas na Europa, como as especiarias e o ouro, encontrados em outras regiões do mundo, mas o Brasil oferecia outras possibilidades econômicas. Como observa Fausto (2014), o pau-brasil tornou-se inicialmente o produto mais

explorado, mas logo ficou claro que a verdadeira riqueza do território estava nas suas terras férteis e vastas, um contraste com o pequeno território português.

No entanto, para que essas terras fossem produtivas, os colonizadores precisavam de uma força de trabalho massiva, e encontraram essa mão de obra nos povos indígenas. De acordo com Laurentino Gomes (2019), os europeus viam os indígenas como seres inferiores, culturalmente diferentes e, portanto, aptos a serem escravizados. Essa visão de inferioridade cultural permitiu que os indígenas fossem tratados como negros da terra, uma terminologia que equiparava os nativos aos africanos já escravizados pelos portugueses. Os primeiros engenhos de açúcar no Brasil, por exemplo, foram sustentados principalmente pelo trabalho dos indígenas escravizados, capturados em expedições organizadas pelos bandeirantes. Esses bandeirantes, conforme explica Caldeira (2017), desempenharam um papel crucial na captura de indígenas e na expansão da fronteira colonial.

No entanto, com o tempo, a Coroa portuguesa passou a preferir o tráfico de escravizados africanos, o que tornou o tráfico transatlântico mais vantajoso economicamente, especialmente com os incentivos da Coroa aos traficantes portugueses que controlavam as rotas comerciais entre a África e o Brasil.

Segundo Schwarcz e Starling (2015), o aumento do tráfico de escravizados africanos transformou a estrutura social e econômica das colônias, pois a substituição dos indígenas pelos africanos na mão de obra escrava foi uma mudança significativa no modo de produção do Brasil colonial. Nesse processo, os africanos trazidos para o Brasil não constituíam um grupo homogêneo, mas eram provenientes de diversas regiões e culturas africanas, como enfatiza Reis (2023).

Os africanos escravizados, vindos principalmente da costa ocidental da África, foram integrados a uma economia agrícola voltada para o cultivo de cana-de-açúcar. O trabalho escravo

africano nos engenhos de açúcar, como destaca Costa (2002), envolvia várias etapas, desde o plantio e colheita da cana até o processo de produção do açúcar, melado e rapadura.

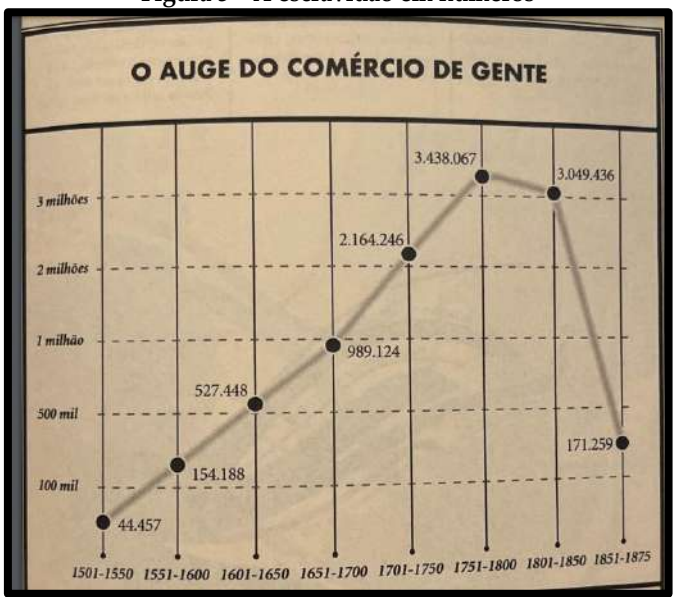
Esse sistema econômico baseado na exploração da mão de obra escrava foi a base do enriquecimento dos colonizadores e da consolidação do Brasil como colônia exportadora de produtos agrícolas, principalmente açúcar, durante o período colonial.

Dessa forma, a história da escravidão no Brasil está profundamente ligada à expansão econômica e territorial promovida pelos portugueses, e à exploração tanto dos povos indígenas quanto dos africanos. O regime escravista no Brasil foi, como observa Ribeiro (1995), um dos mais longos da história moderna e deixou marcas profundas na sociedade brasileira, que ainda hoje se reflete nas desigualdades socioeconômicas e nas relações raciais no país.

Durante o período da escravidão no Brasil, nos séculos XVII, XVIII e XIX, muitos negros que conseguiam fugir do cativeiro organizavam-se em comunidades autônomas conhecidas como quilombos. Esses refúgios, localizados em áreas de difícil acesso, eram formados por pessoas que compartilhavam a condição de fugitivos da escravidão e que, ali, viviam em relativa liberdade, reproduzindo práticas culturais e modos de vida de suas origens africanas.

Nas comunidades quilombolas, a economia era baseada no cultivo coletivo, o que lhes permitia subsistir e resistir à repressão colonial. De acordo com Schwartz (1996), estima-se que, no período colonial, centenas de quilombos tenham surgido, especialmente nas regiões que hoje correspondem aos estados da Bahia, Pernambuco, Goiás, Mato Grosso e Alagoas.

Figura 3 – A escravidão em números



Fonte: Gomes (2019, p. 271)

O auge da escravidão se deu no século entre o início e final do XVIII, com a vinda de 3,5 milhões de africanos para o Brasil. O período do século XVIII no Brasil foi marcado por acontecimentos significativos, e a questão do desempenho da escravidão teve um papel central nesse contexto.

Acerca da banalização da escravidão, durante o século XVIII, a escravidão tornou-se uma prática corriqueira no Brasil, à medida em que a expansão econômica era impulsionada pela descoberta de ouro e diamantes, o que gerou uma crescente demanda por mão de obra, levando ao aumento do tráfico de escravizados africanos.

Por conta do comércio de escravizados, o Brasil experimentou uma intensificação do tráfico transatlântico de escravizados, especialmente devido à busca por trabalhadores em minas de ouro e diamantes. Essa demanda resultou em um grande número de africanos sendo trazidos para o país.

Sobre a instrumentalização da escravidão, por exemplo, sobre a banalização nas balanças utilizadas em leilões públicos para pesar

os produtos, era feita a pesagem de pessoas. Essas práticas refletem a desumanização e instrumentalização dos indivíduos escravizados.

Acerca do impacto cultural e social, o aumento do número de escravizados teve profundas implicações culturais e sociais e contribuiu para a formação de uma sociedade estratificada e deixou um legado de desigualdades que persistem até os dias atuais.

O século XVIII foi uma época de transformações e contradições no Brasil, marcada pelo desenvolvimento econômico impulsionado pelos recursos minerais, mas também pela exploração e sofrimento humano associados à escravidão. Esses eventos desempenharam um papel fundamental na configuração da sociedade brasileira.

Importante chamarmos a atenção para o fato de que três séculos após o início do tráfico de pessoas, no período da Independência, quase todos os brasileiros livres possuíam pessoas negras na condição de escravizadas. A presença negra era tamanha, que viajantes se surpreendiam com a quantidade: no interior, eram agricultores, tropeiros, marinheiros, pescadores, vaqueiros, mineradores de ouro e diamante, capangas e seguranças de fazendas; na cidade, eram empregados domésticos, sapateiros, marceneiros, vendedores ambulantes, carregadores de gente e mercadoria, açougueiros etc. (Gomes, 2019, p. 25).

Foi apenas no final do século XIX, com o avanço do movimento abolicionista, que os negros escravizados conquistaram sua liberdade formal com a promulgação da Lei Áurea, em 1888, abolindo oficialmente a escravidão no Brasil. Contudo, antes da abolição, o governo brasileiro já havia implementado políticas de incentivo à imigração europeia, buscando substituir a mão de obra negra pela de imigrantes brancos, principalmente da Europa, como parte de um projeto de branqueamento da população. Após a abolição, essa política foi intensificada, limitando drasticamente a entrada de africanos no país e promovendo um discurso que relegava os negros libertos a uma posição marginal na sociedade. Conforme explica Munanga (2004), os ex-escravizados e seus

descendentes passaram a ser vistos como mão de obra descartável, uma vez que o trabalho que realizavam enquanto escravizados já não era mais necessário para as elites brasileiras.

Apesar de o Brasil ser, atualmente, um dos países com maior população afrodescendente do mundo, a discriminação racial permanece como um grave problema social. Dados recentes de estudos genéticos indicam que uma grande parte da população brasileira possui ascendência africana, mesmo que muitos brasileiros não se reconheçam como afrodescendentes (Pena et al., 2011). Essa contradição, apontada por Schwarcz (1993), revela um profundo legado de racismo estrutural, que ainda impacta a autoimagem e a identidade coletiva dos brasileiros. A não valorização da população negra e o racismo persistente na sociedade brasileira configuram uma forma de autonegação, na qual a presença de traços africanos no DNA dos brasileiros contrasta com a discriminação racial vigente.

A influência africana na arquitetura e na formação social do Brasil é um aspecto pouco retratado oficialmente, mas de grande importância. Um exemplo notável dessa influência é a construção das casas de sopapo: enquanto os portugueses conheciam apenas a técnica da taipa, observada nas antigas construções do Rio de Janeiro, a casa popular brasileira era caracterizada por uma estrutura de madeira amarrada em xadrez, revestida com barro. Essa técnica de construção, que permitia até a edificação de mocambos de dois andares, reflete práticas africanas.

Além disso, a própria tecnologia de mineração de Minas Gerais aparentemente foi trazida da África, e não da Europa. Embora os portugueses soubessem produzir açúcar, eram os africanos que possuíam o conhecimento necessário para a extração de ouro e diamantes, evidenciando mais uma vez a importância da herança africana na formação do Brasil.

No entanto, o Brasil não reproduziu a África de forma idêntica; em vez disso, reinterpretou suas tradições. Um exemplo dessa reinterpretação é a presença de janelas nas casas de sopapo brasileiras, algo ausente nas construções africanas. Além disso, a

porta dos fundos representa um simbolismo importante, pois era frequentemente utilizada como a rota de libertação para os escravizados, permitindo que saíssem sem serem vistos. A rua, nesse contexto, era vista como um espaço de liberdade, enquanto a casa funcionava como um local de controle e prisão. Isso torna difícil aceitar a ideia de uma escravidão benévola, já que, nas casas-grandes, os negros estavam constantemente sob o olhar atento de seus senhores.

No final do século XVIII, as pessoas mais ricas do Brasil não eram mais os senhores de engenho ou os barões do café, mas sim os traficantes de escravizados. A compra e venda de pessoas tornou-se o maior negócio do país e do mundo nesse período. A escravidão deixou legados que persistem até hoje, como evidenciado pelas disparidades sociais entre a população branca e a negra no Brasil, além do racismo, que continua a ser uma ferida aberta na sociedade.

Como Laurentino Gomes ressalta, a contribuição africana é imensa, não somente do ponto de vista econômico, mas também na formação do caráter, comportamento, crenças religiosas, culinária, música e dança, ou seja, a maioria dos aspectos das relações sociais no Brasil têm raízes africanas.

1.3 Os negros e a Independência brasileira

A escravidão é um dos temas mais cruciais da história do Brasil, e sua compreensão é fundamental para entender diversos eventos históricos, desde a chegada de Pedro Álvares Cabral e a imediata escravização dos indígenas até os ciclos do açúcar, do ouro, do diamante, do tabaco, do algodão, do arroz e do café. Essas atividades econômicas foram essenciais para a formação das cidades históricas, para o Barroco mineiro e para a expansão em direção ao oeste amazônico.

Holanda (2020) apresenta uma tese intrigante ao afirmar que o Brasil não estava preparado para a independência e preferia permanecer como Reino Unido de Portugal e Algarves. Contudo,

nesse período, havia um sentimento de medo que funcionava como um motor para o processo de independência. A elite brasileira temia que o Brasil pudesse mergulhar em uma guerra civil, semelhante àquelas que ocorriam nas repúblicas da América espanhola.

Nessa hipótese, como o Brasil carecia de forças armadas, os líderes regionais poderiam lutar entre si, sendo forçados a armar seus escravizados que, influenciados por ideais libertários que circulavam na Europa e nos Estados Unidos, poderiam reivindicar sua liberdade, como ocorreu no Haiti. Esse cenário poderia levar à fragmentação nacional e a uma guerra étnica.

Diante desse temor, a elite decidiu se unir em torno do herdeiro da Coroa portuguesa, rompendo os laços com Portugal, mas mantendo intacta a estrutura social existente. A independência do Brasil não resultou na erradicação do analfabetismo, do latifúndio e de outras questões sociais. Esse exemplo escancara uma verdade absoluta: não é possível compreender o Brasil sem levar em consideração a escravidão, que continua a ser uma questão presente na sociedade brasileira atual (Gomes, 2022).

A historiografia contemporânea, ao revisitar os alicerces da formação do Estado nacional brasileiro, tem passado por uma revisão crítica que muda o protagonismo exclusivo das elites palacianas para figuras que operaram nas fissuras do sistema jurídico e social. Entre elas, Luiz Gama, negro e advogado, emerge como um abolicionista e como um intelectual constitucionalista que compreendeu a Independência de 1822 como um projeto inconcluso.

Como argumenta o historiador Prado Jr. (2011), em sua análise sobre a formação do Brasil contemporâneo, a ruptura política com Portugal não extirpou as estruturas coloniais de produção e de sujeição humana. Nesse sentido, Luiz Gama atua como o arquiteto de uma segunda independência, onde a soberania nacional deixa de ser um conceito puramente diplomático para tornar-se uma realidade civilizatória por meio da liberdade dos corpos.

A atuação de Gama fundamenta-se na denúncia da contradição entre o estatuto jurídico do Império e a realidade da escravidão. Para o jurista e pesquisador Lima (2021), um dos principais expoentes no resgate da obra de Gama, 'o Solicitador da Liberdade', utilizava a própria legislação imperial, especificamente a Lei de 7 de novembro de 1831, para demonstrar que o Estado brasileiro, ao permitir o comércio de africanos após a proibição, incorria em uma ilegalidade institucional. Ao exigir que o Império cumprisse suas próprias leis, Gama forçava o Estado a exercer sua soberania de fato. Ele entendia que uma nação que mantinha cidadãos e residentes sob o crime de cárcere privado, como ele frequentemente tipificava a escravidão ilegal em seus processos, não poderia se considerar plenamente independente, mas sim uma extensão deformada do modelo colonial.

Ademais, a conexão entre o pensamento de Gama e a ideia de nação é ampliada pela perspectiva de Alencastro (2000). Se o Brasil se definia pelo 'trato dos viventes' e pela dependência do fluxo transatlântico de escravizados, a luta de Gama pela libertação judicial de mais de 500 pessoas representa a nacionalização definitiva do Direito. Gama desarticulou o argumento de que a escravidão era uma necessidade econômica acima da lei, posicionando a liberdade como o valor supremo da identidade brasileira.

Portanto, a importância de Luiz Gama no processo de Independência reside na sua capacidade de traduzir o anseio de liberdade em termos jurídicos e republicanos. Ele percebeu, antes de seus contemporâneos, que a monarquia era o entrave final para a conclusão da autonomia brasileira, uma vez que o trono se sustentava na manutenção da propriedade humana. Para autores como Gonçalves e Silva (2011), Gama redefine o conceito de pertencimento: ser brasileiro, na ótica gamista exigia a ruptura total com o passado escravocrata.

1.4 Séculos XX e XXI

O Brasil dos colonizadores europeus foi edificado por negros, mas enalteceu a história dos brancos em todas as suas bases: textos, sermões, discursos e relatos de viagem da época, que representavam os africanos e seus descendentes como seres "pitorescos, interessantes, exóticos, selvagens, pagãos" (Gomes, 2019, p. 29), que mereciam ser salvos pela Igreja Católica e pelos europeus. Claro que, propositalmente, esses relatos da época esconderiam o poder, a capacidade e a força dos negros.

Em 1937, 50 anos após a Lei Áurea, um dos primeiros a abordar mais profundamente essa questão, o alagoano e antropólogo Arthur Ramos alertava para a persistência de diferentes formas de exploração contra os negros no Brasil. Inclusive, para ele, uma das mais evidentes é o campo político e que, segundo ele, havia um esforço deliberado de adulterar e reinterpretar fatos, personagens e fenômenos históricos com objetivos políticos escusos. Para Gomes (2019) esse fato resulta nas tentativas de capitalizar tensões raciais em favor de políticos ou partidos.

Os relatos históricos da versão oficial mostram que a escravidão acabou em 1888, mas o certo é que o Brasil jamais se empenhou efetivamente para resolver as questões relacionadas aos negros no país. Liberdade nunca significou, de fato, melhoria nas condições de vida dos negros: a maioria esmagadora não possui terras, moradia, assistência à saúde ou oportunidade de empregos que paguem o suficiente para viverem bem com suas famílias.

Acerca da assertiva acima, Gomes (2019) relata que pretos e pardos representam hoje 54% da população brasileira e entre os 10% mais pobres, quase 70% é de pessoas negras. A taxa de pessoas que não tem letramento formal é o dobro do índice entre brancos, além de alargarem as taxas de desemprego, que são superiores às dos brancos. Um homem negro tem oito vezes mais chances de ser morto que um homem branco, além de serem mais expostos à

criminalidade e habitam bairros sem infraestrutura, agua, luz ou outros benefícios.

Esses dados são o resultado do abandono da população negra no Brasil à sua própria sorte, pois não bastava libertar pessoas escravizadas, era preciso dar suporte para elas, incorpora-las à sociedade como cidadãs de pleno direito. Joaquim Nabuco, durante a campanha da Proclamação da República em 1889, alertava que era preciso, antes de mais nada, corrigir o lapso histórico – e perverso – contra os negros. Não poderíamos, segundo ele, construir uma democracia apenas mudando do regime monárquico para o republicano.

A historiografia brasileira é indissociável de uma trajetória marcada pela profunda opressão e pelo domínio sistemático dos povos negros. No entanto, em contraposição à violência estrutural, emerge a magnitude da herança africana como o pilar central da nossa capacidade de resistência e adaptação a condições adversas. É dessa matriz que emana a resiliência, a criatividade, a hospitalidade e o vigor que se manifestam na música, na dança, nas tradições culinárias e na alegria, elementos que moldaram o caráter nacional e distinguem o Brasil de todas as outras nações.

Contudo, essa herança não subsiste apenas na memória imaterial, uma vez que ela se materializa e se protege através da ocupação do território e da organização coletiva. Para compreender como esses valores de resistência se converteram em alicerces para a sobrevivência e para a afirmação de direitos, faz-se necessário analisar as experiências concretas de territorialidade negra. Nesse sentido, o item seguinte dedica-se ao exame histórico e social do surgimento da Comunidade São Martins, compreendendo-a como um exemplo de preservação dessa identidade e como um desdobramento prático da luta pela liberdade e autonomia.

– CAPÍTULO 2 –

DO SURGIMENTO DOS QUILOMBOS

Marli Ferreira de Carvalho Damasceno

As revoltas dos escravizados no Brasil colonial eram eventos recorrentes, ocorrendo mesmo sob vigilância intensa dos senhores e feitores. De acordo com o livro *Uma história do povo Kalunga* (2001)[1], quando escravizados conseguiam fugir, eram perseguidos pelo capitão do mato e, se recapturados, submetidos a castigos ainda mais severos. Isso forçava os fugitivos a buscar refúgio cada vez mais distante, em locais de difícil acesso, onde podiam organizar-se para garantir sua defesa contra possíveis ataques dos brancos.

Essas comunidades eram conhecidas como quilombos, com Palmares sendo o mais famoso de todos, formado por volta de 1597 na Serra da Barriga, em território que pertencia à capitania de Pernambuco, atualmente parte do estado de Alagoas. Palmares resistiu por quase 100 anos, chegando a abrigar cerca de 30 mil pessoas em seu auge. Liderado por figuras como Ganga-Zumba e Zumbi, Palmares tornou-se símbolo da luta contra a escravidão, sendo que a morte de Zumbi, em 20 de novembro de 1695, deu origem à celebração do Dia Nacional da Consciência Negra, instituída em 1979. No entanto, apesar de sua resistência heroica, o quilombo foi destruído em 1694 por uma expedição liderada pelo bandeirante Domingos Jorge Velho (Silva, 2010).

Nesse contexto, cabe salientar que a sociedade brasileira carrega uma dívida histórica de 500 anos com a população afrodescendente,

[1] Disponível para download em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/133/o/Historia_do_povo_Kalunga_MEC.pdf Acesso em Janeiro de 2025

originada do longo período de escravidão e discriminação que marcou a trajetória de negros no Brasil. Essa dívida se reflete, entre outras questões, na luta por terra e na preservação da identidade cultural das comunidades quilombolas, grupos formados por descendentes de escravizados que se refugiaram em quilombos para resistir à opressão. Um marco significativo nesse processo foi a comemoração, em 1995, dos 300 anos da morte de Zumbi dos Palmares e dos 400 anos do início da construção do Quilombo dos Palmares, evento que impulsionou o movimento negro a reivindicar direitos históricos, como a titulação de terras ocupadas pelos remanescentes de quilombos. A titulação de terras representa, além do reconhecimento de direitos territoriais, o pagamento de uma dívida histórica com a população afro-brasileira.

Segundo Andrade (1995), as comunidades quilombolas obtiveram uma importante conquista: a primeira titulação coletiva de terras quilombolas no Brasil, especificamente da comunidade de Boa Vista, localizada ao longo da Bacia do Rio Trombetas, no Pará. Esse marco foi possível graças ao artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) da Constituição Federal de 1988, que reconheceu o direito de propriedade das terras ocupadas pelas comunidades remanescentes de quilombos. Essa decisão, resultado da mobilização quilombola e do apoio de aliados, sensibilizou tanto o governo quanto a opinião pública, garantindo a inclusão dessa questão na agenda oficial do tricentenário da morte de Zumbi (Andrade, 1995).

Durante a Ditadura Militar, a questão agrária foi incorporada no *Estatuto da Terra* de 1964, que estabelecia um marco jurídico para a reforma agrária, mas que, na prática, congelou as reivindicações dos trabalhadores rurais. O estatuto funcionou mais como um instrumento de contenção de conflitos no campo do que como um instrumento para efetivar a redistribuição de terras. Nesse contexto, movimentos como as Ligas Camponesas e, posteriormente, o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), passaram a liderar as lutas agrárias no Brasil (Ferreira, 2012). No entanto, foi com a redemocratização do país que a questão quilombola começou a

emergir com força no debate público, levando ao reconhecimento jurídico das comunidades remanescentes de quilombos.

A Constituição de 1988 marcou um ponto de inflexão para as comunidades quilombolas ao reconhecer seus direitos territoriais por meio do artigo 68 do ADCT, artigo fruto da pressão dos movimentos negros durante a Assembleia Constituinte, que reconheceu a propriedade definitiva das terras ocupadas por remanescentes de quilombos e estabeleceu que o Estado deve emitir os títulos correspondentes. Esse reconhecimento representou uma vitória importante para as comunidades quilombolas, mas também revelou as limitações estruturais da política agrária no Brasil, já que a luta pela posse e regularização dessas terras permanece em curso (Silva, 2020).

A titulação de terras quilombolas é uma reparação histórica essencial para os afro-brasileiros, simbolizando o reconhecimento de suas lutas e direitos. A mobilização em torno do tricentenário de Zumbi dos Palmares, em 1995, foi um marco nesse processo, trazendo à tona a importância de garantir a segurança territorial das comunidades quilombolas. A efetivação desse direito, no entanto, enfrenta desafios constantes, refletindo as tensões entre a estrutura agrária herdada do passado e as demandas de justiça social que ainda precisam ser atendidas.

O artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) da Constituição de 1988 representa um marco fundamental na tentativa de reconhecimento e reparação histórica para as comunidades quilombolas no Brasil. Ele estabelece que "aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras, é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos. Contudo, nos anos que se seguiram à promulgação da Constituição, esse dispositivo permaneceu, por quase uma década, praticamente inativo e sem aplicação concreta. Esse fenômeno reflete a complexidade e a ambiguidade do artigo em relação aos conceitos de "quilombo" e "remanescente", termos historicamente carregados de diferentes interpretações e ressignificados conforme os contextos sociais e políticos (Arruti, 2006).

Foi apenas em 1992 que o artigo 68 foi formalmente reivindicado, no âmbito de um conflito fundiário envolvendo a comunidade do Rio das Rãs, no município de Bom Jesus da Lapa, Bahia. Nesse episódio, a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e o Ministério Público Federal (MPF) atuaram de maneira decisiva, utilizando o dispositivo constitucional para intervir em um conflito de terras. O caso de Rio das Rãs tornou-se um precedente importante, pois foi a primeira vez que o artigo 68 foi utilizado em um contexto prático, o que incentivou outros grupos a seguir a mesma estratégia (O'Dwyer, 2009).

Esse precedente gerou grande repercussão e atraiu a atenção de movimentos sociais, como o movimento sindical e o movimento negro no Maranhão e no Pará, que, desde a década de 1980, vinham discutindo a organização e a situação fundiária das comunidades negras rurais. Essas comunidades enfrentavam a exclusão formal das políticas públicas devido à ausência de categorias censitárias ou cadastrais que refletissem adequadamente as formas de posse da terra e o modo de vida dessas populações (Ribeiro, 2012). A luta, nesse contexto, passou a ser pelo reconhecimento oficial das terras ocupadas historicamente por essas comunidades e por sua regularização fundiária, conforme previsto pelo artigo 68.

Em 1995, quando se comemorou o tricentenário da morte de Zumbi dos Palmares, o debate sobre o artigo 68 ganhou ainda mais relevância, fazendo com que o movimento quilombola se consolidasse, e a questão do reconhecimento territorial dessas comunidades fosse autonomizada em relação às pautas de reforma agrária dos anos anteriores. No entanto, a aplicação do artigo encontrou obstáculos no Judiciário, que exigiu maior entendimento sobre os critérios para a identificação e demarcação das terras quilombolas. Diante disso, emergiu a necessidade de regulamentar o dispositivo, o que levou a um debate legislativo sobre os parâmetros técnicos e científicos que deveriam ser seguidos para a aplicação da lei (Gomes, 2015).

A transformação do artigo 68 em um instrumento ativo do movimento social quilombola reflete o conceito de "captura da lei", desenvolvido por autores como Boaventura de Sousa Santos (1995), que

descreve como os movimentos sociais podem reinterpretar, ressignificar e se apropriar de dispositivos legais concebidos para outros fins, transformando-os em suporte para suas lutas. No caso dos quilombolas, o que se vê é uma articulação entre a norma constitucional, as reivindicações fundiárias e os movimentos sociais, resultando em uma ressignificação que amplia o campo de aplicação da lei.

O processo de captura da lei pelo movimento quilombola trouxe à tona a importância do artigo 68 como instrumento de luta e desafiou o Estado e o sistema jurídico brasileiro a repensarem os conceitos de terra, território e identidade. A ampliação do conceito de quilombo para além de sua referência histórica restrita a comunidades fugitivas de escravizados e a introdução do laudo antropológico como requisito técnico para a titulação das terras demonstram a capacidade dos movimentos sociais de transformar o ordenamento jurídico em prol de seus direitos.

Os quilombos não se limitam a ser uma simples reação ao regime de escravização do negro no período colonial e imperial, representando, na verdade, uma das manifestações mais significativas do protesto negro em sua luta por direitos, tanto durante o regime escravista quanto no período pós-abolição. No caso do Piauí, como será discutido mais adiante, a presença negra é pouco abordada na historiografia tradicional. Grande parte do que se narra sobre essa presença está restrito ao contexto das fazendas.

Essa visão limitada é criticada por Lima (2007, p. 140), que argumenta que a historiografia tradicional piauiense, ao tentar explicar a formação social da região, construiu uma interpretação idealizada, focada exclusivamente na unidade produtiva das fazendas de pecuária. Ele aponta que ao explicar a formação social, a historiografia tradicional transpôs para o conjunto da sociedade uma leitura idealizada de uma atividade ou unidade produtiva. Pecuária e fazenda de criação são retratadas, portanto, como se fossem o Piauí. Essa visão, ao centrar-se na economia rural, ignora a diversidade e complexidade das experiências negras no estado, que vão além do trabalho nas fazendas e se expressam também nos quilombos e em outras formas de resistência e organização social.

– CAPÍTULO 3 –

"TU ÉS PAULISTANA, UM POEMA AO NOSSO PIAUÍ"

Marli Ferreira de Carvalho Damasceno
Francinei da Silva Sousa
Dário de Sousa Carvalho

3.1 Os primeiros donos destas terras

Quando analisamos fatos históricos, muitas vezes nos deparamos com realidades que ficaram esquecidas pelo tempo. Nem sempre a história foi contada da mesma forma para todos. Durante muitos anos, os povos indígenas que viveram nesta região receberam pouco espaço nos livros, enquanto outros personagens ocuparam quase todas as páginas. No entanto, para compreender verdadeiramente a história de Paulistana e de todo o sudeste piauiense, é preciso olhar para o passado com justiça e reconhecer aqueles que aqui estavam muito antes da chegada dos colonizadores.

Muito antes dos portugueses, dos criadores de gado e dos bandeirantes paulistas cruzarem estas terras, a região já era habitada por diversas comunidades indígenas. Eram povos que conheciam profundamente a natureza, os rios, as serras, os caminhos da mata e os segredos do sertão. Viviam da caça, da pesca, da coleta e do cultivo de alimentos, desenvolvendo formas próprias de organização social, crenças, costumes e modos de vida.

Embora por muito tempo tenham sido esquecidos por parte da historiografia tradicional, os povos indígenas deixaram

contribuições que permanecem presentes até os dias atuais. O hábito do banho diário, por exemplo, já fazia parte da cultura indígena muito antes de se tornar comum entre os europeus. Diversos conhecimentos sobre plantas medicinais, raízes, cascas de árvores e ervas utilizadas para tratar doenças também foram herdados desses povos. Muitos alimentos consumidos no Brasil, como a mandioca e seus derivados, fazem parte desse legado. A influência indígena também está presente em nossa linguagem, em nomes de lugares, rios, plantas e animais, além de diversos costumes e conhecimentos transmitidos ao longo das gerações.

Pesquisas realizadas pela historiadora Ana Stela de Negreiros Oliveira, a partir de documentos preservados no Arquivo Público do Estado do Piauí e em outras fontes históricas, demonstram que diversos povos indígenas habitavam o sudeste piauiense durante o período colonial. Entre eles estavam grupos como os Jaicó, Acoroá, Gueguê e Pimenteira, que ocupavam extensas áreas da região e mantinham uma profunda relação com o território onde viviam.

Com a chegada dos colonizadores e dos bandeirantes ao interior do Nordeste, a vida desses povos começou a mudar profundamente. Muitos indígenas resistiram à ocupação de suas terras e lutaram pela liberdade de seu povo. Em diversos documentos da época, aparecem como obstáculos à expansão colonial. No entanto, vistos por outro ângulo, eram homens, mulheres e crianças defendendo seus territórios, seus costumes e seu modo de vida diante de uma realidade que lhes era imposta.

A presença e a resistência indígena no sudeste do Piauí foram tão marcantes que aparecem constantemente na documentação colonial. Segundo os registros analisados por Ana Stela de Negreiros Oliveira, moradores, fazendeiros e autoridades frequentemente solicitavam providências ao governo diante dos conflitos existentes na região. Os indígenas eram retratados nos documentos oficiais como uma ameaça à

colonização, mas hoje é possível compreender que estavam, na verdade, resistindo à ocupação de suas terras ancestrais.

A resistência foi tão intensa que diversas expedições armadas foram organizadas para combater os grupos indígenas. A própria autora registra que algumas fazendas chegaram a ser abandonadas em razão dos conflitos existentes na região, demonstrando a força da resistência dos povos originários diante do avanço colonial.

Os indígenas possuíam um conhecimento extraordinário do território. Conheciam os caminhos da mata, as fontes de água escondidas, os locais de caça e os melhores refúgios naturais. Em situações de conflito ou perseguição, essa familiaridade com a região frequentemente lhes permitia escapar por trilhas e passagens desconhecidas pelos invasores.

Mesmo após séculos, a memória desses povos continua presente em histórias transmitidas de geração em geração. Entre os moradores mais antigos da região existe um relato bastante conhecido sobre a origem do nome Morro dos Dois Irmãos, localizado no município de Acauã, território que no passado pertenceu a Paulistana. Conta-se que dois irmãos saíram para caçar e desapareceram misteriosamente. Depois de dias de procura e aflição, a mãe dos mesmos teria recorrido a uma negra vidente e rezadeira que vivia no antigo povoado de Paulista, hoje Paulistana. Segundo a tradição oral, ela revelou que os irmãos haviam sido mortos pelos "índios" que habitavam aquela serra. Independentemente da forma como a história tenha chegado até os dias atuais, o relato demonstra como a presença indígena permaneceu viva no imaginário popular da região.

Vestígios dessa ocupação também foram identificados por pesquisas recentes. Estudos realizados na região apontam evidências da presença indígena em diferentes áreas do sudeste piauiense, reforçando aquilo que a memória popular e diversos registros históricos já indicavam: estas terras foram habitadas por povos indígenas muito antes da formação dos atuais municípios.

Contar a história desses povos não significa apenas recordar um passado distante. Significa reconhecer que eles foram os primeiros habitantes destas terras e que parte importante da cultura, dos costumes e da própria identidade do sertão tem suas raízes nas comunidades indígenas que aqui viveram. Suas marcas permanecem nos nomes dos lugares, nas histórias contadas pelos mais velhos, nos conhecimentos transmitidos ao longo das gerações e na memória de um povo que ajudou a construir a história desta região muito antes de ela receber o nome de Paulistana.

3.2 Sobre a presença negra no Piauí durante o período colonial

Mesmo antes da chegada de colonizadores à Fazenda Paulistana, a região já abrigava diversos negros fugitivos vindos de outras regiões brasileiras. Mas à frente, durante o período colonial no Piauí, a presença de pessoas escravizadas foi marcante e desempenhou um papel central na economia da região, especialmente no setor agrícola e na indústria do charque. Segundo Silva (2010), os escravizados chegaram ao Piauí juntamente com seus algozes, conhecidos como sesmeiros, sendo comprados nos mercados da Bahia, Recife e São Luís. Esses escravizados eram utilizados principalmente nas fazendas de gado, nas proximidades de rios, lagoas e olhos d'água, bem como no cultivo agrícola (Silva et al., 2010), como é o caso de Paulistana-PI.

No final do século XVII, o Piauí contava com cerca de 129 fazendas de gado, nas quais a população era composta majoritariamente por homens brancos e escravizados. Ao longo do século XVIII, a região viu uma crescente migração de diversas famílias, incluindo criminosos falidos e negros fugidos do cativeiro, que se estabeleceram no sertão piauiense. A população era predominantemente composta por mestiços, com os escravizados formando uma grande parcela da população (Alencar, 2003). A população branca era, em grande parte, composta por migrantes

da Bahia e Maranhão, já que a migração direta de portugueses para o Piauí era rara.

Nas fazendas, a organização social era complexa e envolvia senhores, feitores, vaqueiros, agregados e escravizados vivendo em um sistema que, de certa forma, reproduzia um modelo familiar. Em alguns casos, os escravizados exerciam funções de grande responsabilidade, como a de vaqueiro, assumindo, assim, postos que geralmente eram reservados a homens livres. Esses escravizados também podiam ser alfabetizados, embora essa prática não implicasse em qualquer afrouxamento da ordem escravocrata. Pelo contrário, a confiança depositada neles pelos senhores reafirmava o controle social e econômico, sem que lhes fosse garantida a alforria (Gomes, 2007).

Essa dinâmica social e econômica contribuiu para uma forma particular de escravidão no Piauí, em que, apesar de algumas concessões, a ordem escravocrata permaneceu firmemente estabelecida, com poucas oportunidades para a emancipação dos cativos. Os registros apontam que alguns poucos escravizados acumulavam animais e terras, oriundos do trabalho como vaqueiros. No entanto, esses bens eram fruto de brigas entre herdeiros dos escravistas.

3.3 Paulistana – dos primeiros registros dessa região na história do Brasil

Em 1549 tupiniquins de São Paulo se aliaram aos portugueses contra a Confederação de Tamoios, que reuniu diversas tribos situadas entre o Rio de Janeiro e o litoral norte paulista. Diversas frentes foram formadas, e uma delas liderada pelo português Garcia D'Ávila, que chegou a Salvador em 1549, e se tornou o homem mais rico da região do país em 1557, dono de um latifúndio que ia do litoral baiano até os sertões do Piauí.

No século XVI Garcia D'Ávila levou a pecuária para os locais mais distantes da colônia em suas terras no sertão. No entanto, sua maior atividade foi capturar indígenas por essas terras e fundar a

Casa da Torre em Salvador, que comandava a captura e escravização de indígenas por volta de 1550.

Nesse processo, é importante mencionar a atuação dos bandeirantes nos séculos XVI a XVIII que, por norma, eram descendentes diretos de europeus, sobretudo portugueses, e foram responsáveis por expandir e conquistar os limites do território brasileiro. Eles ficavam com a missão de desbravar o sertão do país. Nesse contexto, a região de Paulistana-PI entra em cena. Dentre os principais nomes de desbravadores, encontram-se Domingos Jorge Velho. Segundo Gomes (2019), esses bandeirantes capturaram e mataram indígenas com os maiores requintes de crueldade possíveis. Importante observar que esses bandeirantes seguiam pelo interior do país acompanhados de indígenas e mamelucos capturados em outras regiões.

Domingos Jorge Velho, um dos mais conhecidos bandeirantes paulistas, figura historicamente controversa, especialmente devido ao papel que desempenhou na captura e extermínio de indígenas, segundo Gomes (2019), teve uma atuação marcada pela extrema crueldade e violência, com episódios que revelam o uso dos maiores requintes de crueldade possíveis contra os povos indígenas. Esses bandeirantes, frequentemente retratados como desbravadores e colonizadores heroicos, desempenharam, na verdade, um papel central na violenta expansão territorial e no processo de escravização e extermínio de comunidades indígenas. As ações de Domingos Jorge Velho e de outros bandeirantes exemplificam a brutalidade da colonização interna do Brasil, especialmente nas regiões de difícil acesso e pouco exploradas até então, como o Piauí.

É importante observar que Domingos Jorge Velho, como outros bandeirantes de seu tempo, não agia sozinho. Suas expedições eram compostas por contingentes de indígenas e mamelucos capturados em outras regiões, que eram utilizados como guias, guerreiros e até como mão de obra escrava. Esses grupos indígenas subjugados eram forçados a colaborar nas incursões para a captura de novos cativos ou na eliminação de

resistências indígenas locais. O uso de indígenas para subjugar outros indígenas era uma estratégia de guerra bem estabelecida na lógica bandeirante, intensificando o impacto da violência sobre as populações nativas. Gomes (2019) aponta que essa prática contribuía para a eficácia das expedições bandeirantes, pois os indígenas capturados conheciam o terreno e os modos de vida das comunidades locais, facilitando as investidas.

Domingos Jorge Velho é notoriamente lembrado por sua participação na destruição do Quilombo dos Palmares em 1694, mas sua atuação como bandeirante não se limitou à repressão de quilombolas. Ele também esteve envolvido na penetração das regiões nordestinas, especialmente no sertão do Piauí, onde suas ações ajudaram a estabelecer os primeiros núcleos de colonização portuguesa.

A expansão para o Piauí, até então uma região periférica e de difícil acesso para os colonizadores portugueses, fez parte de uma estratégia mais ampla de ocupação e controle territorial da Coroa Portuguesa no século XVII. O Piauí, que era habitado por diversos grupos indígenas, entre eles os Tremembés e os Tabajaras, passou a ser alvo das bandeiras paulistas a partir do final do século XVII. O território era particularmente atraente por suas terras férteis e pelo potencial pecuário, além de ser uma região estratégica para o domínio do interior do Nordeste e a consolidação da ocupação portuguesa.

Domingos Jorge Velho, a serviço da Coroa, foi incumbido de participar dessas expedições pelo Piauí, cuja principal missão era pacificar a região e garantir a subjugação dos povos indígenas, que resistiam à presença colonial. As bandeiras bandeirantes, nessa etapa da história colonial, atuavam como braços armados do Estado português, expandindo a fronteira agrícola e estabelecendo rotas de comunicação entre o litoral e o sertão. Para tanto, usavam da captura e escravização dos indígenas como método de garantir o controle territorial e estabelecer novas fazendas e povoados.

A passagem de Jorge Velho pelo Piauí seguiu a lógica das bandeiras que se aventuravam no sertão: a conquista territorial por

meio da violência e a utilização de indígenas como aliados e cativos. A violência contra os indígenas, como mencionado por Gomes (2019), foi parte integral dessa ocupação, na qual as expedições lideradas por bandeirantes como Domingos Jorge Velho contribuíram para a dizimação de comunidades indígenas locais ou sua total subjugação ao sistema colonial.

O impacto das expedições bandeirantes no Piauí foi duplo: por um lado, facilitaram o estabelecimento de fazendas de gado, que se tornariam a base econômica da região; por outro, contribuíram significativamente para o extermínio e dispersão das populações indígenas. As incursões de Jorge Velho e outros bandeirantes eliminaram fisicamente os indígenas e minaram suas formas tradicionais de organização social, rompendo seus vínculos territoriais e culturais.

Os processos de colonização promovidos pelos bandeirantes, como Domingos Jorge Velho, no Piauí, são um exemplo do que Manuela Carneiro da Cunha (1992) denomina "colonização por dentro", ou seja, a subjugação das populações indígenas que habitavam o interior do Brasil, com o objetivo de consolidar a presença portuguesa e ampliar as fronteiras econômicas e políticas da colônia. Esse tipo de colonização se diferenciava da ocupação litorânea, centrada em núcleos urbanos e atividades mercantis, por ser uma ocupação mais violenta e extrativa, onde os bandeirantes e suas tropas desempenharam um papel crucial.

Domingos Jorge Velho exemplifica a figura do bandeirante cuja atuação deixou um legado ambíguo e profundamente violento, pois, no processo de expansão para o Piauí e outras regiões do interior do Brasil, em que esta figura esteve presente, foi marcada por um processo brutal de dominação indígena e territorial. Como aponta Gomes (2019), a captura e o extermínio de indígenas com requintes de crueldade eram práticas comuns nas bandeiras lideradas por Jorge Velho, que simbolizam a face mais violenta da colonização do Brasil. O legado dessas ações no Piauí pode ser visto tanto na estrutura fundiária da região quanto na memória histórica de violência e subjugação das populações indígenas.

No século XVII, observou-se uma intensificação significativa no processo de ocupação do interior do Brasil, especialmente nas regiões correspondentes ao sudeste do Piauí. Esse movimento envolveu a atuação de missionários jesuítas e exploradores que vieram de diferentes partes do território colonial, incluindo o sul do Brasil, áreas sob domínio espanhol e países europeus como França e Holanda. Esses agentes históricos desempenharam papel central na conquista e posterior implementação da pecuária bovina naquelas áreas.

A partir de São Paulo, destacaram-se os bandeirantes, que, com o respaldo da Casa da Torre e o uso da força armada, avançaram pelo interior, dizimando populações indígenas e estabelecendo currais ao longo de suas rotas. Como aponta Verger (2021), esses espaços não se limitavam à criação de gado, mas também eram sustentados pelo trabalho de pessoas escravizadas, cuja presença foi constante e determinante para o desenvolvimento das estruturas econômicas, sociais e culturais que moldaram a identidade nacional. As populações africanas escravizadas, ao longo de mais de três séculos de regime escravista, inseriram no cotidiano brasileiro práticas culturais, saberes e formas de existência que deixaram marcas profundas na formação do país.

Com isso, o sudeste do Piauí, especialmente a Fazenda Paulista (atual Paulistana-PI) foi destino de diversas famílias de origem paulista ligadas às expedições bandeirantes. Inicialmente, essas incursões visavam a captura de indígenas para a escravização, além da busca por metais preciosos e outros recursos naturais de valor econômico encontrados no sertão, como plantas e substâncias específicas (Abreu, 1982). O bandeirantes Domingos Jorge Velho (que veio em 1662) e, posteriormente, Domingos Afonso Mafrense (que chegou em 1670), foram responsáveis por abrir caminho para outros grupos que, posteriormente, se estabeleceriam na Capitania do Piauí com objetivos voltados à ocupação territorial e à implantação de fazendas de criação de gado.

Abreu (1982) observa que a credibilidade atribuída às recomendações dos bandeirantes no Brasil foi decisiva para

convencer a Coroa Portuguesa da necessidade de recorrer aos homens de São Paulo no enfrentamento dos chamados bárbaros hostis e na repressão aos mocambos insurgentes. Segundo o autor, a atuação dos paulistas foi apresentada como estratégica para garantir a segurança e o avanço da colonização no interior da colônia. Diversos governadores-gerais, sobretudo após a chamada Restauração do Nordeste, período marcado pela expulsão dos holandeses de Recife e Olinda, em 1645, endossaram essa percepção e conseguiram persuadir o rei de Portugal a autorizar a participação dos bandeirantes nesse processo de ocupação territorial.

3.4 Dos vaqueiros nas primeiras fazendas

Durante o século XVII, o processo de colonização no sudeste do Piauí e no sertão pernambucano experimentou uma reorientação marcada pela política colonial portuguesa, que privilegiava o estabelecimento de rotas terrestres para assegurar o controle territorial e consolidar o domínio econômico da metrópole sobre a colônia. Nesse contexto, as possibilidades de valorização do território conquistado eram limitadas. Brandão (1999, p. 154) observa que "o modelo extrativista vegetal e mineral não se consolidou, bem como se inviabilizou o cultivo da cana para fabricação do açúcar, a escolha da pecuária como atividade principal foi resultado da observação aos aspectos regionais".

Porém, para consolidar o domínio territorial era fundamental povoar as áreas conquistadas, estabelecendo currais e mantendo a mão de obra escrava. A perpetuação do sistema escravista no Brasil ao longo de quatro séculos exigiu a garantia das condições estruturais para sua continuidade. O comércio de escravizados africanos desempenhou papel essencial nesse processo, dada a complexidade e diversidade do sistema escravista colonial.

Mesmo em regiões afastadas dos canaviais, como nas extensas fazendas do sudeste do Piauí e do sertão pernambucano, onde o gado era criado em regime de liberdade, os currais demandavam

cuidados que, de forma ampla, dependiam de mão de obra específica. Padre Miguel de Carvalho, ao visitar a região, registrou a existência de mais de uma centena de fazendas, cada qual com suas particularidades. Quando os currais alcançaram o Piauí, por volta de 1650, a pecuária passou a se consolidar gradativamente como a atividade econômica predominante. Em 1697, conforme descrito pelo próprio Carvalho em sua obra *Descrição do sertão do Piauí*, já se contabilizava a presença de mais de cem fazendas na região (Carvalho, 1993, p. 228).

Esses grandes latifúndios foram habitados por pessoas escravizadas desde os primórdios do processo de colonização e conquista, momento em que Domingos Afonso Sertão e fidalgos da Casa da Torre avançaram pelo território piauiense a partir do rio São Francisco, subjugando as populações indígenas locais. Diante disso, impõe-se uma questão fundamental: qual o papel dos escravizados nesse contexto regional?

Brandão (1999) argumenta que os escravizados não se relacionavam diretamente com a criação do gado, mas atuavam em atividades secundárias dentro das fazendas pecuárias. Tal condição refletia a natureza rústica do sertão, onde a participação dos negros estava circunscrita a ofícios auxiliares, tais como a produção de telhas, tijolos e outros artefatos artesanais, bem como trabalhos domésticos. Ademais, muitos ofertavam seus serviços por meio de aluguel aos senhores, sendo empregados na agricultura e na construção civil. Surge, então, uma outra indagação: quem, afinal, cuidava dos currais?

Freyre (2006, p. 163) esclarece que essa responsabilidade recaía, em um primeiro momento, sobre indígenas mansos e mamelucos, estes últimos definidos como mestiços resultantes da união entre portugueses e indígenas, os quais formaram uma espécie de "muralha movediça" que, para além de expandir as fronteiras coloniais brasileiras para o oeste, protegiam os engenhos açucareiros contra ataques externos, tais como invasões piratas. Cada engenho no século XVI e XVII mantinha contingentes de índios ou caboclos

armados com arco e flecha, prontos para defender suas propriedades e riquezas acumuladas (Freyre, 2006, p. 163).

A concepção de Freyre em *Casa Grande & Senzala*, que atribui aos indígenas mansos e mamelucos o papel de sustentação dos currais, encontra consonância com a perspectiva de Esmeraldo Lopes, conforme relatado em *Opara: Formação Histórica e Social do Submédio do São Francisco*. Este autor descreve que os conquistadores portugueses eram seguidos por um contingente formado por homens miseráveis, estropiados e famintos, mestiços e indígenas 'domesticados', que acompanhavam seus líderes de forma submissa e disciplinada, comparados a "cachorros no rastro do dono", aguardando o próximo confronto (Gonçalves, 1997, p. 22).

Nesse sentido, Gonçalves (1997) identifica o vaqueiro como um mestiço (mameluco) ou indígena que desempenhava papel crucial na formação e manutenção dos currais distribuídos pelo território conquistado. O autor descreve que uma pequena aguada, com dez novilhas, um touro, um casal de equinos e um vaqueiro, sustentava três léguas de terra. O vaqueiro, isolado em sua lida diária, era responsável pela guarda do rebanho e pela sobrevivência naquele contexto de solidão e precariedade (Gonçalves, 2004, p. 14).

Importa salientar que o termo "fazendeiro" referia-se exclusivamente ao proprietário das terras e do gado, o qual contratava vaqueiros para a execução do pastoreio e demais tarefas relacionadas, conferindo-lhes a coordenação operacional da fazenda. Conforme Gonçalves (2004, p. 13), o vaqueiro ocupava uma posição subordinada, sendo remunerado pelo sistema de "sorte", isto é, ao invés de receber salário fixo, detinha direito a parte dos animais nascidos, obtendo um animal para cada quatro nascimentos vivos no momento da partilha.

Assim, o vaqueiro não era escravizado, embora suas condições de vida fossem frequentemente adversas. Viviam em zonas rurais remotas, sujeitas a condições climáticas severas, enfrentando predadores, doenças e outros perigos naturais. "Ele tinha que resolver sozinho os problemas que surgissem no domínio do seu curral ou com os animais sob sua guarda" (Gonçalves, 1997, p. 31).

Além disso, muitos vaqueiros contratados sofriam exploração e ausência de liberdade laboral. Sua indumentária, confeccionada em couro, e os aboios, cantos solitários próprios da lida com o gado, refletem a solidão e as dificuldades da vida na caatinga, acompanhadas de alimentação precária, predominantemente composta por farinha de mandioca e carne seca.

3.5 Da chegada de Valério Coelho

Antes mesmo desse contexto restaurador, os desafios enfrentados pela administração colonial já se faziam presentes: persistia a necessidade de ampliar o domínio português sobre as áreas interiores e de consolidar a estrutura econômica com a implantação de fazendas de gado. Entretanto, antes disso, era considerado fundamental expulsar os invasores holandeses e estabilizar a situação da colônia em seus diversos aspectos.

Esse período histórico caracterizou-se por profundos contrastes, marcados pela negação da humanidade de grande parte da população colonizada e pela sistemática expropriação de riquezas em favor da metrópole. Portugal tentou inicialmente impor a escravização dos povos indígenas, mas encontrou certa resistência da Companhia de Jesus, que defendia a conversão religiosa desses povos, considerados de "alma pura" e, portanto, não suscetíveis à escravidão. Diante dessa oposição, consolidou-se a prática de escravizar populações africanas, transportadas em larga escala para o Brasil e submetidas a condições de vida marcadas pela fome, castigos físicos e negação de direitos, a fim de atender às demandas produtivas da colônia.

A colonização das terras que hoje compreendem o estado do Piauí e o Sertão de Pernambuco, parte do que se convencionou chamar de "Sertão de Dentro" (Abreu, 1982), teve início na segunda metade do século XVII. Esse processo de ocupação se deu, inicialmente, a partir da costa leste e sul do território, com avanço pelas margens dos rios Piauí, Canindé e Gurguéia. Em 1676, após confrontos com os grupos indígenas da região da Gurguéia,

considerados os últimos obstáculos à dominação da capitania, foram realizadas as primeiras concessões de terras segundo os preceitos da Lei das Sesmarias. Essas concessões, realizadas pelo então governador de Pernambuco, Dom Pedro de Almeida, beneficiaram figuras de destaque, como Francisco Dias d'Ávila (herdeiro da Casa da Torre de Garcia D'Ávila), Bernardo Pereira Gago, Domingos Afonso Sertão e Julião Afonso Serra, cada um contemplado com dez léguas de terra (Nunes, 1975).

Com a conquista do sudeste do Piauí e do Sertão pernambucano consolidada, Domingos Afonso Mafrense retornou a Salvador, onde faleceu em 1711, sem deixar descendentes. Em seu testamento, estabeleceu a doação de todas as fazendas e rebanhos à Companhia de Jesus, com a condição de que fossem administrados pelos padres do Colégio da Bahia (Nunes, 1975). Ao todo, trinta fazendas de gado passaram à administração dos jesuítas, anteriormente geridas por vaqueiros de confiança do próprio Mafrense. Esses vaqueiros, segundo Queiroz (2010, p. 71), eram em sua maioria mamelucos, descendentes de indígenas e europeus, já desvinculados de suas origens indígenas e alinhados ao pensamento europeu dominante.

Com a expulsão da Companhia de Jesus dos territórios coloniais, ocorrida em 1759 por determinação do Marquês de Pombal, como parte do conjunto de medidas conhecidas como Reformas Pombalinas, instaurou-se uma disputa pelo espólio das terras devolvidas à Coroa, envolvendo agentes ligados à Casa da Torre (Nunes, 1975). A extensão do território sob o controle da Casa da Torre, que ia da Capitania da Bahia e Pernambuco até o Piauí e Maranhão, passou a preocupar a administração portuguesa.

Gonçalves (1997, p. 57) destaca que o poderio da Casa da Torre começou a declinar a partir de 1699, quando uma ordem régia anulou as sesmarias não diretamente ocupadas e trabalhadas pelos proprietários ou seus feitores. A prática de arrendamento, comum entre os Garcia d'Ávila, foi sendo progressivamente desestimulada. Muitos sesmeiros da segunda geração passaram a ocupar essas

terras com o objetivo de se tornarem senhores, como exemplifica o caso do capitão Valério Coelho Rodrigues (Gonçalves, 1997).

Essas terras, originalmente concedidas como prêmio pela expulsão dos holandeses da margem esquerda do rio São Francisco, foram fundamentais para a manutenção das tropas da Coroa, uma vez que o gado nelas criado abastecia os engenhos e demais regiões litorâneas (Macedo, 2009). Para esse autor, as guerras no médio São Francisco mostram a estreita relação entre expansão territorial e a necessidade de áreas voltadas à pecuária.

Nesse mesmo contexto, Mott (1985, p. 131) assinala que, no século XVIII, o antagonismo entre colonizadores e indígenas atingiu um ponto crítico, ameaçando a continuidade do projeto colonizador. A resposta da Coroa incluiu novas diretrizes para a colonização, com foco na pacificação e na consolidação da criação de gado como principal atividade econômica, especialmente diante dos conflitos entre arrendatários e procuradores ligados à Casa da Torre.

Em 1753, em mais uma tentativa de controle, o rei de Portugal emitiu uma nova carta régia reafirmando a revogação das sesmarias não ocupadas, limitando-as a uma légua de largura por três léguas de comprimento (Gonçalves, 1997, p. 61). No entanto, os conflitos persistiram, e a Coroa, interessada na manutenção da segurança territorial e na ampliação dos rendimentos, raramente intervinha diretamente. Como afirma Brandão (1999, p. 40), "Portugal estava interessado no controle e na segurança do território, na expansão dos currais e ampliação dos rendimentos, além da necessidade de sobrevivência do seu poderio", delegando, assim, aos fidalgos da Casa da Torre parte da responsabilidade pela manutenção da ordem na região. Nesse contexto, insere-se Valério Coelho, que instalou a Fazenda Paulista.

A formação da Fazenda Paulista, origem do atual município de Paulistana, no Piauí, insere-se diretamente no processo de expansão da pecuária no sertão nordestino, especialmente após a expulsão dos jesuítas da colônia em 1759. Este acontecimento foi um marco significativo na dinâmica econômica e territorial da região, uma vez

que as extensas propriedades, rebanhos e mão de obra até então administrados pelos padres passaram para o controle da Coroa portuguesa, sendo reorganizados sob a administração do Real Fisco.

No território piauiense, os jesuítas possuíam vasta quantidade de fazendas, sendo sua atuação voltada muito mais para a administração agropecuária do que para a catequese, conforme destacam Oliveira e Assis (2009). Após sua expulsão, o governo português estruturou as propriedades em três grandes inspeções: Santo Inácio do Canindé, São José do Piauí e Nossa Senhora de Nazareth. A região da atual Paulistana integrava a Inspeção de Santo Inácio do Canindé, que reunia fazendas importantes como Ilha, Tranqueira, Castelo, Campo Largo (residência administrativa), entre outras (D'Alencastre, 1857).

A partir do pensamento de D'Alencastre (1857), nota-se que as fazendas dos jesuítas no Piauí (doadas ou fundadas ao longo do século XVIII) não eram missões religiosas isoladas, mas sim empresas agropecuárias multinacionais movidas a trabalho escravizado sob condições cruéis de existência. Quando o Marquês de Pombal expulsa os jesuítas em 1759 e o governo português confisca os bens da Igreja, essas propriedades viram os chamados Bens dos Confiscos ou Fazendas Reais e Nacionais.

Isso significa que a Inspeção de Santo Inácio do Canindé (da qual Paulistana fazia parte) manteve a estrutura escravista intacta, apenas mudando o dono: saiu a Companhia de Jesus, entrou a Coroa Portuguesa (e depois o Império do Brasil). O escravista Valério Coelho Rodrigues e seus descendentes operavam e expandiam seus latifúndios justamente nesse vácuo e nessas redes de terras confiscadas ou arrendadas.

A economia local girava em torno da criação de gado, que era conduzido até a Feira de Capuame, na Bahia, mercado de extrema importância no abastecimento de carne e derivados para Salvador e outras localidades. Os registros históricos indicam que, entre 1770 e 1788, mais de 33 mil cabeças de gado foram enviadas das fazendas do Real Fisco no Piauí, com a Inspeção do Canindé figurando como a maior exportadora (Arraes, 2012; Brandão, 1999).

O surgimento da Fazenda Paulista deve ser compreendido dentro desse contexto e suas fazendas funcionavam como núcleos de povoamento e de organização territorial, sendo fundamentais para a economia e para a fixação de populações, a abertura de estradas e o estabelecimento de redes comerciais. A instalação dessas unidades econômicas estava diretamente associada às condições geográficas favoráveis à criação extensiva de gado, com grandes áreas de pastagem e acesso aos cursos d'água, como o rio Canindé e seus afluentes.

As dificuldades de locomoção eram significativas, pois o transporte das boiadas até os mercados do litoral envolvia viagens de até 300 léguas, enfrentando terrenos áridos, longos períodos de seca e a perda de animais ao longo do percurso (Nunes, 2007; Abreu, 1982). Mesmo assim, a pecuária permaneceu como uma atividade central na economia local, impulsionando tanto o desenvolvimento interno quanto a integração da região aos circuitos econômicos mais amplos do Nordeste colonial.

Além do comércio de gado vivo, o final do século XVIII testemunhou a instalação de charqueadas às margens do rio Parnaíba, o que ampliou as possibilidades econômicas da região, embora não tenha substituído totalmente o envio de boiadas para a Bahia (Cabral, 2008).

Portanto, a fundação da Fazenda Paulista, que posteriormente daria origem ao município de Paulistana, está diretamente ligada a esse processo histórico e resulta da combinação entre os interesses da Coroa portuguesa na administração dos bens confiscados dos jesuítas e a consolidação da pecuária como principal vetor de ocupação e desenvolvimento econômico no sertão do Piauí durante o século XVIII. Esta trajetória identifica como a pecuária foi uma atividade econômica e um mecanismo de territorialização e formação de estruturas urbanas no semiárido nordestino.

A fazenda Paulista, hoje Paulistana, que é uma cidade localizada no semiárido do estado do Piauí, Brasil, teve sua fundação e seu desenvolvimento como resultado da história de interiorização e expansão territorial no Nordeste brasileiro, sendo

um marco importante para a compreensão da dinâmica sociopolítica e econômica da região.

A fundação de Paulistana também está inserida no contexto da expansão pecuária do sertão nordestino, movimento iniciado a partir do século XVII. As bandeiras paulistas, lideradas por figuras como Domingos Jorge Velho[2] e Domingos Afonso Mafrense[3], como mencionado anteriormente, desempenharam um papel fundamental nesse processo de interiorização, especialmente no Piauí, ao capturar e subjugar populações indígenas para consolidar a ocupação territorial. A presença de bandeirantes em áreas como Paulistana serviu como instrumento de controle do território, facilitando a colonização portuguesa e o estabelecimento de atividades econômicas, principalmente a pecuária extensiva (Gomes, 2019).

A Fazenda Paulista, localizada no atual município de Paulistana, Piauí, foi uma das propriedades estabelecidas por Domingos Jorge Velho e Domingos Afonso Sertão (também conhecido como Domingos Afonso Mafrense), sertanistas portugueses que desempenharam um papel fundamental na colonização do interior nordestino no século XVII. Após a morte destes, as terras foram administradas pelos jesuítas, que mantiveram a gestão das fazendas até sua expulsão em 1760.

As terras de Domingos Jorge Velho e, posteriormente, de Domingos Afonso Mafrense, inicialmente doadas à Companhia de Jesus, foram confiscadas pela Coroa Portuguesa após a expulsão dos

---

[2] Período de atuação: aproximadamente 1640 a 1705. Foi ativo principalmente no final do século XVII, especialmente nas décadas de 1670 a 1690, quando liderou expedições para combater o Quilombo dos Palmares (que foi destruído em 1694). Sua vida e ações se inserem no contexto da colonização portuguesa do Nordeste durante o século XVII, com foco na expansão territorial e repressão à resistência negra e indígena.

[3] Período de atuação: também no século XVII, com registros indicando atuação nas décadas de 1640 a 1680 aproximadamente. Ele esteve ativo nas primeiras fases da colonização portuguesa na região do Piauí, ajudando na fundação de núcleos e na defesa dos territórios contra indígenas e outras ameaças. Sua atuação precede ou coincide com o período de Domingos Jorge Velho, estando inserido no processo inicial de consolidação colonial no interior nordestino.

jesuítas. Assim, as fazendas do Piauí passaram a ser denominadas de Fazendas do Real Fisco e foram divididas em três inspeções para facilitar sua administração: Nazaré, Piauí e Canindé. A Coroa Portuguesa frequentemente vendia ou arrendava essas propriedades a particulares, o que delineou a cena rural piauiense.

Durante o período colonial, a Coroa Portuguesa estabeleceu no Brasil um sistema de administração das terras públicas chamado Fazendas do Real Fisco, que consistia em grandes propriedades agrícolas e pecuárias diretamente controladas pelo governo português, e que tinham o objetivo de garantir a produção de alimentos e recursos para a manutenção da colônia, além de assegurar o domínio territorial frente às populações indígenas e a expansão das atividades coloniais.

Em 1773, o governador Gonçalo Lourenço Botelho de Castro determinou que todo o dinheiro produzido pelas Fazendas pertencentes às Capelas, instituídas por Domingos Afonso Sertão e administradas pelos jesuítas, fosse transferido do cofre da capitania para o da Junta, conforme ordens reais.

Nesse processo de secularização da administração das terras, destaca-se a atuação de Valério Coelho Rodrigues, um dos escravistas mais influentes do período. Nascido em Portugal, Valério estabeleceu-se no interior do Piauí e fundou, por volta de 1745, a Fazenda Paulista, que mais tarde daria origem ao atual município de Paulistana.

Com a saída dos jesuítas, Valério assumiu relevante papel político, militar e administrativo na capitania, inclusive como juiz ordinário e mestre-de-campo. Foi ele quem consolidou a Fazenda Paulista como centro econômico regional, integrando-se à elite fundiária que assumiu a administração dos antigos bens da Companhia de Jesus. Sua influência se estendeu sobre as terras herdadas ou adquiridas, mas também sobre as decisões políticas que moldaram a estrutura agrária do sul do Piauí no final do século XVIII. Tal estrutura escravista de desapropriação de terras indígenas e negras, além da perversidade instalada nas suas fazendas, reflete nos dias atuais, onde há grandes extensões de terra

sob propriedade de seus herdeiros e a maior parte da população remanescente de indígenas e negros permanece imersa na pobreza.

A Fazenda Paulista, sob sua administração, tornou-se um polo de desenvolvimento econômico e social, às custas da escravidão. Valério Coelho Rodrigues construiu uma capela na sede da fazenda, que mais tarde se tornaria a Igreja Matriz de Nossa Senhora dos Humildes, em Paulistana.

Com isso, o município de Paulistana originou-se de uma fazenda de criação de gado, fundada pelo bandeirante paulista Domingos Jorge Velho, por volta de 1663, dando-lhe o nome de Paulista, em homenagem a seus conterrâneos. Mais à frente, o português Valério Coelho, casado com Dona Domiciana Vieira Martins, natural de Oeiras-PI, fundou novas fazendas de criação de gado, em princípio do ano de 1745.

Valério era proprietário de 14 fazendas, distribuídas entre os estados da Bahia, Pernambuco e Piauí. Na Fazenda Paulista, desenvolveu atividades agropecuárias, incluindo a criação de gado, e estabeleceu uma capela, que mais tarde se tornaria a Igreja Matriz de Nossa Senhora dos Humildes, em Paulistana.

Importante mencionar um fato à parte, que foi a chegada de inúmeros adventistas, vindos das províncias vizinhas, e que se estabeleceram nas imediações da fazenda que rapidamente cresceu, tornando-se, em pouco tempo, um núcleo populacional de relativa expressão. Sabemos Valério Coelho contribuiu para o povoamento, no entanto, o local, antes pertencente a Domingos Jorge Velho, já possuía diversos habitantes, como indígenas, inclusive muito antes destes bandeirantes chegarem às terras piauienses.

Gomes (2018) dá força a essa corrente que diz que o marco inicial da colonização da região do Canindé foi a instalação do Arraial Paulista em 1674, conforme também aponta Bandeira (1991). Este arraial eventualmente deu origem a fazendas agropastoris, que se tornaram características dessa área, famosa por suas opulentas propriedades de gado. No início, essas terras eram parte do vasto latifúndio do bandeirante conhecido como Sertão. O governador de

Pernambuco, responsável pela jurisdição da região na época, repassou essas terras a membros da Casa da Torre.

No início do século XVIII, com a dissolução da sociedade entre Domingos Afonso Mafrense e os Ávila, a região do Canindé passou a ser dominada por novos proprietários, tornando-se um destaque na cartografia do século XIX. A igreja da fazenda, dedicada a Nossa Senhora dos Humildes, simbolizava essa transformação. A Fazenda Paulista foi elevada à condição de freguesia em 1833, tornando-se parte da vila de Jaicós, após ter estado sob a jurisdição da cidade de Oeiras, que era a capital da Capitania de São José do Piauí na época.

Em resumo, o Arraial Paulista, antes pertencente a Domingos Jorge velho e repassado para Domingos Mafrense, situado na região da inspeção Canindé, foi adquirido posteriormente pelo português Valério Coelho Rodrigues[4] por volta de 1745. O patrimônio de Valério já incluía um total de 20 fazendas distribuídas ao longo da cabeceira do rio Canindé, uma das quais era a Fazenda Paulista, refletindo a importância econômica e social dessa região em formação (Bandeira, 1991).

Nesse contexto, as fazendas eram classificadas em três categorias: i) fazendas públicas, que pertenciam à Coroa Portuguesa e passaram ao domínio do Império Brasileiro após a independência em 1822; ii) fazendas privadas, adquiridas por membros da elite colonial por meio de sesmarias ou compras; e iii) sítios e pequenas propriedades, predominantemente pertencentes a brancos da administração colonial, comerciantes, mestiços imigrantes de outras regiões, e, raramente, a negros libertos ou fugitivos.

[4] No caso da Fazenda Paulista, foi adquirida por português Valério Coelho Rodrigues. A sua chegada ao Brasil ocorreu em um contexto de expansão territorial promovida pela Coroa Portuguesa, que, sob a égide do monarca D. José I, buscava estimular a urbanização e a ocupação dos espaços conquistados no Sudeste do Piauí e no Sertão de Pernambuco por meio da oferta de terras para a criação de gado, conforme assinala Mott (1976).

Desde os primórdios da colonização, as fazendas de gado foram determinantes na configuração do uso do solo e na distribuição dos colonizadores no sertão piauiense. Já em 1697, apenas um ano após a criação da primeira freguesia local, contabilizavam-se 129 fazendas de gado, situadas às margens de 33 rios, ribeiras, lagoas e olhos d'água, em áreas limítrofes com as terras habitadas pelos povos indígenas (Mott, 1976, p. 344).

Para tornar a gestão dessas terras mais eficiente, o Real Fisco dividiu o território em grandes unidades administrativas chamadas inspeções, responsáveis pelo controle e fiscalização das fazendas. No território que hoje compreende o estado do Piauí, as fazendas foram organizadas em três inspeções principais:

1. **Inspeção de Nazaré**
2. **Inspeção do Piauí**
3. **Inspeção de Canindé**

A Inspeção de Canindé abrangia uma ampla área do interior do Piauí, incluindo localidades que hoje são importantes municípios, como Canindé do Piauí, Paulistana e região circunvizinha. Essa inspeção era responsável pela administração das fazendas do Real Fisco na região, supervisionando a produção agropecuária, a gestão da mão de obra (que incluía escravizados), o recolhimento de tributos e a segurança territorial.

Entre as principais fazendas vinculadas à inspeção de Canindé, destacam-se:

- Fazenda Paulista (atual Paulistana): uma das propriedades mais significativas da região, vinculada ao sistema do Real Fisco, teve papel central na colonização e ocupação territorial do semiárido piauiense. Tornou-se referência na economia local devido à agricultura e à pecuária, utilizando-se principalmente do trabalho escravo.
- Fazenda Queimadas: outra propriedade importante na região, conhecida por sua produção agrícola e criação de gado.
- Fazenda Poções: embora haja algumas variações de localização, é associada à área de Canindé, também inserida na rede produtiva do Real Fisco.

• Outras pequenas fazendas e sesmarias distribuídas na região, que posteriormente deram origem a núcleos de povoamento e vilas.

A necessidade da Coroa Portuguesa em "urbanizar" os territórios conquistados motivou D. José I a expedir, segundo Mott (1976), uma carta ao governador da capitania do Piauí, determinando a distribuição de terras para lavoura e comércio aos indígenas sobreviventes e já "amansados", com a finalidade de consolidar povoações que pudessem alavancar a agricultura e o comércio, além de introduzir a ordem administrativa desejada:

> [...] tendo consideração das grandes utilidades que hão de resultar ao serviço de Deus, e meu, e ao bem comum de meus vassalos, de se reduzirem os sertões desta capitania a povoações bem estabelecidas, para que ao mesmo tempo em que nelas se introduzir a polícia, floresça a agricultura e o comércio (Mott, 1976, p. 344).

Cumpre destacar que o denominado "Sertão de Dentro" foi conquistado mediante a força dos bandeirantes e mamelucos, que avançaram pela região, exterminando ou forçando a migração dos povos indígenas e edificando uma sociedade de base eminentemente rural, conforme destaca Holanda (2020):

> Toda a estrutura de nossa sociedade colonial teve sua base fora dos meios urbanos […]. Os portugueses instauraram no Brasil uma civilização de raízes rurais. É efetivamente nas propriedades rústicas que toda a vida da Colônia se concentra durante os séculos iniciais da ocupação europeia: as cidades são virtualmente, senão de fato, simples dependências delas (Holanda, 2020, p. 41).

A ocupação desses espaços, além de possibilitar a exploração econômica, tinha como objetivo estratégico o povoamento para evitar a ocupação por outras potências estrangeiras. Nesse contexto, Valério Coelho Rodrigues deixou sua terra natal, Paço de Souza, no norte de Portugal, para fixar-se no Brasil como um grande fazendeiro e fundador de uma geração de descendentes que se espalhou por diversas regiões do país, com forte presença

especialmente no Sudeste do Piauí e no Sertão de Pernambuco (Costa, 2020a).

Valério Coelho Rodrigues recebeu o título de Capitão, concedido pela Coroa Portuguesa, conferindo-lhe autoridade sobre uma determinada área da capitania, uma divisão administrativa do território colonial, que funcionava como uma espécie de feudo semifeudal, entregue a nobres ou colonos abastados, denominados capitães-donatários, responsáveis por subdividir o território em sesmarias, que eram concedidas a sesmeiros mediante "carta foral". Entre as obrigações destes, estavam a produção e a proteção das terras, a aplicação da lei e, quando necessário, o exercício da função de juiz de paz. Pereira (2011) esclarece:

> O tamanho de uma sesmaria era determinado em acordo com as condições do requerente, uma vez que, de acordo com o que estava descrito nas ordenações do reino e que servia de base para a distribuição das terras aqui, havia a obrigação por parte do sesmeiro de organizar a produção na sua parcela de terra dentro de um determinado prazo, sob o risco de perdê-la caso não cumprisse tal obrigação (Pereira, 2011, p. 11)

Assim, quanto maiores as condições econômicas do sesmeiro, maior era a extensão territorial que poderia adquirir. Segundo Teles (1984), Valério Coelho Rodrigues chegou a adquirir uma vasta extensão de terras que abrangia desde a fazenda Cruz de Valério, localizada no atual município de Petrolina, Pernambuco, até o município de Jaicós, no Piauí. De acordo com o autor:

> Valério Coelho Rodrigues comprou aos fidalgos da Casa da Torre grande extensão de terras que começava da fazenda da Cruz do Valério até parte do município de Jaicós. A fazenda Cruz do Valério era tão grande que foi dividida em vinte fazendas, que são as seguintes: Amargosa, Jatobazinho, Santa Clara, Água Branca, Poço de Pedra, Cacimba, Desterro, Atalho, São Bento, Mudubim, Mary, Angical, Santo Antônio, Alegre, Volta, Garcinha, Garça, Rajada, Bom Jardim e fazenda Pau Ferro (Teles, 1984, p. 14).

Valério Coelho Rodrigues nasceu em 3 de setembro de 1713, na localidade de Assento, pertencente à freguesia de São Salvador do Paço de Sousa, no norte de Portugal, situada no vale do rio Sousa, a

cerca de 30 quilômetros da cidade do Porto (Costa, 2020a). Sua chegada ao Brasil deu-se no início da década de 1730, integrando a segunda leva de bandeirantes que se estabeleceram definitivamente após a conquista e ocupação do Sudeste do Piauí e do Sertão de Pernambuco. Tal cronologia é corroborada pelo registro encontrado no Arquivo da Arquidiocese de Teresina, no livro de batismos da freguesia de Oeiras (1704-1735), onde consta a atuação de Valério como padrinho em cerimônia datada de 29 de março de 1735 (Bandeira, 1991). Sua proximidade com a Casa da Torre possibilitou a aquisição das terras da fazenda Cruz de Valério, por meio dos fidalgos da família Garcia D'Ávila, cujas terras, ao serem subdivididas, deram origem a vinte grandes fazendas (Teles, 1984).

Valério Coelho Rodrigues casou-se com Domiciana Vieira de Carvalho, neta do bandeirante José Vieira de Carvalho e Maria Freire da Silva, que migraram de São Paulo em 1719 na última expedição oficial de bandeirantes paulistas com o objetivo de colonizar o Sudeste do Piauí, fixando-se na região entre os vales dos rios Canindé, Piauí e Gurgueia (Carvalho, 1987). Domiciana era filha de Hilário Vieira de Carvalho e Maria do Rêgo Monteiro, que inicialmente residiram na fazenda Poções e, posteriormente, na fazenda Volta, ambas situadas na bacia do rio Canindé, então parte do termo da vila da Mocha (atual cidade de Oeiras, Piauí).

O matrimônio entre Valério Coelho Rodrigues e Domiciana Vieira de Carvalho ocorreu entre os anos de 1743 e 1745. Valério, então com 32 anos, casou-se com uma jovem cuja idade estimada era entre 15 e 17 anos, prática comum na época, em que o casamento precoce feminino era habitual, conforme observa Freyre (2006, p. 429): "No Brasil, o costume de as mulheres se casando cedo, aos doze, treze, quatorze anos. Com filha solteira de quinze anos dentro de casa, já começavam os pais a se inquietar". Os recém-casados estabeleceram-se na fazenda Paulista em 1745 (atual Paulistana, Piauí), parte da sesmaria adquirida por meio da Casa da Torre.

3.6 Dos escravizados no Sudeste do Piauí (Fazenda Paulista)

Compreender o processo de escravização revela-se fundamental para a análise da estrutura histórica do território em questão e para a apreensão dos fatores que motivaram a fuga de escravizados tanto das fazendas de gado quanto dos extensos canaviais. Nunes (2007), ao detalhar a extensão territorial do Piauí, destaca as margens dos rios São Francisco, Parnaíba e Piauí como corredores estratégicos para a fuga, dada a complexa rede hidrográfica que favorecia a mobilidade e posicionava a Capitania do Piauí como um importante corredor migratório. Além dos escravizados fugitivos, a região acolheu, nos séculos posteriores, populações flageladas pelas severas secas.

Durante o período colonial, o Brasil recebeu milhares de africanos escravizados, capturados na costa africana conforme as demandas econômicas dos senhores, seja para o trabalho nas minas, na cana-de-açúcar ou na criação de gado. As habilidades agrícolas específicas desses indivíduos foram fundamentais para o funcionamento do sistema escravista, que se caracterizava pela exigência de mão de obra qualificada para a agricultura tropical mercantilista, conforme aponta Brandão (1999). Tal sistema não difere das dinâmicas presentes em outras regiões do Brasil, sendo o Sudeste do Piauí e o Sertão de Pernambuco exemplos emblemáticos da solidificação desse modelo social e econômico.

Brandão (1999, p. 107) observa que a escravidão se implantou concomitantemente ao surgimento da empresa açucareira, cuja lógica mercantilista demandava grandes extensões de terra e intenso esforço laboral para garantir a lucratividade da produção. Nesse contexto, a economia rural e agrária local teve sua gênese no estabelecimento das fazendas de gado, impulsionadas pela chegada de famílias bandeirantes de segunda geração, cuja estrutura produtiva era sustentada pelo trabalho escravo.

A servidão escrava, portanto, integrou-se profundamente à composição social do Piauí, perpetuando-se de geração em geração, dado que os filhos dos escravizados nasciam na condição

de propriedade do senhor, reproduzindo assim o ciclo de exploração hereditária presente em todo o Brasil colonial. Essa condição não se limitou a um mero vínculo produtivo; os escravizados introduziram uma gama de elementos culturais, gostos, costumes, linguagem, que transcenderam a relação de dominação e constituíram bases para identidades locais.

Mattoso (1982) destaca que o escravizado construiu espaços próprios dentro dessa dinâmica, valendo-se de seu "jeito", ou seja, da capacidade de adaptação e da astúcia forjada na adversidade, estratégias que lhe permitiram sobreviver e, em certa medida, negociar sua condição. Essa habilidade, segundo o autor, marcou profundamente a trajetória social brasileira, influenciando tanto os escravizados quanto os homens livres e libertos (Mattoso, 1982, p. 174).

Entretanto, essa adaptação não eliminou a realidade dos maus-tratos, castigos e das fugas frequentes, que deram origem a inúmeros mocambos e quilombos. Luna (1968) contrapõe Mattoso ao enfatizar que os escravizados jamais se conformaram com o regime de cativeiro, fazendo da fuga uma forma recorrente e legítima de protesto contra a escravidão. Esses grupos, compostos por homens, mulheres e crianças, organizavam-se em quilombos, estabelecendo comunidades autônomas em áreas de difícil acesso, como matas densas e serras, em defesa contra as investidas coloniais (Luna, 1968, p. 65).

A inserção da mão de obra escrava no território conquistado pelos bandeirantes é um processo complexo, marcado por lacunas históricas ainda por serem plenamente pesquisadas (Nepumuceno, 2020, p. 825). Contudo, Falci e Marcondes (2006) indicam que essa presença já era significativa por volta de 1650, quando o padre Miguel de Carvalho produziu a "Descrição do Sertão do Piauí" (1697), documento que registra a existência de mais de cem fazendas e a presença expressiva de escravizados na região.

Esse registro comprova que a escravidão acompanhou o processo de interiorização e conquista do território, perdurando até a abolição em 1888 (Nunes, 2007). Destaca-se ainda o papel contraditório dos missionários jesuítas, que, apesar da missão

catequética junto aos indígenas, também atuaram como proprietários de escravos e gestores de propriedades rurais até sua expulsão por ordem do Marquês de Pombal (Nunes, 2007).

Gomes (2005, p. 145) informa que, entre 1755 e 1777, a Companhia do Comércio do Grão-Pará e Maranhão introduziu cerca de 12 mil africanos escravizados nas capitanias do Maranhão e Piauí, ampliando a mão de obra nas fazendas locais e intensificando as fugas que deixaram de ser exceções para se tornar fenômenos cotidianos, resultando na formação sistemática de quilombos durante o século XVIII.

Essas comunidades negras, muitas vezes compostas também por indígenas, estabeleceram-se em locais de difícil acesso, como matas, igarapés e serras, espaços ideais para a resistência contra o sistema escravista e as investidas coloniais (Silva, 2016, p. 16). No Sudeste do Piauí, destacam-se assentamentos quilombolas como Riacho dos Negros e Saco/Curtume (São João do Piauí), Núcleo Angical (Fartura do Piauí), Núcleo Xique-Xique (São Lourenço do Piauí), Núcleo Lagoa das Emas (São Raimundo Nonato), Quilombo São Martins (Paulistana-PI), Quilombo Tapuio (Queimada Nova) e Quilombo Araçá (Afrânio/PE).

É importante ressaltar que, enquanto propriedade, o escravizado representava valor econômico e era transmitido como herança, sendo parte fundamental dos inventários familiares, muitas vezes gerando renda por meio do aluguel. Maupeou (2008, p. 50) ressalta que no Sertão do Médio São Francisco, a propriedade, mesmo que modesta, conferia ao indivíduo um status social dentro de uma rede complexa de solidariedade e dependência, regida tanto por princípios morais e familiares quanto por relações de poder e violência.

Assim, a apropriação da terra e a posse de escravizados estavam profundamente entrelaçadas aos laços familiares, sendo a transmissão hereditária um dos mecanismos centrais da reprodução das estruturas sociais da região ao longo do período histórico analisado.

Como visto, o processo de formação do território do Sudeste do Piauí é marcado por eventos que deixaram cicatrizes profundas na memória coletiva local. Nesse período, uma série de conflitos entre a população indígena nativa e os colonizadores, estes apoiados pela Igreja e pela Coroa Portuguesa, moldaram tanto a paisagem quanto a história da região. A dizimação de comunidades indígenas inteiras, a brutalidade do sistema escravista negro, o estabelecimento dos currais de gado e a fundação de vilarejos são episódios que se entrelaçam nesse contexto, deixando um legado de violência e desigualdade que reverbera até os dias atuais. Este processo é fundamental para compreendermos a configuração territorial e as dinâmicas de poder e resistência que delinearam a identidade sociocultural dessas regiões.

Considerando que o processo de pesquisa se configura como uma busca contínua, investigação e descoberta, nesta tese, principalmente neste capítulo, de questões historicamente escondidas e silenciadas pela história oficial piauiense, mais precisamente a paulistanense. Destaca-se, por exemplo, a ausência do reconhecimento do papel das pessoas de ascendência africana, que foram empregadas como escravas em múltiplas funções no referido espaço territorial. Além disso, chama a atenção a prevalência da exaltação aos conquistadores em detrimento das iniciativas de reparação voltadas aos descendentes das populações marginalizadas (em Paulistana, a principal praça da cidade possui um monumento em homenagem a Valério Coelho, exatamente no local em que estes mantinha pessoas na condição de escravizados). Ao lançar luz sobre essas lacunas históricas, o estudo oferece uma contribuição significativa para uma compreensão mais ampla e inclusiva do passado, possibilitando reflexões cruciais acerca da justiça social e da necessidade do reconhecimento das injustiças históricas, assim como da valorização daqueles que hoje habitam os quilombos contemporâneos, frequentemente marcados por dificuldades, invisibilização histórica e pela insuficiência das políticas públicas.

Por isso, este capítulo é necessário, pois, como pontuado por Paul Ricoeur (2007), estabelece-se uma base teórica fundamental para a discussão acerca do conceito de tempo, sobretudo ao introduzir elementos relevantes relacionados à memória histórica.

Ricoeur argumenta que, ao investigar o passado, o pesquisador confronta-se com memórias que trazem à tona traumas, catástrofes, ressentimentos e testemunhos de diversas formas de tragédias humanas, e enfatiza que o trabalho da pesquisa com a memória, quando orientado por imperativos éticos, assume um caráter de luto, sendo esta metáfora particularmente pertinente por envolver o enfrentamento das dores profundas e das injustiças do passado.

Sob essa perspectiva, a memória se configura como dor, luto, lembrança e também esquecimento, o que é um processo complexo de reconhecimento e elaboração emocional das experiências traumáticas que marcaram aqueles que vivenciaram tais sofrimentos, bem como o legado histórico que permeia seus descendentes.

Conforme Ricoeur (2007, p. 452), "muitos esquecimentos se devem ao impedimento de ter acesso aos tesouros enterrados da memória", apontando para a dificuldade em recuperar integralmente as experiências historicamente marginalizadas.

Por isso, torna-se imprescindível rememorar o passado para que a sociedade, no presente e no futuro, possa evitar a repetição de suas violências históricas, a exemplo do constante retorno da pauta do trabalho escravo nas esferas jurídicas, com denúncias recorrentes envolvendo casas de família, carvoarias, plantações de café e garimpos, configurando uma persistência das desigualdades e injustiças que marcam a trajetória social brasileira.

Enfim, os resultados da pesquisa documental comprovaram que Valério Coelho Rodrigues, assim como outros sertanistas atuantes nos séculos XVII, XVIII e XIX, desempenhou papel fundamental na ocupação e colonização das regiões do Sudeste, tendo sua fortuna avolumado significativamente no uso do trabalho escravizado.

A análise documental possibilitou a identificação da participação ativa desses indivíduos na expansão da pecuária e na exploração econômica do território, frequentemente pautada no uso da mão de obra escrava.

Registros históricos, tais como os documentos de Sesmarias e inventários públicos, demonstram que a atuação desses sertanistas estava estreitamente vinculada à consolidação de estruturas locais de poder e ao controle de vastas extensões territoriais, as quais permaneceram sob a influência da escravidão até o século XIX.

Ademais, a pesquisa revelou um processo persistente de apagamento histórico relacionado às práticas de escravidão e violência perpetradas pelos detentores do poder local, mostrado pela omissão desses aspectos nos sítios digitais oficiais dos municípios formados a partir dos descendentes de Valério Coelho Rodrigues.

Nesse contexto, a revisão bibliográfica, aliada ao cruzamento de fontes documentais, expôs a tentativa de silenciar tais práticas nos registros oficiais e nos enredos regionais posteriores.

Esse processo de apagamento contribuiu para a construção de uma memória seletiva que exalta figuras como Valério Coelho Rodrigues enquanto desbravadores e pioneiros, mas que, simultaneamente, silencia as implicações sociais e humanas decorrentes de suas ações.

Dessa forma, esta pesquisa enfatiza a necessidade de uma reavaliação crítica da historiografia regional, incorporando as vozes e experiências daqueles que foram historicamente silenciados durante a constituição dessas histórias.

3.6.1 "Paulistana, és o fruto do amor, de um povo forte capaz e lutador"! Dos primeiros delineamentos como cidade

Em virtude do crescente desenvolvimento da povoação, foi instituído um Juizado de Paz em 1829 na Fazenda Paulista, e, em 1883, foi criada a Paróquia de Nossa Senhora dos Humildes, Padroeira da Cidade. No mesmo Ato foram estabelecidos os seus

limites, ficando para o ano de 1888 sua instalação canônica. Paulista adquiriu, também, a categoria de Cidade, no ano de 1938, e, em 1944 passou a chamar-se Paulistana, por força da legislação federal que proibia a duplicidade de topônimos.

O gentílico dos habitantes de Paulistana é paulistanense e sua formação administrativa da cidade começou com a criação do distrito de Paulista, estabelecido pela Resolução nº 1078, em 13 de julho de 1883. Posteriormente, o distrito foi elevado à categoria de vila, também com a denominação de Paulista, por meio da Resolução Provincial nº 1137, de 20 de julho de 1885, quando foi desmembrado do município de Jaicós. A sede da nova vila ficou na então Vila de Paulista, e sua instalação oficial ocorreu em 25 de dezembro de 1885.

Pela lei municipal nº 4, de 02-04-1895, foram criados os distritos de Conceição e Santa Maria e anexados ao município de Paulista. Em divisão administrativa referente ao ano de 1911, o município constituído de 3 distritos Paulista, Conceição e Santa Maria. Pelo decreto estadual nº 1279, de 26-06-1931, é extinto o município de Paulista, sendo seu território anexado ao município de Jaicós, como simples distrito. Elevado novamente à categoria de município e distrito com a denominação de Paulista, pelo decreto estadual nº 1478, de 04-09-1933, desmembrado de Jaicós.

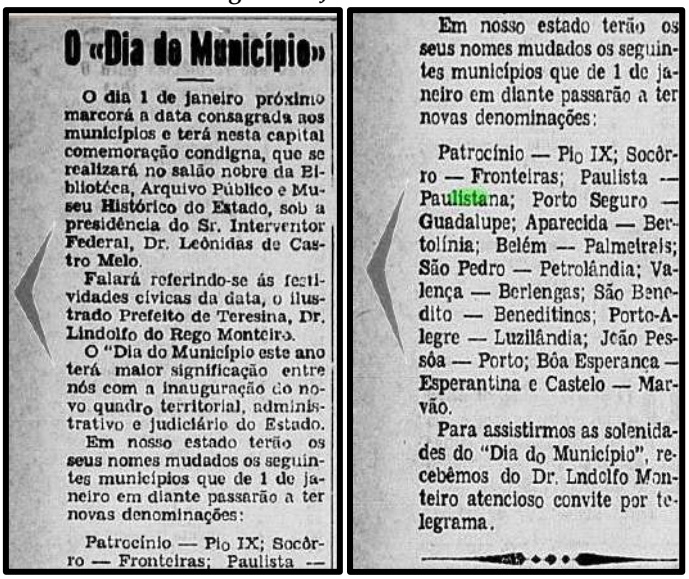
A história administrativa de Paulistana revela um processo de formação e mudanças ao longo dos anos: em 1933, o município era constituído apenas pelo distrito sede, conforme divisão administrativa da época, formato que foi mantido nas divisões territoriais datadas de 31 de dezembro de 1936 e 31 de dezembro de 1937.

Uma mudança importante ocorreu em 30 de dezembro de 1943, quando o Decreto-Lei Estadual nº 754 alterou o nome do município de Paulista para Paulistana, formalizando a nova designação. Na divisão territorial de 1º de julho de 1960, o município, já chamado Paulistana, continuava constituído

apenas pelo distrito sede, configuração que se manteve até a divisão de 2005.

A alteração toponímica, que transformou o nome de Paulista para Paulistana, foi um marco importante e estabelecida pela mesma Lei Estadual nº 754, de 30 de dezembro de 1943, conforme jornais da época mostraram:

Figura 4 – Jornais de 1943



O «Dia do Município»

O dia 1 de janeiro próximo marcará a data consagrada aos municípios e terá nesta capital comemoração condigna, que se realizará no salão nobre da Bibliotéca, Arquivo Público e Museu Histórico do Estado, sob a presidência do Sr. Interventor Federal, Dr. Leônidas de Castro Melo.

Falará referindo-se ás festividades cívicas da data, o ilustrado Prefeito de Teresina, Dr. Lindolfo do Rego Monteiro.

O "Dia do Município este ano terá maior significação entre nós com a inauguração do novo quadro territorial, administrativo e judiciário do Estado.

Em nosso estado terão os seus nomes mudados os seguintes municípios que de 1 de janeiro em diante passarão a ter novas denominações:

Patrocínio — Pio IX; Socôrro — Fronteiras; Paulista — Paulistana; Porto Seguro — Guadalupe; Aparecida — Bertolínia; Belém — Palmeirais; São Pedro — Petrolândia; Valença — Berlengas; São Benedito — Beneditinos; Porto-Alegre — Luzilândia; João Pessôa — Porto; Bôa Esperança — Esperantina e Castelo — Marvão.

Para assistirmos as solenidades do "Dia do Município", recebêmos do Dr. Lndolfo Monteiro atencioso convite por telegrama.

Fonte: Jornal Gazeta, de 31/12/1943

Essa imagem é um recorte de um jornal histórico que detalha a mudança de nomes de vários municípios no estado do Piauí, ocorrida em dezembro de 1943 (para entrar em vigor em 1º de janeiro de 1944).

O texto refere-se ao Decreto-Lei Estadual nº 754, de 30 de dezembro de 1943. Naquela época, por determinação do governo federal (Era Vargas), houve uma reorganização da divisão territorial do Brasil para evitar que municípios em estados diferentes tivessem o mesmo nome.

Hoje, Paulistana mantém essa identidade toponímica, consolidada ao longo de décadas de desenvolvimento e transformações administrativas.

3.7 A cidade atualmente

Paulistana, como muitas cidades do interior do Piauí, desenvolveu-se em torno de fazendas de gado e atividades agrícolas voltadas para a subsistência. Ao longo dos séculos XVIII e XIX, a cidade consolidou-se como um ponto estratégico de passagem e abastecimento no sertão, sendo, inclusive, uma rota importante para os tropeiros e comerciantes que transportavam mercadorias entre o litoral e o interior do Nordeste.

Inicialmente, o Distrito foi criado com a denominação de Paulista, pela resolução nº 1078, de 13-07-1883. Elevado à categoria de vila com a denominação de paulista, pela resolução provincial nº 1137, de 20-07-1885, desmembrado de Jaicós. Sede na atual vila de Paulista. Constituído do distrito sede. Instalado em 25-12-1885.

Pela lei municipal nº 4, de 02-04-1895, são criados os distritos de Conceição e Santa Maria e anexados ao município de Paulista. Em divisão administrativa referente ao ano de 1911, o município constituído de 3 distritos Paulista, Conceição e Santa Maria.

Pelo decreto estadual nº 1279, de 26-06-1931, foi extinto o município de Paulista, sendo seu território anexado ao município de Jaicós, como simples distrito. Elevado novamente à categoria de município e distrito com a denominação de Paulista, pelo decreto estadual nº 1478, de 04-09-1933, desmembrado de Jaicós.

Em divisão administrativa referente ao ano de 1933, o município foi constituído do distrito sede, assim permanecendo em divisões territoriais datadas de 31-XII-1936 e 31-XII-1937.

Pelo decreto-lei estadual nº 754, de 30-12-1943, o município de Paulista passou a denominar-se Paulistana. Em divisão territorial datada de 1-VII-1960, o município já denominado Paulista é constituído do distrito sede, assim permanecendo em divisão

territorial datada de 2005. Alteração toponímica municipal: Paulista para Paulistana alterado, pela lei estadual nº 754, de 30-12-1943.

Figura 5 – Mapa de Paulistana-PI



Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Paulistana_%28Piau%C3%AD%29#/media/Ficheiro:Piaui_Municip_Paulistana.svg

A economia de Paulistana historicamente esteve vinculada à pecuária, especialmente bovina e caprina, em função da adaptabilidade dessas atividades ao clima semiárido. A pecuária extensiva, como pontua Andrade (2007), foi a principal força motriz da colonização do sertão piauiense e permanece até hoje como um setor significativo para o desenvolvimento econômico local.

Nos últimos anos, no entanto, Paulistana tem buscado diversificar sua economia, com o crescimento do comércio e do setor de serviços, especialmente em função de sua posição geográfica estratégica. A cidade atua como um polo comercial para municípios vizinhos, funcionando como um ponto de apoio para o abastecimento e comercialização de produtos regionais.

Além disso, a cidade tem se beneficiado de projetos de desenvolvimento voltados para a convivência com o semiárido, como a instalação de sistemas de captação de água e irrigação

voltados para a agricultura familiar. Esses projetos, promovidos por organizações não governamentais e agências governamentais, buscam mitigar os efeitos da seca prolongada e aumentar a produtividade agrícola na região, incentivando a produção de alimentos como mandioca, feijão e milho, culturas tradicionais do semiárido (Silva; Santos, 2015).

A população de Paulistana é composta majoritariamente por descendentes de povos indígenas, afro-brasileiros e europeus, refletindo a diversidade étnica do Piauí e do Brasil. O município tem uma população de aproximadamente 20.000 habitantes, segundo o Censo de 2022 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de Paulistana, ainda que tenha melhorado nas últimas décadas, permanece abaixo da média nacional, refletindo os desafios enfrentados pela cidade no que tange à educação, saúde e renda (IBGE, 2022).

Culturalmente, o município de Paulistana é marcado por tradições sertanejas, com festas religiosas, como as festas de padroeiros, e eventos ligados à cultura do vaqueiro. A vaquejada, por exemplo, é uma prática tradicional que ainda mobiliza a população local, sendo uma representação do modo de vida sertanejo e da importância histórica da pecuária na região.

A cidade também apresenta manifestações culturais relacionadas ao folclore nordestino, como o reisado, as quadrilhas juninas e as festas de São João, que fazem parte do calendário cultural anual. Essas manifestações mantêm vivas as tradições culturais do sertão, fortalecendo o senso de identidade e pertencimento da população local.

Em termos de infraestrutura, Paulistana enfrenta desafios comuns às pequenas cidades do interior do Nordeste. O abastecimento de água é uma das maiores preocupações, especialmente devido à irregularidade das chuvas e à dificuldade de armazenar e distribuir água durante os longos períodos de estiagem.

Em resposta a essa problemática, projetos de cisternas e açudes têm sido implementados na região, com o objetivo de melhorar o

acesso à água para consumo humano e para a agricultura de subsistência (Gomes; Oliveira, 2018).

Outro desafio significativo é a saúde pública. Apesar da existência de unidades de atendimento básico, muitos moradores precisam se deslocar para cidades maiores em busca de atendimento especializado, uma realidade que agrava o custo de vida para famílias de baixa renda.

Na educação, a cidade conta com escolas de ensino fundamental e médio, e um instituto federal, que atualmente tem ofertado alguns cursos de graduação.

No entanto, a ausência de mais instituições de ensino superior força os jovens a migrarem para outros municípios em busca de formação universitária, o que contribui para a evasão e a diminuição da força de trabalho qualificada na cidade.

Paulistana é uma cidade marcada por sua história de ocupação territorial e expansão econômica no semiárido nordestino, sendo representativa dos desafios enfrentados por pequenos municípios do sertão. Sua economia, centrada na pecuária e no comércio, busca diversificar-se em meio às adversidades impostas pelo clima árido.

Apesar das dificuldades, Paulistana mantém vivas suas tradições culturais e religiosas, reforçando o senso de identidade regional.

A cidade, no entanto, ainda necessita de investimentos em infraestrutura e políticas públicas que promovam o desenvolvimento sustentável e a inclusão social, de modo a garantir melhores condições de vida para sua população.

Localizada a cerca de 460 km de Teresina, capital do Piauí, Paulistana encontra-se na região conhecida como o semiárido nordestino, caracterizada por um clima quente e seco.

De acordo com a classificação climática de Köppen-Geiger, a cidade possui um clima BSh, ou seja, semiárido, com precipitação anual escassa e temperaturas médias elevadas, geralmente superiores a 25°C. A caatinga é o bioma predominante, marcado por vegetação xerófila, adaptada a longos períodos de estiagem.

Figura 6 – Paulistana-PI vista do alto



Fonte: http://cidadesnanet.com/news/municipios/paulistana/paulistana-vai-receber-o-evento-dialogos-pelo-piaui-para-discutir-o-desenvolvimento-do-vale-do-itaim/

O relevo de Paulistana é majoritariamente plano, com leves ondulações, o que facilita a prática da pecuária extensiva, uma das principais atividades econômicas da região. Além disso, a cidade encontra-se na Bacia Sedimentar do Parnaíba, o que confere características geológicas importantes para a pesquisa de recursos minerais, como o calcário e o gesso, utilizados em atividades industriais na região (Almeida; Lopes, 2006).

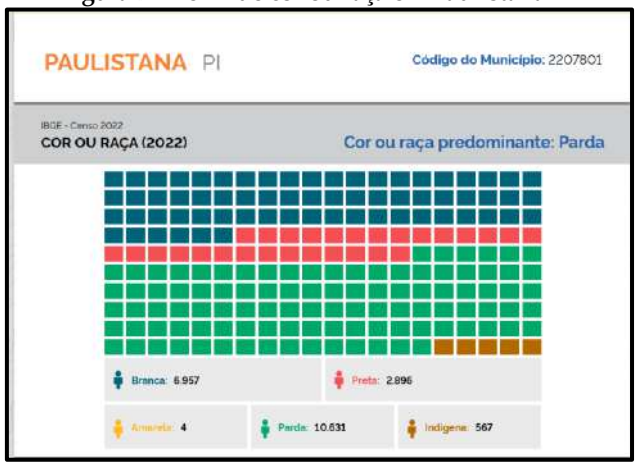
A economia de Paulistana historicamente esteve vinculada à pecuária, especialmente bovina e caprina, em função da adaptabilidade dessas atividades ao clima semiárido, que, como pontua Andrade (2007), foi a principal força motriz da colonização do sertão piauiense e permanece até hoje como um setor significativo para o desenvolvimento econômico local.

Nos últimos anos, no entanto, Paulistana tem buscado diversificar sua economia, com o crescimento do comércio e do setor de serviços, especialmente em função de sua posição geográfica estratégica. A cidade atua como um polo comercial para municípios vizinhos, funcionando como um ponto de apoio para o abastecimento e comercialização de produtos regionais.

Além disso, a cidade tem se beneficiado de projetos de desenvolvimento voltados para a convivência com o semiárido, como a instalação de sistemas de captação de água e irrigação voltados para a agricultura familiar.

Esses projetos, promovidos por organizações não governamentais e agências governamentais, buscam mitigar os efeitos da seca prolongada e aumentar a produtividade agrícola na região, incentivando a produção de alimentos como mandioca, feijão e milho, culturas tradicionais do semiárido (Silva; Santos, 2015). A população de Paulistana é composta majoritariamente por descendentes de povos indígenas, afro-brasileiros e europeus, refletindo a diversidade étnica do Piauí e do Brasil:

Figura 7 – Perfil de cor ou raça em Paulistana-PI



Fonte: https://cidades.ibge.gov.br/ranking-resumido/download.html?cod=2207801

O município tem uma população de aproximadamente 21.055 habitantes, segundo o Censo de 2022 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Ao somar a população parda (10.631) e a população preta (2,896), o resultado de 13.527 mostra que as pessoas negras em Paulistana equivalem a 64,24% de toda a população do município. Outro dado importante é acerca da população indígena (567 pessoas), que representa cerca de 2,7% do

município, um número expressivo e que comprova estatisticamente os históricos laços de convivência e o refúgio interétnico na caatinga piauiense.

No entanto, a compreensão integral dessa realidade exige o cruzamento desses marcadores étnico-raciais com os indicadores de bem-estar social, representados pelo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do município, atualmente fixado em 0,600. Sob as métricas do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Paulistana encontra-se posicionada na faixa de Médio Desenvolvimento Humano, o que mostra um descompasso histórico entre a riqueza cultural/ancestral da região e o acesso a direitos estruturais básicos, como renda, educação e longevidade.

Este índice de 0,600 torna-se ainda mais crítico quando analisado a partir do conceito de interseccionalidade de Carla Akotirene (2018), pois este não é um dado neutro ou meramente geográfico em Paulistana: ele possui cor e gênero. Sabendo que mais de 64% da população local é preta ou parda, e que o Quilombo São Martins, assim como outras comunidades quilombolas e indígenas, resiste há quase dois séculos na zona rural do município, os limites do desenvolvimento humano local denunciam o que a sociologia contemporânea conceitua como racismo estrutural e desigualdade socioespacial. Prova disso, é a concentração de grande parte das extensões de terras do município nas mãos de descendentes de Valério Coelho.

A vulnerabilidade econômica que o IDH expõe é o reflexo contemporâneo do aprisionamento da terra iniciado no século XVIII, quando a Coroa Portuguesa e o latifúndio privado organizaram a Inspeção de Santo Inácio do Canindé para a exploração pecuária, empurrando as populações negras e indígenas para as margens do processo de acumulação de capital.

Portanto, enquanto o perfil genético de uma moradora do Quilombo São Martins (como veremos adiante), que apresenta 77% de herança africana, e a demografia do Censo atestam a vitória biológica e a resistência dos povos tradicionais em Paulistana, o IDH de 0,600 escancara um alerta estatístico: ele comprova que as

marcas da colonização ibérica denunciadas por Caio Prado Júnior (2011) e a seletividade do Estado ainda cobram seu preço na qualidade de vida dos descendentes daqueles que construíram o sertão piauiense. O quilombo, assim como as comunidades negras, nesse sentido, permanece sendo um espaço de contra-colonização ativa e de luta diária pela emancipação e pela textualização desses indicadores sociais.

Culturalmente, o município de Paulistana é marcado por tradições sertanejas, com festas religiosas, como as festas de padroeiros, e eventos ligados à cultura do vaqueiro. A vaquejada, por exemplo, é uma prática tradicional que ainda mobiliza a população local, sendo uma representação do modo de vida sertanejo e da importância histórica da pecuária na região.

A cidade também apresenta manifestações culturais relacionadas ao folclore nordestino, como o reisado, as quadrilhas juninas e as festas de São João, que fazem parte do calendário cultural anual, manifestações que mantêm vivas as tradições culturais do sertão, fortalecendo o senso de identidade e pertencimento da população local.

Em termos de infraestrutura, Paulistana enfrenta desafios comuns às pequenas cidades do interior do Nordeste. O abastecimento de água, por exemplo, é uma das maiores preocupações, especialmente devido à irregularidade das chuvas e à dificuldade de armazenar e distribuir água durante os longos períodos de estiagem. Em resposta a essa problemática, projetos de cisternas e açudes têm sido implementados na região, com o objetivo de melhorar o acesso à água para consumo humano e para a agricultura de subsistência (Gomes; Oliveira, 2018).

Outro desafio significativo é a saúde pública, pois apesar da existência de unidades de atendimento básico, muitos moradores precisam se deslocar para cidades maiores em busca de atendimento especializado, uma realidade que agrava o custo de vida para famílias de baixa renda.

Na educação, a cidade conta com escolas de ensino fundamental e médio, e um Instituto Federal, que atualmente tem

ofertado alguns cursos de graduação. No entanto, a ausência de mais instituições de ensino superior força os jovens a migrarem para outros municípios em busca de formação universitária, o que contribui para a evasão e a diminuição da força de trabalho qualificada na cidade.

Paulistana é uma cidade marcada por sua história de ocupação territorial e expansão econômica no semiárido nordestino, sendo representativa dos desafios enfrentados por pequenos municípios do sertão. Sua economia, centrada na pecuária e no comércio, busca diversificar-se em meio às adversidades impostas pelo clima árido.

No entanto, apesar das dificuldades, Paulistana mantém vivas suas tradições culturais e religiosas, reforçando a sua identidade regional, no entanto, ainda necessita de investimentos em infraestrutura e políticas públicas que promovam o desenvolvimento sustentável e a inclusão social, de modo a garantir melhores condições de vida para sua população.

3.8 História política de Paulistana já emancipada

A origem de Paulistana está intimamente relacionada à formação da vizinha Jacobina do Piauí, uma vez que ambas compartilham a mesma trajetória territorial e o mesmo desbravador. A partir de 1663, ambas as localidades integraram um mesmo território durante cerca de três séculos e meio, o que explica suas afinidades históricas e geográficas.

Paulistana foi elevada à categoria de vila pela Resolução Provincial nº 1.137, de 20 de julho de 1885, com território desmembrado do município de Jaicós, e manteve inicialmente a denominação de Paulista. A instalação oficial ocorreu em 25 de dezembro de 1885, sob a presidência do juiz de Direito da comarca de Jaicós, Dr. Alfredo Teixeira Mendes.

Durante as décadas seguintes, o termo judiciário da vila permaneceu subordinado ao município de Jaicós, até a promulgação do Decreto Estadual nº 2, de 28 de dezembro de 1889, que concedeu autonomia judiciária ao município de Paulista.

Contudo, em razão do Decreto Estadual nº 1.279, de 26 de junho de 1931, o município foi temporariamente extinto, sendo novamente incorporado a Jaicós. Essa situação perdurou até 4 de setembro de 1933, quando a autonomia administrativa foi restaurada pelo Decreto Estadual nº 1.478.

Posteriormente, com o Decreto-Lei Estadual nº 754, de 30 de dezembro de 1943, o município passou a denominar-se oficialmente Paulistana, denominação vigente desde 1º de janeiro de 1944. Ao longo de sua história, Paulistana contou com aproximadamente 20 administrações municipais, alternando períodos de nomeações e eleições diretas. O primeiro prefeito nomeado foi Francisco de Barros Filho, cuja gestão foi interrompida tragicamente por seu assassinato.

Seu sucessor, Raimundo Coelho Damasceno, exerceu o cargo de 1938 a 1947, consolidando-se como importante líder político da região. A partir de 1947, Miguel Arcanjo Cavalcante assumiu o Executivo até 1948, sendo sucedido por José Araújo Amorim, que permaneceu brevemente no cargo, de fevereiro a abril de 1948. As eleições diretas para o Executivo municipal tiveram início no mesmo ano, elegendo o médico Caio Coelho Damasceno, que administrou entre 1948 e 1951, destacando-se por obras de infraestrutura que impulsionaram o desenvolvimento urbano.

Em seguida, Miguel Arcanjo Cavalcante retornou à prefeitura (1951–1955), sendo sucedido por Huscênio Coelho Damasceno (1955–1959). Após breve mandato de Manoel Manu Pereira (02/02/1959 a 14/05/1959), assumiu Raimundo Ferreira Damasceno (1959–1963). O governo voltou a ser exercido por Huscênio Coelho Damasceno (1963–1967), seguido por Antônio Ferreira Damasceno (1967–1971). Na sequência, Walfredo Coelho Damasceno administrou o município entre 1971 e 1973, sucedendo Antônio Ferreira Damasceno.

O pleito seguinte elegeu Deusdedit de Albuquerque Cavalcante (1973–1977), cuja gestão se destacou pela realização de diversas obras na zona rural, o que lhe conferiu expressiva popularidade e projeção política. Posteriormente, exerceu três

mandatos como Deputado Estadual, representando os interesses da região. Durante seu governo, o vice-prefeito Cícero Coelho de Macedo assumiu interinamente a prefeitura por quatro meses. Em seguida, Miguel Arcanjo Cavalcante retornou ao cargo para um terceiro mandato, mas sua administração foi marcada por problemas de saúde que o afastaram do cargo em diversas ocasiões, culminando em sua renúncia em 15 de janeiro de 1983, em favor do vice José Humberto Peregrino Cunha, responsável pela construção do atual prédio da sede da prefeitura. As eleições seguintes conduziram ao poder Evaldo Macedo Cavalcante (1983–1988), sucedido por Manoel Luís Cunha Cavalcante e o vice-prefeito Antônio Ferreira Damasceno, cujo mandato encerrou-se em 31 de dezembro de 1992.

Como visto, a trajetória administrativa de Paulistana mostra um processo de consolidação político-institucional marcado por alternâncias de poder, instabilidades iniciais e posteriores avanços estruturais. A vinculação histórica com Jacobina do Piauí reforça a importância do município como polo de origem e influência regional no sudeste piauiense.

A cronologia aqui apresentada, organizada a partir de registros locais, demonstra o papel relevante dos gestores municipais e a continuidade do desenvolvimento sociopolítico iniciado ainda no período colonial, com as incursões de Domingos Jorge Velho, até o processo de modernização administrativa do final do século XX.

– CAPÍTULO 4 –

PAULISTANA NO CENTRO DA ESCRAVIDÃO DO SUDESTE PIAUIENSE

Marli Ferreira de Carvalho Damasceno
Dário de Sousa Carvalho
Francinei da Silva Sousa

4.1 Povoamento a partir da escravização de pessoas negras e indígenas

Como já mencionado, a cidade de Paulistana foi povoada a partir de seus povos originários, os indígenas, que primeiro habitaram o que hoje compreende essa região sudeste do Piauí, negros que vieram no século XVII, com bandeirantes como Domingos Jorge Velho, e negros fugitivos do regime de escravidão em outros estados. Depois, o povoamento se estendeu com a instalação das fazendas de gado do português Valério Coelho, que instituiu na cidade um sistema de escravidão, igual às demais regiões do país durante o período colonial, e que, no município, durou até o século XXI, mesmo após a abolição oficial em 1888.

A historiadora Tanya Brandão (1999) contextualiza a violência característica da sociedade piauiense nos séculos XVII e XVIII, atribuindo essa agressividade ao próprio processo de colonização. De acordo com fontes históricas, a sociedade piauiense daquela época foi marcada por um comportamento violento, resultado das exigências do processo de conquista e povoamento da região. Na fase inicial da colonização, os colonizadores precisaram de um espírito aventureiro e de coragem e audácia para lidar com os desafios impostos pela natureza hostil e pelos povos indígenas que

resistiam à ocupação. A violência, nesse contexto, tornou-se um instrumento necessário para garantir a sobrevivência e consolidar o domínio territorial. A tarefa de afugentar os indígenas e adaptar o gado às novas pastagens, além da própria luta por manter as terras conquistadas, resultou em um ambiente de constante conflito e agressividade. Essa análise comprova como a violência foi naturalizada e incorporada ao cotidiano da sociedade local como um reflexo da resistência indígena e como parte intrínseca do processo colonizador e da adaptação às condições adversas da nova região. Tal processo foi repetido com negros escravizados, e de forma muito mais cruel e violenta.

No Piauí, é importante mencionar algumas características da escravidão que assolava as fazendas de gado no interior, inclusive Paulistana. A primeira é de que a maior parte da escravaria era constituída por cativas crioulas e por uma significativa presença de trabalhadoras consideradas idosas e de crianças. Elas viviam em condições precárias, com consumo de farinha de mandioca e carne seca. Dificilmente consumiam milho e feijão. Moravam em casas de pau-a-pique, revestidas de barro, chão batido e coberta por palhas, sem a presença de janelas, com um fogareiro acesso por conta do grande número de insetos. Outro dado é que essas trabalhadoras andavam descalças e vestidas com roupas deitas de sacas velhas, recebendo apenas duas vezes por ano, uma saia e uma blusa de tecido rústico de algodão. Nas fazendas públicas, em regra, os tecidos eram fabricados pelas próprias trabalhadoras (Soares, 2012). Como visto, a autora descreve as condições de vida extremamente difíceis enfrentadas pelas pessoas escravizadas, especialmente mulheres e crianças, na província do Piauí, o que contraria uma ideia inicial, defendida por alguns historiadores, como Odilon Nunes (1975; 2007), de que a escravidão no interior era amena, com menos requintes de crueldade, com uma certa "irmandade" entre escravistas e escravizados. Primeiro, porque a maior parte dos escravizados eram "crioulas", ou seja, nascidos no Brasil, em oposição aos que eram trazidos da África. Além disso, havia uma presença significativa de trabalhadoras mais idosas e de crianças. A

menção a essas faixas etárias e categorias mostra a exploração de todos, independentemente da capacidade física ou idade.

Ainda segundo a autora citada, a alimentação era muito limitada, com base em farinha de mandioca e carne seca, o que indica uma dieta pobre em nutrientes, com poucas opções, como milho e feijão, que eram raramente consumidos. Isso reflete as duras condições de sobrevivência. As moradias eram simples construções de pau-a-pique, feitas de barro e cobertas com palha, sem janelas, o que dificultava a ventilação e mantinha o ambiente insalubre. O fogareiro aceso continuamente era uma tentativa de afastar insetos e outros animais nocivos, mas também demonstra a precariedade das habitações. Ademais, as trabalhadoras escravizadas recebiam roupas uma ou duas vezes por ano, feitas de tecidos rústicos de algodão. Isso mostra o descaso dos senhores em fornecer condições mínimas de dignidade, já que essas vestimentas eram poucas e malfeitas. Nas fazendas públicas, elas mesmas fabricavam esses tecidos, o que evidencia a autossuficiência forçada, mas também a exploração adicional das escravizadas, que produziam seus próprios trajes. Esse cenário descreve uma vida marcada pela exploração e negligência, em que as condições básicas de alimentação, moradia e vestuário eram extremamente limitadas, mantendo os escravizados em um estado de constante precariedade e sofrimento. Acerca dos números, Gomes (2018, p. 48) destaca:

> Por isso, afirmo que há uma forte presença da mão-de-obra escravizada no Piauí, seja nas fazendas de gado do sertão ou nos outros aparelhos sociais imprescindíveis para manutenção do regime. Em termos quantitativos, em 1720, os escravizados já representavam 48% da população total do Piauí, estando presentes em 87,5% das fazendas, valores que foram aumentando, já no período auge da produção de gado a população escravizada já constituía 55% dos habitantes das fazendas, presente em 90% das propriedades, por exemplo, no ano de 1761 haviam 7.349 entre livres e fogos e um total de 4.644 escravizados nas sedes e interior.

Essas informações são corroboradas pelos dados apresentados pelo Ministério da Fazenda, conforme ilustrado na tabela abaixo. Embora o recorte temporal entre 1854 e 1870 abranja

apenas os escravizados da nação, isto é, aqueles que pertenciam diretamente ao Império brasileiro, esses dados contestam a ideia de que não havia mão de obra escravizada no sertão. A tabela também comprova que, nesse período, a maior concentração de escravizados da nação estava nas fazendas nacionais situadas no território piauiense, evidenciando a importância fundamental dessa força de trabalho para o desenvolvimento da atividade pecuária na região.

Tabela 1: Número de escravizados da nação por província entre 1854 e 1870

Anos	Corte	Rio de Janeiro	Pará	Maranhão	Piauí	São Paulo	Santa Catarina	Mato Grosso	Total
1854	201	121	121	137	714	154	7	-	1455
1855	216	122	122	139	721	155	7	-	1482
1856	201	121	114	139	730	154	7	-	1466
1857	203	118	129	115	751	153	6	-	1475
1858	207	119	127	125	790	152	7	-	1527
1859	229	16	127	125	807	167	5	-	1476
1860	223	18	143	120	807	163	5	3	1482
1861	223	18	143	120	807	163	5	3	1482
1862	215	18	143	120	855	161	5	3	1520
1863	189	13	140	120	851	95	5	68	1481
1864	179	11	140	120	851	96	3	68	1468
1865	165	9	140	116	826	105	2	64	1427
1866	49	62	140	116	843	97	1	75	1383
1867	44	62	113	106	746	97	1	74	1243
1868	34	59	112	106	727	93	1	74	1206
1869	33	58	113	97	711	89	1	74	1176
1870	34	58	95	100	719	89	1	65	1161

Fonte: Relatórios do Ministério da Fazenda (www.crl.edu/brazil).
Obs.: Para o ano de 1861 optou-se por manter os mesmos números do ano anterior; nas informações de 1861 constam apenas números equivalentes das fazendas da nação (Pará, Piauí e Maranhão).

A análise dos dados constantes nos Relatórios do Ministério da Fazenda entre os anos de 1854 e 1870 revela que a província do Piauí sustentou, ao longo dessas quase duas décadas, um dos maiores contingentes de pessoas escravizadas do Brasil. Esses números reiteram a centralidade da mão de obra escravizada na estrutura socioeconômica piauiense, mesmo em um contexto nacional de declínio paulatino do regime escravista.

Durante esse período, observa-se que o número de escravizados no Piauí permaneceu estável e elevado, oscilando entre 714 (em 1854) e 837 (em 1859 e 1861), valor que não declina,

contrariando os números dos demais estados, que de forma mais acentuada, apresentam números que reduzem a partir da segunda metade da década de 1860. Em comparação com outras províncias, o Piauí ocupa a primeira posição em números absolutos, superando, inclusive, São Paulo e a Corte (atual Rio de Janeiro). O Maranhão, embora vizinho e parte da mesma região norte-nordeste, apresenta números consideravelmente inferiores durante todas as décadas.

Este cenário atesta a importância econômica da escravidão na província piauiense, especialmente considerando que sua base produtiva era voltada majoritariamente para a pecuária extensiva, com baixa densidade populacional e infraestrutura limitada. Como afirma Brandão (2003), o uso da mão de obra escravizada foi generalizado mesmo nas atividades pecuárias, em um modelo de exploração que diferia do latifúndio canavieiro, mas que igualmente reproduzia a lógica do cativeiro como forma dominante de organização do trabalho. A autora destaca que, no Piauí do século XVIII e XIX, os escravizados eram empregados tanto na lida com o gado quanto na construção de currais, casas de morada e roças de subsistência, revelando uma versatilidade forçada do trabalho cativo em regiões interiores.

Diferentemente das regiões canavieiras do litoral ou dos grandes centros urbanos, o interior do Piauí mantinha a lógica escravista articulada à propriedade rural dispersa, como no caso da Fazenda Paulista, atual município de Paulistana, cuja história se insere diretamente nesse modelo de colonização baseado na ocupação do sertão e na exploração intensiva da força de trabalho escravizada. A Fazenda Paulista remonta ao século XVIII e está relacionada à interiorização da pecuária promovida pela Coroa Portuguesa, notadamente após a Carta Régia de 1701, que proibia a criação de gado nas zonas litorâneas e incentivava o avanço para o interior nordestino.

Ademais, os dados da tabela 1 demonstram que, mesmo diante do avanço dos debates abolicionistas e da intensificação

da crise do sistema escravista no cenário nacional, a província do Piauí ainda apresentava, em 1870, o expressivo número de 719 escravizados registrados, número extremamente superior ao de províncias como Santa Catarina (8) e Mato Grosso (1). Isso reforça a tese de que houve uma resistência estrutural e cultural à desmobilização da escravidão em áreas do interior nordestino, onde a substituição da mão de obra cativa se mostrava mais lenta e dificultosa. Em Paulistana, por exemplo, há documentos do século XIX que mostram essa resistência em libertarem os escravizados.

Reis (2003) e Florentino (1993) chamam atenção para a diversidade regional da escravidão no Brasil, pois, embora o debate historiográfico tenha se concentrado por muito tempo nas grandes regiões produtoras de açúcar e café, a escravidão nos sertões, com seus rebanhos, distâncias e resistências, ocupou papel essencial na reprodução da desigualdade e no controle social, especialmente porque estava atrelada a relações pessoais rígidas e redes familiares de poder que perduraram mesmo após a abolição formal em 1888, como é o caso de Paulistana, que manteve muitos negros trabalhando em serviços sem remuneração, especialmente nas casas das famílias ligadas aos escravocratas.

A permanência desses elevados índices até o limiar da década de 1870 sugere também que a transição para o trabalho livre no Piauí se deu de forma tardia, exigindo posteriormente políticas específicas para a incorporação social e econômica da população negra liberta, o que ainda constitui um desafio na configuração atual de desigualdades regionais no Brasil. Nesse contexto, presença de comunidades quilombolas contemporâneas na região sul e sudoeste do estado, muitas oriundas de fazendas escravistas como a Paulista, é um reflexo direto desse passado que se projeta no presente.

Portanto, o caso piauiense mostra como a escravidão foi base das regiões mais visíveis da economia colonial e imperial brasileira e das áreas interioranas, onde sua erradicação

encontrou maiores obstáculos e onde seus legados permanecem mais profundamente enraizados. Os números da tabela 1 reforçam a centralidade dos escravizados no modelo econômico vigente, especialmente no sertão piauiense, que era uma área de expansão agropecuária. Essa força de trabalho era imprescindível para a pecuária, que dependia não só da adaptação do gado ao ambiente local, mas também do trabalho árduo e sistemático dos escravizados. Portanto, ao contrário do que sugere a história tradicional, a presença de escravizados foi significativa para o funcionamento e a prosperidade das fazendas piauienses, reafirmando o papel central da escravidão no desenvolvimento econômico da região. E, conforme alguns historiadores, o sistema escravista foi tão perverso quanto o do resto do pais: "[...] percebe-se, entretanto, que o castigo físico era encarado como uma necessidade, não apenas como punição por indisciplina, mas também como medida preventiva, um recurso usado para manter o sistema e a ordem social" (Brandão,1999, p. 89).

Conforme a autora destaca, há uma complexa ligação entre disciplina, controle social e a exploração econômica por meio do trabalho escravizado, ou seja, o uso do castigo físico não era apenas uma forma de punição, mas uma prática que se legitimava pela necessidade de manter a ordem e a produtividade nas fazendas, especialmente em um contexto onde a pecuária dependia de uma mão-de-obra subjugada.

Isso levanta questões importantes sobre como as práticas de violência e opressão foram normalizadas e justificadas em nome da eficiência econômica e da manutenção do status quo social.

Importante mencionar que há registros históricos no Piauí entre os séculos XVIII e XIX de diversas fazendas estabelecidas por decreto da Coroa Portuguesa por meio de uma Carta Régia de 1701. Outras fazendas mencionadas nesse contexto incluem a Fazenda Jenipapo, Fazenda Olho d'Água, Real Fazenda Saco Del Rei, Fazenda Paulista, Fazenda Canabrava e Fazenda Nova.

Essas propriedades eram movidas pela mão de obra de escravizados negros, introduzidos pelos colonos portugueses

diretamente da África, principalmente das regiões da Costa da Mina, Guiné, Angola e África do Sul. A região onde essas fazendas estavam localizadas corresponde ao atual município de Paulistana, que anteriormente era conhecido como Vila de Paulista.

Paulistana está inserida na bacia hidrográfica do alto Canindé, situada na Serra Dois Irmãos, é de grande relevância na tradição historiográfica do Piauí. está inserida. A cidade é cortada pelo próprio rio e está localizada a poucos quilômetros das áreas de cabeceira. Historicamente, a proximidade com essas fontes de água foi o que permitiu o estabelecimento das primeiras fazendas de gado na região.

O rio Canindé é reconhecido como uma das principais rotas de passagem durante o período colonial, facilitando o tráfego entre as províncias da Bahia e Pernambuco em direção à região norte, conforme apontado por Nunes (1975). Essa localização estratégica contribuiu para o desenvolvimento econômico da área e moldou sua identidade cultural.

A movimentação de pessoas e mercadorias ao longo do rio Canindé propiciou uma rica troca cultural, influenciando as tradições locais e resultando em uma diversidade de práticas sociais. Além disso, a rota fluvial foi vital para o escoamento de produtos, como o algodão, o açúcar e a pecuária, que eram essenciais para a economia colonial.

Outro aspecto importante a ser considerado é a presença de comunidades indígenas na região. A colonização e as novas dinâmicas econômicas impactaram profundamente essas comunidades, muitas das quais foram deslocadas ou sofreram alterações em seus modos de vida.

O tráfico de escravizados também desempenhou um papel significativo nesse contexto, pois a movimentação de pessoas, incluindo aquelas forçadas a trabalhar nas plantações e nas fazendas, contribuiu para a formação de novas comunidades e influenciou as relações sociais ao longo do rio. Assim, a história da região do rio Canindé revela uma complexa teia de interações

que moldaram a economia, a cultura e a sociedade do Piauí colonial.

No caso do município de Paulistana, diversos documentos históricos, extraídos de jornais da época, comprovam que aqui foi mantido um sistema de escravidão que refletia as mesmas condições cruéis encontradas em todo o Brasil.

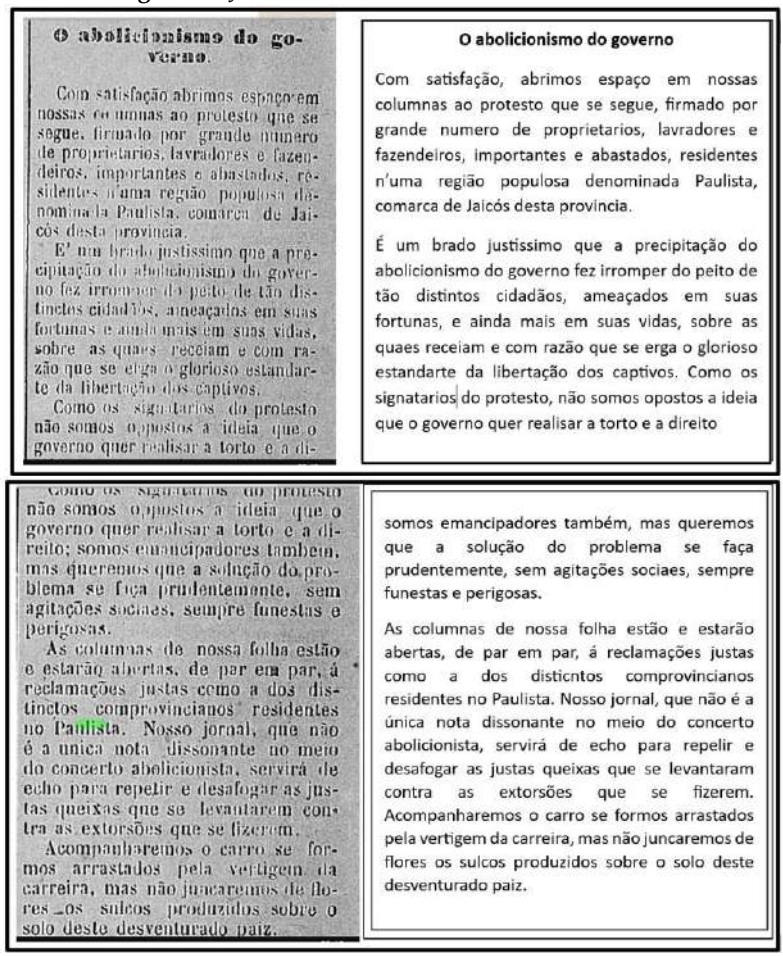
Nesses registros, os negros eram vistos e tratados como mercadorias, sendo comprados e vendidos como objetos. Há também notícias de escravizados que fugiam das fazendas da região, incluindo informes de busca e avisos nos jornais sobre essas fugas, destacando a Fazenda Paulista como um dos locais de origem dos fugitivos.

Muitos negros que escapavam das fazendas de Paulistana encontravam refúgio no Ceará, que se destacou por ser o primeiro estado brasileiro a abolir a escravidão, em 1884, quatro anos antes da Lei Áurea. O estado cearense tornou-se, assim, um destino seguro para os escravizados que conseguiam fugir das fazendas piauienses, oferecendo uma chance de liberdade antes da abolição em todo o país.

Além disso, os registros da época comprovam que os proprietários de escravizados em Paulistana eram abertamente contrários ao movimento abolicionista, pois para eles significava a perda de uma mão de obra que consideravam essencial para a economia local, o que gerava grande insatisfação e resistência entre os senhores de escravizados da região.

Esses documentos revelam um contexto de tensão social e econômica, em que a luta pela liberdade dos negros contrastava com os interesses dos senhores de escravizados, que não estavam dispostos a abrir mão de seu domínio sobre os trabalhadores escravizados. Abaixo, alguns desses documentos:

Figura 8 – Jornal do século XIX sobre Paulistana-PI



O abolicionismo do governo

Com satisfação, abrimos espaço em nossas columnas ao protesto que se segue, firmado por grande numero de proprietarios, lavradores e fazendeiros, importantes e abastados, residentes n'uma região populosa denominada Paulista, comarca de Jaicós desta provincia.

É um brado justissimo que a precipitação do abolicionismo do governo fez irromper do peito de tão distintos cidadãos, ameaçados em suas fortunas, e ainda mais em suas vidas, sobre as quaes receiam e com razão que se erga o glorioso estandarte da libertação dos captivos. Como os signatarios do protesto, não somos opostos a ideia que o governo quer realisar a torto e a direito

somos emancipadores também, mas queremos que a solução do problema se faça prudentemente, sem agitações sociaes, sempre funestas e perigosas.

As columnas de nossa folha estão e estarão abertas, de par em par, á reclamações justas como a dos distinctos comprovincianos residentes no Paulista. Nosso jornal, que não é a única nota dissonante no meio do concerto abolicionista, servirá de echo para repelir e desafogar as justas queixas que se levantaram contra as extorsões que se fizerem. Acompanharemos o carro se formos arrastados pela vertigem da carreira, mas não juncaremos de flores os sulcos produzidos sobre o solo deste desventurado paiz.

Fonte: https://memoria.bn.br/DocReader/164135/728

O texto expressa a perspectiva de proprietários e fazendeiros que se opõem à abolição imediata da escravidão, preocupando-se com a estabilidade econômica e social que a mudança poderia acarretar. Eles se apresentam como defensores da ordem e do desenvolvimento da sociedade, o que, na verdade, não eram. A introdução do protesto e a menção à participação de grande número de cidadãos que se autointitulavam "importantes e abastados" indicam um

movimento organizado e com grande participação, refletindo a resistência dos interesses econômicos que dependiam do trabalho escravo.

Os signatários, descendentes de Valério Coelho, tentam legitimar sua posição ao afirmar que não são contra a liberdade dos cativos, mas sim contra a maneira como o governo está implementando essa mudança. Eles pedem uma abordagem mais cautelosa e gradual, pois a abolição ameaçará suas fortunas. A preocupação dos fazendeiros da região não estava de forma alguma atrelada à vida das pessoas mantidas em cativeiro, o que refletiu posteriormente nas condições deprimentes em que estas pessoas foram despejadas na sociedade: sem nenhum direito.

No jornal, a referência à agitações sociais como "funestas e perigosas" mostra que esses escravistas viam na luta por direitos algo que os colocava em risco, especialmente seus bens. Este pensamento ecoa até os dias atuais, principalmente quando as camadas sociais mais ricas tentam conter a luta de pessoas por seus direitos, a exemplo das cotas raciais e da criminalização do racismo, fruto do período colonial que corou estas mesmas pessoas donas de escravizados como detentores de poder e influência na política e possuidores de grandes fortunas e extensões de terras, herdadas por seus descendentes, ao passo em que escravizados e suas gerações, viveram (e vivem) à margem da sociedade. Ademais, quando citam a "precipitação do abolicionismo do governo", comprova que eles consideram a abolição como uma decisão apressada, sem consideração suficiente para as consequências.

Conforme visto, a fala apresentada nos jornais revela a complexidade das tensões sociais e políticas que permeavam o debate sobre a abolição da escravidão no Brasil, particularmente entre aqueles que se opunham a essa mudança. Importante observar que os signatários do protesto se posicionam como emancipadores, mas a sua definição de emancipação é ambivalente: eles dizem reconhecer a necessidade de mudanças sociais, mas manifestam resistência a abordagens que

consideram apressadas ou violentas. Esse ponto reflete uma visão conservadora que prioriza a ordem e a estabilidade social (de preservação de heranças e privilégios) em detrimento da emancipação imediata dos escravizados.

A afirmação de que desejam que a solução do problema se faça "prudentemente, sem agitações sociais" mostra uma preocupação com a ordem pública, o que sugere uma crença de que a abolição, se realizada sem um devido processo, poderia levar ao caos e à desordem. Essa postura é comum entre aqueles que temem que mudanças sociais rápidas possam resultar em violência e instabilidade, não pensando no bem comum, pois como já dissemos anteriormente, a única preocupação dos escravistas era manter suas fortunas e fazendas intactas.

Os signatários afirmam que as colunas do jornal estão abertas a reclamações justas, indicando uma disposição para ouvir vozes que consideram legítimas dentro do debate sobre a abolição, desde que não seja a voz dos escravizados, pois como o próprio texto mostra, eles se consideravam "distintos cidadãos", diferentemente dos negros que, para eles, eram mercadoria. Ou seja, essa abertura é limitada a um grupo específico, os "distintos compromissários residentes no Paulista", o que pode indicar uma exclusão de vozes menos privilegiadas, incluindo outros moradores.

O discurso menciona extorsões que foram feitas, sugerindo que os autores se sentem injustiçados por práticas que ocorreram durante o processo de transição social. Essa crítica pode ser interpretada como uma defesa dos interesses de certos grupos sociais que se opõem à abolição, considerando que a mudança poderia impactar negativamente suas condições de vida ou suas posses. Quando descrevem que serão, se obrigados, arrastados pelo carro dessa "vertigem da carreira" traduz o reconhecimento, por parte da elite escravista paulista, da inevitabilidade histórica da abolição e do isolamento moral de sua posição. Longe de manifestar um altruísmo genuíno, a postura desses fazendeiros reflete a contradição estrutural entre

a defesa intransigente de seus interesses proprietários e a necessidade de gerenciar uma transição social e jurídica complexa. Embora conscientes de que a emancipação se impunha como um imperativo ético e de legitimidade internacional, os escravistas demonstravam profunda insegurança quanto às implicações práticas do processo, temendo a desorganização do mercado de trabalho agrário, a perda do controle social sobre a massa liberta e a consequente erosão de sua hegemonia econômica.

A linguagem utilizada revela uma série de conotações que refletem uma visão de mundo elitista, na qual as preocupações das classes dominantes são priorizadas. Termos como *sulcos produzidos sobre o solo deste desventurado país* insinuam um ceticismo em relação à capacidade da sociedade brasileira de lidar com mudanças sociais significativas, sugerindo um pessimismo sobre o futuro da nação em um contexto pós-abolição. Claro que este pessimismo se referia apenas a ter sua fortuna ameaçada, uma vez que eram desprovidos de qualquer preocupação com os negros e sua qualidade de vida.

A fala dos signatários é um reflexo das tensões sociais e das divisões de classe presentes no debate sobre a abolição da escravidão e ilustra a luta entre a defesa da ordem social e as demandas por justiça e emancipação, destacando como a linguagem podem moldar as percepções sobre a abolição e as suas consequências. A mensagem escrita no jornal ajuda a entender os interesses e as motivações que estiveram por trás da resistência à abolição, bem como os medos e inseguranças que permeavam o imaginário social da época. O primeiro era o interesses econômico, pois a escravidão era a base do sistema produtivo rural, especialmente em regiões como Paulistana, em que a economia local dependia do trabalho forçado para atividades agrícolas e pecuárias. A perda dos escravizados significava a queda de produtividade, comprometendo a economia e a lucratividade das fazendas.

Outra questão era a dependência da mão de obra escravizada, pois os fazendeiros e proprietários de terra viam os escravizados como sua principal forma de trabalho. Com a abolição, temiam perder essa força de trabalho barata e eficaz, o que os obrigaria a contratar trabalhadores livres e remunerados, aumentando seus custos de produção.

Aliava-se a esses aspectos mencionados acima, o medo de insurreições, uma vez que, com a crescente pressão abolicionista e as frequentes fugas de escravizados, os senhores de terras temiam possíveis revoltas ou insurreições que poderiam ameaçar a ordem de suas propriedades. A fuga para estados como o Ceará, que já havia abolido a escravidão, reforçava esse medo e gerava insegurança sobre o futuro. O status social era outro problema, pois a posse de escravizados também representava poder e prestígio social. Perdê-los significava, além de um golpe econômico, uma redução do status social dos senhores de terra, que viam na quantidade de escravizados que possuíam um símbolo de poder e autoridade.

Por fim, a resistência às mudanças sociais, tendo em vista que a sociedade da época estava profundamente estruturada em um sistema hierárquico racial, em que a subjugação dos negros fazia parte da ordem natural das coisas. Com isso, a abolição era vista como uma ameaça a essa hierarquia, e muitos resistiam por acreditar que a liberdade dos escravizados poderia desestabilizar as normas sociais que mantinham a supremacia dos brancos.

Enfim, o jornal acima exposto é um documento histórico que comprova a resistência da elite agrária do sudeste piauiense ao processo de abolição da escravidão. Escrito sob o manto do gradualismo, o editorial reflete o pensamento dos proprietários da antiga região da Paulista (atual Paulistana), que na época pertencia à Comarca de Jaicós. A retórica utilizada é estratégica: o autor se autodeclara *emancipador*, mas impõe que a libertação ocorra de forma extremamente lenta e *prudente*, classificando qualquer mudança rápida como um risco de *agitação social*, um

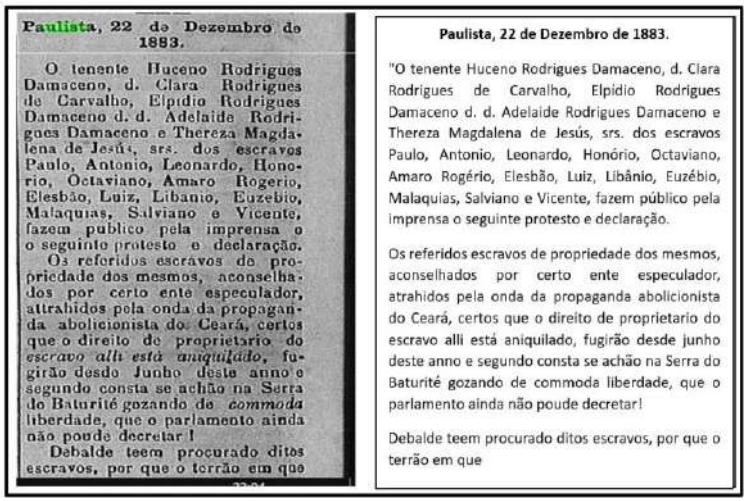
eufemismo para o profundo medo que as elites tinham de revoltas negras, o chamado *haitianismo*, que ameaçaria suas propriedades e suas próprias vidas.

Geograficamente, o manifesto confirma a importância estratégica de Paulistana, situada na região das nascentes do Rio Canindé e da Serra Dois Irmãos (Afrânio-PE), como um polo de fazendeiros abastados cuja riqueza estava diretamente atrelada à posse de escravizados. Ao descrever as medidas abolicionistas do governo imperial como *precipitação* e *extorsão*, os signatários revelam que enxergavam o fim da escravidão puramente como um prejuízo financeiro e uma violação do direito de propriedade. O texto termina com uma resignação amarga: os fazendeiros reconhecem que o fim do sistema escravista é um processo inevitável que os *arrastará*, mas deixam claro que não haverá celebração, recusando-se a *juncar de flores* o caminho de uma transformação que destruía a base de sua organização econômica e social.

Esses fatores ajudam a entender as motivações que levaram os fazendeiros de Paulistana, como em outras regiões do Brasil, a resistirem ao movimento abolicionista. O medo do colapso econômico e social, associado à insegurança sobre o futuro sem o sistema escravista, permeava o imaginário dos senhores de terras, que se agarravam ao passado escravocrata em uma tentativa de preservar seus privilégios e evitar as mudanças que estavam por vir.

Abaixo, um outro texto, que constitui-se um protesto de proprietários de escravizados da Fazenda Paulista, em relação à abolição da escravidão no Brasil, especificamente em 1883, poucos anos antes da abolição formal em 1888. Ele reflete o clima de tensão e incerteza sobre a propriedade de escravizados e a aplicação das leis abolicionistas:

Figura 9 – Jornal do século XIX sobre Paulistana-PI



Paulista, 22 de Dezembro de 1883.

O tenente Huceno Rodrigues Damaceno, d. Clara Rodrigues de Carvalho, Elpidio Rodrigues Damaceno d. d. Adelaide Rodrigues Damaceno e Thereza Magdalena de Jesús, srs. dos escravos Paulo, Antonio, Leonardo, Honorio, Octaviano, Amaro Rogerio, Elesbão, Luiz, Libanio, Euzebio, Malaquias, Salviano e Vicente, fazem publico pela imprensa o seguinte protesto e declaração.

Os referidos escravos de propriedade dos mesmos, aconselhados por certo ente especulador, attrahidos pela onda da propaganda abolicionista do Ceará, certos que o direito de proprietario do *escravo alli está aniquilado*, fugirão desde Junho deste anno e segundo consta se achão na Serra do Baturité gozando de *commoda* liberdade, que o parlamento ainda não poude decretar!

Debalde teem procurado ditos escravos, por que o terrão em que

Paulista, 22 de Dezembro de 1883.

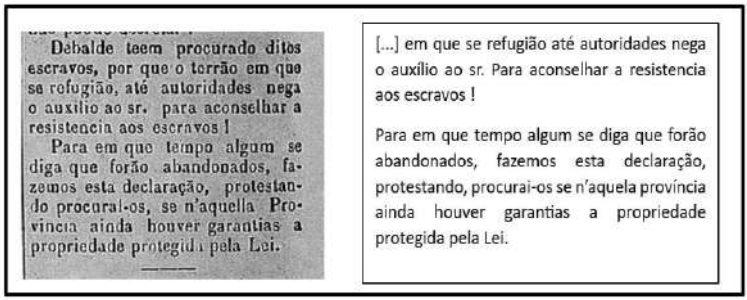
"O tenente Huceno Rodrigues Damaceno, d. Clara Rodrigues de Carvalho, Elpidio Rodrigues Damaceno d. d. Adelaide Rodrigues Damaceno e Thereza Magdalena de Jesús, srs. dos escravos Paulo, Antonio, Leonardo, Honório, Octaviano, Amaro Rogério, Elesbão, Luiz, Libânio, Euzébio, Malaquias, Salviano e Vicente, fazem público pela imprensa o seguinte protesto e declaração.

Os referidos escravos de propriedade dos mesmos, aconselhados por certo ente especulador, atrahidos pela onda da propaganda abolicionista do Ceará, certos que o direito de proprietario do escravo alli está aniquilado, fugirão desde junho deste anno e segundo consta se achão na Serra do Baturité gozando de commoda liberdade, que o parlamento ainda não poude decretar!

Debalde teem procurado ditos escravos, por que o terrão em que

Fonte: https://memoria.bn.br/DocReader/164135/728

Figura 10 – Jornal do século XIX sobre Paulistana-PI



Debalde teem procurado ditos escravos, por que o terrão em que se refugião, até autoridades nega o auxilio ao sr. para aconselhar a resistencia aos escravos!

Para em que tempo algum se diga que forão abandonados, fazemos esta declaração, protestando-os procurar-os, se n'aquella Provincia ainda houver garantias a propriedade protegida pela Lei.

[...] em que se refugião até autoridades nega o auxílio ao sr. Para aconselhar a resistencia aos escravos!

Para em que tempo algum se diga que forão abandonados, fazemos esta declaração, protestando, procurai-os se n'aquela província ainda houver garantias a propriedade protegida pela Lei.

Fonte: https://memoria.bn.br/DocReader/164135/728

Os signatários são identificados como proprietários de diversos escravizados que fugiram, alegando que estavam sendo influenciados por propagandas abolicionistas, o que mostra o receio dos proprietários em relação à perda de controle sobre sua força de trabalho. O texto menciona uma "onda da propaganda abolicionista do Ceará", indicando que a abolição estava se espalhando pelo país e influenciando os escravizados a buscar liberdade, algo que preocupava os proprietários.

A declaração menciona que os escravizados fugiram para a Serra do Baturité, onde estariam gozando de liberdade, o que revela a resistência dos escravizados e a efetividade dos movimentos abolicionistas na promoção da liberdade, apesar da resistência dos proprietários. Acerca do fugitivo Euzébio, um trabalho do Incra, bem como as histórias orais, dão conta de que um certo fugitivo chamado Euzébio teria fundado um quilombo (Contente e Barro vermelho, região de Paulistana-PI), e que teria chegado ao local com uma esposa, o que reforça a ideia de que este (ou um de seus filhos) pode ser o que os jornais locais mencionavam[5].

O protesto sugere uma confusão quanto à situação legal dos escravizados, uma vez que o parlamento ainda não havia formalizado a abolição. Essa incerteza era comum em um período de transição, onde as leis estavam mudando, mas a prática ainda era complicada. O texto exposto no jornal da época exemplifica a resistência dos proprietários de escravizados diante das mudanças sociais e legais que estavam ocorrendo no Brasil no final do século XIX. Ele destaca tanto o medo da perda dos negros, descritos como "propriedade", quanto a luta dos escravizados por liberdade em um contexto de transformação social.

O trecho sugere que os escravizados se refugiaram em locais onde, supostamente, as autoridades negam assistência a seus proprietários. Isso pode indicar que havia uma resistência crescente ao sistema escravocrata, com escravizados se movendo para áreas onde se sentiam mais seguros ou onde a proteção da lei estava em

[5] A história de Barro Vermelho foi relatada pelo Sr. Matias Eusébio de Carvalho, e registrado no documento elaborado pela CECOQ/PI109 para fins de concretização dos direitos da comunidade, enquanto quilombola. À época, o mais velho da comunidade, afirma que os primeiros moradores de Barro Vermelho, foram o Sr. Eusébio André de Carvalho e a Sra. Antônia Cecília da Conceição. Os registros cartorários informam que o casal adquiriu a gleba de terra, em 1924. No relato histórico de Barro Vermelho que tive acesso, não há qualquer menção sobre relações do casal fundador com as fazendas da região, a origem dos fundadores e as relações que estabeleciam na região, portanto, o silêncio sobre o que veio antes da fundação (Gomes, 2018).

questão. Para os escravistas descritos no jornal, a reclamação por meio do jornal, as autoridades que negam ajuda aos proprietários de escravizados indicam um possível apoio ao movimento abolicionista, ou ao menos uma omissão em proteger os interesses dos proprietários. Essa recusa em ajudar era interpretada como uma forma de resistência ao sistema de escravidão por parte do governo ou de setores da sociedade.

A frase *para que em tempo algum se digam que foram abandonados* mostra uma preocupação com a imagem e a legitimidade dos proprietários, jamais com as pessoas escravizadas. Eles desejam se distanciar de qualquer acusação de negligência e afirmam sua posição como defensores de sua propriedade, como se a escravidão e o cativeiro em que eles mantinham essas pessoas já não fosse motivo perverso o suficiente para se considerarem negligentes.

O apelo para que os escravizados sejam procurados *se naquela província ainda houver garantias à propriedade protegida por lei* revela a insegurança jurídica enfrentada pelos proprietários. Eles se sentem ameaçados pela possibilidade de a lei não proteger mais seus direitos de propriedade, refletindo o clima de instabilidade social e política da época.

O certo é que havia uma tensão de pensamentos entre os proprietários de escravizados e o crescente movimento abolicionista no Brasil. A possível recusa das autoridades em apoiar os proprietários destaca a mudança nas normas sociais e legais em torno da escravidão. A declaração dos proprietários também reflete uma tentativa de reafirmar seus direitos e garantir que a propriedade seja respeitada, mesmo em face da crescente resistência e das mudanças sociais que estavam se aproximando da abolição formal em 1888. Esse tipo de protesto é um testemunho das complexidades das transições sociais e legais da época e comprova, documentalmente, que a escravidão de negros e indígenas na Fazenda Paulista foi a base da formação social e econômica dessa região, servindo como a principal mão de obra que contribui para alargar as fortunas e terras de Valério Coelho e suas descendências. Por isso, devido a perversidade com que os

registros históricos descrevem o período, muitas pessoas fugiam para outras regiões ou para terras de difícil acesso, os quilombos.

As fugas se davam, em sua maioria, devido à forma desumana com que os negros eram tratados na Fazenda Paulista. Prova disso é que, em uma entrevista dada ao INCRA por um senhor centenário, o Sr. Mariano Rodrigues, também mencionada por Gomes (2018), destaca as graves violações de direitos e a crueldade que os escravizados enfrentavam nas plantações:

> Não morria porque Deus é grande e o finado Marco, que era fazendeiro, também conhecido como Marquim da Soledade, filho do capitão da fazendinha, também começou a fazer igual, querendo matar o povo. Mas, o filho dele, João, foi quem pegou a doença que arrastou-se pela perna dele, nenhum deles comia a carne, mas não sei como foi que o filho pegou a doença e morreu bichado que nem os animais (INCRA, 2015, p. 63).

Conforme ele menciona, era comum os capatazes oferecerem carne doente, de porco, gado ou bode, aos escravizados da fazenda Paulista, como uma forma de infundi-los com doenças. Essa prática não só exemplifica a desumanização e o desprezo pela vida dos negros, mas também revela uma estratégia perversa que os senhores utilizavam para controlar a força de trabalho.

Entretanto, o relato do Sr. Mariano também aponta para as ressignificações que surgiram dentro da comunidade escravizada: ao observar que a prática de alimentar os escravizados com carne contaminada acabou voltando-se contra os senhores, ele mostra que, embora a intenção dos capatazes fosse prejudicar os negros, os efeitos desse abuso poderiam acabar refletindo negativamente sobre os próprios senhores.

O Sr. Mariano Rodrigues, ao fazer essa observação, denuncia as atrocidades cometidas e sinaliza um momento de resistência adaptativa entre os escravizados, uma vez que a comunidade começou a desenvolver estratégias para lidar com a alimentação inadequada e os riscos à saúde, o que, por sua vez, poderia levar a um aumento na conscientização sobre as condições de vida e a mobilização contra a opressão. Essa concepção mostra como,

mesmo em meio à brutalidade, as comunidades escravizadas encontraram maneiras de resistir e reivindicar sua dignidade.

O conjunto desses documentos oferece um olhar profundo e multifacetado sobre a agonia do sistema escravista no sudeste do Piauí, unindo estatísticas oficiais, ideologia política e a realidade das fugas. Nacionalmente, o Piauí figurou como um dos maiores centros de manutenção de pessoas escravizadas sob a tutela do Estado, especialmente nas fazendas de gado da Coroa. Contudo, esses números frios, que mostram uma queda gradual a partir de 1866, escondem uma pressão social que transparece nos textos seguintes. Na região de Paulistana, então parte da Comarca de Jaicós, a elite agrária tentava desesperadamente conter o inevitável. O editorial analisado demonstra como esses fazendeiros se organizavam politicamente, utilizando uma retórica de *prudência* para rotular o abolicionismo como uma ameaça à ordem pública e à segurança das famílias, evidenciando que a manutenção da escravidão era vista por eles como a única garantia de estabilidade econômica e social.

Essa resistência teórica, no entanto, era diariamente confrontada pela ação direta dos próprios escravizados, como revela o protesto do Tenente Huceno Rodrigues Damaceno e sua família. O anúncio de fuga de treze homens, identificados por nomes como Paulo, Antonio, Honório e Vicente, em direção à Serra do Baturité, no Ceará, expõe a falência do sistema de controle na região de Paulistana. Ao fugirem em busca da *cômoda liberdade* garantida pelo abolicionismo cearense, esses homens transformavam a geografia da Serra de Dois Irmãos em uma rota de libertação, provando que nem o conservadorismo da imprensa local, tampouco a negligência das autoridades em capturá-los, foram capazes de sustentar o direito de propriedade sobre seres humanos. Em suma, enquanto a tabela mostrada nesta seção registra o inventário estatal, os textos revelam o conflito humano: uma elite tentando atrasar o relógio da história enquanto os escravizados, cientes da conjuntura política vizinha, aceleravam o fim do regime com seus próprios pés.

4.2 Sobre a origem da Fazenda Paulista

O nome de Valério Coelho Rodrigues, destacado escravocrata e figura histórica do Piauí, aparece pela primeira vez em registros oficiais datados de 1735, quando ele já se encontrava na região de Oeiras, atual estado do Piauí. Conforme documentos históricos, Valério Coelho Rodrigues estabeleceu-se na Fazenda do Paulista, localizada na Ribeira do Canindé, onde desenvolveu atividades agropecuárias e comerciais.

Em 29 de março de 1735, Valério Coelho Rodrigues atuou como padrinho de batismo na freguesia de Oeiras, conforme registrado em livro paroquial da época, o que marca a sua primeira menção documental conhecida na região. Além disso, Valério Coelho Rodrigues, como já dito, foi proprietário de diversas fazendas, incluindo a Fazenda do Paulista, que posteriormente deu origem ao município de Paulistana. Ele também ocupou cargos públicos, como juiz ordinário e ouvidor-geral, e esteve envolvido no processo de colonização do interior de todo o Nordeste, especialmente do Piauí e de Pernambuco.

A origem e a trajetória da população negra escravizada na Fazenda Paulista está diretamente ligada aos nomes de Domingos Jorge Velho e, principalmente, ao de Valério Coelho. A vinda desses negros compõe um mosaico de deslocamentos transatlânticos e rotas internas que moldaram o sertão piauiense. Majoritariamente, esses indivíduos procediam da África Centro-Ocidental, com destaque para a região de Angola, abrangendo portos como Luanda e Benguela. Nas fontes históricas e registros religiosos da época, como o batismo de Euzébio em 1767, filho de Maria Rodrigues, identificada como *preta Angola*, esses africanos eram frequentemente catalogados por etnias ou procedências como *benguelas*, *cabindas* ou genericamente como *pretos de Guiné*. Houve também a presença de grupos da Costa da Mina (atuais Gana, Benim, Togo e Nigéria), conhecidos como *minas* ou *iorubás*, que, embora mais numerosos no litoral, também foram integrados ao sistema produtivo do interior, inclusive é desses povos que o

Quilombo São Martins é originário, comprovado por testes genéticos de ancestralidade.

Com o passar dos séculos e a consolidação das propriedades, a composição demográfica mudou significativamente através da reprodução interna. No século XIX, grande parte dos escravizados já era composta por *crioulos* ou *crias da casa*, indivíduos nascidos no Brasil e batizados em fazendas ou paróquias locais, conforme atestam os registros de batismo do período entre 1767 e 1774 vinculados à própria Fazenda Paulista.

A chegada dessas pessoas ao isolado sertão piauiense ocorria por meio de complexas rotas de interiorização, sendo Salvador o principal entreposto de distribuição, de onde os escravizados eram levados por comerciantes através do Rio São Francisco ou por caminhos terrestres que cruzavam o Maranhão. Paralelamente, operava um intenso tráfico interno vindo de Pernambuco e da Bahia, onde escravizados *sobrantes* das regiões canavieiras ou crioulos nascidos em engenhos eram vendidos para as frentes de expansão da pecuária. Sertanistas influentes, como Valério Coelho Rodrigues, foram figuras centrais nesse processo, transportando mão de obra escravizada da Bahia e de Pernambuco para fundar e manter suas vastas propriedades agropecuárias no Piauí.

Atualmente, essa história é sustentada por uma sólida base de evidências documentais. Registros de batismo, inventários *post-mortem* e testamentos detalham nomes, idades e habilidades desses indivíduos, enquanto documentos do Arquivo Ultramarino registram a concessão de sesmarias e transferências de pessoas. Obras historiográficas, como *Escravidão Negra no Piauí e Temas Conexos*, de João Kennedy Eugênio, e investigações recentes da Agência Pública reforçam que a Fazenda Paulista foi um nó vital em uma rede que conectava o interior piauiense ao comércio global de seres humanos e à formação das grandes elites pecuaristas do Nordeste.

Ademais, documentos mostram crianças filhas de escravizadas sendo identificadas como pertencentes a Valério Coelho Rodrigues, proprietário da fazenda. Por exemplo, em 3 de

agosto de 1767, foi batizado Euzébio, como citado acima, filho de Maria Rodrigues, uma *preta angola solteira*, *escrava de Valério Coelho Rodrigues*.

Outros registros incluem batismos de Florêncio (1768), Maximiniano (1773), Ignácia (1774) e Luiza (1774), todos filhos de mulheres escravizadas identificadas como *escravas de Valério Coelho Rodrigues*.

Aos três de agosto de mil setecentos secenta e sete na Fazenda do Paulista Ribeira do Canindé, batizei solenemente e pus os santos óleos a Euzebio filho de Maria Rodrigues preta angolla solteira, escrava de Valério Coelho Rodrigues, pai incógnito" [sic], diz um registro de batismo[6].

Outros documentos dão conta de batismos de Florêncio, filho de Theodozia, em 1768; de Maximiniano filho de Anna, em 1773; de Ignacia, filha de Benta, em 1774; e de Luiza, filha de Quiteria, no mesmo ano. Em comum, Theodozia, Anna, Benta e Quiteria são todas identificadas como "*escravas de Valério Coelho Rodrigues*", na fazenda Paulista.

O batismo de pessoas escravizadas no sertão do Piauí, especialmente em propriedades como a Fazenda Paulista, era um rito que extrapolava a esfera religiosa, funcionando como um poderoso instrumento de controle social e legitimação da posse. Ao levar um cativo à pia batismal, o escravista cumpria uma formalidade da Igreja Católica e reafirmava publicamente sua autoridade e o vínculo de dependência do escravizado.

Frequentemente, os registros de batismo (como os de Euzébio, em 1767) revelam a imposição de nomes cristãos e, por vezes, do sobrenome da família proprietária, o que visava apagar as identidades africanas originais e integrar o indivíduo à "família alargada" do patriarca, ainda que na base da hierarquia.

---

[6] Disponível em: https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/deutschewelle/2024/11/22/pesquisa-mostra-antepassados-escravizadores-de-sarney-e-itamar.htm acesso em maio de 2025

A escolha dos padrinhos também era estratégica: muitas vezes eram membros da própria elite local ou parentes do senhor, como os descendentes de Valério Coelho Rodrigues, reforçando as alianças entre os clãs da Comarca de Jaicós.

Para o escravizado, embora o batismo fosse uma imposição, ele também poderia representar uma busca por proteção espiritual e a criação de laços de compadrio que, em casos raros, poderiam facilitar negociações por melhores condições de vida ou até a alforria futura.

No entanto, no contexto das grandes fazendas pecuaristas piauienses, o batismo servia primordialmente para cristianizar a mão de obra, inserindo-a em uma ordem social onde o senhor era visto como o provedor e guia, justificando moralmente o sistema de exploração vigente.

Outro fato importante é que, entre os séculos XVIII e XIX, inúmeros adventistas, vindos das províncias vizinhas, se estabeleceram nas imediações da fazenda que rapidamente cresceu, tornando-se, em pouco tempo, um núcleo populacional de relativa expressão.

Sabemos que este último também contribuiu para o povoamento, uma vez que o local, antes pertencente a Domingos Jorge Velho, já possuía diversos habitantes, como indígenas, inclusive muito antes deste desbravador chegar às terras piauienses.

Gomes (2018) dá força a essa corrente, que diz que o marco inicial da colonização da região do Canindé foi a instalação do Arraial Paulista em 1674, conforme também aponta Bandeira (1991). Este arraial eventualmente deu origem a fazendas agropastoris, que se tornaram características dessa área, famosa por suas opulentas propriedades de gado.

No início, essas terras eram parte do vasto latifúndio do bandeirante conhecido como "Sertão". O governador de Pernambuco, responsável pela jurisdição da região na época, repassou essas terras a membros da Casa da Torre.

No início do século XVIII, com a dissolução da sociedade entre Domingos Afonso Mafrense e os Ávila, a região do Canindé passou a ser dominada por novos proprietários, tornando-se um destaque na cartografia do século XIX.

A igreja da fazenda, dedicada a Nossa Senhora dos Humildes, simbolizava essa transformação. A Fazenda Paulista foi elevada à condição de freguesia em 1833, tornando-se parte da vila de Jaicós, após ter estado sob a jurisdição da cidade de Oeiras, que era a capital da Capitania de São José do Piauí na época.

Figura 11 - Imagens da igreja Nossa Senhora dos Humildes



Figura 12 – A igreja atualmente:



Fonte das imagens: Portal Narrativa

A Igreja Matriz Nossa Senhora dos Humildes, localizada no centro da cidade de Paulistana, no estado do Piauí, é o templo religioso mais antigo de toda a região. Sendo um dos principais registros materiais da formação histórica, religiosa, social e cultural do município. Ao longo do tempo, o edifício passou por diversas reformas que modificaram sua estrutura original. Ainda assim, mantém elevado valor histórico, sendo reconhecida como importante ponto turístico e cartão-postal da cidade, embora não seja oficialmente tombada como patrimônio histórico.

No local onde hoje se encontra a igreja matriz existiu a primeira capela do antigo povoado Paulista, atual Paulistana. Essa capela primitiva remonta ao final do século XVIII e está diretamente ligada aos primeiros momentos do povoamento da região. Segundo a tradição oral, sua construção foi realizada por escravizados pertencentes ao português Valério Coelho Rodrigues, que teria custeado todas as despesas da obra, feitas "a expensas" próprias.

Ainda de acordo com relatos transmitidos oralmente ao longo das gerações, Valério Coelho Rodrigues contratou, em Salvador, na Bahia, um pedreiro com formação em arquitetura para conduzir a construção da capela. O valor acordado teria sido de cinquenta mil réis, pagos não em dinheiro, mas por meio da entrega de cinquenta novilhas, avaliadas em mil réis cada. Assim, a edificação da capela combinou o trabalho técnico de um construtor especializado com a mão de obra escravizada existente na propriedade.

Relatos dos moradores mais antigos e de membros das tradicionais famílias Damasceno e Cavalcanti, que tiveram participação importante na vida religiosa local, indicam que, nos tempos da capela primitiva, a primeira padroeira foi Nossa Senhora da Conceição. Somente com a criação oficial da paróquia, em 13 de julho de 1883, e sua instalação canônica em 15 de agosto de 1888, Nossa Senhora dos Humildes passou a ser

reconhecida como padroeira oficial do povoado, então denominado Vila Paulista.

A capela primitiva apresentava estrutura simples, composta apenas por uma nave, uma capela-mor e uma sacristia. Possuía planta regular e a sacristia localizava-se nos fundos do altar-mor, ligada ao corpo principal da capela por uma abertura em arco simples, característica comum às edificações religiosas do período colonial no interior nordestino. Ao longo de sua existência, o templo passou por três grandes reformas estruturais. A primeira delas teria ocorrido ainda no século XIX, informação sustentada pela tradição oral, embora até o presente momento não tenham sido encontrados registros documentais detalhados sobre essa intervenção.

Enfim, a Paróquia Nossa Senhora dos Humildes foi criada em 13/07/1883. Sua instalação canônica ocorreu cinco anos depois, em 15/08/1888, poucos meses após a abolição da escravidão no Brasil, durante missa solene presidida pelo 18º bispo da Diocese de São Luís, no Maranhão, Dom Antônio Cândido de Alvarenga, com a presença do primeiro pároco, Padre Francisco Álvares Teixeira Lima, natural de Iguatu, no Estado do Ceará.

As imagens abaixo mostram a praça que fica ao lado da igreja, conhecida como Praça do Peixe, construída durante a gestão do Senhor Nelinho. Algumas pessoas relatam que nesta praça funcionava um cemitério no século XIX. Atualmente, ao lado do local, estão os prédios da Previdência Municipal, a Secretaria Municipal de Saúde e o Espaço Estadual do Cidadão.

Figura 13 –Praça onde está localizada a igreja atualmente



Fonte das imagens: acervo da pesquisadora

A igreja foi construída por negros escravizados durante o período que Valério Coelho administrou as terras e as fazendas de gado. Em torno desta capela foram surgindo os bairros. O primeiro deles, a Correnteza, formada por negros remanescentes do período de escravidão e que "trabalhavam" para as famílias da casa grande.

Como visto anteriormente, alguns relatos dão conta de que o projeto da capela foi feito por um arquiteto baiano, pelo preço de 50 mil réis, sendo que este valor foi pago não em dinheiro, mas com 50 novilhas, que valiam mil réis cada uma. Algumas pessoas relatam que os corpos de Valério e sua esposa foram enterrados dentro da igreja. Já outros, dizem que os corpos estão na praça do peixe, ao lado da igreja, e que antes era um cemitério.

Como visto, as condições de vida eram extremamente difíceis para pessoas escravizadas, especialmente mulheres e crianças, na província do Piauí, o que contraria uma ideia inicial, defendida por alguns historiadores – como Odilon Nunes (1975; 2007) –, de que a escravidão no interior era amena, com menos requintes de crueldade, com uma certa "irmandade" entre escravistas e escravizados. Tal aspecto espelha na vida dessas pessoas, inclusive, na ajuda para construção da referida igreja.

4.2.1 Cópia da certidão de auto de instalação da paróquia de Nossa Senhora dos Humildes de Paulista

> *"Vicente Ferreira Galvão , Conego da cathedral de São Luiz do Maranhão. Secretário do bispado e escrivão da visita de sua execellencia reverendíssima o senhor bispo diocesano. etc. Certifico que de ordem de sua excellencia reverendíssima o senhor bispo diocesano lavrei o auto de installação da parochia de Nossa Senhora dos Humildes de Paulista , o qual é do theor seguinte: Auto de installação Da parochia de Nossa Senhora dos Humildes de Paulista.*
>
> *Aos quinze dias do mez d´agosto do anno do nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil oitocentos e oitenta e oito , na igreja de Nossa Senhora dos Humildes desta Villa de Paulista, província do Piauhy, bispado de São Luiz do Maranhão , pelas as oito horas da manhã compareceu sua excellencia reverendíssima o senhor Dom Antônio Candido d´Alvarenga, bispo diocesano,*

acompanhado de mim seu secretario e escrivão de visita abaixo assignado, e dos reverendos conego Claro Mendes de Carvalho, parocho da igreja de Jaicós, e padre Francisco Alvares Teixeira Lima, estando presentes os senhores presidente e vereadores da camara municipal, juiz municipal supplente, sub delegado de policia do Termo, e grande numero de Fieis.

Feita por sua excellencia reverendíssima e os Sacerdotes presentes a invocação do espirito santo, subiu sua excellencia reverendíssima a tribuna sagrada, e alhi leu uma provisão de criação e de instituição canonica da parochia de Nossa Senhora dos Humildes de Paulista , criada pela resolução da assembleia - legislativa provincial do Piauhy, numero mil e setenta e oito de 13 de julho de 1883. Terminada a leitura, declarou sua exellencia reverendissima erecta, instituída e installada a dita parochia, e que nomeava o reverendo Francisco Alvares Teixeira Lima, sacerdote secular desta diocese, para regel - a e administra-la como parocho encommendado d´ella. Em seguida congratulou-se sua excellencia reverendíssima com todos fieis , que, por este acto passaram a ser parochianos da nova parochia; os – exhortou a permanesserem sempre bons e fieis christãos, agradecendo d´esse modo a grande graça, que Deus lhes – concedia, dando – lhes maior felicidade para receberem os santos sacramentos e cumprirem seus deveres religiosos; Lembrar-lhes que deviam ser todos muito gratos ao reverendo ConegoClaro Mendes de

(Folha 2)-

Carvalho, sob cuja jurisdicção parochial estiveram, pelos bons serviços, que sempre lhes – prestou em rasão de seu cargo, durante o longo espaço de 40 annos, e que o mesmo respeito e submissão deviam continuar a mostrar em todo o tempo ao reverendo parocho, que passava administral–os espiritualmente e guial–os no caminho da salvação. Descendo sua excellência reverendíssima da tribuna e occupando o Solio Episcopal, mandou que por mim fosse lida a provisão de nomeação do Rev.. Francisco Alvares Teixeira Lima para parocho encommendado da nova parochia, o que foi feito, approximou-se de S. Exce,cia Re , ma, o dito reverendo Francisco Alvares Texeira Lima e nas mãos de S. Exce, cia, Reve, ma,

prestou o juramento de bem cumprir os deveres de seu cargo; e então S. Exce,cia Reve, ma, lhe impoz aos hombros uma estola, e entregou – lhe a chave do tabernaculo, como símbolo de sua jurisdicção parochial, depois do que encaminhou - se Sua Exce,cia Rer, ma, para juncto do altar, e alhi entuou o hynno Te Deum Laudamus – que recitou alternadamente com os Sacerdotes presentes, e terminado o hynno com os versiculos e a oração de acção de graças, depondo o pluvial tomou a plâneta e celebrou o santo sacrifício da missa. Do

que tudo, e para a todo tempo cristão lavrei este auto, que foi assignado por S. Ex, cia, Rev, ma, por mim seu secretario e escrivão de visita , pelos sacerdotes presentes, e uma parte dos cidadãos que assistiram aos referidos actos. Villa de Paulista, em visita episcopal de sua Ex,cia Rev,ma, 15 d´ Agosto de 1888 + Antonio Bispo diocesano, Conego Vicente Ferreira Galvão, secretario e escrivão de visita = Conego Claro Mendes de Carvalho, Padre Francisco Alvares Teixeira Lima, vigario encommendado,

Hucenio Rodrigues Damasceno, presidente da camara, Francisco Manoel Rodrigues de Carvalho, Vice Presidente, Raymundo Clementino de Macêdo, Vereador, Alcino Antonio de Carvalho, Vereador, Martinho Rodrigues Coelho, Vereador, Manoel José Gomes Ferreira, Vereador, Elpidio Rodrigues Damasceno, primeiro supplente de Juiz municipal, Hygino Rodrigues Coelho, subdelegado, José Monteiro Cavalcante d´Abuquerque, professor publico, Benedicto Francisco Rodrigues, capitão da G. Nacional, Laudelino Severo de Macêdo, Alferes da G. nacional, Jer Felix dos Santos, tabellião publico, Jesuino José Rodrigues, Raymundo José de Sant´ Anna, Theotonio Francisco Ramos, Joaquim jurudelino Rodrigues Couto, Laurentino Raymundo de Carvalho, Manoel Rabello de Carvalho, José Francisco Ferreira Gomes, José Hernando Rodrigues de Oliveira, Ernestino Ferreira Gomes, José Antônio Gomes Ferreira, Alfrêdo Coêlho de Macêdo, Enéas Rodrigues de Macêdo, Antonio Marques Gomes, Jubelino d' Albuquerque Cavalcante, Diolindo Francisco Ramos, Nomerindo Ferreira Gomes, Eudoxia d' Albuquerque Cavalcante, Elpidio Rodrigues do Nascimento, e Antônio Cypriano Rodrigues Coêlho. Era o que se continha no dito auto d cujo original me- reporto. O referido é verdade da que dou fé. Villa de Paulista, 17 de agosto de 1888. E eu,

(folha 3) - o conego Vicente Ferreira Galvão, Secretario do bispado e escrivão de visita de sua ex. cia Rev. ma, a subscrevi e assignei: Conego Vicente Ferreira Galvão".

4.3 Chegada da imagem de Nossa Senhora dos Humildes

Dois anos depois, em 1890, chegou a Paulistana a imagem de Nossa Senhora dos Humildes. Sua vinda está ligada à devoção de uma beata chamada Etelvina, mulher profundamente religiosa, de grande fé e intensa devoção à Virgem Maria. Natural de Oeiras–PI, Etelvina residia nas proximidades da então Vila Paulista, onde hoje se localiza a Rua Sete de Setembro, no bairro Correnteza.

Inicialmente, era uma mulher de muitas posses: proprietária de fazendas, terrenos e casas, tendo, portanto, condições de viver com conforto, mesmo em um período marcado por dificuldades. Contudo, após ficar viúva, vendeu todos os seus bens e, de forma humilde, distribuiu-os entre os pobres e necessitados.

Posteriormente, recebeu uma grande bênção em sua vida. Como gesto de gratidão a Deus pela graça alcançada, decidiu sair pedindo esmolas com o objetivo de adquirir uma imagem de grandes proporções da Virgem Maria, destinada à capela da Vila Paulista (hoje Paulistana), como forma de agradecimento pela bênção recebida. A beata Etelvina pediu esmolas a três mulheres muito religiosas e pertencentes à tradicional família Damasceno, que possuíam consideráveis recursos financeiros. Atendendo ao pedido, elas financiaram generosamente a compra da imagem de Nossa Senhora dos Humildes. Eram elas: Adelaide Rodrigues Damasceno, Joaquina Rodrigues Damasceno e Luísa Rodrigues de Andrade. As benfeitoras enviaram um empregado de confiança da família Damasceno para acompanhar a beata Etelvina até a cidade do Crato, no estado do Ceará.

Ao chegar ao local, Etelvina ficou profundamente impressionada com a beleza da imagem e satisfeita por ter encontrado uma representação da Virgem Maria com o título de Nossa Senhora dos Humildes. A imagem foi trazida para a Vila Paulista (hoje Paulistana) nos lombos de cavalos e burros e, em seguida, colocada na capela da vila. Desde então, Nossa Senhora dos Humildes foi escolhida pelos católicos locais como padroeira e, até os dias atuais, é venerada em Paulistana há mais de um século.

No ano de 1907, o padre Francisco Álvares Teixeira Lima solicitou ao bispado a construção de uma nova matriz e a reforma da pia batismal. No entanto, essas obras só foram efetivamente realizadas entre 17 de julho de 1917 e 1º de novembro de 1920, já sob a responsabilidade do padre José Zimmerman. Conforme registrado no Livro do Tombo, a reforma contou com o apoio da família Coelho Damasceno.

Posteriormente, nos anos de 1941 e 1942, foi realizada nova intervenção no edifício. Nessa reforma, procedeu-se ao conserto do forro, à substituição de três "engertas" e três linhas de carnaúba, à encarnação das paredes, à caiação do interior da igreja e à abertura de duas novas janelas, modificando mais uma vez a estrutura original do templo.

Assim, a Igreja Matriz Nossa Senhora dos Humildes permanece como testemunho material da fé, da história e da formação do município de Paulistana, representando um importante patrimônio religioso e cultural para a comunidade local e para toda a região.

4.4 Relação dos Padres que assumiram a paróquia Nossa Senhora dos Humildes, Paulistana – Piauí

1º Padre Francisco Álvares Teixeira Lima: 15/08/1888 a 17/01/1909; 2º Padre Miguel dos Reis Mello: 1º. Período: 13/10/1909 a 21/01/1916; 3º Padre Zimmermann: 1º. Período: 11/06/1916 a 31/01/; 4º Padre Miguel dos Reis Mello: 2º. Período: 01/07/1921 a 28/07/1921; 5º Padre Felipe de Oliveira Lopes: 08/12/1921 a 07/11/1924; 6º Padre João Pedro de Sousa Veloso: 05/04/1925 a 16/07/1933; 7º Padre Zimmermann: 2º. Período: 16/07/1933 a 12/01/1941; 8° Padre Teodorp Schuster: 02/02/1941 a 11/10/1942; Padre José Inácio de Jesus Madeira: 15/11/1942 a 21/02/1948; 10º Cônego Antônio Cardoso de Vasconcelos juntamente com os padres Otacílio Alves Ferreira, e o Padre Américo Soares, vigários cooperadores. - 13/01/1949; 11º Padre Mariano da Silva: 19/04/1952 a 15/08/1953; 12º Padre Arnaldo da Rocha Campos: 09/11/1953 a 04/02/1955; 13º Padre Raimundo de Jesus Frota Bezerra: 30/04/1955 a 24/11/1955; 14º Padre Joaquim Rufino do Rêgo: 19/02/1956 a 08/12/1960; 15º Dom Augusto Alves da Rocha: 08/01/1961 a 05/02/1967 (Primeiro Período como Padre); 16º Padre Otto Beckmann: 05/02/1967 a 01/02/1970; 17º Padre Dionísio Granja de Carvalho: 09/03/1970 a 13/02/1977; 18º Dom Augusto Alves da Rocha: 09/03/1977 a 12/02/1978; (Segundo Período como Bispo); 19º

Padre Michael Galea: 11/02/1978 a 04/03/1979; 20º Padre Antônio Mendes Neto: 11/03/1979 a 28/06/1997; 21º Padre Gregório Leal Lustosa: 28/06/1997 a 20/04/2008; 22º Padre Francisco Bezerra Neto: 25/05/2008 a 18/01/2009; Padre Flávio de Sousa Santiago 1º Período: 20/01/2009 a 23/08/2009; 24º Padre José Mairton da Silva Sousa: 23/08/2009 a 08/07/2012; 25º Padre José Pio Feitosa Marinho: 21/07/2012 a 31/12/2017; 26º Padre Wagner Francisco de Sousa Carvalho: 01/08/2018 a 29/05/2022; 27º Padre Fernando Amando de Sousa 02/06/2022 - 04/12/2022; 28º Padre Flávio de Sousa Santiago 2º período: 01/02/2023 – aos dias atuais.

– CAPÍTULO 5 –

SURGIMENTO DOS QUILOMBOS EM TORNO DA FAZENDA PAULISTA

Marli Ferreira de Carvalho Damasceno

Os quilombos não se limitam a ser uma simples reação ao regime de escravização do negro no período colonial e imperial. Eles representam, na verdade, uma das manifestações mais significativas do protesto negro em sua luta por direitos, tanto durante o regime escravista quanto no período pós-abolição. No caso do Piauí, como será discutido mais adiante, a presença negra é pouco abordada na historiografia tradicional. Grande parte do que se narra sobre essa presença está restrito ao contexto das fazendas.

Essa visão limitada é criticada por Lima (2007, p. 140), que argumenta que a historiografia tradicional piauiense, ao tentar explicar a formação social da região, construiu uma interpretação idealizada, focada exclusivamente na unidade produtiva das fazendas de pecuária. Ele aponta que "ao explicar a formação social, a historiografia tradicional transpôs para o conjunto da sociedade uma leitura idealizada de uma atividade ou unidade produtiva. Pecuária e fazenda de criação são retratadas, portanto, como se fossem o Piauí". Essa visão, ao centrar-se na economia rural, ignora a diversidade e complexidade das experiências negras no estado, que vão além do trabalho nas fazendas e se expressam também nos quilombos e em outras formas de resistência e organização social.

5.1 Sobre os quilombos no Piauí

Durante o período colonial no Piauí, a presença de escravizados foi marcante e desempenhou um papel central na economia da região, especialmente no setor agrícola e na indústria do charque. Segundo Silva (2010), os escravizados chegaram ao Piauí juntamente com seus senhores, conhecidos como sesmeiros, sendo comprados nos mercados da Bahia, Recife e São Luís. Esses escravizados eram utilizados principalmente nas fazendas de gado, nas proximidades de rios, lagoas e olhos d'água, bem como no cultivo agrícola (Silva et al., 2010), como é o caso de Paulistana-PI.

No final do século XVII, o Piauí contava com cerca de 129 fazendas de gado, nas quais a população era composta majoritariamente por homens brancos e escravizados. Ao longo do século XVIII, a região viu uma crescente migração de diversas famílias, incluindo criminosos falidos e negros fugidos do cativeiro, que se estabeleceram no sertão piauiense. A população era predominantemente composta por mestiços, com os escravizados formando uma grande parcela da população (Alencar, 2003). A população branca era, em grande parte, composta por migrantes da Bahia e Maranhão, já que a migração direta de portugueses para o Piauí era rara.

Nas fazendas, a organização social era complexa e envolvia senhores, feitores, vaqueiros, agregados e escravizados vivendo em um sistema que, de certa forma, reproduzia um modelo familiar. Em alguns casos, os escravizados exerciam funções de grande responsabilidade, como a de vaqueiro, assumindo, assim, postos que geralmente eram reservados a homens livres. Esses escravizados também podiam ser alfabetizados, embora essa prática não implicasse em qualquer afrouxamento da ordem escravocrata. Pelo contrário, a confiança depositada neles pelos senhores reafirmava o controle social e econômico, sem que lhes fosse garantida a alforria (Gomes, 2007).

Embora fosse permitido a alguns escravizados o cultivo de pequenas parcelas de terra para sua subsistência, isso ocorria sob

rigorosas condições impostas pelos senhores, e o trabalho na fazenda sempre tinha prioridade. Em alguns casos, os escravizados podiam acumular bens, como gado, mas não tinham liberdade para dispor dos frutos de seu trabalho. Havia relatos de senhores que deixavam bens de herança para os filhos de escravizados, o que refletia uma relação paternalista em alguns contextos, embora tal paternalismo tenha, de certa forma, contribuído para desarticular possíveis movimentos de resistência escrava na região (Mattoso, 1986). Soares (2024, p. 06) corrobora este pensamento, quando diz que:

> A gestão do Império é marcada por denúncias realizada pelos escravos queixando-se das condutas adotadas pelos administradores tornando o controle um processo de ambos, criadores e escravos, pois aos escravos nacionais era permitido a denúncia da exploração excessiva da violência e aos criadores o dever de disciplinar e dominar. Assim o confronto era inevitável tornando esse processo em uma estratégia de manutenção da violência e da ordem. Um fato importante de controle psicológico descrita pelo autor é o "sistema de quarta" [Do total de bezerros que nascessem os vaqueiros, que nas fazendas públicas em sua maioria eram escravizados, recebiam um quarto das cabeças amansadas] que era usado para criar no trabalhador escravizado a ilusão de ser um trabalhador menos explorado, servindo como outra forma de controle e disciplina. A garantia desse benefício por parte dos trabalhadores escravizados colocava limites a exploração e assegurava a sobrevivência, pois a acumulação desses bens servia para manter a alimentação dos mesmos nas fazendas.

A conceituação moderna de comunidades quilombolas remanescentes, segundo a *Revista Teoria e Debate*, n.º 31, publicação da Secretaria Nacional de Combate ao Racismo do Partido dos Trabalhadores (SNCR/PT), não possui uma definição científica estrita. No entanto, do ponto de vista antropológico, essas comunidades são entendidas como grupos étnicos cuja autoidentificação é essencial para definir sua condição como quilombolas. Assim, qualquer grupo negro, rural ou urbano, que se identifique como tal, pode ser considerado uma comunidade quilombola, desde que aceite essa identificação como parte de sua autodefinição (Souza, 2000).

As comunidades quilombolas remanescentes são grupos que desenvolvem práticas cotidianas de resistência, buscando manter e reproduzir seus modos de vida característicos. A identidade desses grupos é construída com base em trajetórias compartilhadas e na continuidade de sua existência enquanto comunidade. Esse processo de auto-identificação é essencial para a consolidação de um território próprio e para a perpetuação dos valores e tradições transmitidos de geração em geração.

A Associação Brasileira de Antropologia (ABA) também contribui para essa discussão, afirmando que o termo "remanescente de quilombos" deve englobar todos os grupos que desenvolveram práticas de resistência e preservação de modos de vida em um território específico. Essas comunidades compartilham uma identidade histórica comum, construída a partir de vivências e valores compartilhados ao longo do tempo (Abreu, 2001).

Portanto, as comunidades quilombolas contemporâneas são grupos raciais que mantêm práticas diárias de resistência, defendendo seus modos de vida e territórios conquistados há muito tempo. A luta por esses territórios está profundamente ligada à conservação ambiental, destacando a necessidade de respeito e preservação dessas terras, que carregam consigo um legado imemorial de resistência e sobrevivência.

A sociedade brasileira carrega uma dívida histórica de 500 anos com a população afrodescendente, originada do longo período de escravidão e discriminação que marcou a trajetória de negros no Brasil. Essa dívida se reflete, entre outras questões, na luta por terra e na preservação da identidade cultural das comunidades quilombolas, grupos formados por descendentes de escravizados que se refugiaram em quilombos para resistir à opressão. Um marco significativo nesse processo foi a comemoração, em 1995, dos 300 anos do assassinato de Zumbi dos Palmares e dos 400 anos do início da construção do Quilombo dos Palmares, evento que impulsionou o movimento negro a reivindicar direitos históricos, como a titulação de terras ocupadas pelos remanescentes de quilombos. A titulação de terras representa

não apenas o reconhecimento de direitos territoriais, mas também o pagamento de uma dívida histórica com a população afro-brasileira.

Segundo Lucia M.M. de Andrade, em sua publicação na *Revista Faça a Coisa Certa*, no dia 20 de novembro de 1995, as comunidades quilombolas obtiveram uma importante conquista: a primeira titulação coletiva de terras quilombolas no Brasil, especificamente da comunidade de Boa Vista, localizada ao longo da Bacia do Rio Trombetas, no Pará. Esse marco foi possível graças ao artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) da Constituição Federal de 1988, que reconheceu o direito de propriedade das terras ocupadas pelas comunidades remanescentes de quilombos. Essa decisão, resultado da mobilização quilombola e do apoio de aliados, sensibilizou tanto o governo quanto a opinião pública, garantindo a inclusão dessa questão na agenda oficial do tricentenário da morte de Zumbi (Andrade, 1995).

No contexto dessa luta, é crucial distinguir entre os conceitos de posse e propriedade. A posse se refere a uma relação de fato entre o indivíduo e a terra, enquanto a propriedade é uma relação jurídica formalizada pelo direito burguês, visando garantir o domínio à distância. No Brasil, a transição da posse para a propriedade formal das terras remonta ao período em que a estrutura econômica foi transferida do campo para a cidade, um movimento impulsionado pela classe dominante que visava monopolizar as terras (Costa, 2003). No caso dos quilombolas, a titulação de terras ocupa um papel essencial, pois confere segurança jurídica às comunidades que, historicamente, têm defendido seus territórios com base em relações de posse coletiva.

A luta dos negros por terra no Brasil é tão antiga quanto o próprio regime escravocrata. Os quilombos não foram meros refúgios de fuga; constituíram-se como espaços de organização, produção e preservação da identidade sociocultural dos negros. Historiadores, como Jacob Gorender, destacam que os quilombos representaram o primeiro esforço de conquista da terra e de

ruptura com o sistema escravagista. A busca por reforma agrária, já na época do Império, preocupava as elites dominantes, como demonstrado pelo discurso de D. Pedro II, em 1889, sugerindo a necessidade de mudanças no campo. A estrutura fundiária brasileira, marcada pela concentração de terras nas mãos de poucos latifundiários, manteve-se intacta após a abolição da escravidão, transferindo o valor econômico da mão-de-obra escrava para a terra (Gorender, 1985).

Durante a ditadura militar, a questão agrária foi incorporada no *Estatuto da Terra* de 1964, que estabelecia um marco jurídico para a reforma agrária, mas que, na prática, congelou as reivindicações dos trabalhadores rurais. O estatuto funcionou mais como um instrumento de contenção de conflitos no campo do que como uma ferramenta para efetivar a redistribuição de terras. Nesse contexto, movimentos como as Ligas Camponesas e, posteriormente, o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), passaram a liderar as lutas agrárias no Brasil (Ferreira, 2012). No entanto, foi com a redemocratização do país que a questão quilombola começou a emergir com força no debate público, levando ao reconhecimento jurídico das comunidades remanescentes de quilombos.

A titulação de terras quilombolas é uma reparação histórica essencial para os afro-brasileiros, simbolizando o reconhecimento de suas lutas e direitos. A mobilização em torno do tricentenário de Zumbi dos Palmares, em 1995, foi um marco nesse processo, trazendo à tona a importância de garantir a segurança territorial das comunidades quilombolas. A efetivação desse direito, no entanto, enfrenta desafios constantes, refletindo as tensões entre a estrutura agrária herdada do passado e as demandas de justiça social que ainda precisam ser atendidas.

O artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) da Constituição de 1988 representa um marco fundamental na tentativa de reconhecimento e reparação histórica para as comunidades quilombolas no Brasil. Ele estabelece que "aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam

ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos". Contudo, nos anos que se seguiram à promulgação da Constituição, esse dispositivo permaneceu, por quase uma década, praticamente inativo e sem aplicação concreta. Esse fenômeno reflete a complexidade e a ambiguidade do artigo em relação aos conceitos de "quilombo" e "remanescente", termos historicamente carregados de diferentes interpretações e ressignificados conforme os contextos sociais e políticos (Arruti, 2006).

Foi apenas em 1992 que o artigo 68 foi formalmente reivindicado, no âmbito de um conflito fundiário envolvendo a comunidade do Rio das Rãs, no município de Bom Jesus da Lapa, Bahia. Nesse episódio, a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e o Ministério Público Federal (MPF) atuaram de maneira decisiva, utilizando o dispositivo constitucional para intervir em um conflito de terras. O caso de Rio das Rãs tornou-se um precedente importante, pois foi a primeira vez que o artigo 68 foi utilizado em um contexto prático, o que incentivou outros grupos a seguir a mesma estratégia (O'Dwyer, 2009).

Esse precedente gerou grande repercussão e atraiu a atenção de movimentos sociais, como o movimento sindical e o movimento negro no Maranhão e no Pará, que, desde a década de 1980, vinham discutindo a organização e a situação fundiária das comunidades negras rurais. Essas comunidades enfrentavam a exclusão formal das políticas públicas devido à ausência de categorias censitárias ou cadastrais que refletissem adequadamente as formas de posse da terra e o modo de vida dessas populações (Ribeiro, 1995). A luta, nesse contexto, passou a ser pelo reconhecimento oficial das terras ocupadas historicamente por essas comunidades e por sua regularização fundiária, conforme previsto pelo artigo 68.

A partir do caso de Rio das Rãs, o artigo 68 passou a ser lido de maneira ampliada e ressignificada por movimentos sociais. O dispositivo foi reinterpretado não apenas como uma ferramenta legal para proteger comunidades diretamente associadas a antigos quilombos, mas também como uma via jurídica para reivindicações

fundiárias de comunidades rurais negras que, embora não tivessem uma relação documental clara com quilombos históricos, possuíam um vínculo territorial consolidado ao longo de gerações. Essas comunidades viviam em terras de uso comum, de posse coletiva, práticas que não se encaixavam nas categorias de propriedade privada ou pública estabelecidas pelo Estado brasileiro (Almeida, 2002).

O conceito de "remanescente de quilombo", que inicialmente parecia se restringir a uma definição histórica e jurídica, foi ampliado para abarcar todas as comunidades que, independentemente de comprovação direta de relação com antigos quilombos, enfrentavam ameaças à posse de suas terras e careciam de uma base legal para defender seus direitos. Esse movimento de ampliação do conceito de quilombos teve raízes tanto nas mobilizações sociais quanto nas transformações acadêmicas dos estudos sobre escravidão e pós-escravidão no Brasil.

Em 1995, quando se comemorou o tricentenário da morte de Zumbi dos Palmares, o debate sobre o artigo 68 ganhou ainda mais relevância. O movimento quilombola consolidou-se, e a questão do reconhecimento territorial dessas comunidades foi autonomizada em relação às pautas de reforma agrária dos anos anteriores. No entanto, a aplicação do artigo encontrou obstáculos no Judiciário, que exigiu maior clareza sobre os critérios para a identificação e demarcação das terras quilombolas. Diante disso, emergiu a necessidade de regulamentar o dispositivo, o que levou a um debate legislativo sobre os parâmetros técnicos e científicos que deveriam ser seguidos para a aplicação da lei (Gomes, 2015).

A complexidade jurídica e técnica da aplicação do artigo 68 revelou-se em sua regulamentação formal. O Estado brasileiro passou a exigir a produção de laudos antropológicos para embasar o reconhecimento de comunidades quilombolas. Esses laudos, elaborados por especialistas, como antropólogos, têm a tarefa de registrar a história da comunidade, suas formas de organização social, a relação com a terra e as práticas de uso comum dos recursos naturais. Além disso, esses documentos são responsáveis

por delimitar topograficamente as áreas reivindicadas, o que confere precisão técnica ao processo de titulação das terras (Almeida, 2002).

Essa transformação do artigo 68 em um instrumento ativo do movimento social quilombola reflete o conceito de "captura da lei", desenvolvido por autores como Boaventura de Sousa Santos (1995), que descreve como os movimentos sociais podem reinterpretar, ressignificar e se apropriar de dispositivos legais concebidos para outros fins, transformando-os em ferramentas para suas lutas. No caso dos quilombolas, o que se vê é uma articulação entre a norma constitucional, as reivindicações fundiárias e os movimentos sociais, resultando em uma ressignificação que amplia o campo de aplicação da lei.

Esse fenômeno de captura também evidencia a tensão entre o direito formal, geralmente elaborado em contextos distantes da realidade concreta das populações marginalizadas, e as demandas dessas mesmas populações. A legislação, inicialmente concebida como um dispositivo de reparação histórica, foi transformada em um mecanismo prático de luta pela terra e pelo reconhecimento de identidades coletivas, demonstrando como a lei pode ser reinterpretada no contexto de conflitos sociais (Gomes, 2015).

O processo de captura da lei pelo movimento quilombola não só trouxe à tona a importância do artigo 68 como instrumento de luta, mas também desafiou o Estado e o sistema jurídico brasileiro a repensarem os conceitos de terra, território e identidade. A ampliação do conceito de quilombo para além de sua referência histórica restrita a comunidades fugitivas de escravizados e a introdução do laudo antropológico como requisito técnico para a titulação das terras demonstram a capacidade dos movimentos sociais de transformar o ordenamento jurídico em prol de seus direitos.

Como apontam autores como Almeida (2002) e Gomes (2015), o sucesso dessas demandas não reside apenas no reconhecimento jurídico formal, mas na concretização efetiva dos direitos dessas comunidades. Assim, o artigo 68 do ADCT passou a ser não apenas

um símbolo de reparação histórica, mas uma ferramenta ativa na construção de uma luta por direitos territoriais e sociais que continua a moldar as políticas públicas no Brasil.

5.2 Surgimento do Quilombo São Martins

A fundação da comunidade de São Martins remonta a 1830, décadas antes da abolição da escravatura, uma vez que os quilombos serviam como locais de acolhimento para negros fugitivos, que buscavam fugir das atrocidades de seus algozes. A fuga de escravizados no Piauí durante o século XIX, como em outras partes do Brasil, era uma manifestação de resistência contra o sistema cruel de escravidão. Em 1830, por exemplo, muitos escravizados buscavam escapar das condições opressivas nas fazendas e cidades. Esses escravizados, submetidos a jornadas exaustivas de trabalho, violência física e mental, e condições de vida desumanas, viam na fuga uma alternativa para buscar liberdade e dignidade.

No Piauí, a geografia favorecia parcialmente essas fugas. A vegetação densa, as serras e os rios da região ofereciam refúgio para os fugitivos, dificultando o rastreamento por parte dos senhores de escravizados e seus capitães do mato (caçadores de escravizados fugitivos). Muitos desses escravizados que escapavam formavam ou se juntavam a quilombos, comunidades autossustentáveis em que encontravam acolhimento e segurança. Esses quilombos, como o de São Martins, fundado por volta de 1830, desempenhavam um papel essencial como refúgio para aqueles que conseguiam fugir.

Os quilombos eram frequentemente estabelecidos em áreas de difícil acesso, como em regiões montanhosas ou de mata fechada, para evitar que fossem facilmente encontrados. Neles, os escravizados fugitivos podiam se reorganizar, cultivar alimentos e viver de forma coletiva, sem a exploração a que estavam acostumados. Essas comunidades também simbolizavam uma forma de resistência cultural, em que os negros preservavam suas tradições e valores, distantes da opressão das fazendas escravistas.

Os quilombos se tornaram símbolos importantes da luta contra a escravidão. Apesar das tentativas dos senhores de escravizados de reprimir esses refúgios, muitos quilombos, como o de São Martins, conseguiram sobreviver por décadas, protegendo seus habitantes e representando uma alternativa ao sistema escravocrata. A fundação do quilombo de São Martins antes da abolição reflete a luta pela sobrevivência e liberdade que muitos negros enfrentaram, buscando reconstruir suas vidas em locais seguros, longe dos horrores da escravidão. Em resumo, os escravizados no Piauí fugiam em busca de liberdade, e os quilombos, como São Martins, foram locais essenciais de acolhimento, onde os fugitivos podiam se proteger e reconstituir suas vidas, décadas antes da abolição oficial da escravatura em 1888:

> Nota-se pelos registros elencados, que a constituição das comunidades quilombolas no Piauí permeia temporalmente a transição entre o século XVIII e XIX, e espacialmente se formam nos arredores das fazendas agropastoris. Uma narrativa que é comumente relatada pelas pessoas mais velhas das comunidades como momento de fundação dos quilombos é a fuga de escravizados e escravizadas destas fazendas ou no pós-abolição com o acesso à pequenas faixas de propriedade de terra (Gomes, 2018, p. 64).

O surgimento do quilombo foi marcado pela presença de Bartolomeu e Josefa, um casal de escravizados que se destacaram como pequenos agricultores na região. Esses pioneiros dedicaram-se à agricultura de subsistência, cultivando a terra e mantendo pequenas criações de animais, como bodes, galinhas e porcos. O casal teve cinco filhos, entre os quais Martiliano se tornou o mais conhecido, tendo um papel significativo na história local.

Conforme os moradores, e também os registros apontam, os fundadores da comunidade foram Felipe Pereira e Constância chegaram à região fugidos de uma fazenda (Carnaybas) localizada onde hoje está situada a comunidade de Caraibeira, por volta de 1830. Refugiaram-se inicialmente na área do Pajeú, que, embora

integrasse o território da comunidade, não corresponde exatamente ao local atual.

O lugar onde se abrigaram é cercado de memórias e sensações marcantes (muitos relatam arrepios ao visitá-lo, tamanha é a carga histórica que carrega). Ainda é possível encontrar vestígios da presença deles, como tijolos antigos, tanto no Pajeú quanto na Roça de Riba, como é tradicionalmente conhecida, apesar de o nome remeter à parte mais elevada do terreno.

O ponto exato de refúgio situava-se entre o Pajeú e a Roça de Riba, marcando o início da ocupação por Felipe e Constância, pioneiros na formação da comunidade. Na figura abaixo é possível ver o local, que hoje está seco. Os moradores relatam que eles se abrigaram na mata próximo à margem do riacho:

Figura 14 – Riacho do Pajeú



Fonte: Acervo da pesquisa (2026)

Fato importante acerca do casal, é que as histórias contadas pelos moradores mostram a trajetória de um de seus filhos, Bartolomeu, cuja biografia é marcada pela recaptura por "capangas" e o consequente retorno à condição de escravizado na Fazenda Carnaybas. Bartolomeu casa-se com Josefa, que já possuía

uma filha, união consumada após este ser designado como escravizado do proprietário da referida escravizada.

Bartolomeu e Josefa eram pais de Martiniano José Pereira (terceira geração do quilombo), que era casado com Josefa Maria da Conceição, que se destacaram como pequenos agricultores na região. Esses pioneiros dedicaram-se à agricultura de subsistência, cultivando a terra e mantendo pequenas criações de animais, como bodes, galinhas e porcos.

Os moradores descrevem Martiniano como um homem de muita inteligência e sabedoria. Inclusive, Martiniano apropriou-se da cultura letrada, desenvolvendo a habilidade de escrever e ler cartas para pessoas que não sabiam ler ou escrever. Tal competência permitiu-lhe transitar entre mundos distintos: ao atuar como mensageiro e escriba, ele subverteu sua função oficial, transformando o trânsito permitido entre as fazendas e o reduto quilombola em uma rota de fuga estruturada e uma rede de comunicação.

Uma moradora de grande relevância para a comunidade foi Josefa Vicência da Conceição, que nasceu em 5 de abril de 1886, inserida em um contexto histórico de transição marcado pelo período final da escravidão formal no Brasil. Seus ritos de iniciação cristã (batismo e crisma) ocorreram em 1888, ano concomitante à promulgação da Lei Áurea. Em 1907, constituiu matrimônio com Martiniano Pereira, união da qual nasceram 12 descendentes (dez do sexo masculino e dois do sexo feminino), estabelecendo a base de seu núcleo familiar.

Atualmente, a comunidade de São Martins interage com diversos órgãos e entidades que prestam assistência, mas as relações são variadas em termos de proximidade e eficácia. O poder público municipal ainda apresenta políticas públicas tímidas voltadas ao quilombo, o que tende a se ampliar com um novo currículo escolar quilombola. Por outro lado, a Associação local desempenha um papel fundamental na organização e mobilização da comunidade, especialmente com o governo do estado.

Além do São Martins, há outras Existem 5 comunidades oficialmente registradas e certificadas pelo Governo Federal no município:

1. Quilombo Barro Vermelho (Portaria FCP nº 190/2012)
2. Quilombo Contente (Portaria FCP nº 104/2023)
3. Quilombo Chupeiro (Portaria FCP nº 05/2006)
4. Quilombo Angical (Portaria FCP nº 08/2006)
5. Quilombo Sombrio (Portaria FCP nº 104/2016)

– CAPÍTULO 6 –

VAQUEIROS: DE TRABALHADOR LIVRE E MESTIÇO E SÍMBOLO ROMÂNTICO DO SERTÃO À PARTE DE UMA ESTRUTURA SOCIAL MARCADA PELA ESCRAVIDÃO

Marli Ferreira de Carvalho Damasceno

A figura do vaqueiro ocupa um lugar central na história social do sertão nordestino, especialmente no interior do Piauí. Desde o período colonial, a expansão da pecuária foi um dos principais vetores de ocupação do semiárido, fixando populações em áreas distantes dos grandes centros e estruturando formas próprias de organização do trabalho e da cultura. Como observa Capistrano de Abreu (1998), a criação de gado foi fundamental para a interiorização da colonização, levando consigo não apenas senhores e capitães de sesmaria, mas também agregados, índios e negros escravizados.

Nesse contexto, o vaqueiro não deve ser compreendido apenas como trabalhador livre e mestiço, símbolo romântico do sertão, mas como parte de uma estrutura social marcada pela escravidão. Muitos vaqueiros eram negros, escravizados ou libertos, que desenvolviam habilidades específicas no manejo do gado e no conhecimento do território. Segundo Câmara Cascudo (2001), a destreza desses homens no trato com os animais, a coragem para enfrentar a caatinga e o domínio das rotas sertanejas fizeram do vaqueiro uma figura indispensável, frequentemente acima da mera condição servil, mas ainda subordinado às relações de dependência e exploração.

A presença negra na vaqueiragem do Piauí é confirmada por diversos registros históricos. Reis (2019) lembra que a escravidão

nordestina não se restringiu à cana-de-açúcar, mas se diversificou em atividades como a pecuária, nas quais o trabalho de homens e mulheres negros foi decisivo. Gomes (2005), ao estudar as comunidades de mocambos, aponta que a mobilidade dos vaqueiros negros e a proximidade com áreas de criação facilitaram tanto fugas quanto a formação de territórios de resistência. Dessa forma, o vaqueiro pode ser entendido como elo entre a ordem colonial – sustentada pelo trabalho escravo – e as possibilidades de afirmação cultural negra no sertão.

No Piauí, como em outras regiões do Nordeste, a cultura vaqueira tornou-se marca identitária, transmitida por meio da música, da indumentária e das festas. Contudo, a memória dessa cultura foi frequentemente embranquecida, apagando a contribuição dos negros escravizados e de seus descendentes. A reconstrução histórica permite, portanto, restituir a centralidade desses sujeitos, reconhecendo que a vaqueiragem foi também uma experiência negra, atravessada pela escravidão, pela luta por liberdade e pela criação de formas próprias de resistência e pertencimento no sertão.

– CAPÍTULO 7 –

O SURGIMENTO DO BAIRRO CORRENTEZA, PRIMEIRO BAIRRO DA CIDADE

Marli Ferreira de Carvalho Damasceno
Maria de Fátima Vieira

O Bairro Correnteza é o mais antigo da cidade e surgiu a partir de negros remanescestes de escravizados, no século XVIII. Conta na sua história com marcas da escravidão. É um bairro que possui um povo acolhedor, religioso. Alguns relatos mostram que, por ter se tornado um local que abrigava grande quantidade de negros, fato que incomodou as famílias ricas, o bairro foi desmembrado do local em que ficava a família de Valério Coelho, e onde fica a igreja Matriz atualmente, ficando estes últimos inseridos no que chamamos hoje de Bairro Centro.

Abaixo, mapas que mostram a constituição do bairro em seu início:

Figura 15 - Mapa do Bairro Correnteza





Fonte: Memorial do Negro

A análise dos mapas da vila de Paulistana-PI, referentes a 1875 e 1920, exige uma leitura que vá além da descrição técnica da expansão urbana, pois esses documentos não são representações neutras do espaço, mas sim produções discursivas de poder, construídas a partir da lógica da elite branca, que buscava ordenar e legitimar sua centralidade social, política e econômica. No mapa de 1875, percebe-se a estrutura inicial da vila organizada em torno da capela, do cemitério e das casas de personagens de prestígio, como padres e chefes locais. Essa configuração reflete o modelo tradicional do urbanismo colonial e imperial no Nordeste: a igreja e a casa grande como polos de irradiação da vida social. A população negra, embora já numerosa e fundamental para a economia local, permanece invisível no registro, reduzida a uma condição não representada. Trata-se de uma cartografia que "enxerga" apenas os espaços da elite e da religiosidade oficial.

No início do século XX, como mostra o mapa de 1920, a vila se expande, com ruas nomeadas, equipamentos públicos (mercado, cadeia, delegacia) e residências identificadas com sobrenomes de famílias brancas e influentes. Mais uma vez, o que se registra é a geografia do poder oligárquico, em que o espaço urbano é descrito como propriedade e vitrine das elites locais. Ao mesmo tempo, o que não aparece - as casas simples, as moradias coletivas, os

espaços de sociabilidade popular - é revelador: a população negra foi sistematicamente silenciada na produção oficial da memória espacial. Nessa perspectiva, a cartografia funciona como parte do que Aníbal Quijano (2000) define como colonialidade do poder, isto é, a permanência de estruturas coloniais de classificação racial e hierarquização social no período pós-abolição. Os mapas reafirmam a centralidade branca e invisibilizam os territórios negros, reforçando o mito de que a presença negra era marginal ou secundária. Entretanto, como nos lembram Gomes (2005) e Hebe Mattos (2013), é justamente nessas lacunas que se pode reconhecer a agência da população negra. Em Paulistana, a formação de comunidades negras em torno da matriz e da casa grande não foi mero resíduo do escravismo, mas sim uma forma ativa de ressignificação territorial. Por meio do trabalho agrícola, do pequeno comércio, das irmandades religiosas e das festas populares, os negros libertos e seus descendentes transformaram os espaços que lhes eram destinados em bairros negros, espaços de resistência e produção de cultura.

Assim, a comparação entre os mapas de 1875 e 1920 permite compreender que a urbanização de Paulistana não foi apenas um processo técnico ou administrativo, mas um campo de disputa simbólica. A cartografia oficial silencia os negros, mas, ao fazê-lo, denuncia a sua presença: invisibilizar é uma forma de reconhecer que esses sujeitos estavam lá. Desse modo, o estudo do bairro Correnteza e de seu entorno pode ser lido como exemplo da permanência da colonialidade nas representações urbanas, mas também como prova da força das populações negras em criar e manter seus territórios, mesmo diante da negação oficial.

O bairro possui o cemitério mais antigo da cidade. Seus moradores ainda preservam um aspecto interessante da cultura dos antepassados (o que não é visto em outros bairros), que é sentar-se na calçada para conversar. Também possui o costume das crianças brincarem na praça, que é bastante arborizada e serve de palco para o Santuário de Nossa Senhora Aparecida, padroeira do Bairro. Há uma peculiaridade religiosa ligada à história dos negros,

que é um Oratório em honra a Nossa Senhora Aparecida. Foi inaugurada em 23/12/2017. A santa é considerada Padroeira do Brasil e daquele bairro. O Oratório em honra a Nossa Senhora Aparecida foi construído a partir da inciativa dos próprios moradores do bairro, que uniram forças e recursos em prol da construção. A imagem veio do Santuário Nacional de Aparecida (SP) e foi recebida no dia 11 de Outubro de 2017, durante o encerramento do Ano Mariano, sendo colocada no Bairro Correnteza pelo Bispo Diocesano Dom Plínio José e pelo Pároco Padre Pio Feitosa.

Figura 16 – Praça da Correnteza



Fonte: Memorial do Negro

Figura 17 – Santuário do Bairro Correnteza



Fonte: Memorial do Negro

A imagem está protegida por vidros protetores e está disponível para orações na Praça localizada em frente à Gerência de Educação do Estado (GRE). Mais do que um local de lazer, aquela praça se tornou um grande espaço de oração para as famílias do Bairro e de outras localidades da cidade.

A escolha de Nossa Senhora Aparecida como padroeira de um bairro negro em Paulistana-PI não deve ser interpretada como um simples dado devocional, mas como um fenômeno histórico e cultural de grande relevância. Desde a sua aparição no Rio Paraíba do Sul, em 1717, a imagem de Aparecida foi identificada como uma

santa negra, aspecto que possibilitou forte aproximação da população africana e afrodescendente no Brasil.

Em contraste com as representações brancas e europeizadas da maioria das figuras do catolicismo oficial, Nossa Senhora Aparecida oferecia uma identificação estética e simbólica: uma santa "parecida" com aqueles que viviam à margem da ordem colonial e pós-colonial. Nesse sentido, a devoção à Aparecida entre os negros, escravizados ou libertos, não se limitava ao plano religioso, mas configurava-se como prática de resistência cultural.

Ao adotarem santos negros ou de feições morenas, como São Benedito, Nossa Senhora do Rosário e a própria Aparecida, as irmandades e comunidades negras criaram territórios simbólicos nos quais reforçavam laços de solidariedade, proteção espiritual e pertencimento. Tais cultos, como apontam João José Reis (2019) e Marina de Mello e Souza (2002), funcionavam como formas de afirmação identitária frente ao racismo e à marginalização social, ressignificando o catolicismo em chave popular e negra.

No caso do bairro negro de Paulistana, a padroeira Nossa Senhora Aparecida expressa exatamente esse movimento de apropriação e ressignificação. Ao mesmo tempo em que a cidade oficial se organizava em torno da matriz e das casas da elite, o bairro negro produzia sua própria centralidade religiosa, tendo uma santa negra como referência maior.

Isso demonstra que a comunidade não apenas habitava fisicamente o espaço, mas também o dotava de sentido espiritual e cultural, transformando-o em território de memória, resistência e identidade coletiva. Portanto, a presença de Nossa Senhora Aparecida como padroeira deve ser entendida como parte constitutiva da história local, revelando o protagonismo da população negra na criação de práticas religiosas autônomas.

Trata-se de um processo em que o bairro não se define apenas pela condição de marginalização espacial herdada do pós-abolição, mas se afirma como espaço de invenção cultural e de luta simbólica, em que o culto a uma santa negra reafirma a centralidade da experiência afro-brasileira na constituição da cidade.

– CAPÍTULO 8 –

DA ESTAÇÃO FERROVIÁRIA DE PAULISTANA-PI (1910) AOS DIAS ATUAIS[7]

Marli Ferreira de Carvalho Damasceno
Dário de Sousa Carvalho

A Estrada de Ferro Petrolina-Teresina (EFPT) foi um marco na tentativa de integrar as regiões do sertão nordestino e facilitar o transporte de mercadorias e passageiros entre o Estado de Pernambuco e a capital do Piauí. A estação de Paulistana, situada no final da linha, representa um ponto significativo no estudo das ferrovias brasileiras, especialmente considerando o seu abandono e o estado atual de preservação do edifício. Nesta seção, analisaremos a história da EFPT, o papel da estação de Paulistana como terminal ferroviário, e a situação atual do edifício e patrimônio ferroviário da região.

A antiga estação ferroviária do município de Paulistana, no Piauí, foi construída com recursos do Governo Federal durante o período do governo de Getúlio Vargas, sendo inaugurada oficialmente em 25 de dezembro de 1938. À época, a cidade ainda se chamava Paulista, motivo pelo qual a estação recebeu

[7] Fontes: Carvalho, Norbelino Lira de. *As mazelas nas estradas de ferro do Piauí*, sem data. Teles, José. *História da Estrada de Ferro Petrolina-Teresina*. 1960.
Blog Paulistana-PI. *A história da ferrovia e da estação de Paulistana*. Disponível em: www.paulistanapi.blogspot.com.
Portal Paulistanense. *A antiga ferrovia Petrolina-Teresina*. Disponível em: www.portalpaulistanense.blogspot.com.
Portal Piracuruca. *História da Estrada de Ferro Petrolina-Teresina*. Disponível em: www.portalpiracuruca.com.

inicialmente o nome de "Estação Paulista". No ano de 1943, com a mudança do nome do município para Paulistana, a estação também passou a ser denominada "Estação Paulistana".

A implantação da ferrovia representou a chegada de um dos primeiros meios de transporte coletivo ao município, em um período em que ainda não existiam rodovias estruturadas na região. O transporte era realizado por meio de trem a vapor, conhecido como "Maria Fumaça", movido à lenha.

A estrada de ferro ligava inicialmente Paulistana à cidade de Petrolina, no Pernambuco, sendo a estação local considerada a "ponta de linha", ou seja, o ponto final do trajeto ferroviário (a última estação). A ferrovia integrava a antiga linha Petrolina–Teresina e passou posteriormente a fazer parte da Viação Férrea Federal Leste Brasileiro (VFFLB), empresa responsável pela administração da linha durante grande parte do século XX. O projeto original previa a extensão da ferrovia até Teresina, capital do Piauí, porém os trilhos não avançaram, ficando até Paulistana. Posteriormente, com a construção da ponte sobre o Rio São Francisco interligando Petrolina a Juazeiro, na Bahia, o percurso passou a ter continuidade, permitindo a conexão ferroviária até Juazeiro e Salvador.

Abaixo, o mapa publicado em 1942, pelo Correio Paulistano, que mostra o projeto da ligação ferroviária entre Paulistana (então chamada Paulista) e Teresina, foi uma importante representação dos planos da Estrada de Ferro Petrolina-Teresina (EFPT) para expandir sua malha ferroviária no Piauí. Embora o projeto tenha sido idealizado, ele não foi concretizado, devido a uma série de dificuldades, como a difícil geografia da região (como a subida da serra piauiense) e a falta de viabilidade econômica.

Figura 18 – Mapa publicado em 1942 - projeto da ligação ferroviária entre Paulistana e Teresina

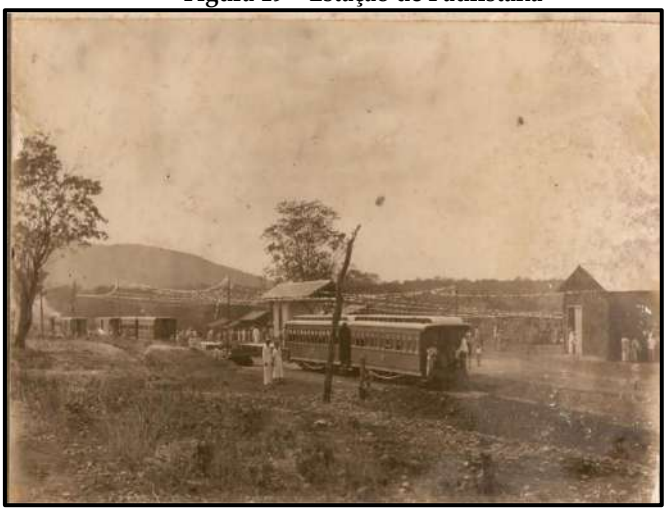


Fonte: http://www.estacoesferroviarias.com.br/ba_paulistana/paulistana.htm

A imagem abaixo é uma fotografia histórica de uma estação ferroviária, em algum ponto da Estrada de Ferro Petrolina-Teresina (EFPT), dada a presença de vagões típicos da época e o estilo da estação. O cenário sugere que esta foto foi tirada durante a inauguração ou algum evento festivo, com as decorações visíveis no ambiente.

O edifício da estação, com seus telhados de duas águas e a linha de trem visível, é característico das construções de estações ferroviárias do período. A serra ao fundo também é um indicativo da região montanhosa, o que é comum no trajeto da EFPT, especialmente no Piauí. É possível que esta imagem esteja ligada à estação de Paulistana ou outro ponto ao longo da linha que operou entre Petrolina e Paulistana:

Figura 19 – Estação de Paulistana



Fonte: Acervo da pesquisadora

Figura 20 – trabalhadores da Estrada de ferro



Fonte: @memorialdonegro (página do Instagram)

Já a imagem acima, mostra um grupo de trabalhadores durante a construção da Estrada de Ferro, especificamente na Serra dos Dois Irmãos, uma região montanhosa no Piauí. A legenda na parte inferior da foto diz "Piauhy - Trabalho de construção da estrada de ferro na Serra dos Dois Irmãos". A Serra dos Dois Irmãos

é uma parte da geografia piauiense desafiadora, localizada ao longo da rota da Estrada de Ferro Petrolina-Teresina (EFPT), que passava por terrenos acidentados e montanhosos. Essa área foi um dos pontos críticos de construção devido às condições topográficas difíceis. A escavação e construção de ferrovias em regiões montanhosas exigiam grande esforço físico e técnicas específicas para superar os obstáculos naturais.

A imagem mostra trabalhadores rurais, provavelmente sertanejos e migrantes contratados para o trabalho pesado. Eles utilizam ferramentas manuais, como picaretas e pás, para escavar e preparar o terreno para os trilhos. Em algumas épocas, esse trabalho era realizado por mão de obra livre ou semi-livre, e em outros períodos, com trabalhadores temporários ou forçados (como no caso do uso de trabalho escravo em determinadas fases da história ferroviária brasileira).

A construção de ferrovias nas regiões montanhosas era particularmente desafiadora, necessitando de escavações profundas, a construção de túneis e pontes, além da remoção de grandes quantidades de terra. Isso exigia um esforço coletivo significativo, com condições de trabalho precárias, onde os trabalhadores enfrentavam o calor intenso, o terreno irregular e o trabalho extenuante.

Esse tipo de fotografia é importante porque documenta o processo de construção das ferrovias no Brasil, principalmente nas décadas de 1920 a 1940, quando as grandes linhas ferroviárias ainda estavam em expansão. Fotografias como essa são raras, mas fornecem um vislumbre das condições de trabalho e da cultura material da época.

A Estrada de Ferro Petrolina-Teresina foi idealizada para conectar a cidade de Petrolina, no estado de Pernambuco, à capital do Piauí, Teresina. A construção da ferrovia teve início no início do século XX, com os primeiros estudos realizados por volta de 1910. O projeto visava não apenas ligar dois centros urbanos importantes da região, mas também atravessar as regiões de sertão, caatinga e serras do interior nordestino. No entanto, como muitas outras

ferrovias no Brasil, o avanço das obras foi lento e marcado por dificuldades geográficas, econômicas e de financiamento.

Em 1923, o primeiro trecho foi inaugurado, ligando Petrolina a Rajada, uma pequena localidade no interior de Pernambuco. A partir de então, a linha foi avançando de forma gradual. Em 1926, alcançou Afrânio, também em Pernambuco, e, em 1928, chegou a Mafrense, no Piauí. O progresso continuou com a chegada à Acauã, em 1936, e finalmente até Paulistana (então chamada de Paulista), em 1938.

A estação ferroviária de Paulistana foi inaugurada entre 1935 e 1938. De acordo com alguns relatos, a data mais precisa seria 1938, conforme indicam fontes como José Teles. A estação serviu como ponta de linha da ferrovia, já que a EFPT não alcançou a cidade de Teresina, como sugeria seu nome. A falta de continuidade da linha foi atribuída a desafios geográficos e ambientais, como a subida da serra piauiense e a passagem por zonas de difícil acesso, sem população significativa para justificar o investimento na continuação dos trilhos até a capital.

Em 1941, a EFPT foi incorporada à Viação Férrea Federal Leste Brasileiro (VFFLB) e passou a fazer parte da Linha Centro, um projeto que visava integrar várias ferrovias brasileiras. A partir dessa data, os trens continuaram a partir de Petrolina, mas a viagem até Teresina ainda exigia que os passageiros atravessassem o rio São Francisco de barco, uma vez que a ponte sobre o rio só seria concluída em 1965. Mesmo com a inauguração da ponte, a linha nunca se estendeu além de Paulistana.

Em 1972, a linha foi desativada a partir de Petrolina, e logo os trilhos da antiga VFFLB foram removidos. O trecho de Petrolina a Paulistana, com cerca de 240 km, ficou abandonado, marcando o fim do sonho de se chegar a Teresina pela ferrovia.

As instalações da estação de Paulistana foram desativadas, e o prédio passou a ser utilizado de maneira improvisada, servindo, por exemplo, como oficina mecânica. Em 2007, o estado de conservação da estação era considerado péssimo e o imóvel estava sendo alugado por um proprietário particular. A ferrovia deixou

de ter utilidade para o transporte de passageiros e cargas, e a região perdeu uma infraestrutura que, por um período, foi vital para a integração de seu território.

O prédio da estação de Paulistana, que foi construído na década de 1930, continua a existir, mas com poucas modificações desde a sua construção. O uso atual do prédio é comercial, funcionando como uma oficina mecânica. Não há mais trilhos, e a ferrovia foi retirada da operação na região. A falta de tombamento e a ausência de uma política de preservação para o patrimônio ferroviário local são fatores que contribuíram para o desaparecimento de muitos vestígios dessa era.

Embora a estação de Paulistana e outros marcos ferroviários tenham um valor histórico significativo, até o momento, não há um registro formal de tombamento da estação em níveis federal, estadual ou municipal. Não existe uma proteção legal que reconheça o edifício como patrimônio histórico, o que leva à perda de visibilidade e à degradação de estruturas que são importantes para a memória ferroviária da região.

A estação de Paulistana, como muitos outros patrimônios ferroviários, representa um testemunho da expansão da malha ferroviária no Nordeste e da tentativa de integração de áreas isoladas do Brasil. Seu abandono e a falta de reconhecimento formal como patrimônio histórico levantam questões sobre a valorização de infraestruturas que, no passado, foram vitais para o desenvolvimento da região.

A Estrada de Ferro Petrolina-Teresina teve um impacto significativo na formação de várias comunidades ao longo de seu trajeto, incluindo a cidade de Paulistana, que foi diretamente influenciada pela chegada da ferrovia. Além disso, a ferrovia foi um elemento central para a movimentação de pessoas e mercadorias nas décadas de 1930 a 1970, até seu fim definitivo.

Apesar do fim da linha ferroviária, a memória da ferrovia e a infraestrutura ferroviária ainda podem ser vistas em relatos locais, como as casas de manobra construídas pela Rede Ferroviária Federal S/A (RFFSA) em 2007, e o fato de que o trecho entre

Paulistana e Teresina foi terraplenado e estruturado com obras de arte (pontes e túneis), que hoje estão abandonadas. O legado da ferrovia ainda está presente no imaginário coletivo da região e é digno de ser preservado para as futuras gerações.

Enfim, a história da Estação Ferroviária de Paulistana e da Estrada de Ferro Petrolina-Teresina reflete tanto os desafios quanto as esperanças de um projeto ferroviário que visava integrar o Nordeste brasileiro. Embora a linha tenha parado na cidade de Paulistana, a ferrovia cumpriu um papel crucial na história do transporte e desenvolvimento regional, até seu abandono no início da década de 1970.

A preservação do patrimônio ferroviário da estação e da ferrovia de forma mais ampla ainda é uma questão relevante, especialmente quando se considera o valor histórico da infraestrutura e a memória de um passado que moldou profundamente a região. O reconhecimento do valor cultural da estação de Paulistana e de outros marcos ferroviários, bem como a criação de políticas de preservação, são passos essenciais para garantir que o legado dessa importante ferrovia não seja perdido para as futuras gerações.

Figura 21 – Estação Maria Fumaça



Fonte: Portal Narrativa

A estação passou por uma reforma em 2026 para que o local seja disponibilizado para visitas:

Figura 22 – Estação Maria Fumaça



Fonte das imagens: @portalnarrativa (página no Instagram)

Além do transporte de passageiros, a estação exercia importante função econômica. No local eram realizados embarques e desembarques de mercadorias, encomendas e produtos diversos, incluindo recursos minerais como o gesso, dentre outros. Caminhões e outros veículos traziam cargas até a estação para serem despachadas pelo trem para outros centros. Também eram transportados animais de pequeno porte, como galinhas, evidenciando a diversidade de usos da ferrovia no cotidiano da época.

A estação também teve relevante papel social. Era por meio dela que o padre Otto Beckman recebia doações provenientes da Alemanha, como roupas, medicamentos, máquinas de costura, entre outros itens, que chegavam ao Brasil por navio, seguiam até Petrolina e, de lá, eram transportadas de trem até Paulistana. Esses materiais eram posteriormente distribuídos à população carente, marcando um importante período de ações solidárias no município.

Após a desativação da linha férrea, ocorrida no ano de 1972 imóvel foi leiloado na cidade de Salvador, sendo adquirido pelo

comerciante paulistanense Edmundo Clementino Rodrigues, conhecido como "Seu Hélio". Apesar de ter mantido a estrutura física do prédio, não houve preservação adequada, atualmente o imóvel passa por um processo de restauração e reforma com os recursos do Governo do Estado do Piauí.

Posteriormente o prédio da estação passou a ter diferentes utilizações ao longo do tempo, tendo funcionado como oficina, restaurante e discoteca, mantendo-se como espaço ativo na dinâmica urbana por vários anos.

Em razão de sua importância histórica, o bairro onde a estação está localizada passou a ser denominado "Estação", conforme estabelecido em lei municipal, reforçando o valor simbólico do local para a identidade da cidade.

A antiga estação ferroviária de Paulistana constitui um marco histórico, cultural e social do município, tendo sido um dos principais pontos de desenvolvimento e progresso ao longo do século XX. Além de sua função econômica, o local também foi cenário de encontros, despedidas, chegadas e partidas, permanecendo vivo na memória afetiva da população.

Os mais velhos costumam contar uma história curiosa ligada à chegada da estrada de ferro em Paulistana. Conta-se que, quando os responsáveis pelos estudos e pela implantação da linha férrea percorriam a região planejando a passagem dos trilhos, encontraram uma mulher conhecida como Naninha do Paraíso, mãe de Lourenço Teixeira. Naquele momento, ela estaria agachada limpando o mato próximo de sua casa quando observou a movimentação dos trabalhadores. Lembrada por muitos como pessoa de grande espiritualidade e sabedoria popular, teria então dito: "Aqui nunca passará trilho nenhum".

Naquele tempo, muita gente acreditava que a ferrovia seguiria além de Paulistana e alcançaria outras áreas da região. Porém, conforme contam os antigos moradores, Naninha insistia que os trilhos não chegariam à área conhecida como Paraíso, hoje situada nas proximidades do bairro Maninho.

Os anos passaram, a ferrovia foi concluída e Paulistana tornou-se a ponta de linha da estrada de ferro. Embora o projeto previsse que os trilhos avançassem até Teresina, isso nunca aconteceu. A linha férrea terminou em Paulistana e não seguiu adiante. Por essa razão, muitos moradores costumam dizer que a previsão de Naninha acabou se cumprindo. Até hoje, a história é lembrada como uma curiosa passagem da história local.

Na imagem abaixo, vemos a Maria Fumaça após a reforma recente feita entre a Prefeitura Municipal de Paulistana e o Governo do Estado. Importante mencionar que esta iniciativa, de documentar via ofício o pedido de reforma e preservação do local foi feita pelos agentes culturais Dário e Fátima Vieira, que entregaram diretamente ao Governo Rafael Fonteles o pedido.

Figura 23 – Estação após a reforma em 2026



Fonte: @tempoecultura

Casos curiosos contados pelos mais velhos

No imaginário popular de Paulistana, no interior do Piauí, a história do progresso nos trilhos da ferrovia carrega também um lado sombrio, entremeado por memórias de tragédia e relatos

sobrenaturais que atravessam gerações. A passagem dos trens na região não deixou apenas rastros de desenvolvimento, mas também marcas profundas no cotidiano e na identidade dos moradores locais.

Um dos episódios mais marcantes da memória oral da cidade remonta a um grave acidente ferroviário ocorrido no trecho entre Paulistana e Acauã. A tragédia, que resultou na morte de diversas pessoas, chocou a população da época. Diante da comoção e da falta de estrutura para lidar com tamanha fatalidade, os corpos das vítimas foram levados para um salão localizado logo atrás da antiga Pensão da Mercês. O local, marcante na geografia afetiva e histórica de Paulistana, ficou perpetuado no imaginário coletivo como um espaço de luto e de forte carga emocional.

Além da tragédia sobre os trilhos, as lendas urbanas da cidade também remontam ao período de construção da própria via férrea. Conta-se que as obras exigiram um esforço humano hercúleo e custaram a vida de muitos operários. Em um dos bairros por onde o trem passava, a morte trágica de um desses trabalhadores deu origem a uma das histórias mais temidas da região.

Segundo os relatos locais, um dos operários teria ficado preso espiritualmente no exato local onde perdeu a vida, em uma rua recuada do bairro Triângulo. O ponto exato da tragédia estaria marcado por um triângulo de ferro do trem fincado no chão. Na casa construída sobre esse terreno, moradores que ali residiram ao longo dos anos afirmam ter testemunhado a presença sobrenatural: a figura de um homem que caminha em silêncio de um canto a outro do imóvel.

A constante aparição e a atmosfera pesada do local causaram pavor em diversas famílias que tentaram ali morar, levando muitas delas a abandonar a residência. O mistério que envolve o "vulto do trilho" e as lembranças do acidente na estação continuam vivos nas rodas de conversa, mostrando como a história real de Paulistana se entrelaça com o mistério e a tradição oral sertaneja.

– CAPÍTULO 9 –

A CONSTRUÇÃO DO AÇUDE INGAZEIRAS EM 1950

Marli Ferreira de carvalho damasceno

A construção do Açude Ingazeiras, localizado no município de Paulistana, no Piauí, foi uma das principais obras de infraestrutura executadas pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), com o objetivo de combater os efeitos das secas que afligem o semiárido nordestino.

O açude tem uma importância estratégica para o fornecimento de água para a população local e para o desenvolvimento regional, além de ser símbolo da luta contra as adversidades climáticas da região.

Esta seção analisa o processo de construção do Açude Ingazeiras, seus objetivos, impactos e as condições de vida da população local. A partir de documentos históricos, fotografias da época e registros oficiais, pretende-se reconstruir a história desse marco de desenvolvimento para o município de Paulistana.

A Construção do Açude Ingazeiras foi iniciada na década de 1950, durante o período em que o Brasil passava por uma série de projetos de combate à seca no Nordeste, por meio do DNOCS. O objetivo principal da obra foi garantir a segurança hídrica para a região, além de possibilitar o abastecimento de água potável para a população de Paulistana e das cidades vizinhas.

A obra foi planejada para suportar 25 milhões de metros cúbicos de água, captados pelo Rio Canindé, que percorre a região. O açude teve a importância de estabilizar o abastecimento de água, além de proporcionar irrigação para áreas agrícolas, essencial para a economia da região.

A construção do Açude Ingazeiras envolveu grande esforço de engenharia e trabalho braçal, exigindo a escavação de uma vasta área e a construção de um sistema de contenção para as águas do Rio Canindé. O processo contou com a mão-de-obra local, composta por trabalhadores que, sob condições difíceis, realizaram tarefas como escavação, montagem das estruturas do açude e a construção das barragens.

A obra de construção teve início por volta de 1955, com a atuação de engenheiros e operários especializados, além de trabalhadores da região, muitos dos quais enfrentavam condições precárias de trabalho. Fotografias da época, como as encontradas no acervo do IBGE e no portal oficial do DNOCS, revelam o contexto e a magnitude da construção, com o uso de ferramentas manuais e maquinário pesado.

O Açude Ingazeiras foi um divisor de águas para o município de Paulistana e suas comunidades circunvizinhas. Sua construção não só forneceu abastecimento de água para a população local, mas também possibilitou o desenvolvimento de áreas agrícolas através da irrigação. A água represada proporcionou melhor qualidade de vida para os moradores, que até então enfrentavam períodos de seca severa, comprometendo a produção de alimentos e o abastecimento doméstico.

A obra teve um impacto econômico significativo, pois facilitou o crescimento agrícola da região, permitindo a irrigação de lavouras e a melhoria do abastecimento de água para animais, contribuindo para o aumento da produção pecuária.

Além disso, a regularização do fornecimento de água foi um fator crucial para a estabilidade das comunidades rurais, que passaram a contar com uma fonte constante de água durante todo o ano.

A construção do Açude Ingazeiras está documentada através de fotografias históricas e registros oficiais que mostram desde a escavação inicial até o processo de finalização da obra. As imagens capturadas na época revelam tanto o esforço dos trabalhadores quanto a grandiosidade do projeto de engenharia.

Abaixo, algumas imagens da construção e do Açude atualmente:

Figura 24 – Construção do açude



A legenda da imagem acima enfatiza que a obra do açude contou com uma grande quantidade de trabalhadores negros. Isso se alinha a um cenário histórico do Brasil, especialmente no contexto do semiárido nordestino, onde a mão de obra de descendentes de escravizados foi amplamente utilizada em projetos de construção de infraestrutura, como açudes, ferrovias e outras obras de grande porte.

A fotografia também sugere que os trabalhadores estavam envolvidos em tarefas pesadas, como escavação e movimentação de rochas, muitas vezes em condições extremamente duras e com o uso de ferramentas manuais. Este trabalho era realizado sob condições precárias, o que refletia a exploração de uma população que ainda estava se recuperando do legado da escravidão e do racismo estrutural.

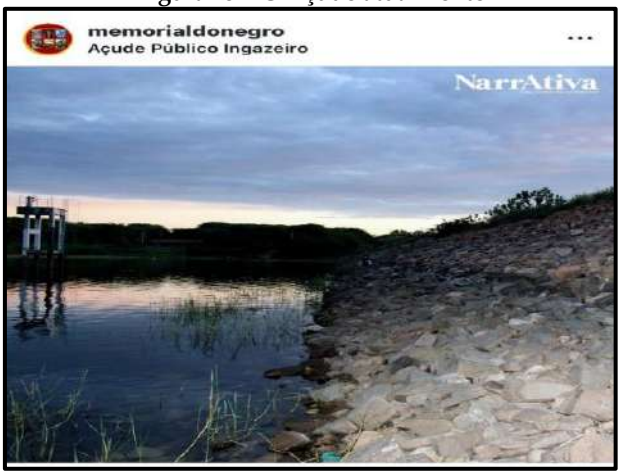
O Açude Ingazeiras, como já mencionado, foi uma obra fundamental para a gestão hídrica da região e a segurança alimentar de Paulistana e áreas vizinhas, mas é essencial reconhecer que a mão

de obra para sua construção foi predominantemente fornecida por negros que, em muitos casos, eram trabalhadores subordinados ou explorados. O uso dessa mão de obra reflete as desigualdades sociais e raciais da época e ainda reverbera em debates sobre justiça social e direitos trabalhistas até hoje.

Há, portanto, neste livro, uma intenção de destacar as contribuições históricas dos negros nas obras de infraestrutura, reconhecendo o esforço dessa população que, muitas vezes, foi invisibilizada em relatos oficiais e históricos. É um passo importante para resgatar a memória de trabalhadores que foram essenciais para o desenvolvimento da região, mas que nem sempre têm o devido reconhecimento.

A foto e a legenda ressaltam uma faceta importante da história de Paulistana e da construção do Açude Ingazeiras, trazendo à tona a questão do trabalho negro e suas condições de exploração no Brasil. Esse tipo de memória social é essencial para entender as dinâmicas sociais e raciais da época, além de ser um convite à reflexão sobre o reconhecimento e a valorização do trabalho histórico das populações marginalizadas.

Figura 25 – O Açude atualmente



Fonte: Portal Narrativa

Figura 26 – O açude atualmente



Fonte: Portal Narrativa

Um dos episódios mais marcantes na história recente do Açude Ingazeiras foi a abertura das comportas em 2020, após um período de secas prolongadas que afetaram a região. A última vez que as comportas haviam sido abertas foi em 1990, quando a região enfrentava níveis de chuva suficientes para que o açude atingisse sua capacidade total.

O evento de 2020 foi um símbolo da superação das adversidades climáticas na região e teve grande repercussão no município. A abertura das comportas foi registrada por diversos meios de comunicação, incluindo o portal gov.br e outras mídias locais. Enfim, a construção do Açude Ingazeiras foi um marco fundamental no desenvolvimento de Paulistana e da região do Piauí, garantindo o abastecimento de água, a irrigação agrícola e a melhoria das condições de vida para a população local.

A obra, que envolveu grandes esforços de engenharia e mão de obra, não só combateu os efeitos da seca, mas também contribuiu para o crescimento econômico e social da região. A documentação histórica, incluindo fotografias e registros de eventos como a abertura das comportas, evidencia o impacto duradouro dessa obra para a história e memória local. O Açude Ingazeiras continua sendo um símbolo da luta contra a seca e da resiliência do povo nordestino diante das dificuldades impostas pelo clima.

– CAPÍTULO 10 –

"BLACKMAN" CLUBE *VERSUS* CLUBE DOS BRANCOS

Marli Ferreira de Carvalho Damasceno

O preconceito racial, embora combatido por diferentes movimentos sociais e políticas públicas, ainda se manifesta na contemporaneidade. Essa permanência revela não apenas a força de práticas discriminatórias enraizadas, mas também a dificuldade histórica de reconhecer a contribuição fundamental da população negra para a formação social, econômica e cultural do Brasil. Como observa Florestan Fernandes (1978), a abolição da escravidão não significou a integração social do negro, mas, ao contrário, resultou em um processo de marginalização que se prolonga até hoje.

A origem dessa ideologia de inferiorização remonta ao período colonial, quando milhões de africanos foram trazidos compulsoriamente como escravizados. Embora a escravidão tenha sido formalmente abolida em 1888, resquícios desse sistema de dominação continuam a se reproduzir nas relações sociais brasileiras, perpetuando desigualdades raciais e formas sutis ou explícitas de exclusão. Kabengele Munanga (2003) salienta que o racismo no Brasil não é apenas uma herança do passado escravista, mas uma prática que se atualiza cotidianamente, sustentando uma hierarquia racial implícita e naturalizada.

No município de Paulistana, no Piauí, observam-se evidências históricas desse processo de segregação. Relatos indicam que, durante parte do século XX, havia uma rígida separação entre espaços de sociabilidade frequentados por brancos e negros. Os eventos sociais e festividades organizados pela elite branca

realizavam-se no edifício onde atualmente se encontra o Banco do Nordeste, sendo terminantemente proibida a presença de pessoas negras, inclusive em ruas adjacentes ao local. Esse tipo de segregação simbólica reflete, em escala local, o que Nilma Lino Gomes (2017) define como "estruturas de exclusão racial", que se manifestam em diferentes dimensões da vida social brasileira.

Diante desse cenário, destacou-se a atuação do padre Otto Beckman, que, sensível à problemática, utilizou o espaço das celebrações religiosas para abordar a questão racial e conclamar a comunidade à superação das práticas discriminatórias. Não obstante, diante da persistência das barreiras sociais, buscou criar um espaço de afirmação e resistência: um clube voltado para a população negra, instalado no bairro Correnteza, na Rua XX. Esse espaço, que passou a ser conhecido popularmente como "Blackman Clube", popularmente conhecido como "Redondinho", constituiu-se em alternativa simbólica e concreta de lazer, cultura e identidade para a população negra da cidade. A foto abaixo ilustra o antigo local:

Figura 27 – Clube dos negros



Fonte: Memorial do negro

Curiosamente, assim como ocorria nos clubes da elite branca, também nesse espaço passou-se a restringir a entrada de pessoas brancas, em gesto que pode ser interpretado tanto como forma de reciprocidade simbólica quanto como estratégia de fortalecimento comunitário. Como observa Sueli Carneiro (2003), práticas de auto-organização negra cumprem a função de romper com a lógica da subalternidade e criar "territórios de existência", espaços onde a identidade negra pode se afirmar e se fortalecer frente à exclusão social.

Com o tempo, essa "concorrência" entre clubes acabou por contribuir para a redução das barreiras raciais mais rígidas, permitindo uma convivência social mais integrada nos eventos coletivos. Esse episódio evidencia como o racismo, ainda que presente, foi tensionado e parcialmente transformado por práticas de resistência e pela mediação de lideranças locais. A experiência do "Blackman Clube" ilustra, portanto, não apenas a exclusão racial em Paulistana, mas também a agência da população negra na criação de alternativas para afirmar sua dignidade e disputar o direito à plena cidadania no espaço público.

Alguns moradores mais antigos do Bairro Correnteza contam que os negros eram impedidos, por pessoas ligadas às famílias ricas, de entrar em clubes que eles frequentavam (e não apenas clubes, eram impedidos de comprar nos mesmos comércios e nas mesmas farmácias).

Fato importante é que Raimundo Neto Gericó, juntamente com João Feitosa, Carlos da Correnteza e Antônio Faisão formavam uma Banda, que tocava as festas tanto no Redondinho como no clube do brancos, onde hoje é o Banco do Nordeste. Logo depois, Chagas Feitosa passou a integrar o grupo como vocalista.

– CAPÍTULO 11 –

REGISTROS DE BATISMO DE PESSOAS NEGRAS E INDÍGENAS ESCRAVIZADAS

Marli Ferreira de Carvalho Damasceno
Dário de Sousa Carvalho

11.1 Registros de batismo de pessoas negras

As transcrições apresentadas neste trabalho adotaram os critérios da edição semidiplomática e da fixação de texto em português moderno. Eventuais discrepâncias pontuais na leitura de antropônimos (nomes próprios e sobrenomes) decorrem das patologias do suporte (manchas, desbotamento da tinta ferrogalicamente degradada e desgastes nas margens dos fólios), bem como da oscilação ortográfica e fonética própria da escrita setecentista.

Tais variações formais não alteram a substância dos fatos registrados nem comprometem a reconstituição das redes de parentesco e compadrio aqui analisadas.

Registro 1 – Euzebio

O Vig.º Dionizio Joze des Aguiar S.ª
Aos tres de Agosto, de mil setecentos e secenta e sete, na Fazenda da Paulista Ribeira do Caminho, batizei solemnemente e pus os santos oleos a Euzebio filho de Flavia Rodrigues preta angolla solteira escrava de Valerio Coelho Rodrigues, e pai incognito. Foraõ padrinho Tomas Francisco solteiro, e Helena Rodrigues cazada todos moradores na dita Ribeira, de quatro mezes de nascido e do que para constar mandei fazer este assento que assigno.
[Assinatura:] *O Vig.º Dionizio Joze des Aguiar S.ª*

Informações Extraídas do Registro
Data do Batismo: 3 de agosto de 1767.
Local do Batismo: Fazenda Paulista, situada na Ribeira do Caminho.
Nome do Batizando: Euzebio
Idade do Batizando: 4 meses de nascido na data do batismo.
Mãe: Flávia Rodrigues, preta, de origem/nação Angola, solteira, escravizada.
Senhor/Proprietário da Mãe: Valério Coelho Rodrigues.
Pai: Pai incógnito (não declarado).
Padrinho: Tomás Francisco, solteiro, morador na dita Ribeira.
Madrinha: Helena Rodrigues, casada, moradora na dita Ribeira.
Celebrante/Vigário: Vigário Dionízio José de Aguiar Silva (ou Siqueira/Sousa).

Este documento histórico é um antigo assento de batismo da igreja católica do século XVIII, que registra o batismo de uma criança escravizada chamada Euzébio. O registro destaca uma importante ligação genealógica regional, trazendo os sobrenomes que deram origem à Família Coelho Rodrigues.

Registro 2 – Maria

Assento de batismo do século XVIII escrito em português antigo.

Aos treze dias do mês de Agosto de mil setecentos e sessenta e oito anos, nesta Matriz de Nossa Senhora da Vitória, batizei solenemente e pus os santos óleos a Maria, crioula, filha natural da crioula Maria, e neta de Caetano de Mattos, assistente... de Ignacia Nunes. E nasceu a cinco do dito mês.
Pai incógnito. P.P. (Padrinhos) o crioulo Miguel, e Rita, escravos do mestre de campo Domingos Lemos Monteiro, na fazenda do Lucas, todos desta freguesia. E para constar, fiz este assento que assino.
P.e An.to da S.a S.a
Informações Principais do Documento:
Data do Batismo: 13 de agosto de 1768
Nome da Criança: Maria (descrita como crioula, termo usado na época para pessoas negras nascidas no Brasil)
Data de Nascimento: 5 de agosto de 1768
Mãe: Maria (crioula)
Pai: Incógnito (desconhecido)
Avô Materno: Caetano de Mattos

Padrinhos: Miguel (crioulo) e Rita, ambos escravizados pertencentes ao mestre de campo Domingos Lemos Monteiro, na fazenda do Lucas.
Celebrante/Sacerdote: Padre Antônio da Silva Siqueira (assinando como substituto na ausência do vigário titular).

Registro 3 – Anna

Aos vinte e quatro dias do Mey de Agosto de mil e sete centos, e secenta e sete nesta Matriz bautizey solemnemente, e puz os santos oleos a Anna, filha natural de Mista [Mesta] Therena, [e] Maria do Rozario solteyra, e pay incognito, e naceo a oito de Julho: foraõ P.P. [Padrinhos] Joaõ de Chaves Pereira, e Jozepha Maria Roza solteyros, todos desta Freguezia, e para constar mandey fazer este assento por fazer as vezes de Paroco na auzencia do proprio que assigno.
[Assinatura do Celebrante:]
P.e André da S.a S.a (Padre André da Silva Siqueira)
Informações:
Tipo de Documento: Assento de Batismo
Data do Batismo: 24 de agosto de 1767
Data de Nascimento: 08 de julho de 1767
Local do Batismo: Igreja Matriz (freguesia local)
Batizanda: Anna (filha natural)
Mãe / Filiação Materna: Maria do Rosário, solteira, e Mesta/Mista Terena (ou filiação composta/mestiça no registro)
Pai: Incógnito
Padrinhos: João de Chaves Pereira e Josefa Maria Rosa (ambos solteiros e moradores da dita freguesia)
Oficiante / Celebrante: Padre André da Silva Siqueira (atuando como pároco encomendado/substituto na ausência do titular)

Registro 4 – Leandro

Aos vinte e cinco dias do mez de Agosto de mil setecentos e sessenta e Sete nesta Matriz baptizei Solemmente, e puz os Santos oleos a Leandro filho natural da preta Rita escrava de Furtuozo Pinto e Pay incognito, forão P.P. [Padrinhos] Jozé Nunes da Rocha, e Jeronima do Espirito Santo, Solteiros todos desta Freguezia, para constar, e por fazer as vezes de Parocho mandey fazer esse assento, que assigno.
[Assinatura do Celebrante:]
P.e André da S.a S.a (Padre André da Silva Siqueira)

Ficha Cadastral do Registro (Análise Genealógica)
Tipo de Documento: Assento de Batismo.

Data do Batismo: 25 de agosto de 1767.
Local do Batismo: Igreja Matriz (Oeiras / Piauí).
Batizado: Leandro (classificado como filho natural).
Mãe: Rita, descrita etnicamente como preta e com estatuto jurídico de escravizada.
Proprietário da Mãe: Furtuoso Pinto (Furtuozo Pinto).
Pai: Incógnito (não declarado).
Padrinhos: José Nunes da Rocha e Jerônima do Espírito Santo, ambos solteiros e moradores da dita freguesia.
Celebrante: Padre André da Silva Siqueira, atuando como pároco encomendado/substituto (por fazer as vezes de pároco).

11.2 Obrigatoriedade do batismo e as constituições primeiras do arcebispado da Bahia (1707)

No Brasil colonial, o batismo constituía não apenas um sacramento religioso, mas o principal instrumento oficial de registro civil. As Constituições Baianas exigiam que todos os recém-nascidos, fossem livres, libertos ou escravizados, fossem batizados em até oito dias (ou poucas semanas) após o nascimento. Para as populações escravizadas, o livro de batismos funcionava como a primeira prova documental de sua existência jurídica e condição de cativeiro.

11.3 A maternidade solo e o padrão de "pai incógnito"

A ausência de menção ao pai (*pai incógnito*) era uma constante nos registros de crianças filhas de mulheres escravizadas. As uniões matrilinearmente registradas decorriam tanto da proibição/dificuldade imposta pelos senhores para o casamento formal entre escravizados quanto do resultado de relações de dominação do próprio sistema escravista.

11.4 O compadrio e a rede de sociabilidade colonial

A escolha de padrinhos para crianças escravizadas era estratégica. Padrinhos livres e solteiros (como José Nunes da Rocha

e Jerônima do Espírito Santo) podiam atuar como protetores sociais e redes de amparo dentro da comunidade local da freguesia, estabelecendo laços de solidariedade interpessoal que extrapolavam as barreiras da escravidão.

11.5 Aspectos regionais no Piauí setecentista

Em 1767, Oeiras figurava como a capital administrativa da Capitania do Piauí. A economia da região assentava-se na pecuária extensiva e nas fazendas de gado, onde a mão de obra escravizada desempenhava papel fundamental no manejo dos currais, no transporte e na subsistência das sedes das fazendas.

Registro 5 – Apolônio

O Vig.º Dionizio Joze des Aguiar S.ª
Aos vinte e oito de Agosto, de mil sete centos secenta e sete no Sitio do Buraco, batizei solemnemente, e pus os santos oleos a Apolonio filho de Anna preta escrava de Antonio de Moura, e de pai incognito. Foraõ padrinhos Manoel Borges Leal, e Izabel Viuva moradores na fazenda do Engenho, de seis mezes de nascido, do que para constar mandey fazer este assento que assigno.
[Assinatura final:]
O Vig.º Dionizio Joze des Aguiar S.ª (Vigário Dionízio José de Aguiar Silva)
Ficha Cadastral e Análise dos Dados
Tipo de Registro: Assento de Batismo.
Data do Batismo: 28 de agosto de 1767.
Idade do Batizando: 6 meses de nascido (nascido por volta de fevereiro de 1767).
Local do Batismo: Sítio do Buraco (freguesia do interior do Piauí/Norte-Nordeste).
Batizado: Apolônio (filho de mãe escravizada).
Mãe: Ana, preta, escravizada.
Proprietário da Mãe: Antônio de Moura.
Pai: Incógnito (não declarado).
Padrinhos: Manuel Borges Leal e Isabel (viúva), moradores na Fazenda do Engenho.
Celebrante/Vigário: Vigário Dionízio José de Aguiar Silva (assinando no topo e ao final).

Notas de Revisão Paleográfica e Correção do Texto
1.**Sacerdote / Vigário:**

Incorreto no texto de entrada: *"O Vigrª. Dionizio Joze de Siqueira"*.
Correção: O sobrenome do vigário é **Aguiar Silva** (*"Dionizio Joze des Aguiar S.ª"*), o mesmo que assinou o assento de Euzébio em 3 de agosto de 1767.

2.**Trecho Final de Idade:**
Incorreto no texto de entrada: *"...moradores na fazenda do Engenho de Seis mezes desta vez..."*.
Correção: O manuscrito traz "**...moradores na fazenda do Engenho, de seis mezes de nascido, do que para constar...**". A expressão "*de seis mezes de nascido*" especifica a idade da criança ao receber o batismo.

11.6 A Presença da família Borges Leal na região

A presença de Manoel Borges Leal como padrinho é um dado genealógico relevante. Os Borges Leal integravam a elite agropastoril do Piauí e Pernambuco setecentistas, frequentemente associados à posse de terras, cargos de ordenanças e à estruturação do compadrio nas áreas rurais do sertão.

11.7 Batismos itinerantes em sítios e fazendas

Diferente dos assentos realizados na igreja Matriz, este batismo ocorreu no Sítio do Buraco. Devido às extensas distâncias territoriais das paróquias rurais do Nordeste colonial, os vigários e sacerdotes realizavam "despesas" ou deslocamentos periódicos até fazendas e sítios para ministrar os sacramentos (batismos e casamentos) às populações locais que não podiam se deslocar até a sede urbana.

11.8 Demografia e condição dos escravizados no sertão

A menção a Ana (preta escravizada de Antônio de Moura) e aos padrinhos moradores na Fazenda do Engenho evidencia a dinamicidade das propriedades rurais da época, em que

estabelecimentos voltados à criação de gado e unidades agrícolas (engenhos/engenhocas de rapadura e cachaça) conviviam e mantinham complexas teias sociais de compadrio entre a população livre e escravizada.

11.9 O batismo de populações escravizadas e livres na matriz de Oeiras: edição paleográfica, crítica documental e análise histórico-genealógica (século XVIII)

O fólio ora analisado integra o livro de registros de batismos da Freguesia de Nossa Senhora da Vitória de Oeiras, antiga capital da Capitania do Piauí. O documento compõe-se de quatro assentos lavrados pelo Vigário Dionízio José de Aguiar Silva no mês de junho de 1768.

A estrutura desta folha evidencia a dinâmica social urbana e rural da capital colonial do Piauí:

1. **O primeiro registro (topo/continuação)** refere-se ao encerramento de um assento de batismo de uma criança nascida nos subúrbios da cidade, filha de Maria dos Anjos, batizada com 8 dias de vida.
2. **O segundo assento (*Ignacio*)** registra o batismo de um menino de 4 meses de idade, filho natural de Leonarda da Costa, crioula solteira, escravizada que pertenceu à falecida Josefa da Costa.
3. **O terceiro assento (*Barbara*)** traz o batismo de uma recém-nascida de 1 mês de idade, filha de um casal de escravizados (*Baltazar Ferreira* e *Ana Pereira*) pertencentes à Fazenda do Sítio da Administração de Domingos Afonso Sertão.
4. **O quarto assento (*Manoel*)** registra o batismo de um recém-nascido de 8 dias de vida, filho natural de Suzana, preta solteira e escravizada de Ana de Abreu.

Transcrição

[Fólio / Assentos de Junho de 1768 - Matriz de Oeiras] [Rubrica:] Aguiar S.ª

... sua mulher Maria dos Anjos todos moradores nos suburbios desta Cidade, de oito dias de nascido, do que para constar mandei fazer este assento que assigno.

O Vig.º Dionizio Joze des Aguiar S.ª

[Margem esq.:] Ignacio

Aos tres de Junho de mil sete centos, e secenta e oito nesta Matriz de Nossa Senhora da Victoria batizei solemnemente, e pus os santos oleos a Ignacio, filho de Leonarda da Costa criouda solteira, e pay incognito escrava da defuncta Jozepha da Costa. Foraõ padrinhos Caetano da Costa Velho, e Ignacia da Conceiçaõ
solteira, de quatro mezes de nascido, e do que para constar mandei fazer este assento que assigno.

O Vig.º Dionizio Joze des Aguiar S.ª

[Margem esq.:] Barbara

Aos tres de Junho de mil sete centos, e secenta e oito nesta Matriz de Nossa Senhora da Victoria, batizei solemnemente, e pus os san-
tos oleos a Barbara filha de Balthazar Ferreira, e de sua mulher Anna Pereira Affonça pretos escravos da Fazenda do Sitio da Ad-
ministraçaõ de Domingos Affonso Sertaõ. Foraõ padrinhos Joze Vieira preto escravo da Fazenda da Franqueira, e Barbara Borges crioulla, e de hum mes de nascida, e do que para constar mandei fazer este assento que assigno.

O Vig.º Dionizio Joze des Aguiar S.ª
[Margem esq.:] Manoel

Aos quatro de Junho de mil sete centos e secenta e oito, nesta Matriz de Nossa Senhora da Victoria, batizei solemnemente, e pus os santos oleos a Manoel filho da preta Suzana solteira escrava de Anna de Abreu. Foraõ padrinhos Antonio Anto solteiro, e Joanna Luiza escrava de Luis de Abreu, de oito dias de nascido, do que...

Ficha de dados dos batizados

Batizado(a)	Data do Batismo / Idade	Filiação (Pai / Mãe)	Condição Jurídica e Proprietário	Padrinhos / Compadrio
[Incompleto]	Junho/1768 (8 dias)	[Ilegível] e Maria dos Anjos	Livres (moradores nos subúrbios da cidade)	[Constava no trecho anterior]
Ignacio	03/06/1768 (4 meses)	Pai incógnito / Leonarda da Costa (crioula, solteira)	Escravizado (da falecida Josefa da Costa)	Caetano da Costa Velho e Ignácia da Conceição (solteira)
Barbara	03/06/1768 (1 mês)	Baltazar Ferreira e Ana Pereira Afonsa (pretos, casados)	Escravizados (Fazenda do Sítio / Adm. de Domingos Afonso Sertão)	José Vieira (preto, escravo da Fazenda da Franqueira) e Bárbara Borges (crioula)
Manoel	04/06/1768 (8 dias)	Pai incógnito / Suzana (preta, solteira)	Escravizada (de Ana de Abreu)	Antônio Anto (solteiro) e Joana Luíza (escrava de Luís de Abreu)

11.10 As fazendas de sítio e a herança das "inspeções de Domingos Afonso Sertão"

O registro da menina Bárbara reveste-se de especial valor historiográfico. A indicação de que seus pais eram escravizados na *"Fazenda do Sitio da Administraçaõ de Domingos Affonso Sertaõ"* remete à vasta rede de propriedades rurais doadas em testamento pelo bandeirante Domingos Afonso Mafrense (o *Sertão*) à Companhia de Jesus no início do século XVIII. Após a expulsão dos jesuítas pelo Marquês de Pombal em 1759, tais fazendas passaram para a administração direta da Coroa Portuguesa através da *Junta*

das Fazendas Rausadas e Ausentes, mantendo a denominação corporativa de "Administração de Domingos Afonso Sertão".

11.11 O compadrio horizontal entre a população escravizada

Enquanto em outros fólios observa-se a elite branca atuando como madrinhas e padrinhos de indígenas e escravizados, os assentos de Bárbara e Manuel demonstram o compadrio *horizontal* (entre membros da própria população cativa ou liberta). No assento de Bárbara, o padrinho é José Vieira, preto e escravo da influente *Fazenda da Franqueira*; no assento de Manuel, a madrinha é Joana Luíza, escrava de Luís de Abreu. Conforme ressalta a historiografia (Schwartz, 1988; Gorender, 2010), a formação dessas redes inter-fazendas fortalecia os laços de solidariedade e comunidade no seio da população cativa.

11.12 O batismo de escravizados e libertos na matriz de Oeiras (1768)

Os quatro registros de batismo apresentados - lavrados entre fevereiro e junho de 1768 pelo Vigário Dionízio José de Aguiar Silva na Igreja Matriz de Nossa Senhora da Vitória de Oeiras (Piauí) - oferecem um painel representativo da demografia, das procedências africanas e das teias de compadrio no sertão colonial.

[Registro 1 - Antônio]:
"Aos dois dias de fevereiro de mil setecentos e sessenta e oito, nesta Matriz de Nossa Senhora da Vitória, batizei solenemente e pus os santos óleos a Antônio, filho natural de Antônia, da nação Gege, escrava que foi de Germano Borges. Foi padrinho Antônio de Suscão; de quinze dias de nascido. Do que para constar, mandei fazer este assento que assino. O Vigário Dionízio José de Aguiar Silva."
[Registro 2 - Domingas]:
"Aos vinte e sete de fevereiro de mil setecentos e sessenta e oito, nesta Matriz de Nossa Senhora da Vitória desta Cidade, batizei solenemente e pus os santos óleos a Domingas, filha de Antônia, preta forra, solteira; deu-se-lhe por pai Luís, preto, escravo de João do Vale. Foram padrinhos Domingos Fernandes e Quitéria Afonso, pretos forros, solteiros, todos moradores no Caelo do Negro, subúrbio desta Cidade; de oito dias de nascida. Do

que para constar, mandei fazer este assento que assino. O Vigário Dionízio José de Aguiar Silva."

[Registro 3 - Tomas]:

"Aos doze de abril de mil setecentos e sessenta e oito, nesta Matriz de Nossa Senhora da Vitória, batizei solenemente e pus os santos óleos a Tomas, filho de Brígida, crioula, solteira, escrava de Maria Egipcíaca, viúva. Foram padrinhos João do Nascimento, solteiro, e Francisca de Almeida, casada, todos moradores no Curacurá; de oito dias de nascido. Do que para constar, mandei fazer este assento que assino. O Vigário Dionízio José de Aguiar Silva."

[Registro 4 - Manoel]:

"Aos quatorze de junho de mil setecentos e sessenta e oito, nesta Matriz de Nossa Senhora da Vitória, batizei solenemente e pus os santos óleos a Manuel, batizado em perigo de vida por Bento Nunes, filho de João Fernandes e de sua mulher Graça, escravos da Fazenda do Saco da Administração de Domingos Afonso Sertão. Foi padrinho Bento Nunes Maciel; de três meses de nascido. Do que para constar, mandei fazer este assento que assino. O Vigário Dionízio José de Aguiar Silva."

Estes assentos abordam dinâmicas sociais centrais do Piauí setecentista:

a) **O batismo de Antônio (02/02/1768):** Filho de mãe da nação africana *Gege* (Jeje/Ewe-Fon), escravizada pelo falecido Germano Borges.

b) **O batismo de Domingas (27/02/1768):** Filha de mãe preta forra (liberta) e pai escravizado, batizada nos subúrbios urbanos da cidade de Oeiras, com apadrinhamento integral por pretos forros.

c) **O batismo de Tomas (12/04/1768):** Filho de mãe crioula escravizada de uma viúva, moradora do Curacurá.

d) **O batismo de Manoel (14/06/1768):** Registro de batismo *em perigo de vida* suplementado na Matriz, cujos pais eram escravizados na *Fazenda do Saco*, integrante da célebre Administração de Domingos Afonso Sertão.

Ficha de dados dos batizados

Data / Idade	Maternidade e Condição Jurídica	Paternidade	Padrinhos / Compadrio	Localização / Observações
ANTONIO 02/02/1768 *(15 dias)*	Antônia (nação Gege, escravizada que foi de Germano Borges)	Não declarada	Antônio de Suscão	Matriz de Oeiras. Origem africana Jeje declarada.
DOMINGAS 27/02/1768 *(8 dias)*	Antônia (preta forra, solteira)	Luís (preto, escravo de João do Vale)	Domingos Fernandes e Quitéria Afonso (pretos forros, solteiros)	Moradores no Caelo do Negro (subúrbio de Oeiras). Compadrio entre forros.
TOMAS 12/04/1768 *(8 dias)*	Brígida (crioula, solteira, escrava de Maria Egipcíaca, viúva)	Não declarada	João do Nascimento (solteiro) e Francisca de Almeida (casada)	Moradores no Curacurá.
MANOEL 14/06/1768 *(3 meses)*	Graça (escravizada, casada)	João Fernandes (escravizado)	Bento Nunes Maciel (que também ministrou o batismo em perigo de vida)	Fazenda do Saco (Administração de Domingos Afonso Sertão).

11.13 A nação Gege e a diáspora africana no Piauí

O batismo do menino Antônio identifica sua mãe, Antônia, como pertencente à *"naçaõ gege"* (Jeje). Provenientes da Costa dos Escravos (região do antigo Daomé, atual Benin), os Jejes compunham um contingente expressivo introduzido pelo tráfico atlântico nas frentes agropecuárias do Piauí e do Maranhão (Mott, 1989). A especificação da nação africana nos livros de batismo reflete a necessidade da administração eclesiástica e civil de catalogar a procedência dos africanos reescravizados na Capitania.

11.14 O apadrinhamento entre pretos forros nos subúrbios urbanos

O registro de Domingas ilustra a formação de redes de sociabilidade e solidariedade autônomas entre a população negra livre e liberta nos subúrbios de Oeiras (no bairro registrado como *Caelo do Negro*). A mãe, preta forra, escolhe como padrinhos dois outros pretos forros (*Domingos Fernandes* e *Quitéria Afonso*). Como destaca a historiografia (Schwartz, 1988), o compadrio entre forros fortalecia a integração e o amparo mútuo fora da tutela dos antigos senhores brancos.

11.15 O batismo em perigo de vida nas fazendas nacionais

No caso de Manoel, o texto consigna que a criança fora inicialmente *batizada em perigo de vida por Bento Nunes* na própria propriedade e, meses mais tarde, levada à Matriz para que o sacerdote realizasse a complementação dos "santos óleos". A menção aos pais casados (*João Fernandes* e *Graça*) na *Fazenda do Saco* (integrante da antiga administração jesuítica de Domingos Afonso Sertão) reafirma a estabilidade das famílias escravizadas nas grandes propriedades rurais estatais do Piauí.

A nota de que o recém-nascido fora *"batizado em perigo de vida por Bento Nunes"* traz à tona as dinâmicas cotidianas da vida rural colonial:

- Diante do alto índice de mortalidade infantil e do isolamento geográfico das fazendas (que ficavam a dias de viagem da Igreja Matriz de Oeiras), o Direito Canónico autorizava que qualquer leigo (neste caso, um administrador, feitor ou padrinho local) ministrasse o batismo de urgência (*in articulo mortis*) para garantir a salvação da alma da criança.
- Meses mais tarde, caso a criança sobrevivesse, era levada à sede da paróquia para que o sacerdote oficial (o Vigário) realizasse a cerimónia de complementação dos santos óleos e formalizasse o assento no livro paroquial.

11.16 O legado das fazendas jesuíticas no Piauí (1711–1759)

Ao morrer em 1711 sem herdeiros diretos, o bandeirante Domingos Afonso Mafrense ("o Sertão"), um dos maiores escravistas desbravadores e latifundiários do Piauí, deixou em testamento quase 40 fazendas de gado para a Companhia de Jesus (Companhia de Jesus / Padres Jesuítas).

• A Fazenda do Saco era uma dessas unidades agropastoris estratégicas espalhadas pelas bacias do Rio Canindé e Piauí.

• Durante cerca de 50 anos, os jesuítas geriram esse gigantesco patrimônio, utilizando os rendimentos do gado e da produção agrícola para financiar colégios e missões na Bahia e em Pernambuco.

Em 1759, sob o governo do Marquês de Pombal, a Ordem dos Jesuítas foi expulsa do Império Português e todos os seus bens foram confiscados (sequestrados) pela Coroa Portuguesa.

Essas propriedades passaram a ser geridas pela Junta das Fazendas Rausadas e Ausentes (e mais tarde denominadas *Fazendas Nacionais*). Em registros do final da década de 1760 (como o de 1768 analisado), a Igreja e os burocratas continuavam a referir-se a estas propriedades pela fórmula burocrática *Administração de Domingos Afonso Sertão*, assinalando que, apesar do confisco estatal, a estrutura produtiva e organizacional criada no período jesuítico permanecia intacta.

11.17 Famílias escravizadas e estabilidade social no cativeiro

Uma das maiores especificidades historiográficas das fazendas jesuíticas (e posteriormente administradas pelo Estado) era o encorajamento das uniões matrimoniais formais entre os cativos.

• Ao contrário de muitas fazendas privadas, onde a constituição de famílias era desestimulada e a maternidade solo predominava (*pai incógnito*), nas fazendas da Administração de Domingos Afonso Sertão encontra-se com elevada frequência mães e pais casados no

religioso e vivendo em família (como os pais *João Fernandes* e *Graça*, citados no documento).

• A administração eclesiástica jesuíta impunha a moral católica e a estabilidade familiar como forma de controle social, o que permitiu o surgimento de teias de parentesco extensas e duradouras entre os cativos destas fazendas ao longo de gerações.

Historicamente, o aparecimento da Fazenda do Saco (Administração de Domingos Afonso Sertão) num documento de 1768 atesta a transição do império económico dos jesuítas para a administração do Estado pombalino, revelando um perfil de população cativa estruturada em núcleos familiares estáveis e adaptada às duras condições de vida e fé do sertão colonial.

11.18 Registros de batismo dos nativos indígenas no sertão do Piauí no século XVIII

O estudo dos livros de assentamento e registros paroquiais do Brasil setecentista constitui uma das fontes mais valiosas para a reconstrução da micro-história, da demografia histórica e das relações de poder no sertão colonial. No âmbito da Capitania do Piauí, a Freguesia de Nossa Senhora da Vitória de Oeiras e os seus distritos anexos abrigaram vastas extensões de terra dominadas pela pecuária extensiva, cujas dinâmicas sociais se articulavam através de fazendas, missões de aldeamento e capelas curadas.

Neste contexto, destaca-se a figura do Capitão-Mor Valério Coelho Rodrigues (1713–1783) e de sua esposa, Domiciana Vieira de Carvalho. Ao fixar a sede do seu domínio agropastoril na Fazenda Paulista (atual município de Paulistana, PI), o patriarca não apenas erigiu um dos maiores patrimônios fundiários do interior nordestino sob a escravidão, mas também transformou sua propriedade em ponto de convergência social e religiosa. Devido às imensas distâncias geográficas entre as sedes paroquiais e as propriedades rurais, a Igreja Católica utilizava o sistema de "desobrigas" ou missões itinerantes. Padres como o Vigário

Dionízio José de Aguiar Silva percorriam os currais e sítios para ministrar os sacramentos em massa.

O fólio 17 do Livro de Batismos ora analisado registra uma sessão coletiva de batismo realizada na Fazenda Paulista. A particularidade deste manuscrito reside na presença marcante de antropônimos indígenas (como *Xiriquixi*, *Crabiquique*, *Dabaxani*, entre outros), indicando o exato momento de conversão, catequese e integração formal de populações nativas, associadas historicamente aos grupos Jaicós, Cariris ou macro-jê, à estrutura jurídica do Império Português.

Registros de batismo

[Fólio 17] [Rubrica:] Sylva S.ª
Querina Domestica escrava do Tenente Coronel Joaõ do Rego.

Quiteria, filha de Xabaretady, ja defunto, e sua May Xeronyma. Foraõ padrinhos Ignacio Marcolino, Fr. Bento, D. Anna, D. Anna Quiteria filha do Tenente Coronel Joaõ do Rego.

Jozepha Luzia, filha de Xiriquixi, e sua May Dabaxani, foraõ padrinhos Ignacio Paes, e Apolonia Gomes.

Manoel, filho de Xixiquique, e sua May Daboredi. Foraõ padrinhos Joaõ Pereira da Silva, e Apolonia Gomes.

Alexandre, filho de Andre Perari, e sua May Xiquexugilo. Foraõ padrinhos Joaõ Pereira da Silva, e Apolonia Gomes.

Onofre, filho de Moxianeri, e sua May Xiquemuaite. Foraõ Padrinhos Hypolito escravo do Tenente Coronel Joaõ do Rego, e Ignes escrava da administraçaõ do Lequim.

Joaõ Nepomuceno, filho de Crabiquique, e sua May Xicbano Cadi defunto.
Lourenço, filho de Xirivay Caite ja defunto, e sua May Nabaredi.
Francisco, filho de Riocraquique, e sua May Dabantuqua. Foraõ padrinhos do sobredito Manoel Alves de Araujo, e sua mulher Severa Maria do Carmo.

Joze, filho de Antonio Fonçagozo, e sua May Joamuaite. Foraõ padrinhos Ignacio Paes, Severa Maria do Carmo.

Cluterio, filho de Pedro Taruquiedia, e sua May Diabrodi defunta.
Apollonio, filho de Craneozehi, e sua May Xerimonha. Foraõ padrinhos do dito Pedro, Jeronymo Barros, e Tereza Maria do Carmo.

Joaõ, filho de Antonio Xiriquixi, e sua May Baubado.
Antonio, filho de Xiriquixi, e sua May de Boxixi ja defunta. Foraõ padrinhos dos ditos Antonio Machado de Carvalho, e Apolonia Gomes.

Gabriel, filho de Xiriquiqui, e sua May Bantamuite.
Gabriel, filho de Capiroedi, e sua May Boxixi, ambos defuntos.
Gabriel, filho de Paruomana ja defunto, e sua May Abadiquiquia.
Foraõ padrinhos dos sobre ditos, Antonio de Rego Castelo Branco, e D.
Anna Quiteria filha do Tenente Coronel Joaõ do Rego.

Ignacio, filho de Miguel Rincomoédi, e sua May Miaja ... de Cadi.
Catherina, filha de Carriquiquemua, e sua May ... Foraõ padri-
nhos do dito Ignacio, Manoel Alves de Araujo, e sua mulher Severa Maria do Carmo.

A análise deste assento revela aspectos fundamentais da estrutura social do sertão piauiense no século XVIII:

O antropônimo nativo versus o nome cristão

Observa-se que, enquanto os adultos mantêm seus nomes originais indígenas (*Xiriquixi*, *Crabiquique*, *Moxianeri*), as crianças batizadas recebem nomes estritamente católicos (*Manoel*, *Francisco*, *Gabriel*, *Quiteria*). De acordo com a historiografia sobre as missões e desobrigas no Nordeste colonial (vide Mott, 1989; Alveal, 2007), a atribuição do nome cristão assinalava a conversão e a inserção da criança no rol dos vassalos d'El-Rei, submetidos à jurisdição eclesiástica.

A Elite das ordenanças e as redes de proteção paternalista

A repetição constante de padrinhos vinculados ao Tenente-Coronel João do Rego Castelo Branco (como seus filhos *Antônio do Rego Castelo Branco* e *Dona Ana Quitéria*) e a grandes sesmeiros

(como *Manuel Alves de Araújo* e *Antônio Machado de Carvalho*) demonstra a criação de laços de compadrio entre a elite branca latifundiária e a população indígena integrada às fazendas. Conforme aponta Fragoso (2014), o apadrinhamento de indígenas e escravizados por senhores locais operava como um mecanismo de dominação social, garantindo submissão e lealdade em troca de proteção espiritual e material.

Aliança de famílias em torno de Valério Coelho Rodrigues

A presença do ramo *Rego Castelo Branco* liga-se diretamente à família de Valério Coelho Rodrigues. Sua esposa, Domiciana Vieira de Carvalho, era neta do Sargento-Mor Rego Monteiro e sobrinha/parente do Tenente-Coronel João do Rego. A articulação dessas famílias no apadrinhamento de dezenas de nativos na Fazenda Paulista ratifica o papel da fazenda como polo de centralização político-militar e de pacificação dos índios do sertão do Itaim e do Canindé.

11.19 Segundo registro de batismo de livres e indígenas na matriz e nos aldeamentos do Piauí

O manuscrito em fólio obtido apresenta uma estrutura de transição documental típica dos livros de assentos da Freguesia de Nossa Senhora da Vitória de Oeiras, antiga capital da Capitania do Piauí.

A folha é dividida em dois blocos administrativos e pastoris distintos:

a) **O primeiro registro** refere-se ao batismo de uma criança livre da elite/população local (*Joanna*), realizado diretamente na Igreja Matriz de Nossa Senhora da Vitória pelo Vigário Dionízio José de Aguiar Silva em 29 de setembro de 1767. O assento destaca-se pelo uso de procuração no compadrio, no qual a madrinha designada foi representada por Dona Maria Alves Vieira.

b) **O segundo bloco** compõe uma listagem de desobriga/missão de batismos coletivos ministrados a indígenas eretos em comunidades ou aldeamentos (como o lugar de São João da Serra). Assim como no fólio 17, a profusão de antropônimos nativos de grupos Cariris/Jaicós (*Micaela*, *Micaela*, *Antonia*, *Jozepha*, *Maria*, *Anna*, *Praxedes*, *Fortunata*, *Jeronima*) revela a política de conversão e a incorporação paternalista das populações autóctones às redes de apadrinhamento dos potentados sertanejos — em especial a família do Tenente-Coronel João do Rego Castelo Branco.

[Fólio / Assentos de 1767 / Desobrigas] [Rubrica:] Aguiar S.ª

[Margem esq.:] Joanna

Aos vinte e nove de Setembro de mil setecentos, e secenta e sete nesta Matriz de Nossa Senhora da Victoria batizei solemnemente, e pus os santos oleos a Joanna filha de Cristovaõ de Moraes, e sua mulher Brizida Rodriges. Foraõ padrinhos os illustres Manoel Antonio Torres, solteiro, e Maria do O' de Oliveira, por sua procuradora D. Maria Alves Vieira, do que para constar mandei fazer este assento que assigno.

O Vig.º Dionizio Joze des Aguiar S.ª

Os indios menores, que no lugar de S. Joaõ de Serra batizou solemnem.te e pus os santos oleos o Reverendo P.e Joaõ Cordeiro em vinte e dous de Mayo de mil e setecentos secenta e seis:

Micaela filha de Andre Bricam, e sua may Maixique.

Micaela filha de Pai Caimmen, ja defunto, e may Maria de Bria. Foraõ padrinhos de ambos Antonio do Rego Castello Branco e Dona Anna Pulcheria ambos filhos do Ten.te Coronel Joaõ do Rego.

Antonia filha de Crempixapijé, e mai Dabaxem ambos
ja defuntos. Jozepha filha de Caxicomana, ja defunto, e sua may Pe-
rereca de Caxacani. Maria filha de Xemixucate, e sua may Caxixava ambos defuntos.

Anna filha de Vancara Oriomhomirim, e sua may Decomarava. Foraõ padrinhos dos ditos Manoel Alves de Araujo e sua mulher Severa Maria do Carmo.

Praxedes filha de Cramahat, e sua may Dixixeva. Foi padrinho Feliz do Rego Castello Branco, e sua may D. Cornelia Firmiana Castello.

Fortunata filha de Tioã Cajan, e sua may Caxim Caxiqui. Foraõ padrinhos o Tenente Coronel Joaõ do Rego, e sua mulher D. Lupina Borges Leal.

Jeronima Cordula filha de Rerimacata ja defunto, e sua may Sabredi. Foraõ padrinhos Joaõ do Rego, e Celerina ...

Ficha de dados dos batizados

Pais (Pai / Mãe)	Padrinhos / Compadrio	Observações e Contexto
Joanna – Cristóvão de Morais e Brígida Rodrigues	Manuel Antônio Torres e Maria do Ó de Oliveira (rep. por D. Maria Alves Vieira)	Batismo livre na Matriz de Oeiras (29/09/1767).
Micaela (1) – André Bricam e Maixique	Antônio do Rego Castelo Branco e D. Ana Pulquéria	Batismo de índios em São João da Serra (22/05/1766).
Micaela (2) - Pai Caimmen (defunto) e Maria de Bria	Antônio do Rego Castelo Branco e D. Ana Pulquéria	Filhos do Tenente-Coronel João do Rego.
Antonia - Crempixapijé e Dabaxem (ambos defuntos)	Grouped / Manuel Alves de Araújo e Severa Maria do Carmo	Criança órfã de pai e mãe indígenas.
Jozepha - Caxicomana (defunto) e Perereca de Caxacani	Manuel Alves de Araújo e Severa Maria do Carmo	—
Maria - Xemixucate e Caxixava (ambos defuntos)	Manuel Alves de Araújo e Severa Maria do Carmo	—
Anna - Vancara Oriomhomirim e Decomarava	Manuel Alves de Araújo e Severa Maria do Carmo	—
Praxedes - Cramahat e Dixixeva	Félix do Rego Castelo Branco e D. Cornélia Firmiana Castelo	Ramo da elite dos Rego Castelo Branco.
Fortunata - Tioã Cajan e Caxim Caxiqui	Tenente-Coronel João do Rego e D. Lupina Borges Leal	Patriarca das ordenanças apadrinhando diretamente.
Jeronima Cordula - Rerimacata (defunto) e Sabredi	João do Rego e Celerina	—

11.20 O compadrio por procuração entre a elite luso-brasileira

No primeiro registro, o recurso à procuração (*"por sua procuradora D. Maria Alves Vieira"*) demonstra a sofisticação das redes sociais e do direito canónico na capital provincial. Membros proeminentes da elite que não podiam estar fisicamente presentes à pia batismal da Matriz delegavam poderes formais para que representantes de igual prestígio assegurassem o laço espiritual de compadrio.

11.21 O aldeamento de São João da Serra e a consolidação militar dos Rego Castelo Branco

O rol de batismos de 1766 no "lugar de São João da Serra" traz à tona o papel do Tenente-Coronel João do Rego Castelo Branco e de sua esposa Dona Lupina Borges Leal, assim como de seus filhos (*Antônio*, *Ana Pulquéria*, *Félix*). Como comandantes das forças de ordenança e detentores de sesmarias, os membros dessa família assumiam sistematicamente o apadrinhamento dos índios reduzidos ou assentados nas fazendas e missões. O apadrinhamento de crianças órfãs de pai e mãe (*"ambos defuntos"*) garantia o controle tutelar sobre a formação dessa mão de obra nativa para as frentes pastoris.

– CAPÍTULO 12 –

DONA MARIA AURORA: ANCESTRALIDADE DE REZA E BENZA

Marli Ferreira de Carvalho Damasceno
Jakeline Barbosa (Pai José de Nagô)

A correnteza foi o local escolhido por Dona Maria Diolina de Jesus, conhecida como Maria Aurora, a maior benzedeira com a qual tivemos contato. Dona Maria nasceu em 01 de julho de 1930, onde passou sua infância no interior do município de Queimada Nova, no Povoado Volta do Riacho. À época, este local pertencia ao município de Paulistana-PI. Foi lá também onde começou a rezar e benzer pessoas, conhecimentos estes repassados pelos seus antepassados.

No ano de 1970 Maria Aurora resolveu ir morar na cidade de Paulistana em busca de melhores condições de vida, no bairro Correnteza, onde era querida por vizinhos e amigos. Eu pude crescer aos pés dela, pois morava ao lado de minha casa, e sempre ia para a calcada dela para ouvir suas histórias, as quais relatarei mais à frente.

Maria "Orora", como a chamávamos, era uma mulher sem bens materiais, mas possuía uma alma caridosa, inclusive rezando e benzendo pessoas sem nada cobrar. Ela atendia as pessoas em qualquer horário em sua residência. Anos mais tarde, montou uma pequena barraca na feira livre de Paulistana, onde atendia as pessoas que a buscavam. O local ficava ao lado do Banco do Nordeste (Antigo Clube dos Negros) e o atendimento ocorria às sextas.

Dentre suas habilidades e conhecimentos ancestrais, dona Maria levantava a espinhela, retirava quebrante e olho gordo de crianças e responsava Santo Antônio para fazer aparecer objetos sumidos. Ela também fazia visita aos hospitais da cidade para rezar nas pessoas, pois acreditava que havia doenças que os médicos terrestres são capazes de curar, mas havia doenças que apenas conhecimentos ancestrais e espirituais poderiam resolver.

Ela faleceu em 18 de março de 2018, deixando os filhos Luisa Maria de Jesus; Veronica Maria de Jesus (*in memoriam*); Geneuza Maria de Jesus; Miguel Ambrosio de Sousa; Jakeline Barbosa de Sousa (Keké – Senhor José de Nagô), neto que criou como filho. Teve 11 bisnetos e 12 bisnetos.

Figura 28 – Dona Maria Aurora



Fonte: Acervo da pesquisadora

Dentre as diversas histórias que ouvi de dona Maria, quando eu era criança, foi a de que ela e diversos negros da cidade não sabiam a idade real, pois a eles não era permitido o registro de nascimento. Na época do voto de cabresto, instituído pelos coronéis, inclusive em Paulistana, ela e outros foram registrados com anos a mais no documento para que assim pudessem votar em quem as famílias ricas mandassem, por volta das décadas de 1930 e 1950.

Como morávamos praticamente ao lado uma da outra, eu sempre estava em sua calcada, ouvindo histórias. Lembro de uma situação que, pela primeira vez, relato publicamente, e que me arranca largos sorrisos, apesar de, à época, ter sido um grande problema: minha mãe pediu para que eu fosse ao mercadinho da Senhora Ana Lúcia, que ficava a poucos metros de casa, comprar um fósforo. Na volta, por ser criança e desprovida de noção de perigo, risquei um palito e joguei em uma grande pilha de entulhos que estava ao lado da casa da Senhora Maria Aurora. Não demorou mais que uns 5 minutos para que o fogo tomasse grandes proporções. Corri para casa e me escondi. Mas, olhando pela porta, fui avistada por ela, que me chamou para ajudá-la a apagar o fogo. Durante a tentativa de cessar o incêndio com baldes – eu a ajudando –, ela olhava para mim e dizia: "minha filha, se eu descubro quem fez isso, eu peço pra Nossa Senhora quebrar as pernas". Eu, a culpada, permanecia quieta e imóvel, com medo de que a Santa realmente fizesse isso. Por dias, acordava e olhava se minhas pernas estavam intactas. Eu, realmente, acreditava que algo pudesse acontecer, uma vez que Dona Maria Aurora, para mim, era uma sumidade espiritual, capaz de conseguir qualquer coisa que o seu coração desejasse. Mas, Nossa Senhora teve piedade de mim, um ser pequeno, ingênuo e traquina. Ela morreu sem descobrir quem fez tamanha arte.

Recentemente, fui aprovada em um edital que concorri para nomear espaços do Instituto Federal do Piauí, campus Paulistana, sugerindo o nome desta importante figura para dar nome ao jardim do local:

Figura 29 – Portaria de Menção Honrosa



BOLETIM DE SERVIÇOS - 01/10/2025 ATÉ 31/10/

Ministério da Educação
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí
IFPI - CAMPUS PAULISTANA
Rodovia BR 407, KM 05, S/N, Lagoa dos Canudos, PAULISTANA / PI, CEP 64.750-000
Fone: (89) 3487-2705 Site: www.ifpi.edu.br

PORTARIA 129/2025 - GDG/DG-PAULIST/CAPAU/IFPI, de 14 de outubro de 2025.

O DIRETOR-GERAL DO CAMPUS PAULISTANA DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ (IFPI) , nomeado pela Portaria nº 2.240/GAB/REI/IFPI, de 22 de agosto de 2025, publicada no Diário Oficial da União em 25 de agosto de 2025, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder **Menção Honrosa** para a servidora **Marli Ferreira de Carvalho Damasceno**, matrícula SIAPE nº 1869520, em reconhecimento à sua participação no **concurso interno para escolha dos nomes de setores, áreas e espaços físicos do IFPI – Campus Paulistana** , conforme disposto no Edital nº 90/2025 – GDG/DG-PAULIST/CAPAU/IFPI, de 07 de agosto de 2025, e pela aprovação da sua sugestão de nome **"Maria Diolina de Jesus (Maria Aurora)"** para o Jardim do Campus Paulistana.

VINICIUS DIAS DE CARVALHO

Diretor-Geral do IFPI-Campus Paulistana

Fonte: Acervo da pesquisadora.

– CAPÍTULO 13 –

PROFESSOR WALFREDO JOSÉ DA COSTA: AUTODIDATA, FLUENTE EM 4 IDIOMAS E UM DOS PRINCIPAIS TROVADORES DO BRASIL

Marli Ferreira de Carvalho Damasceno
Roberto Amaral dos Santos
Walfredo José da Costa (*in memoriam*)

Walfredo José da Costa nasceu em 03 de julho de 1931, da Data Jacobina, até então município de Paulistana-PI. Como ele mesmo se descreveu em um documento escrito à mão, intitulado "Pequena Biografia do Autor", ele era filho de "uma geração muito humilde". Seus pais eram José Adão da Costa e Celestina Auta de Jesus.

Abaixo, a imagem do professor Walfredo na Unidade Escolar Frei Henrique em Paulistana-PI (todas do meu acervo pessoal):

Figura 30 – Professor Walfredo



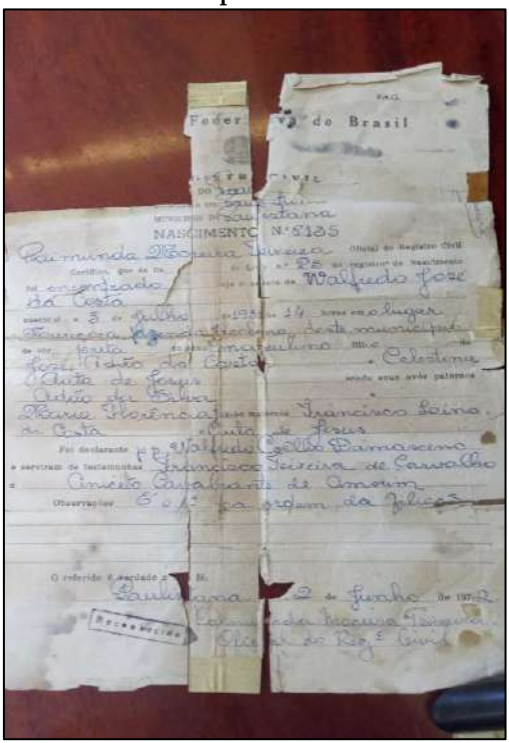
Fonte: Acervo pessoal

Figura 31 – Professor Walfredo



Fonte: Acervo Pessoal

Figura 32 – Documento pessoal de Professor Walfredo



Fonte: Acervo Pessoal

República Federativa do Brasil
Registro Civil das Pessoas Naturais
Comarca de Paulistana
Município de Paulistana
NASCIMENTO N.º 8135
Raimunda Moreira Teixeira,
Oficial do Registro Civil,
Certifico, que às fls. __ do livro n.º **25** de registro de Nascimento,
encontra-se o termo de **Walfredo José da Costa**,
nascido a **3 de julho de 1931**, às 14 horas, em lugar **Muriçoca**, Fazenda Jacobina deste município. De cor preta,
do sexo masculino, filho legítimo de **José Adão da Costa** e **Celestina Auta de Jesus,**
sendo seus avós paternos Adão da Silva e **Maria Florência** Jesus. E avós maternos **Francisco Lino da Costa e Auta de Jesus**.
Foi declarante **Walfredo Coêlho Damasceno**,
e serviram de testemunhas **Francisco Teixeira de Carvalho** e **Aniceto Cavalcante de Amorim**.
Observações: **É o 1.º na ordem da filiação.**
O referido é verdade e fé.
Paulistana, 2 de junho de 1972.
Raimunda Moreira Teixeira
Oficial do Reg.º Civil
[Carimbo: "Reconhecida"]

Figura 33 – Certificado Reservista de Walfredo



MINISTÉRIO DA GUERRA

R.M.

CERTIFICADO DE RESERVISTA DE 1ª CATEGORIA

Nº 04767 Classe B

Certifico que o cidadão VALFREDO JOSÉ DA COSTA

de classe de , alistado no ano de pelo município de , Estado , incorporado no ano de , é considerado reservista de 1ª categoria.

A) IDENTIFICAÇÃO

Filho de

e de

Natural de (Estado, Município, Cidade/Lugar)

Data de nascimento

Instrução

Outras notas

Altura
Cútis
Cabelo
Olhos
Nariz
Rosto
Boca
Sinais particulares

Impressão digital (polegar direito)

(Assinatura do reservista)

B) BAIXA DO SERVIÇO MILITAR

Organização onde serviu

Tempo de serviço: incluído em QMG, excluído em QMP

Graduação

(Cmt. ou Chefe)

Em caso de mobilização o reservista deverá apresentar-se à autoridade local Força, ou ao chefe mais próximo, a fim de obter meio de transporte até a sua Capital de Região que lhe for atribuído.

Será válido o certificado com as notas Nacionais em marca d'água. A marca d'água, visível, dirá se o certificado contra a lei.

Fonte: Acervo Pessoal

Na década de 1950, o serviço militar obrigatório era um marco importante na vida dos jovens brasileiros. Ao completarem 18 anos, todos os homens deviam se alistar na Junta de Serviço Militar, passando por exames físicos e médicos que determinavam, por sorteio, quem seria incorporado ao Exército. Os selecionados recebiam instrução básica de disciplina, civismo e defesa, servindo geralmente por um ano. Ao término, recebiam o Certificado de Reservista de 1ª Categoria, documento essencial para exercer a cidadania - como votar, casar ou assumir cargos públicos - e que comprovava o cumprimento do dever militar. Nesse período, o Exército mantinha forte influência da Era Vargas, enfatizando valores de patriotismo, ordem e hierarquia.

Ele era formado em pedagogia, atuante na área de comunicação e expressão, além de lecionar língua inglesa. Os registros sobre este célebre paulistanense mostram que ele falava pelos menos 4 idiomas, dominando inclusive o japonês, pois, por muito tempo, ele foi professor no estado do Paraná, em colônias japonesas. Inclusive, há uma escola na Paraná que mantém a homenagem até os dias atuais ao nome do professor Walfredo, por toda a sua contribuição para a educação local.

Na cidade de Paulistana, o Campus da Universidade Estadual do Piauí possui uma sala com homenagem ao nome do referido professor. Além de ter sido docente na Unidade Escolar Frei Henrique, professor Walfredo possui vários escritos de versos e trovas. Inclusive, escritos a mão encontrados após a morte do professor Walfredo mostram que ele fez um levantamento de toda a história de Paulistana, escreveu e repassou para algum pesquisador na cidade, com a promessa de que o livro fosse publicado com sua coautoria, o que não aconteceu.

Walfredo ainda escreveu o hino de Paulistana e Jacobina do Piauí. Além disso, encontramos em seus documentos e escritos que ele foi coautor de uma coletânea poética, chamada A Trova no Brasil, escrita por mais de 400 trovadores do Brasil e Portugal organizado pelo confrade Fabrício Fernandes, editada pela Editora ArteNova, Rio de Janeiro, em 1972. Esta obra é considerada uma das mais importantes para o Brasil e Portugal dentro do Trovadorismo. A seguir, a capa do livro:

Figura 34 – Capa do livro



Fonte: https://www.amazon.com.br/Trova-Brasil-Historia-Antologia/dp/B06XV253JZ

Walfredo trabalhou por muitos anos na roça e foi para o Paraná em busca de melhores condições de vida. Lá, também trabalhando em lavouras, foi estimulado por uma senhora a estudar, pois percebia que ele era bastante inteligente. Um detalhe importante sobre sua vida não pode ser esquecido: ele era autodidata, escritor nato. Entrou na escola já adulto, com 30 anos, começando seus estudos tardiamente, o que não o impediu de ser um dos mais notáveis paulistanenses de todos os tempo. Morou cerca de 30 anos nesse estado, retornando ao Piauí em 1979, onde ficou até os últimos dias de sua vida, em 1994.

Sobre sua vida pessoal, não há muitos registros. O que se sabe é que ele não contraiu matrimônio e doou todos os seus bens em vida para pessoas carentes. Essa era uma outra característica que merece destaque: professor Walfredo era considerado um homem bastante generoso. Inclusive, acolheu dois paraenses como filhos (Carlos e Roberto), trazendo-os ainda criança para o Piauí para morar com ele. Inclusive, o seu filho Roberto Araújo, que hoje mora em Curral Novo, foi de grande importância para a construção dessa

biografia, ao ceder documentos e versos inéditos do professor Walfredo. Ele trabalhou até sua morte, se recusando a aposentar, pois amava a profissão.

13.1 Com a palavra, professor Walfredo

Tentamos, ao máximo, encontrar registros, escritos ou qualquer documento acerca do professor, que pudessem nos direcionar em sua biografia e homenagem. Encontramos diversos documentos escritos a mão, que foram cedidos por seu filho Roberto. Também, como forma de honrar a sua memória, disponibilizaremos suas produções que nunca foram publicadas e que sabemos ser um desejo do professor Walfredo.

Em um desses escritos inéditos encontrados, o professor Walfredo relata que em 1932 ele, ainda recém-nascido) e seus pais foram para Inhuma-PI em busca de melhores condições de vida e por conta da seca severa que assolava essa região. A região para a qual foram era conhecida por ser canavieira e de produção de muitas frutas. O seu relato, doloroso, descreve: "[...] lá, tentaram procurar o que comer mas se esqueceram de que era casados e que eu já era nascido e precisa de urgentes cuidados, se separaram para sempre. Não tenho a menor recordação do meu pai. Fui criado pela minha mãe, auxiliada por seus irmãos".

Ainda em seus relatos, datados de 1989, quando criança, quis estudar em uma pequena sala de aula particular, na localidade Pedra Branca, do senhor João Janoca de Carvalho, o que não foi possível, pois ele era filho único e não lhe restava tempo para os estudos. Por isso, começou a estudar por livros antigos e a buscar orientação de outras pessoas, o que, segundo ele, não foi suficiente.

Em 1949, ele decidiu ir para o Sul do país em busca de trabalho para custear seus estudos. Em um relato dramático, ele escreve:

> Nos estados do Sul enfrentei a vida conforme era pra enfrenta-la. Sofri as piores [...] humilhações. Fui operário de indústrias, auxiliar de agricultor. Todavia, nada de estudo (Walfredo Costa, 26 de janeiro de 1989).

Em 1956 professor Walfredo ingressou no Exército Brasileiro, em Curitiba, estado do Paraná. Nesse momento, ele iniciou alguns estudos em colégios particulares. Permaneceu nas Forças Armadas por três anos, saindo para dar aulas em uma colônia japonesa, ainda sem uma formação formal. Em 1965 foi estudar em uma escola estadual, chamada Maria José Rocha Berg, em Paranacity. Em dezembro de 1973 recebeu o diploma número 7427. Em janeiro de 1979 ingressou no magistério piauiense, lecionando inglês no Frei Henrique em Paulistana.

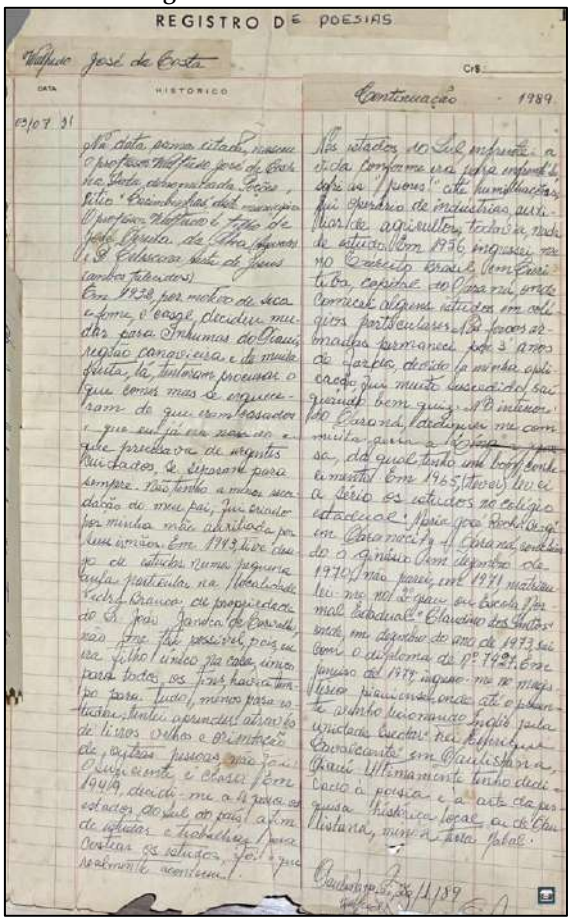
Durante os seus últimos anos, passou a escrever poesias e a fazer o levantamento histórico da cidade de Paulistana. Como já mencionado, os escritos desse levantamento histórico foram repassados para uma pessoa que estava escrevendo a história de Paulistana à época com a promessa de que Walfredo Costa fosse inserido como coautor, uma vez que ele quem fez todos os escritos. Como sabemos, isto nunca ocorreu e, inclusive, encontramos, em um de seus escritos, menção a essa grande tristeza que o professor Walfredo possuía: confiou a alguém mais de 100 páginas na promessa de que o livro seria lançado com seu nome também, no entanto, a pessoa não cumpriu o que havia prometido. O referido livro sobre a cidade foi publicado sem, sequer, mencionar a sua autoria.

Walfredo José da Costa, homem de notável sensibilidade intelectual e comprometido com a cultura e a história de seu tempo, legou reflexões e textos que expressam com autenticidade sua visão de mundo e sua contribuição à memória coletiva. Ainda que a publicação indevida tenha ocorrido sem o devido crédito, é dever ético e histórico restabelecer a verdade dos fatos, reconhecendo-o como o legítimo criador da obra em questão.

Assim, neste livro, buscamos dar um reconhecimento, que tem por finalidade restaurar a autoria moral e intelectual de Walfredo José da Costa, reafirmando seu direito à memória, à identidade e ao respeito pela sua produção intelectual, conforme os princípios da Lei nº 9.610/1998 (Lei de Direitos Autorais) e os valores universais de justiça e integridade cultural.

Por isso, publicamos todos os escritos dele (*in memoriam*), assegurando-lhes o crédito. Abaixo, sua biografia, escrita à mão:

Figura 35 – Escritos de Walfredo



REGISTRO DE POESIAS

Walfredo José da Costa

Cr$:

DATA | HISTORICO | Continuação - 1989

03/07/31

Fonte: Acervo pessoal

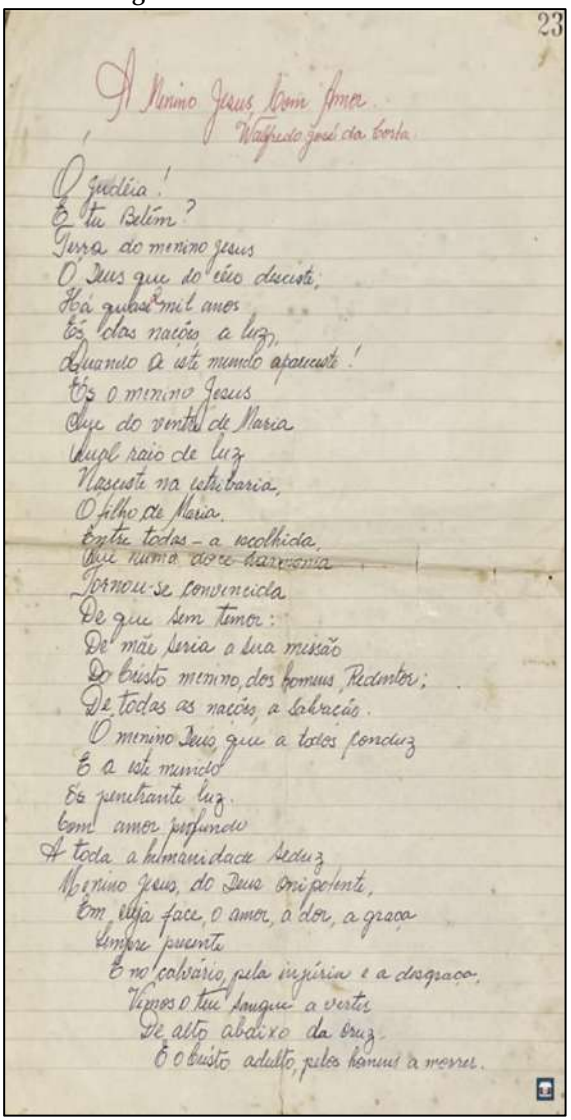
Transcrevendo a imagem acima, tem-se o seguinte escrito:

REGISTRO DE POESIAS
Walfredo José da Costa
Data: *03/07/31*
Continuação – 1989

No data acima citada, nasceu o professor Walfredo José da Costa na Data denominada Poções, Sítio Cacimbinhas, deste município.
Filho legítimo de ***José Adão da (Silva) Costa*** *e* ***Celestina Auta de Jesus****, já falecidos.*
Em 1932, por motivo de seca e fome, o casal decidiu mudar para Inhumas do Piauí, região canavieira e de muita fruta. Lá, também procuraram o que comer, mas se esqueceram de que eram casados e de que eu era nascido e, de que eu precisava de urgentes cuidados, se separaram para sempre.
Não tenho a menor recordação do meu pai, fui criado por minha mãe, auxiliada por seus irmãos.
Em 1943, tive desejo de estudar numa pequena aula particular na localidade de Pedra Branca, de propriedade do Sr. João Janoca de Carvalho. Não me foi possível pois era filho único na casa, único para todos os fins, havia tempo para tudo, menos para estudar.
Tentei aprender através de livros velhos e orientação de outras pessoas. não foi suficiente. É claro.
Em 1949, decidi-me a ir para os estados do Sul do país, a fim de estudar e trabalhar para custear os estudos, foi o que realmente aconteceu.
Nos estados do Sul, enfrentei a vida conforme era para enfrentá-la. Sofri as "piores", até humilhações. Fui operário de indústrias, auxiliar de agricultor, todavia, nada de estudo. Em 1956, ingressei no Exército Brasil, em Curitiba, capital do Paraná, onde comecei alguns estudos em colégios particulares.
Nas forças armadas permaneci por 3 anos de farda, devido a minha aplicação. Fui muito bem sucedido, saí quando bem quis.
No interior do Paraná, dediquei-me com muita garra à língua japonesa, da qual tenho bom conhecimento.
Em 1965 levei a sério nos estudos no Colégio Estadual "Maria José Rocha Braga", em Paranacity-Paraná. que concluí em 1967. Concluindo o ginásio em dezembro de 1970.
Não parei. Em 1971, matriculei-me no segundo grau ou Escola Normal Estadual "Claudino dos Santos", onde, em dezembro de 1973 saí com o diploma de número 7427.
Em janeiro de 1979, ingressei no magistério piauiense onde até o presente continuo lecionando inglês pela Unidade Escolar Frei Henrique Cavalcante. Em Paulistana-PI tenho me dedicado à poesia e a arte da pesquisa histórica local, ou de Paulistana, minha terra natal
Carinhosamente em Paulistana, dedico à poesia e à arte da pesquisa histórica local ou de outra natureza moral.
Paulistana, 26/1/1989
(assinatura de Walfredo José da Costa)

Uma informação muito interessante sobre o professor Walfredo é que ele fazia a própria tinta com raiz de uma planta para fazer seus escritos, pois não tinha condições de comprar e ele queria muito estudar.

Figura 36 – Escritos de Walfredo


23

O Menino Jesus com Amor.

Walfredo José da Costa

O judéia!
É tu Belém?
Terra do menino jesus
O Deus que do céo descesti,
Há quase mil anos
És todas nações a luz,
Quando a este mundo apareceste!
És o menino Jesus
Que do ventre de Maria
Surgiu raio de luz
Nasceste na estrebaria,
O filho de Maria.
Entre todas - a escolhida,
Que numa doce harmonia
Tornou-se conhecida
De que sem temor:
De mãe seria a tua missão
De busto menino, dos homens Redentor;
De todas as nações a salvação.
O menino Deus, que a todos conduz
É a este mundo
És penetrante luz.
Com amor profundo
A toda a humanidade seduz
Menino Jesus, do Deus onipotente,
Em cuja face, o amor, a dor, a graça
Sempre presente
E no calvário, pela injúria e a desgraça.
Vimos o teu sangue a verter
De alto abaixo da cruz.
E o busto adulto, pelos homens a morrer.

Fonte: Acervo pessoal

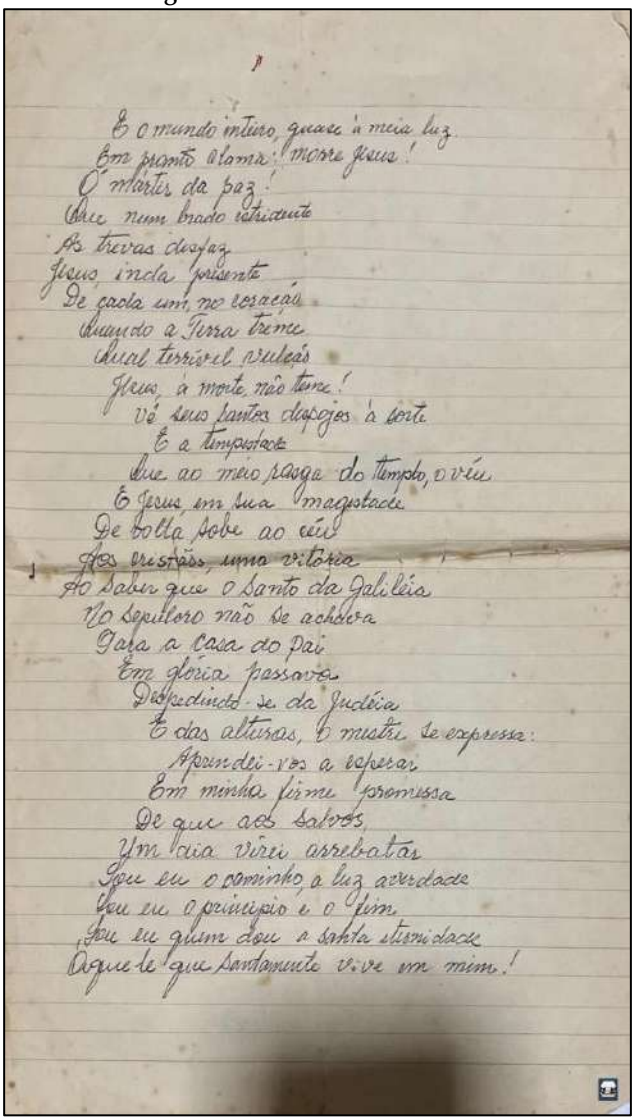
Ao Menino Jesus com Amor
Walfredo José da Costa
Ó Judéia!
E tu, Belém?
Terra do Menino Jesus,
O Deus que do céu desceste,
há quase 2 mil anos,
És das nações a luz,
Quando a este mundo apareceste!
És o Menino Jesus,
Que do ventre de Maria,
Qual raio de luz,
Nasceste na estrebaria,
O Filho de Maria.
Entre todas — a escolhida,
Que numa doce harmonia,
Tornou-se convencida,
De que, sem temor,
De mãe seria a sua missão,
o Cristo Menino, dos homens, Redentor;

De todas as nações, a salvação.
O Menino Deus, que a todos conduz,
E a este mundo
s penetrante luz,

Com amor profundo
A toda a humanidade seduz.
Menino Jesus, do Deus Onipotente,
Em cuja face, o amor, a dor, a graça
Sempre presente,
E no Calvário, pela injúria e a desgraça,
imos o teu sangue a verter,

De alto abaixo da cruz,
O Cristo adulto, pelos homens a morrer.

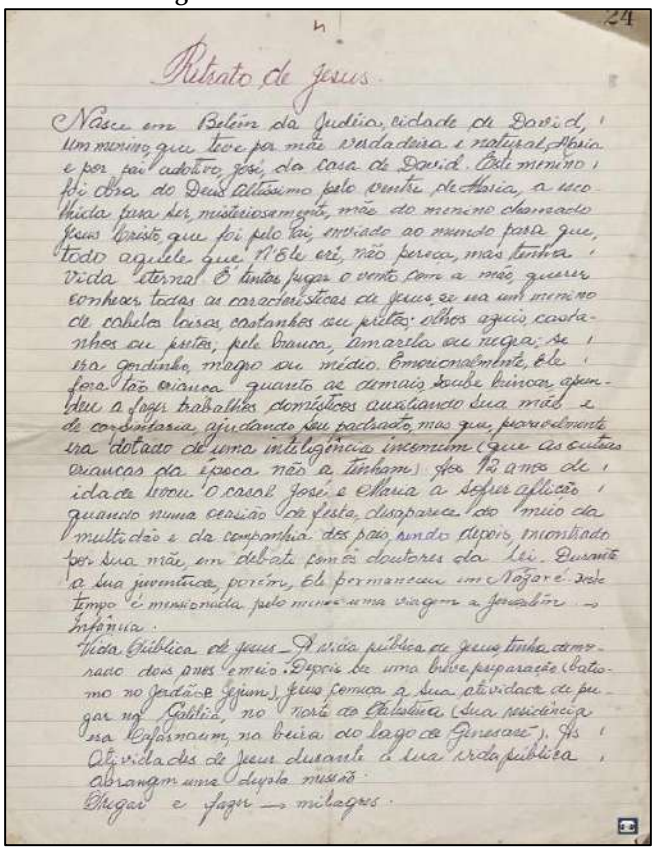
Figura 37 – Escritos de Walfredo



O mundo inteiro, quase à meia luz
Em pranto clama: *Morre Jesus!*
O mártir da paz,
Abre num brado estridente
As terras desfaz.

Jesus inda presente,
De cada um no coração,
quando a Terra treme,
Qual terrível vulcão!
Jesus à morte não teme!
Vê seus santos despojos à sorte
E a tempestade.
Que ao meio rasga do tempo o véu,
E Jesus, em sua majestade
De volta sobe ao céu.
Aos cristãos uma vitória,
Ao saber que o Santo da Galileia
No sepulcro não se achava,
Fora à casa do Pai,
Em glória passava.
Despedindo-se da Judéia
E das alturas, o Mestre se expressa:
"Aprendei-vos a esperar
Em minha vinha promessa,
De que aos salvos
Um dia virei arrebatar,
Sou eu o caminho, a luz, a verdade,
Sou eu o princípio e o fim,
Sou eu quem dou a santa eternidade,
Aquele que santamente vive em mim!"

Figura 38 – Escritos de Walfredo



Retrato de Jesus

Nasce em Belém da Judéia, cidade de David, um menino que teve por mãe verdadeira e natural Maria, e por pai adotivo, José, da casa de David. Este menino foi obra do Deus altíssimo pelo ventre de Maria, a escolhida para ser, misteriosamente, mãe do menino chamado Jesus Cristo que foi pelo Pai enviado ao mundo para que, todo aquele que n'Ele crê, não pereça, mas tenha vida eterna. É tentar pegar o vento com a mão, querer conhecer todas as características de Jesus, se era um menino de cabelos loiros, castanhos ou pretos; olhos azuis, castanhos ou pretos, pele branca, amarela ou negra; se era gordinho, magro ou médio. Emocionalmente, ele foi tão criança quanto as demais. Soube brincar, aprendeu a fazer trabalhos domésticos auxiliando sua mãe e de carpintaria, ajudando seu padrasto, mas que, paralelamente era dotado de uma inteligência incomum (que as outras crianças da época não a tinham). Aos 12 anos de idade teve o crisma. José e Maria a seguir faleceu. Quando numa ocasião de festa, desaparece do meio da multidão e da companhia dos pais, sendo depois encontrado por sua mãe, em debate com os doutores da lei. Durante a sua juventude, porém, Ele permaneceu em Nazaré. Neste tempo é missionado pelo menos uma viagem a Jerusalém - Infância.

Vida Pública de Jesus - A vida pública de Jesus tinha como marco dois anos e meio. Depois de uma breve preparação (batismo no Jordão e jejum), Jesus começa a sua atividade de pregar na Galiléia, no norte da Palestina (sua residência em Cafarnaum, na beira do lago de Genesaré). As atividades de Jesus durante a sua vida pública abrangem uma dupla missão: Pregar e fazer - milagres.

Fonte: Acervo pessoal

Retrato de Jesus

Nasce em Belém da Judéia, cidade de Davi, um menino que teve por mãe verdadeira e natural Maria, e por pai adotivo José, da casa de Davi. Este menino foi obra do Deus Altíssimo pelo ventre de Maria, a escolhida para ser, misteriosamente, mãe do menino chamado Jesus Cristo, que foi pelo Pai enviado ao mundo para que todo aquele que n'Ele crê, não pereça, mas tenha vida eterna.

É tentar pegar o vento com a mão, querer conhecer todas as características de Jesus, se era um menino de cabelos loiros,

castanhos ou pretos; olhos azuis, castanhos ou pretos; pele branca, amarelada ou negra. Se era gordinho, magro ou médio;

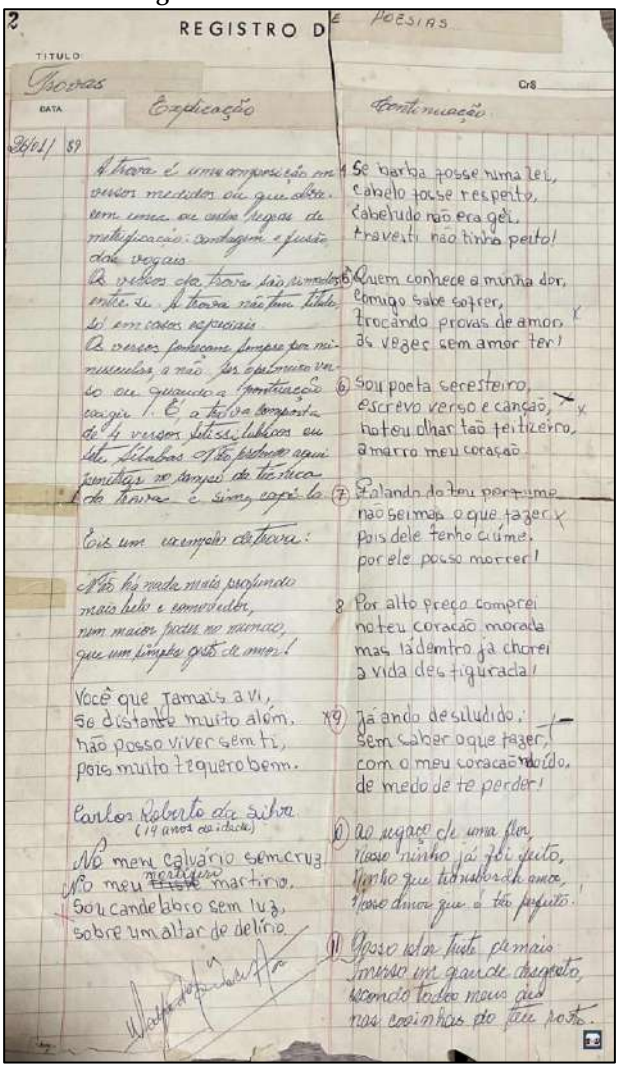
Emocionalmente, ele fora tão criança quanto as demais, soube brincar, aprendeu a fazer trabalhos domésticos, auxiliando sua mãe, e de carpintaria, ajudando seu padrasto, mas que provavelmente era dotado de uma inteligência incomum (que as outras crianças da época não tinham)

Aos 12 anos de idade levou o casal José e Maria a sofrer aflição, quando numa ocasião de festa, desapareceu do meio da multidão e da companhia dos pais, sendo depois encontrado por sua mãe em debate com os doutores da Lei.

Durante a sua juventude, porém, Ele permaneceu em Nazaré. Deste tempo é mencionada pelo menos uma viagem a Jerusalém. Infância.

Vida pública de Jesus - A vida pública de Jesus tinha demorado dois anos e meio depois de uma breve preparação (batismo no Jordão e jejum), Jesus começa a sua atividade de pregar na Galileia, no norte da Palestina (sua residência Cafarnaum, na beira do lago de Genesaré). As Atividades de Jesus durante a sua vida pública abrangem uma dupla missão: **"Pregar e fazer milagres."**

Figura 39 – Escritos de Walfredo



Fonte: Acervo pessoal

Trovas (Explicação)
Walfredo José da Costa
26/01/1989
A trova é uma composição em versos medidos, que obedecem uma ou certas regras de metrificação: contagem e fusão das vogais
É um dom divino,

os versos das trovas são rimados entre si. As trovas não têm títulos, só em casos especiais.
Os versos começam sempre por minúsculas, a não ser o primeiro verso ou quando a pontuação exigir. É a trova composta de 4 versos setissilábicos ou sete sílabas. Não pretendo aqui penetrar no campo da técnica da trova, e sim compô-la.
Eis um exemplo de Trova:
Não há no nada mais profundo,
mais belo e comovedor,
nem maior poder no mundo,
que um simples gesto de amor!
(até aqui, a letra é de Walfredo. Abaixo, de outra pessoa)

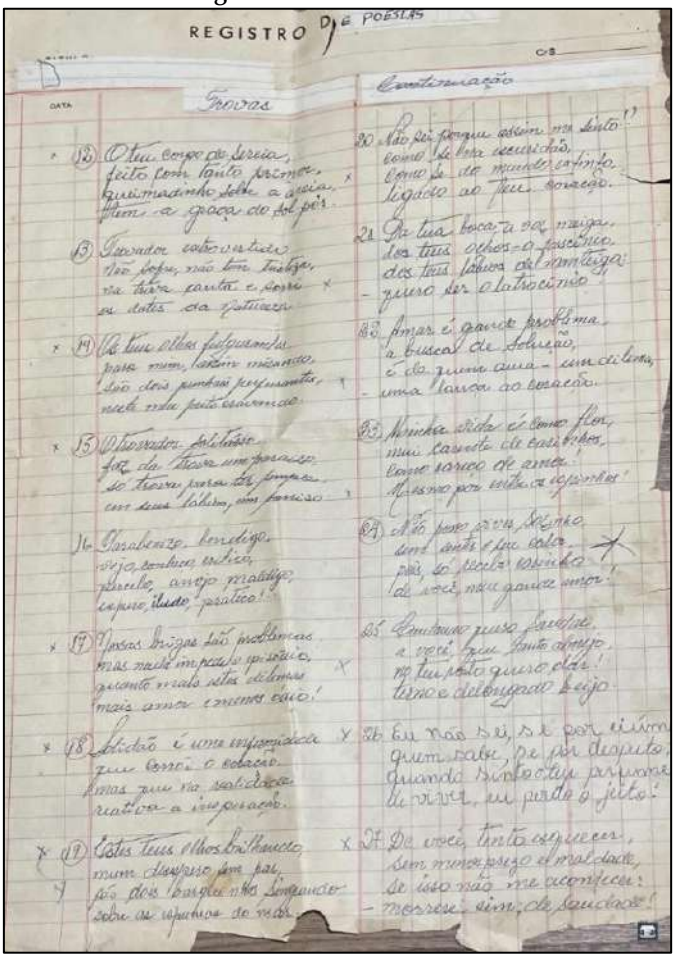
Você que jamais a vi,
Se distante muito além,
Não posso viver sem ti,
Pois muito te quero bem.
Carlos Roberto da Silva
(14 anos de idade)

No meu calvário, sem cruz,
No meu mortífero martírio,
Sou candelabro sem luz,
Sobre um altar de delírio.
(mesma letra de Carlos Roberto da Silva)
(assinatura: Walfredo José da Costa)

Continuação	7.
4.	Falando do teu perfume,
Se barba fosse uma lei,	Não sei mais o que fazer,
Cabelo fosse respeito,	Pois dele tenho ciúme,
Cabeludo não era gei,	Por ele posso morrer!
Travesti não tinha peito!	8.
5.	Por alto preço comprei,
Quem conhece a minha dor,	No teu coração morada,
Comigo sabe sofrer,	Mas lá dentro já chorei,
Trocando provas de amor,	A vida desfigurada.
Às vezes, sem amor ter!	9.
6.	Já ando desiludido,
Sou poeta seresteiro,	Sem saber o que fazer,
Escrevo verso e canção,	Com o meu coração doído,
No teu olhar tão feiticeiro,	De medo de te perder.
Amarro meu coração.	10.

	Ao regaço de uma flor, nosso ninho já foi feito, ninho que transborda amor, nosso amor que é tão perfeito. 11. posso estar triste demais, imerso em grande desgosto, escondo todos meus 'ais', nas covinhas do teu rosto.

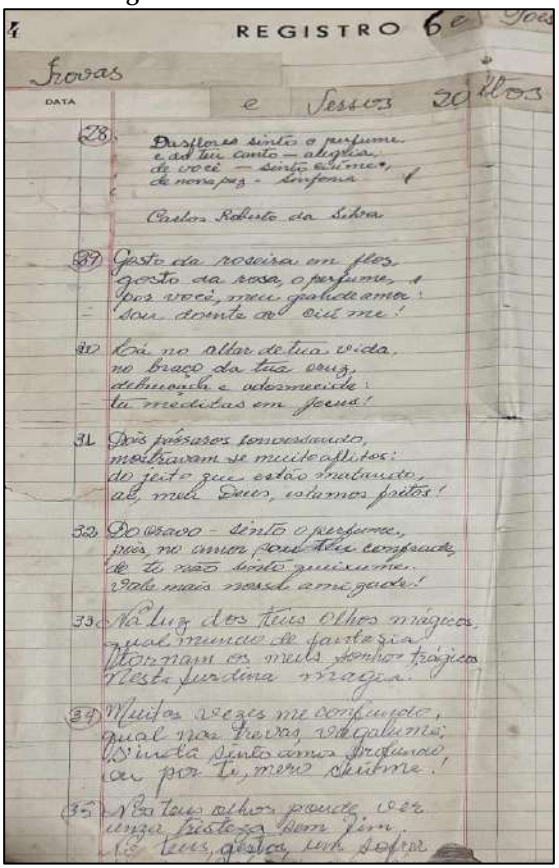
Figura 40 – Escritos de Walfredo



Fonte: Acervo da pesquisa

REGISTRO DE POESIAS	Continuação
Trovas	20.
12.	Não sei por que assim me sinto!
O teu corpo de sereia,	Como se na escuridão,
feito com tanto primor,	como se no mundo extinto,
queimadinho sobre a areia,	ligado ao teu coração
tem a graça do sol-pôr.	21.
13.	Da tua boca, a voz meiga,
Trovador introvertido,	dos teus olhos o fascínio,
não sofre, não tem tristeza,	dos teus lábios de manteiga,
na trova canta e sorri,	quero ser o latrocínio.
os dotes da natureza.	22.
14.	Amar é grande problema,
Os teus olhos fulgurantes,	a busca de solução,
para mim assim mirando;	é de quem ama, um dilema,
são dois punhais perfurantes,	uma lança ao coração.
neste meu peito cravando.	23.
15.	Minha vida é como flor,
O trovador solitário,	mui carente de carinhos,
faz da trova um paraíso,	como careço de amor!
só trova para ter simples,	Mesmo por entre os espinhos.
em teu lábio um sorriso.	24.
16.	Não posso viver sozinho,
Parabenizo, bendigo,	sem sentir o teu calor,
vejo, conheço, critico;	pois só recebo carinho,
percebo, enojo, maldigo,	de você, meu grande amor!
espero, iludo, pratico!...	25.
17.	Cantando quero saudar,
Nossas brigas são problemas,	a você que tanto almejo,
mas nada impede o episódio,	no teu rosto quero dar,
Quanto mais estes dilemas,	terno e delongado beijo.
mais amor e menos ódio.	26.
18	Eu não sei, se é por ciúme,
Solidão é uma enfermidade	quem sabe, se por despeito,
Que corrói o coração	quando sinto teu perfume
Mas que na realidade,	de viver, me perco o jeito.
Reativa a inspiração	27.
19.	Se você tento esquecer,
Estes teus olhos brilhando	sem menosprezo e maldade,
Num desespero sem par	se isso não me acontecer,
São dois parquinhos gingando	morrerei, sim, de saudade.
Sobre as espumas do mar	

Figura 41 – Escritos de Walfredo



Fonte: Acervo da pesquisa

TROVAS E VERSOS SOLTOS

28.

Das flores sinto o perfume,
E do teu canto – alegria,
De você sinto ciúme,
De nossa paz, sinfonia
(Carlos Roberto da Silva)

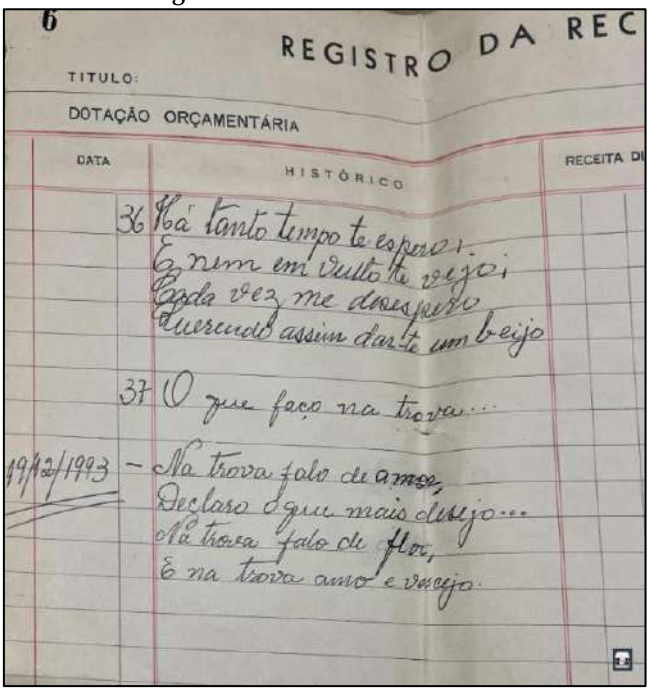
29.

Gosto da roseira em flor,
Gosto da rosa, o perfume,
Por você, meu grande amor,
Sou doente de ciúme!

30.

Lá no altar de tua vida,
No braço da tua cruz,
Debruçada e adormecida,
Tu meditas em Jesus!
31.
Dois pássaros conversando,
Mostravam-se muito aflitos:
Do jeito que estão matando,
Ai, meu Deus, estamos fritos!
32.
Do cravo – sinto o perfume,
Pois no amor sou teu confrade,
De ti não sinto queixume,
Vale mais nossa amizade!
33.
Na luz dos teus olhos mágicos,
Qual mundo de fantasia,
Tornam os meus sonhos trágicos,
Nesta surdina magia.
34.
Muitas vezes me confundo,
Qual nas trevas, vagalume
'inda sinto amor profundo,
Ou por ti, mero ciúme!
35.
Nos teus olhos pude ver
uma tristeza sem fim.
Nos teus gestos, um sofrer
[...]

Figura 42 – Escritos de Walfredo



Fonte: Acervo da pesquisa

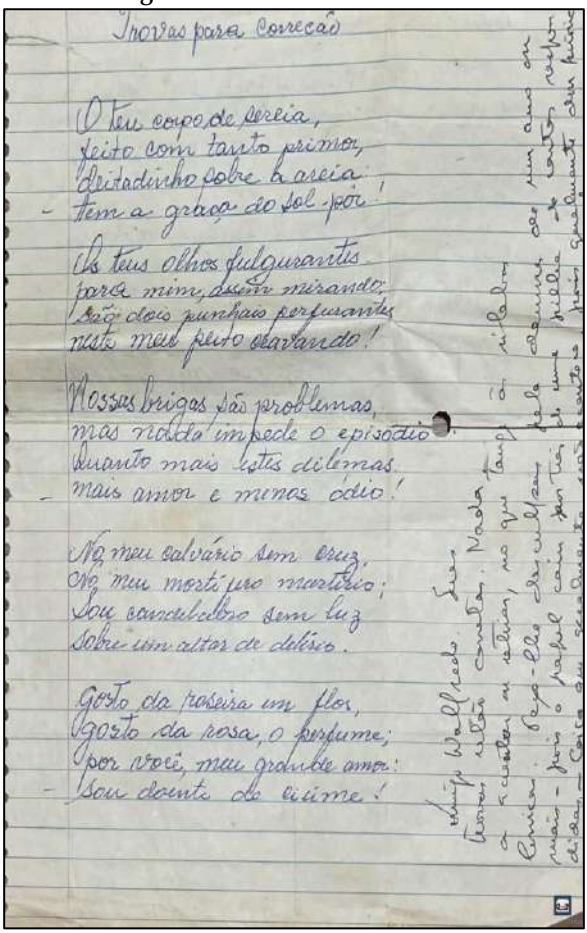
36.
Há tanto tempo te espero,
E nem em vulto te vejo;
Toda vez me desespero,
Querendo assim dar-te um beijo

37.
O que faço na trova...

Na trova falo de amor,
Declaro aqui mais desejo...
Na trova falo de flor,
E na trova, amo e desejo.

19/12/1993

Figura 43 – Escritos de Walfredo



Fonte: Acervo da pesquisa

Trovas para correção
O teu corpo de sereia,
Feito com tanto primor,
Deitadinho sobre a areia,
Tem a graça do sol-pôr.
Os teus olhos fulgurantes,
Para a mim, estão mirando;
Sei olhos purpurantes,
Neste mar fico delando.
Nossas brigas são problemas,
Mas vida impede o episódio;

Durando mais tais dilemas,
Mais amor e menos ódio!
No meu calvário sem cruz,
Oh meu martírio mestiço,
Sou candelabro sem luz,
Sobre um altar de delírio.
Gosto da roseira em flor,
Gosto da rosa, o perfume,
Por você, meu grande amor,
Sou doente de ciúme.
(Wafredo)

Amigo Walfredo Costa, suas trovas estão corretas, não há nada a acrescentar ou tirar no que tange às sílabas. Peço-lhe desculpas pela demora de um ano ou mais [...] caiu para trás de uma pilha de cartas recebidas, coisa que usualmente não acontece, pois geralmente [...]

Fonte: Acervo pessoal

A trova apresentada evidencia-se como um poema lírico que explora a intensidade do amor, o desejo e a complexidade das relações afetivas, articulando sentimentos de fascínio, conflito e sofrimento. Desde os primeiros versos, o eu lírico exalta o corpo da amada, comparando-o ao de uma sereia "feito com tanto primor" e descrevendo-o deitado sobre a areia, com "a graça do sol-pôr". A metáfora da sereia remete ao imaginário mítico, conferindo à mulher uma aura de sedução e perfeição, ao mesmo tempo em que a aproxima da natureza e da harmonia estética, sugerindo beleza efêmera e encantamento absoluto.

O olhar da amada é outro elemento central na composição, sendo descrito como "fulgurante" e "purpurante". Esses adjetivos luminosos atribuem ao olhar uma dimensão quase mágica ou celestial, enquanto o eu lírico se coloca em posição de observador fascinado, perdido no mar metafórico de sentimentos que tal olhar evoca. A escolha do mar como cenário simbólico reforça a ideia de imensidão e profundidade emocional, evidenciando que o amor experimentado pelo sujeito poético é amplo, intenso e introspectivo.

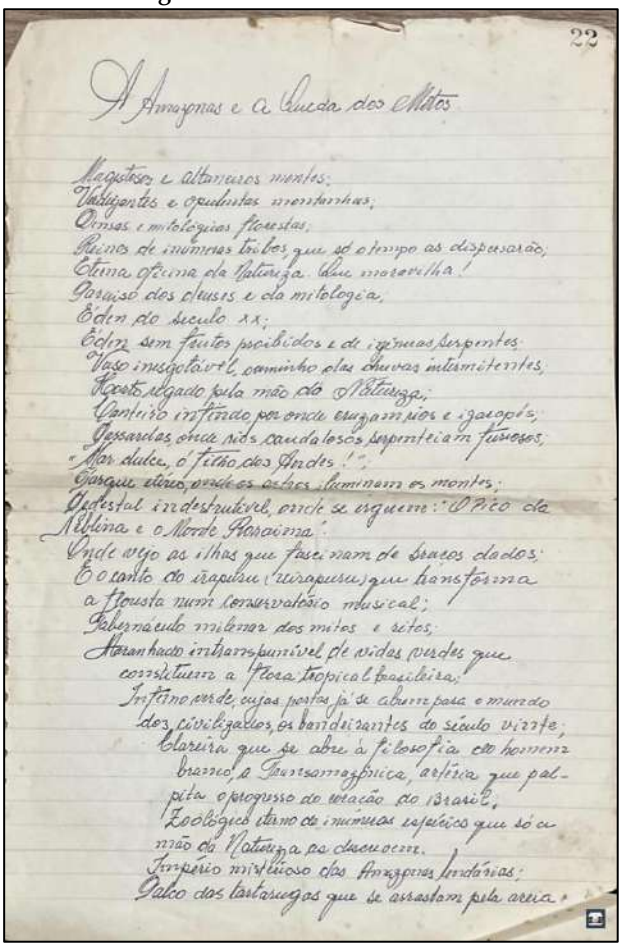
A trova também aborda a dimensão conflitiva da relação amorosa, reconhecendo as brigas e dificuldades do convívio: "Nossas brigas são problemas / Mas vida impede o episódio". Nesse sentido, o poema articula a tensão entre conflito e desejo de harmonia, conclamando a superação das disputas com "mais amor e menos ódio". Esse equilíbrio entre paixão e frustração é característico da lírica amorosa, que combina idealização e realidade, prazer e desafio emocional.

Além disso, o eu lírico expressa sofrimento e entrega, transformando o amor em experiência quase religiosa. Versos como "No meu calvário sem cruz / Oh meu martírio mestiço / Sou candelabro sem luz / Sobre um altar de delírio" criam imagens de dor e transcendência, em que o martírio e o delírio coexistem, evidenciando a intensidade e a singularidade do sentimento amoroso. O uso de metáforas híbridas, como "martírio mestiço", reforça a complexidade emocional do sujeito poético e a fusão entre prazer e sofrimento.

A relação com a natureza encerra a trova, quando o poeta associa a amada à rosa e ao perfume da roseira em flor. Essa imagem simboliza a beleza, a delicadeza e a vulnerabilidade da amada, ao mesmo tempo em que representa a paixão e o ciúme do eu lírico, confessando: "Por você, meu grande amor / Sou doente de ciúme." Nesse contexto, o ciúme não é apenas possessividade, mas expressão da intensidade afetiva e da dedicação emocional, reforçando a ambivalência entre amor, desejo e dor.

Em suma, a trova articula uma visão complexa e profunda do amor, combinando exaltação da beleza física, contemplação estética, tensão emocional e sofrimento lírico. A musicalidade interna, as metáforas e imagens sensoriais conferem ao poema uma expressividade que conecta o leitor à vivência subjetiva do eu lírico, aproximando-o da experiência universal do amor apaixonado, conflitivo e intenso. Dessa forma, a obra dialoga com a tradição lírica romântica e contemporânea, explorando a idealização da amada, a profundidade emocional e a ambivalência das relações amorosas.

Figura 44 – Escritos de Walfredo



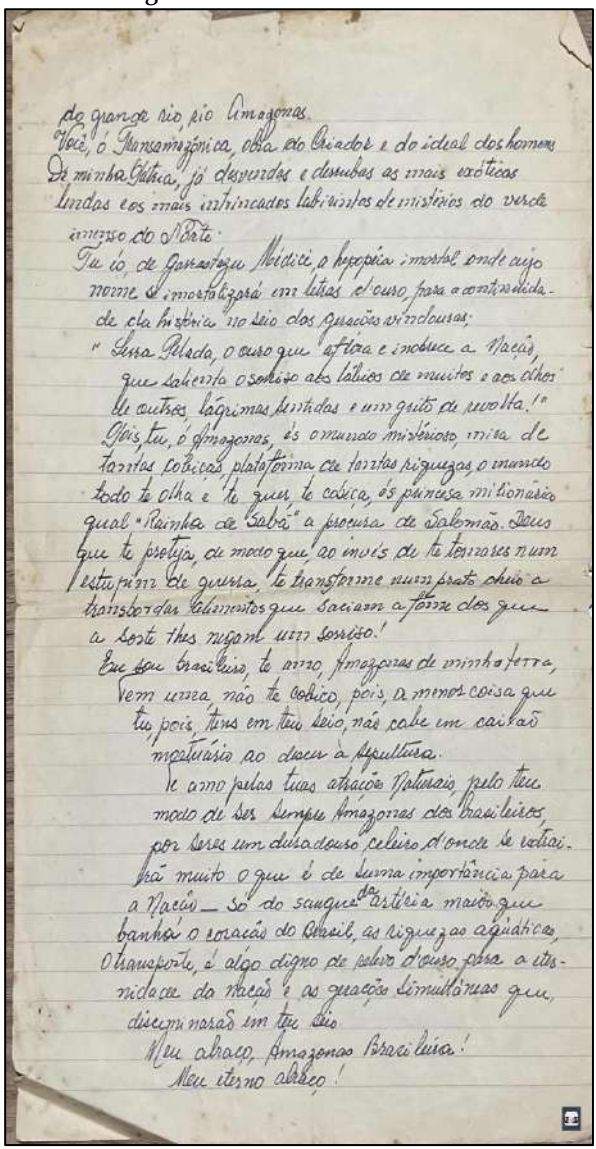
Fonte: Acervo da pesquisa

A Amazônia e a Queda dos Mitos
Walfredo José da Costa
Majestos e altaneiros montes,
verdejantes e opulentas montanhas,
densas e mitológicas florestas!
Reinos de inúmeras tribos que só o tempo as dispersarão,
eterna oficina da natureza. Que maravilha!
Paraíso dos deuses e da mitologia.
Éden do século XX.
Éden sem frutos proibidos e de ingênuas serpentes.

Vaso inesgotável, caminhos das chuvas intermitentes.
Horto regado pela mão da Natureza.
Canteiro infindo, por onde cruzam rios e igarapés,
Passarelas, onde rios caudalosos, serpenteiam furiosos.
Mar Dulce, oh filho dos Andes! Bosque etéreo, onde os astros iluminam os montes.
Pedestal indestrutível onde se ergueram: o Pico da Neblina e o Monte Roraima.
Onde vejo as ilhas que fascinam de braços dados. E o canto do Uirapuru,
Que transforma a floresta num conservatório musical.
Tabernáculo milenar dos mitos e ritos.
Emaranhado intransponível de vidas
verdes que constituem a flora tropical brasileira.
Interno verde, cujas portas já se abrem para o mundo dos civilizados, os bandeirantes do século vinte.
Clareiras que se abre à filosofia do homem
branco, a transamazônica, artéria que palpita o progresso do coração do Brasil.
Zoológico eterno de inúmeras espécies que só a mão da Natureza, as descrevem.
Império misterioso das Amazonas Lendárias. Palco das tartarugas que se arrastam pela areia

Fonte: Acervo pessoal

Figura 45 – Escritos de Walfredo



do grande rio pio Amazonas.
"Você, ó Transamazônica, obra do Criador e do ideal dos homens
De minha Pátria, já desvendas e descubas as mais exóticas
Lindas e os mais intrincados labirintos de mistérios do verde
imenso do Norte.
Tu ó, de Garantozu Medici, a hyperpia imortal onde meu
nome é imortalizará em letras de ouro, para a contemplação
de cla história no seio dos gerações vindouras.
" Serra Pelada, o ouro que afaga e embeleza a Nação,
que sabendo o sorriso aos lábios de muitos e aos olhos
de outros lágrimas benditas e um grito de revolta!"
Olás, tu, ó Amazonas, és o mundo misterioso, mina de
fartas cabeças, plataforma de fartas riquezas, o mundo
todo te olha e te quer te cobiça, ós pancreas milionário
qual "Rainha de Sabá" a procura de Salomão. Deus
que te proteja, de modo que, ao invés de te tornares num
estuário de guerra, te transforme num prato cheio a
transbordar alimentos que saciam a fome dos que
a Deste thes negam um sorriso.'
Eu sou brasileiro, te amo, Amazonas de minha terra,
Vem uma mão te cobiça, pois, a menos coisa que
tu pois, tens em teu seio, não cabe em caixão
mortuário ao descer à sepultura.
Te amo pelas tuas atrações Naturais, pelo teu
modo de ser sempre Amazonas dos brasileiros,
por seres um dia douro celeiro d'onde se retiral
prá muito o que é de suma importância para
a Nação — só do sangue da artéria maior que
banha o coração do Brasil, as riquezas aquáticas,
O transporte, é algo digno de pelo d'ouro para a ete-
nidade da Nação e as gerações simultâneas que
discem nascer em teu seio
Meu abraço, Amazonas Brasileira!
Meu eterno abraço!

Fonte: Acervo da pesquisa

do grande Rio Amazonas.

Você, ó Transamazônica, obra do Criador e do ideal dos homens de minha pátria, já desvendas e derrubas as mais exóticas lendas e os mais intrincados labirintos de mistérios do verde imenso do Norte.
Tu és de Garrastazu Médici, a hepopéia imortal onde cujo nome se imortalizará em letras d'ouro para a continuidade da história no seio das gerações vindouras.
Serra Pelada, o ouro que aflora e enobrece a Nação, que salienta o sorriso aos lábios de muitos e aos olhos de outros, lágrimas sentidas e um grito de revolta, pois tu, ó Amazonas, és o mundo misterioso, mira de tantas cobiça, plataforma de tantas riquezas.
O mundo todo te olha e te quer, te cobiça. És princesa milionária, qual "Rainha de Sabá", a procura de Salomão. Deus que te proteja, de modo que, ao invés de te tronares num estopim de guerra, te transforme num prato cheio a transbordar alimentos que saciam a fome dos que a sorte lhes negam um sorriso.
Eu sou brasileiro, te amo, Amazonas de minha terra, tem uma, não te cobiço, pois a menor coisa que tu, pois, tens em teu seio, não cabe em caixão mortuário ao descer à sepultura.
Te amo pelas tuas atrações naturais, pelo teu modo de ser sempre Amazonas dos brasileiros, por ser um duradouro celeiro donde se extrairá muito o que é de suma importância para a Nação – só do sangue da artéria, mais que banha o coração do Brasil, as riquezas aquáticas. O transporte é algo digno de relevo d'ouro para a eternidade da nação e as gerações simultâneas que, disseminarão em teu seio.
Meu abraço, Amazonas Brasileira! Meu eterno abraço!

Fonte: Acervo pessoal

O poema "A Amazônia e a Queda dos Mitos", de Walfredo José da Costa, apresenta-se como um texto literário de caráter lírico-descritivo, no qual o autor constrói uma visão multifacetada da Amazônia, articulando dimensões naturais, culturais e simbólicas. A obra permite a reflexão sobre a relação entre o homem e a natureza, a exploração econômica e a preservação ambiental, ao mesmo tempo em que reforça a identidade nacional brasileira vinculada à floresta amazônica. Buscamos, realizar uma análise acadêmica detalhada do poema, estruturada em três eixos principais: a dimensão natural e mítica da Amazônia, a intervenção

humana e as transformações econômicas, e a Amazônia como símbolo nacional e patrimônio cultural.

Desde os primeiros versos, o poema enfatiza a grandiosidade e a complexidade do ambiente amazônico. O autor descreve montes, florestas densas, rios e fauna diversificada, construindo uma imagem da Amazônia como um "Éden do século XX", um espaço natural sublime que transcende a realidade material e assume dimensões míticas. Expressões como "tabernáculo milenar dos mitos e ritos" e "eterna oficina da natureza" reforçam a ideia de que a floresta não é apenas um ecossistema, mas também um reservatório cultural, histórico e simbólico.

O uso de recursos estilísticos como metáforas, hipérboles e adjetivação intensa contribui para criar uma sensação de grandiosidade e reverência diante do espaço amazônico. A personificação da floresta e a referência ao canto do Uirapuru, que transforma a floresta em um "conservatório musical", evidenciam a interconexão entre natureza e cultura, sugerindo que a Amazônia funciona como um espaço vivo, portador de identidade e memória coletiva.

Apesar de sua dimensão sagrada e simbólica, a Amazônia descrita por Costa não permanece isolada. O poema evidencia a chegada do homem branco e do progresso, representados pela construção da Transamazônica e pela exploração de recursos minerais, como a Serra Pelada. Essas intervenções introduzem novas dinâmicas econômicas e sociais, revelando a tensão entre preservação e desenvolvimento.

O poeta articula uma visão ambivalente dessas transformações: reconhece o valor econômico e estratégico da exploração, mas denuncia seus impactos socioambientais. A referência às "lágrimas sentidas e um grito de revolta" sugere que a riqueza da floresta está associada tanto ao benefício quanto à destruição. A exploração da Amazônia é, portanto, tratada como uma questão ética, política e econômica, destacando a necessidade de reflexão crítica sobre o uso dos recursos naturais e a sustentabilidade do desenvolvimento regional.

Além de espaço natural e econômico, a Amazônia assume no poema um papel simbólico e identitário para o Brasil. O autor a personifica como "princesa milionária" e "Rainha de Sabá", enfatizando a importância geopolítica e cultural da região. Essa personificação evidencia a visão da floresta como um bem coletivo, cuja preservação é responsabilidade nacional, ao mesmo tempo em que se torna objeto de cobiça internacional.

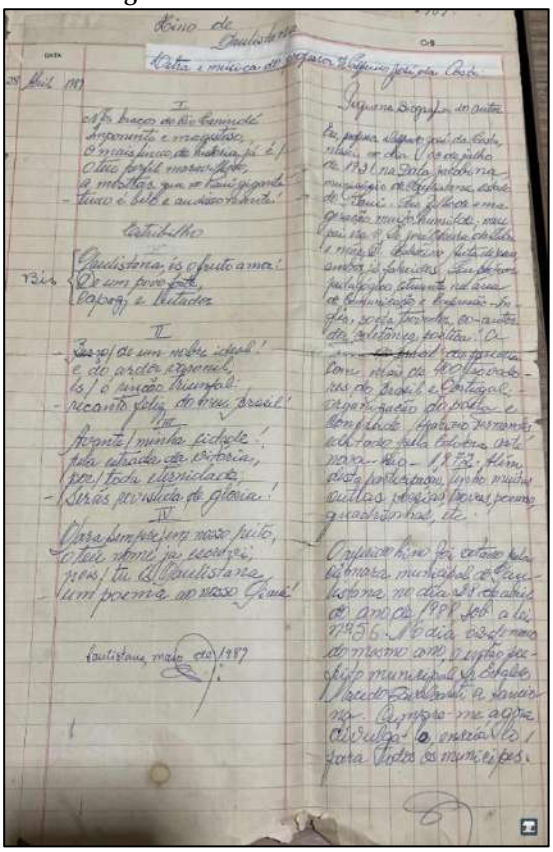
O poema revela ainda um sentimento de pertencimento e amor patriótico. Ao declarar: "Eu sou brasileiro, te amo, Amazonas de minha terra, tem uma, não te cobiço", o poeta articula uma ética de cuidado e respeito, propondo uma relação sustentável e afetiva com a floresta. Dessa forma, a Amazônia é elevada a símbolo de identidade nacional, patrimônio ecológico e cultural, representando a interdependência entre natureza, sociedade e história.

O poema "A Amazônia e a Queda dos Mitos" articula, de maneira poética e reflexiva, uma visão complexa da Amazônia enquanto espaço natural, cultural e simbólico. Ao mesmo tempo em que celebra sua grandiosidade e riqueza, o texto problematiza a intervenção humana, os impactos econômicos e a necessidade de preservação. A escrita de Walfredo José da Costa, portanto, vai além da descrição lírica; constitui-se como um documento literário que dialoga com debates contemporâneos sobre ecologia, memória cultural e identidade nacional. A Amazônia, nesse contexto, emerge como um patrimônio a ser protegido, estudado e valorizado, tanto pela sua dimensão ambiental quanto pelo seu significado simbólico para o Brasil e para o mundo.

O professor Walfredo criou o hino de Paulistana (conforme imagem abaixo) e Jacobina, abaixo descritos:

Hino de Paulistana-PI	**Hino de jacobina**
Nos braços/ do Rio Canindé, *Imponente e majestoso.* *O mais lindo da história já é* *O teu perfil maravilhoso:* *A mostrar que no Piauí gigante* *Tudo é belo e audissonante!* *Paulistana és o fruto do amor* *de um povo forte, capaz e lutador.* *Berço/ de um nobre ideal,* *E do ardor varonil.* *És ó rincão triunfal* *Recanto feliz do meu Brasil!* *Avante/ minha cidade!* *Pela estrada da vitória,* *Por toda/ eternidade* *Serás revestida de glória.* *Para sempre/ em nosso peito* *Pois/ tu és Paulistana* *Um poema ao nosso Piauí.* (Paulistana, maio de 1989)	*Jacobina, terra adorada/* *O teu futuro/ a iluminar* *Segue avante/ tua escalada/* *Paz e vitória/ a proclamar.* *Entre serras, colinas e cerrados,* *Entre cactos e flores mil;* *Cantamos em altos brados/* *O teu canto varonil.* *Brava gente jacobinense,* *Cantamos forte/ nossa canção/* *Somos povo/ piauiense* *Defensores desta nação.* *Jacobina, segue o teu afã/* *Sem temer, buscando a glória.* *Numa Luta/ pura e cristã:* *Conseguimos nossa vitória.* *Com fervor, avante lutemos* *Povo forte/ batalhador!* *Conscientes venceremos* *Com galhardia e destemor.* *Jacobina do Piauí-PI 20/05/1993.*

Figura 46 – Escritos de Walfredo



Fonte: Acervo da pesquisa

Pequena biografia do autor

O professor Walfredo José da Costa nasceu no dia 03 de julho de 1931, na Data Jacobina, município de Paulistana, estado do Piauí. Sou filho de uma geração muito humilde. Meu pai era o senhor José Pereira (Adão) da Silva e minha Mãe d. Celestina Auta de Jesus, ambos já falecidos.

Sou professor pedagógico atuante na área de comunicação e expressão – inglês, poeta, trovador, coautor da coletânea poética "A Trova no Brasil", em parceria com mais de 400 trovadores do Brasil e Portugal, organização do poeta e confrade, Aparício Fernandes,

editado pela editora arte nova, Rio, 1972. Além desta participação, tenho muitas outras poesias, trovas, poemas, quadrinhos, etc.

O referido hino foi votado pela Câmara de Paulistana, no dia 28 de abril de 1988, sob a lei nº 56. No dia 02 de maio do mesmo ano, o então prefeito municipal, senhor Evaldo Macedo Cavalcanti a sanciona. Cumpre-me agora divulga-lo, ensaia-los para todos os munícipes.

Como visto, sua trajetória pessoal e intelectual desenvolveu-se em meio às condições socioeconômicas típicas do sertão piauiense da primeira metade do século XX - um contexto marcado por restrições materiais, mas também por forte valorização das tradições orais, das manifestações populares e da religiosidade interiorana. Esses elementos contribuíram de maneira significativa para a formação de seu perfil artístico e pedagógico.

Walfredo José da Costa dedicou-se ao magistério, atuando como professor pedagógico na área de Comunicação e Expressão, com ênfase no ensino da língua inglesa. Sua atuação docente revela um profissional comprometido com a difusão do conhecimento linguístico e com o aprimoramento da educação pública no interior do Piauí, especialmente em Paulistana e regiões adjacentes.

Paralelamente à docência, destacou-se como poeta, trovador e escritor popular, produzindo um vasto conjunto de poesias, trovas, quadrinhas e poemas líricos, frequentemente inspirados na vida sertaneja, na paisagem piauiense e nas experiências cotidianas de sua comunidade.

Sua inserção no cenário literário nacional ocorreu com a participação na coletânea *A Trova no Brasil* (Editora Artenova, Rio de Janeiro, 1972), obra organizada pelo poeta e confrade Aparício Fernandes, que reuniu mais de quatrocentos trovadores do Brasil e de Portugal. Essa antologia teve importância histórica por registrar e valorizar a trova como forma poética breve e popular, integrando vozes regionais à tradição literária lusófona.

A contribuição de Walfredo José da Costa para essa coletânea evidencia seu reconhecimento como membro ativo de uma geração de poetas nordestinos comprometidos com a preservação e a

difusão da cultura oral e da estética da simplicidade. Sua obra, marcada pela musicalidade e pela concisão da linguagem, insere-se no contexto da poesia popular brasileira do século XX, estabelecendo um elo entre a tradição da trova nordestina e as correntes de valorização da cultura regional.

Além da participação em *A Trova no Brasil*, o autor produziu inúmeras composições poéticas independentes, muitas delas de circulação manuscrita ou restrita a periódicos e eventos culturais locais. Essa prática, comum entre escritores populares da época, reforça o caráter comunitário e identitário de sua produção literária, que se manteve próxima do público e da realidade sociocultural de seu tempo.

Acerca do Hino de Paulistana (1989), é importante mencionar que ele é uma peça de grande valor simbólico e poético, especialmente quando interpretado à luz da biografia de Walfredo José da Costa, seu provável autor: um professor negro, humilde e autodidata, que construiu sua trajetória intelectual por meio do esforço pessoal e do amor à terra natal.

O Hino de Paulistana é mais do que uma composição cívica. Trata-se de um testemunho lírico e identitário que traduz, em versos simples e solenes, o sentimento de pertencimento de um autor que venceu adversidades pessoais para exaltar o lugar de suas origens. A obra revela a fusão entre orgulho local, consciência histórica e ideal educativo, características que marcam a escrita de Walfredo José da Costa, professor autodidata e símbolo de superação social.

O hino se inicia com a imagem dos "braços do Rio Canindé", onde Paulistana repousa "imponente e majestosa". Essa metáfora geográfica associa o território à figura maternal e protetora - os "braços" do rio simbolizam o acolhimento da natureza, a fertilidade e a origem da vida.

Ao mesmo tempo, há uma dimensão de espelho: a grandiosidade do rio reflete a força do povo. A escolha do verbo "mostrar" ("A mostrar que no Piauí gigante / Tudo é belo e audissonante") sugere uma função didática e afirmativa, revelando

o olhar do professor-poeta que enxerga no sertão não a miséria, mas a beleza sonora e espiritual ("audissonante") da existência nordestina.

O verso "Paulistana és o fruto do amor / de um povo forte, capaz e lutador" constitui o núcleo moral e sociológico do hino. Trata-se de uma declaração de pertencimento coletivo - o progresso e a glória da cidade são frutos do trabalho do povo. Essa ideia ganha relevância à luz da biografia do autor: um homem que, mesmo nascido em condições de pobreza e sem acesso inicial à educação formal, tornou-se educador e poeta por mérito próprio.

Assim, o hino projeta, sobre a cidade, a mesma narrativa de superação e dignidade que marcou a vida de seu autor. A Paulistana de Walfredo é uma metáfora do povo nordestino trabalhador, que vence pela persistência.

Os versos "Berço de um nobre ideal / E do ardor varonil" traduzem o espírito de idealismo pedagógico e cívico que permeia o texto. A cidade é concebida como um "berço", ou seja, um espaço de formação moral e intelectual - o que dialoga diretamente com o papel do professor como formador de consciências.

Ao chamar Paulistana de "rincão triunfal" e "recanto feliz do meu Brasil", o poeta insere o município no imaginário nacional, afirmando que o interior nordestino também é parte do projeto civilizatório e cultural do país. Trata-se, portanto, de uma reivindicação simbólica de visibilidade, um gesto político e poético de quem pertence a uma região historicamente marginalizada.

A estrofe "Avante, minha cidade! / Pela estrada da vitória" expressa o tom de convocação coletiva, típico dos hinos cívicos, mas com uma conotação mais humana e esperançosa. O advérbio "Avante" traduz não apenas o desejo de progresso material, mas também o anseio por educação, cultura e dignidade social - valores que Walfredo José da Costa cultivou em sua vida docente.

A ideia de que a cidade será "revestida de glória por toda eternidade" ultrapassa o tempo físico: a glória aqui é moral e espiritual, é o legado das pessoas simples que constroem a história com trabalho e fé.

Na estrofe final: “Para sempre em nosso peito / Pois tu és Paulistana / Um poema ao nosso Piauí”, o autor atinge o auge do lirismo patriótico. Ao definir sua cidade como “um poema”, Walfredo transforma o espaço geográfico em símbolo estético e emocional. Paulistana não é apenas um lugar, mas uma inspiração viva, uma síntese da cultura e da resistência piauiense. Essa metáfora ganha força quando lembramos que o autor era um poeta popular autodidata: sua própria vida foi, de certo modo, um poema de superação.

Abaixo, alguns escritos históricos encontrados nos documentos e cadernos do professor Walfredo:

Deve-se com certeza, a história de Jacobina do Piauí à história do povoamento de Paulistana, desde quando aqui chegou em 1663 um sertanista bandeirante chamado Domingos Jorge Velho, o qual veio do Estado de São Paulo e, alcançando o Nordeste brasileiro, atuou no Piauí entre brancos e índios formando um grande contingente que o acompanhava através do Sertão piauiense. Aqui em nossa região, Domingo Jorge Velho continuou se interessando pela criação de gado bovino, onde fundaram currais fazendo com que a pecuária se alastrasse campos à dentro. Paulista é a cidade que teve início por um dos currais que na época era chamado de Arraial do Paulista e, somente após a retirada do sertanista Domingos Jorge para Canudos, a fim de combater os negros fugitivos e revoltados, entra nossa região, o cidadão português chamado Valério Coelho Rodrigues que vindo da Bahia, passou a ser proprietário desta região e, sendo que Jacobina e Paulistana até 1992 era um só território, praticamente o nosso município é uma parte dessa administração que teve início no ano de 1730, com a chegada do então capitão Valério Coelho Rodrigues casa com dona Domiciana Vieira de Carvalho, nascida em São Paulo.

O capitão Valério é a árvore genealógica das gerações locais inclusive as famílias "Coelho Rodrigues", "Carvalho e Vieira" de que compõe a população do nosso município com isso, estou de acordo que nossa gente tem muita a ver com o sangue lusitano (português).

Valério Coelho Rodrigues nasceu no local "Poço de Sousa Penafiel-Portugal e faleceu em 1783 em paulista (sua fazenda) e Dona Domiciana Vieira de Carvalho faleceu também em Paulista em 1781, ambos foram sepultados na própria fazenda, bem ao lado da capela onde hoje se acha um jardim com poços para peixes".

Walfredo José da Costa

Prezado Leitor

Vim de Paulistana. Aqui chegado em 24/02/93. Na bagagem trouxe a fé, a coragem e a esperança, acreditando nesse pedaço de chão piauiense é com muita vontade de trabalhar, colaborando que ainda em pequena parcela para o desenvolvimento e engrandecimento histórico, cultural e educacional desta cidade e de seu povo, que na realidade traduz fielmente a resistência do homem do campo, acostuma a sofrer as conseqüências das secas tão comuns, que assolam esta região do nordeste brasileiro desde tempos inumeráveis.

Jacobinense, designação gentílica de um povo bravo e resistente, do qual também sou irmão porque neste solo de Jacobina e nasceram os meus ascendentes, as famílias Oliveira, Almeida, Carvalho e Vieira juntamente com outras famílias importantes souberam elevar e dignificar à vila e seus descendentes enobreceram a cidade de Jacobina. Essa obra, caros conterrâneos, é o resultado de uma pesquisa embasada em depoimentos orais fornecidos por pessoas mais velhas e conhecedoras rudimentos históricos tradicionais, no entanto, não pretendo obter nenhum resultado literário e sim contribuírem para que nossos filhos e netos possam conhecer um pouco do passado de nossa cidade que é Jacobina do Piauí.

Jacobina do Piauí, 25/05/1993.

Agradecimentos

Assim que cheguei à Jacobina, percebi que era imperativo buscar o passado de maneira muito clara e detalhada do nosso município, bem como, registrar o momento atual.

Isso se tornou possível graças à compreensão do prefeito municipal Sr. Evangelista Almeida de Sousa que vem proporcionado meias para a elaboração desta obra.

Reconheço, também. Sem o que, seria possível oferecer este livro à comunidade jacobinense.

Jacobina do Piauí, 25/05/1993.

Pequena História de Jacobina do Piauí

Famílias que reunidas deram origem a comunidade jacobinense

Todos ou quase todas as famílias é contado da 1ª a 5ª geração partindo-se dos pais; poderia prosseguir até mais geração se fosse possível conhecer todos os elementos de cada família.

Primeira Família

Dona Liduvina

Segundas informações por João Francisca de Carvalho (João de Chico Belo), tataraneto de Dona Liduvina, a primeira casa de Jacobina do Piauí pertenceu a referida Senhora, que vindo do Estado de Minas Gerais, talvez lá pelos anos de 1800 a 1801. Dona Liduvina não deixou sua identificação, nem se quer para dizer se casada, solteira ou viúva, tampouco se sabe se seus filhos

nasceram aqui ou se são mineiros; para todos os efeitos, sabemos que ela é a árvore genealógica das famílias jacobineiras sem partes, inclusive "Água Suja e Poço do Negro". João Francisco em seus comentários verbais, disse ainda que Dona Liduvina quando veio para a nossa região trouxe consigo um jumento, o qual lhe servia de montaria durante a sua jornada de Minas até aqui e, para maior ênfase, diz-se ainda que foi o primeiro jumento a fazer rasto em nossos campos. Quanto a Dona Liduvina, como texto básico da origem de nossa descendência, ela foi a mãe das seguintes pessoas:

1º) Honório - do Barro Branco
2º) Anjo ou Ângelo (primeiro esposo de Raimunda do Poço do Negro);
3º) Inocêncio (casado com dona Rosa).
4º) Caboclo Chico ou Mestre Chico.
5º) Genim (não há informações a respeito deste cidadão)

Igreja Católica Em Jacobina do Piauí

A 15/11/1942, toma posse na paróquia de Paulistana "N. S. dos Humildes", o padre

José Inácio de Jesus Madeira, o qual havia sido nomeado em 16/02/1942. O padre José Madeira, a convite do Sr. Delmiro e comunidade, passaram a celebrar missas em casa de Delmiro. Semestralmente eram rezadas missas no povoado de mesmo nome e com o passar do tempo e o alastramento do êxodo de outros locais para a vila, surge Sugestão para a construção de uma capela, foi o que realmente ocorreu, apesar de que muitos apelos foram feitos a esse fim, porém, poucos deram atendimento, ficando assim, a construção da Igrejinha a critério de umas poucas pessoas que, conseguintemente se tornaram pioneiros da comunidade católica local e com possível crescimento populacional, verificou-se a presença do tempo que recebem a N. S. Aparecida como padroeira sua.

Padres que freqüentaram a igreja de Jacobina desde de 1942. Pe. José Inácio de Jesus Madeira, Pe. Auusto Alves da Rocha (atual bispo pela Diocese de Picos), Pe. Oto e Pe. Dionísio.

Representantes da igreja. Inicialmente Delmiro Sebastião de Oliveira, Aprígio Zacarias da Silva e Ezequias Serafim de Sousa. A igreja católica "(Nossa Senhora Aparecida de Jacobina) está sob a jurisdição da Diocese de Picos-Piauí"

Antigos Professores de Jacobina-PI
(Educação Inicial)

1 - José Aniceto (de Conceição do Canidé)
2 - Ângelo Fiapo

3 - Joaquim Emídio da Rocha (Juazeiro do Secundo e Candeúba)
4 - Anfrísio de Amorim (Melancias e Candeúba)
5 - José Zacarias da Silva (Barro Branco e Pedra Branca)
6 - Antonio Zacarias da Silva (Pedra Branca).
7 - Francisco de Assis Néri (Juazeiro do Secundo - Lajeiro - 1950).

Professores de 1957 a 1968

1 - Heroíno Clementino de Sousa.
2 - José Leivino Campos.
3 - Maria de Lurdes de Aragão.
4 - Francisca Alves de Almeida.
5 - João da Rocha Filho.
6 - Lourenço André de Carvalho (interino)

Educação Atual de Jacobina-PI (1993)

Jacobina sempre teve muita dificuldade no que se refere ao setor educacional, pois, sempre foi um distrito de Paulistana e, por isso, mesmo teve sua educação defasada por falta de melhores treinamentos aos professores e também má remuneração. Atualmente as escolas de Jacobina estão de cabeças erguidas, graças ao competente plano de ação do prefeito Evangelista que, ao assumir o destino do município, assumiu também o compromisso da educação que é uma das prioridades a uma comunidade. A educação de Jacobina tem uma nova roupagem sob nova coordenação, supervisão e secretariado formado pelo prefeito que faz da data Jacobina uma cidade.

Folclore Jacobinense

O reisado é uma dança dramática popular que festeja no dia de Reis.

Tanto em Paulistana como em Jacobina a manifestação folclórica é espontânea. Há muitos anos é apresentada pelos negros do Bairro de Correnteza. Eles herdaram os valores e características próprias dos seus ascendentes, os escravos.

Segundo o casal sexagenário de origem africana, Davina Antonia da Conceição e Quintino Pereira Nunes, o Reisado de nossa região já era conhecido muito antes do seu tempo, esse indicativo demonstra que realmente o Reisado provém dos antigos costumes dos habitantes do lugar.

Em nossa cidade (Jacobina), apenas os primeiros ensaios históricos para futuro desempenho dessa cultura e apresentação para o público só ocorrem nos meses de novembro e dezembro, durante todas as noites até finalizar-se dia seis de janeiro, no dia de Reis. A peça se inicia com o boi ou Bumba-Meu-Boi e, os caretas que se responsabilizam de afastar as pessoas, e nossa brincadeira, vão

abrindo a roda de forma a não prejudicar a apresentação da peça e sob os cânticos das pastoras, desensoba-se o Reisado apresentado em dez atos: Sendo os principais componentes: 12 pastoras, o Boi, A Jandaia, A Borboleta, O Jaraguá, A Caipora, O Caboclo, O Cavalo Marinho, A Cigana, O Guriabá e a Fera, além desses, outras personagens também participam observando-se sempre o momento oportuno da entrada em cena; são eles: O Médico, O Urubu, Os Caretas, A Burrinha, Os Palhaços, O Caçador e a Catarina, cada um representando o seu papel específico, corroborando com encenação.

Abertura

A iniciação da peça de Reis é feita após formarem duas filas, e cantando, o mestre (Mateus) escolhe uma, numa roda que se forma sempre dançando, chama o nome da pessoa que reside na referida casa. Ao bater na porta, o morador saiu para participar da festa. A seguir, seis ou oito homens que representa os caretas, abrem, a roda com a ajuda da Catirina (homem vestido em trajes femininos com o rosto pintado de carvão) e cantam:

Senhora dona da casa
Queira nos receber
Peço que nos dê licença
No cantar o Santo Reis. Etc...

1º Ato (O Boi ou Bumba-Meu-Boi)

O boi é representado por uma pessoa que saiba dançar e que seja desinibida para fazer desse animal.

2º Ato (A Jandaia)

A Jandaia é representada por uma criança que, imitando um pássaro, canta e dança.

3º Ato (A Borboleta).

O personagem é representado por uma moça que canta e dança respondendo as pastores.

4º Ato (O Jaraguá).

Essa representação é feita com uma cabeça de animal enfeitada. A pessoa leva às mãos um lenço, entre que pelo mestre, para que o Jaraguá. Solicite dinheiro às pessoas que vão colocando no mesmo a quantia arrecadada é distribuída no final para todas os componentes do grupo.

5º Ato (A Caipora)

Uma cabeça cheia de dentes iluminada internamente por uma vela e conduzida em cima da cabeça por uma vestida de branco, forma esse personagem que se torna uma entranha criatura de aparência misteriosa, tal qual contam as lendas. As pastoras cantam para ela dançar.

6º Ato (O Caboclo).

Um garoto vestido de índio dança e canta e as pastoras respondem. Então o povo pergunta: - Quem é você. E ele responde: Caboclo, sou caboclo da aldeia.

7º Ato (O Cavalo Marinho e Burrinha).

Duas pessoas que interpretam os Cavalos Marinhos dançam no tom das pastoras. A burrinha representada por uma única pastora (pessoa) que também dança. Ambos imitam os animais que têm suas músicas próprias.

8º Ato (As Ciganas).

Duas moças vestidas de caráter, em trajes de ciganas também cantam e dançam acompanhadas pelas pastoras.

9º Ato (O Guriabá).

Esse personagem é representado por homem que imita um bêbado, canta até quando cai com a garrafa na mão.

10º Ato (A Fera).

Esse componente é representado por um homem que vai dançando e rodando com uma cabeça de pau que traz nas mãos, sempre batendo as mandíbulas e abrindo a boca da cabeça de pau fingindo que morde o povo, assim vai abrindo a roda e afastando as pessoas.

Lendas, Crendices e Superstições

No interior do Nordeste brasileiro é comum o sertanejo contar "causos" sobre os cavaleiros sem cabeça que aparecem à noite nas estradas. Lobisomem que surgem durante as noites de luar, sempre de quinta para sexta-feira. Caiporas que saltam repentinamente assustando a todos, e muitas outras, que não cabe nesse relatório. Além desses, os tesouros enterrados e emparedados, também são muitos comuns nas zonas tradicionais de antigos casarões de fazendas, tesouros quase sempre encontrados depois de uma pessoa sonhar, com aquele que possuía tais valores. Depois de falecido, o antigo proprietário

vem mostrar onde enterrou o tesouro. Aquele escolhido não pode revelar o sonho, porque se assim proceder, só encontrará carvão.

Em Jacobina, pelo que se sabe, a tradição africana que na antiga ruinada casa da Velha Liduvina situada ao lado do barreiro de nome da mesma proprietária, não se sabe quando, alguém retirou "um pote com valores" (talvez moedas antigas de ouro). Há, também um caso idêntico de um escavado uma forma de uma vasilha redonda, embaixo de um Velho umbuzeiro denominado "umbuzeiro do Estevo" e assim outros tantos locais suspeitos de tesouros encantados em nosso município.

Superstições:

Por vezes, se misturam a fé e o fanatismo, chegando a crenças ridículas e absurdas.

No sertão do Piauí, inclusive em nosso meio destacam-se: Urutau ou Mãe-da-Lua, A Acauã, O vimvim, O Rasga Mortalha; Não passar por baixo de tavancos de porteiras; Salgar a Oncinha Para Comer Carne e a visita de Cova.

O Urutau tem seu canto forte e triste. O som imitado por essa ave, assemelha-lhe ao nome Cosme; daí surge à crença. Cosme era o esposo da Mãe-da-Lua. Em uma noite de Lua Cheia, saiu para passear pela floresta e nunca mais retornou ao lar. O Urutau repete o seu canto de saudade chamando de volta seu esposo: Cosme! Cosme! Cosme! Cosme!

A Acauã: é uma ave de rapina da família dos falcônidas semelhante ao gavião. Têm o peito com penas brancas, lombo marrom, cabeça bem desenvolvida e bico voltado para baixo; alimenta-se de pequenos animais como ratos, pequenas cobras, insetos, etc. Seu canto também é triste, inspirando tristeza nas pessoas supersticiosas, elas sentem-se tomadas por profundo pressentimento que, alguém de sua família, morreu ou que ainda, alguma pessoa que se encontra longe da família morreu ou está moribunda. Se a acauã estiver sobe uma árvore seca, na certa é morte. Se cantar em cima de árvore verde é chuva, e assim a supertição vai difundindo. O Vivim ou Vim-Vim, outra ave de pequeno porte, com plumagem amarelada com marrom claro, também comum em nosso município. O som imitado por essa ave, parece dizer: Vem vindo, Vem vindo, Vem Vindo, e por isso mesmo o sertanejo acredita que alguém que estar fora da família, poderá voltar rapidamente, ou outra pessoa qualquer, que poderá visitá-lo.

Há pessoas no interior que crêem tanto no canto do vim-vim, que se apressa em colocar água no fogo para fazer o café e servir ao possível visitante.

O Rasga Mortalha: - É considerado também uma ave agourenta, somente porque, segundo alguns, o seu canto faz um ruído semelhante ao rasgar de um pano novo, quando se rasga para fazer, por exemplo, uma mortalha. Acredita-se que essa ave passando durante à noite e imitando seu canto, é porque está agourando alguém ou então dando algum aviso de morte.

Salgar a Oncinha para Comer Carne, é nada mais do que pegar um pequeno inseto que cruza comumente as estradas e carreiros do sertão árido e prepara-lo para o encanto. Pegando-se um punhado de terra , polvilha-se sobre o inseto preto com branco, pronunciando as seguintes palavras: "Inseto, faz com que apareça carne sem demora!"

A Visita de Cova, na realidade, é uma devoção, e não crendice ou superstição, como muitos pensam. Consiste numa espécie de prêmio que se oferece a um morto, no sétimo dia, na esperança de que, por meio desta visita, a alma do falecido possa aproximar-se mais de Deus e ganhar o reino da glória ou, pelo menos, aliviar suas penas no purgatório.

A devoção é realizada em casa de família ou cemitério, onde são entoados cânticos fúnebres acompanhados de Pai - Nossos, e Ave-Marias.

Viremos mais uma página sobre o folclore de Jacobina do Piauí - "Vaqueiros e Vaquejadas".

Os melhores e eternos vaqueiros deste chão jacobinense foram, sem dúvida alguma, os seguintes homens de pega de gado: Lourenço André de Carvalho, Abel André de Carvalho, Isídio (Dól), Francisco Valdivino Rodrigues, Adelino José Jovino, Abrão Alcino de Carvalho, Otacílio Josino de Carvalho, Gil Francisco da Silva, Raimundo Almeida.

Barbatão - As nossas matas criaram vários barbatões, onde o mais famoso foi o "Saia Branca" criado na mata do Botão. A palavra "botão" neste sentindo significa "logro" - pois, o boi saia branca era tão rápido que sumia de vista e embrenhava na matas e, somente dias depois aparecia em outros pontos da mata, porém, um belo dia ele caiu nas mãos dos bravos vaqueiros e assim forma todos os babatões da história de vaquejada do nosso município em tempos que já se foram.

Acabaram-se os barbatões e, lentamente o gado que se aglomerava em nossos tabuleiros e hoje, o que restam são casarões e os paus-a-pique dos velhos currais de fazendas.

Termo Judiciário de Jacobina em relação a Paulistana
(histórico)

"Arraial do Paulista" foi o primeiro nome de Paulistana, isso no tempo do bandeirante paulista, Domingos Jorge Velho que aqui chegou lá pelos anos de 1662 a 1663

(há 330 anos passados) cálculo feito em 09/06/1993 ou (1993 - 1663 = 330 a.). O que ligou a fundação de Paulistana, ligou-se também à de Jacobina, pois, a idade cronológica de Paulistana é a mesma da cidade de Jacobina, visto que o desbravador do território foi o mesmo e o mesmo território durante 329 a. ou (1993) 1992 - 1663 = 329 anos, quase três séculos e meio.

Paulistana, elevada a categoria de vila pela Resolução Provincial Nº 1.137, 20 de julho de 1885, com o território desmembrado do município de Jaicós, com

a mesma denominação de Paulista, teve sua instalação em 25 de dezembro do mesmo ano, presidido o ato do Dr. Alfredo Teixeira Mendes, juiz de Direito da comarca de Jaicós.

O termo judiciário da nova vila ficou subordinado a jaicós até a vigência do decreto estadual nº 2 de 28 de dezembro de 1889, que deu autonomia judiciária ao município de paulista.

Por efeito do decreto estadual nº 1279 de 26 de junho de 1931, foi extinto o município de Paulista e anexado o território ao de Jaicós, até 4 de setembro de 1933, quando foi restaurada a sua autonomia administrativa, em face do decreto estadual nº 1478, por efeito do decreto lei estadual nº 754 de 30 de dezembro de 1943, passou a denominar-se Paulistana a partir de 1º/01/1944. Porque não dizer que Jacobina, em relação à Paulistana foi dependente de Jaicós.

Antigas Estradas Carroçais "Transjacobinense"

A primeira estrada - o denominado "caminho do Padre", que partindo de Jaicós ia até Paulistana ou Paulista, essa passava pelos seguintes pontos: Vilão, peixe, Poço do Boi, Juazeiro do Secundo, Poço d´anta, Barra da Cerca, Riacho da Jacatraca, Salgadinha, Baixio da Queimada Grande, Lagoa do Canto ao Coroatá, Lagoa do Morro(Baxio), Baixa Verde, Lagoa do Poço do Negro, Curral de Baixo, Vaca Brava, Minador, Aldeia, Consolação de Baixo e Paulista.

" Jaicós
" Vilão
" Peixe
" Poço do Boi
" Juazeiro do Secundo
" Poço D´anta
" Barra da Cerca
" Riacho da Jacatraca
" Salgadinha
" Baxio da Queimada Grande
" Baixa Verde
" Lagoa do Morro (de Baixo)
" Curral de Baixo
" Minador
" Vaca Brava
" Aldeia
" Lagoa do Canto do Coroatá
" Consolação de Baixo
" Paulistana

Segunda Estrada - De Picos a Paulista.
"Caminhos do Algodão e das Tropas"

Essa estrada, a qual se dava o nome de "Estrada do Algodão e das Tropas" - essa partia de Picos a Paulista (na), passando pelos seguintes pontos: Jaicós, Morro dos Três Irmãos, Maria Preta, Patos do Piauí, Sitiuzinho, Juá, Porteira Velha, Baixa da Ema, Angico, Riacho da Mandasaia, Seera do Sobrado, Pedra Branca ou Muriçoca, Barro Branco, Altamira, Mulungu, Jacobina, Curral de Baixo, Conceição de Senhorinha, Riacho dos Cavalos, Lagoa dos Canudos, Capoeira dos negros, Poço do Barro, Paraíso e Paulistana.

" Picos
" Jaicós
" Morro dos Três Irmãos
" Maria Preta
" Sitiozinho
" Patos do Piauí
" Porteira Velha
" Juá
" Baixa da Ema
" Angico
" Serra do Sobrado
" Riacho da Mandasaia
" Pedra Branca
" Muriçoca
" Altamira
" Mulugu
" Jacobina
" Conceição de Senhorinha
" Curral de Baixo
" Riacho dos Cavalos
" Lagoa dos Canudos
" Poço do Barro
" Capoeira do dos Negros
" Paraíso
" Paulistana

Antigos Meios de Comunicação

"Carteiros a Burro

Ainda foi do meu tempo, o sistema de correios com carteiros a Costa de burro e a pé. Os carteiros partiam de Picos a Paulista, quando gastavam uma semana de uma cidade a outra. Os carteiros daquela época foram: Maria Correio, O seu esposo Teodoro, o qual faleceu aqui na Jacobina em casa do Sr. Abel André, quando de suas viagens adoeceu e faleceu repentinamente. A

Dona Maria continuou em sua rotina até que chegou a velhice. José Zuquinha, Raimundo do Peixe e Zacarias Teixeira, foram outros carteiros daquela época.

Antigos Meios de Transportes

Burros jumentos e cavalos foram os meios de transportes mais práticos da época. Essa linha de transportes era feita através da estrada de tropas e do algodão*. Com o passar do tempo foram aparecendo alguns carros de antigas fabricas, o V8 ou V - 8, por exemplo, que era tocado a manivela. Os motoristas ou choferes da época eram: Rapa-Coco e Manoel Inácio que fazia linha de Picos a Paulista(na). Em 1938, verificou a presença de um ônibus quase sem pintura de tão velho que era; esse, vindo de Picos passando pela Pedra Branca, foi a Paulistana, não se sabendo por onde fez o seu retorno. - Naquele tempo, não se dava o nome de ônibus a coletivos fechados, eram chamados "Sopa". Algumas bicicletas em forma de sucata que passavam por ali.

Crônica Sobre a Antiga Jacobina

Reza a tradição que além da ruína que pertence a Dona Liduvina, um outro morador de grande influência regional deixou ali um pouco de sua história, o qual é digno de registro neste relatório. Trata-se da casa de um senhor por nome de Martins, o qual, segundo a tradição oral era filho de Visconde. Martins era fazendeiro e dono de uma grande fortuna; dizendo ainda que era o pai clandestino de Maria, esposa do Severo José dos Santos, o qual é patrono de umas das unidades escolares de Jacobina, e de uma das avenidas. A margem esquerda do Rio de Jacobina, bem próxima a uma de sua curvas e da ponte que o transpõe, registra-se claramente a presença de um casarão ruinado, onde se encontra um resto de "paus-a-pique" e uma "cerca de pedras" que talvez tenha sido a muralha da residência do Sr. Martins, o ricaço daquela época. Verifique os detalhes da capa deste trabalho e verás que algo bastante curioso nos mostra que foi aí que nasceu a história de uma fazenda de gado que virou um dia, vila e depois cidade. No lugar do curral estão sendo construídas casas, contribuindo para o ampliamento da cidade sob incentivo da administração do prefeito municipal, Evangelista Almeida de Sousa. A vila de Jacobina não fugiu à regra; entre a casa de Liduvina e a de Martins, filho de visconde de Parnaíba, Surgiram as primeiras casas em volta de um antigo pé de pau-ferro, que, por ordem do coronel Raimundo Coelho Damasceno, não tivesse sido arrancado, ainda estaria sendo um ponto monumental da história de nossa cidade. Podemos dividir a história de Jacobina em três fases histórias: Jacobina Antiga (Martins e Liduvina). Jacobina Medieval (Delmiro S. de Oliveira, Vicente Valentim, etc.). Jacobina Contemporânea (Emancipação de Jacobina com o Sr. Evangelista Almeida de Sousa, primeiro prefeito).

Emancipação de Jacobina do Piauí

A Lei Estadual nº 4.477, de 29 de abril de 1992, emancipou o então Povoado de Jacobina do Piauí

Passando a ser município com o mesmo nome, se desmembrando do município de Paulistana.

Limites

Norte: Jaicós
Sul: Paulistana
Leste: Simões
Oeste: Conceição do Canindé

População Residente

8.046 habitantes

As eleições municipais revelaram os seguintes resultados:
Prefeito: Evangelista Almeida de Sousa
Vice-Prefeito: Venceslau Florêncio de Oliveira
Partido: PDS
Nº de votos: 2.345
Eleitorado: 3.328
Votantes: 2.799
Obtenção: 15.89% *

Estes dados foram extraídos do Diagnóstico Histórico dos Municípios da Região Picoense-página - 17.

Datas ou Loteamentos Fundiários
(Mesmo sentido de Fazendas)

Antigamente, após se verificar que o município de Paulistana era muito extenso, os administradores da época decidiram dividi-lo em loteamento ou datas, como preferiram denomina-los e que os mesmos não passavam de fazendas coletivas, e tanto que, com a continuação do tempo muita destas passaram para povoados e de povoados para cidade. A primeira destas datas a passar a cidade foi Conceição do Canindé à margem esquerda do rio de mesmo nome. Atualmente Jacobina consta cada data de outras pequenas localidades que devem ser registradas.

Juazeiro do Secundo e Sua Origem

Não se sabe quando, segundo a tradição oral dos mais velhos da região, existiu ali um cidadão por nome de "SECUNDO" e que ali havia também um pé de juazeiro o qual recebeu o apelido de "Juazeiro do Secundo". Esse velho e

frondoso juazeiro que ficou por marco inicial da história do referido povoado tivesse servido de ponto de pouso ao Sr. Secundo, se esse fosse naquela época um tropeiro ou algum caixeiro viajante que viajava, talvez de Jaicós a Paulistana fazendo uso da estada denominada "CAMINHO DO PADRE" que realmente passava pelo juazeiro - isso tem sentido concreto!

Do outro lado o Rio Itaim, um cuja bacia nasceu no núcleo do povoado do mesmo nome, havia uma fazenda de gado que pertenceu ao cidadão "Leonardo" - um dos membros da família "Luz" de Jaicós, da qual ainda se verifica o seu escombro. Nesta história, o mais curioso é quando se registra de uma desmoronadíssima (ruína) casa, talvez a primeira da região; essa ruína mostra ser muito antiga; pelo que se vê, ela possuía uma muralha de pedra lajeadas, transportadas do leito do rio por braços escravos - essa casa, conforme explicação por parte de Justo José da Silva, pertenceu a uma mulher solteira que pertenceu à linhagem do Visconde de Parnaíba. Ainda em referência à velhos casarões de antigas fazendas de gado, o mesmo acontece com Jacobina do Piauí, onde se registra uma casa completamente ruinada que conforme depoimento de João de Chico, ela pertenceu a um cidadão que possuía grande fortuna, e esse senhor tinha o nome de Martins, era filho de Visconde e pai de bastardo de "Maria" - esposa do velho Severo José dos Santos. O Povoado de Juazeiro do Secundo é cadeado pelo Rio Itaim que após suas grandes enchentes, apesar de ser temporário, deixa ali muitos poços dágua que favorece a criação e consumo da população por muito tempo, além disso, as vazantes e produção de peixe.

A região do Juazeiro é formada por chapadões de terras mistas, pedras soltas misturadas com barro e coberto por marmeleiros, quebra-facas-pontilhados de angicos, aroeiras e juazeiros, algumas baraúnas, etc. Há muitos terrenos de baixios, na maioria lavados pelas águas do rio que por ali passa. Juazeiro é produtor de algodão, milho, feijão, carnaúba, gado vacum, caprino, ovinos, suínos, e aves domésticas. Em suas matas em forma característica de caatinga viveram grandes manadas de pequenos animais selvagens como: os tatus, veados, caititus, gatos selvagens, cobras de grandes e pequenos portes, como a jibóia, Cascavel, jaracuçus, corais, a extinta "cobra de cipó" e outras. O povoado de Juazeiro ainda não possui iluminação, ainda depende de iluminação a "petromax" e candeeiros a querosene ou óleo diesel. O povoado possui uma capela onde se reúnem os fiéis para o culto das santas missas e é assistida pelo o padre Antonio Mendes Neto de Paulistana. Possuem escolas municipais, um posto de saúde com atendimento aos casos mais simples; verifica-se também um mercado designado à exposição das feiras aos domingos.

O povoado já possui mais ou menos de 80 a 100 casas. Com referência ao povoado, o seu primeiro habitante foi Antônio Emídio da Rocha, daí por diante, Justo José da Silva os Bentos e com referência ao território juazeirense, as famílias que os formaram foram: Os Alexandre, Cabocla, Dias da Silva, os

mirandas, os Calixtros, os Barros, os Emídios, Os Figueredos, Os Batistas e partes dos Gomes, Augustinhos, etc.

Localidades próximas: Mandacaru, Sangradouro, Barrocão, Bandeira, Binga, Veredão, Três Lagoas, Baraúnas, etc. O povoado teve início em 1960 a 1962. Criação da capela em 1965.

Aqui menciono três famílias de maior projeção que são: Justo José da Silva, esposa e filhos. Justo José da Silva nasceu na data Juazeiro do Secundo no dia 15 de julho de 1907, ele é casado cona Damiana Ascelina da Silva, ambas são os pais das seguintes pessoas: Guilherme Batista da Silva ,Simão Batista da Silva, Zezito Batista da Silva, João Batista da Silva. Maria das Graças Silva Rocha, Maria Hozana Ferreira, Ascelina Damiana Oliveira, Francisco Batista da Silva, Iracema Damiana da Silva Sousa e Joana Damiana da Silva.

Em paulistana há uma homenagem a ele. A Biblioteca Pública Municipal recebeu o nome: Professor Walfredo José da Costa. Também há a Rua Walfredo Jose da Costa, no bairro Correnteza, Paulistana, Piauí, cep 64750-000, que recebe seu nome.

No âmbito do concurso interno promovido pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI) - Campus Paulistana (regido pelo Edital nº 80/2025), submeti a proposta de denominação de um dos espaços mais simbólicos da instituição em homenagem à memória do Professor Walfredo José da Costa.

Minha sugestão foi aprovada e oficializada por meio da Portaria nº 75/2025 - GDG/DG-PAULIST/CAPAU/IFPI, emitida em 30 de julho de 2025 pelo Diretor-Geral do campus. A portaria concedeu Menção Honrosa à minha participação em reconhecimento à aprovação do nome "Professor Walfredo José da Costa" para nomear a Sala dos Professores do IFPI - Campus Paulistana.

Esta conquista não representa apenas a vitória em um edital institucional, mas sim o merecido eternizar da trajetória do Professor Walfredo. Ao batizar a sala destinada ao convívio, planejamento e dedicação dos docentes do campus com seu nome, garantimos que seu legado de compromisso com a educação e com a comunidade de Paulistana permaneça vivo no cotidiano da instituição.

Está feito, professor! Walfredo vive e viverá para sempre na história de Paulistana-PI! Sua vida, escritos e história permanecerão em nossa memória e na de todas as gerações futuras.

– CAPÍTULO 14 –

LEGADO DE LUIZ MANOEL ARCANJO, SANFONEIRO

Dário de Sousa Carvalho
Marli Ferreira de Carvalho Damasceno

Figura 47 – Manoel Arcanjo



Fonte: Acervo pessoal

Luiz Manoel Arcanjo nasceu em 29 de maio de 1945, pelas mãos da parteira Josefa de Cassimiro, na antiga Fazenda Chapéu, localidade que atualmente corresponde à Serra da Canoa, no município de Acauã. Naquele tempo, aquelas terras ainda pertenciam ao município de Paulistana.

Ao recordar suas origens, Luiz gostava de contar a história do lugar onde nasceu. Segundo suas próprias palavras, "a Fazenda

Chapéu era toda de Paulistana, hoje Acauã. Era um quilombo antigamente, era aposentação de índio, ainda no começo dos tempos, daquele povo mais antigo, dos antigo mesmo". A região guarda a memória das antigas comunidades negras.

Era filho de Manoel Miguel Arcanjo, conhecido por todos como Neco, vaqueiro que trabalhou durante dezenove anos para Joaquim do Ó, na Fazenda Roça do Meio, e de Maria Senhoria das Mercês, mulher de profunda fé católica e grande referência para a família. Mesmo sem possuir estudos formais, Dona Maria fazia questão de ensinar aos filhos os mandamentos da "Santa Igreja Católica", o catecismo, as orações e os valores cristãos que carregou por toda a vida.

A família Arcanjo mantinha relações com algumas das famílias mais antigas e tradicionais de Paulistana. Sua tia Cecília trabalhou para Zé Cristóvão, pai do ex-prefeito Evaldo. Outra tia, "Julinha", trabalhou para Cristóvão Cavalcanti e sua esposa Maria Paixão. Havia ainda sua tia Laura, frequentemente lembrada por Luiz quando falava de seus parentes. Segundo ele, suas tias eram bastante conhecidas entre "o povo antigo" da cidade, famílias que tiveram participação importante na história de Paulistana.

Desde jovem, Luiz demonstrou paixão pela música. Comprou sua primeira sanfona, uma vermelha de 48 baixos que pertencera ao irmão José Manoel Arcanjo, vendendo burros, carneiros e bodes para juntar o dinheiro necessário. A decisão provocou a desaprovação do pai, que não via com bons olhos aquela escolha. Mesmo assim, Luiz persistiu.

Jamais recebeu aula de música. Nunca teve professor nem frequentou escola para aprender sanfona. Costumava dizer que o único ensinamento recebido do irmão foi colocar a sanfona em seus braços e ajustar as tiras

Depois disso ouviu apenas:

— Te vira.

E se virou.

Em apenas sete meses já dominava o instrumento e, com oito meses, tocava em festas e casamentos. Atribuía seu talento a um

dom dado por Deus. Em suas conversas, costumava afirmar, com sua sinceridade, que "tem sanfoneiro que tem pacto com o diabo". Para ele, porém, sua habilidade vinha da proteção divina, da fé herdada da mãe e da força de vontade que carregava desde menino.

Um dos episódios mais curiosos de sua juventude tornou-se um dos causos mais lembrados por ele.

Numa madrugada de forte sereno, por volta das três ou quatro horas da manhã, Luiz saiu de dentro de casa e sentou-se num banco de aroeira de quatro pernas que havia no terreiro. A residência ficava em frente a uma antiga rodagem. A noite estava silenciosa. Tocava sua sanfona bem baixinho para não acordar ninguém.

De repente, começou a sentir uma presença estranha.

O sertão antigo era cheio de histórias de visagens, almas e assombrações, e Luiz contava que os pelos do corpo começaram a arrepiar. Quanto mais tocava, mais sentia aquela presença se aproximando. Dizia que percebeu uma espécie de "caricatura" avançando em sua direção, trazendo consigo uma sensação pesada que tomou conta do ambiente.

Foi então que se lembrou do Oficio da Imaculada Conceição, ensinado por sua mãe que costumava reunir os filhos para rezar com grande devoção. Luiz conhecia aquela melodia de cor. Com os dedos ainda sobre os botões da sanfona, puxou lentamente os acordes da oração que tantas vezes ouvira dentro de casa.

Ao som daquela melodia sagrada, a estranha presença começou a se afastar.

Anos depois, contando o episódio entre risos, dizia que a assombração não resistiu ao Ofício de Nossa Senhora e tratou logo de se desterrar pelo mato escuro, sumindo na escuridão da madrugada.

A fé acompanhou toda a sua caminhada.

Devoto de São Francisco de Assis, a quem chamava de seu padroeiro de profissão, jamais separou a música da religiosidade. Para ele, a sanfona era um presente de Deus e uma missão recebida para alegrar as pessoas.

Conhecido em Salvador pelo apelido de Assum Preto, referência à famosa canção de Luiz Gonzaga, construiu uma carreira respeitada ao longo de mais de três décadas. Integrante do Trio Piauí, formado ao lado de companheiros que considerava irmãos, levou o forró pé-de-serra, o baião e a cultura nordestina a muitas pessoas, tornando-se uma figura querida na capital baiana. Também atuou como radialista e concedeu entrevistas a diversos veículos de comunicação ao longo de sua trajetória.

Mesmo vivendo muitos anos longe do sertão onde nasceu, jamais esqueceu sua terra. Tinha orgulho de sua origem, de sua família e da terra onde nasceu. Em suas palavras e em sua música, Paulistana e o sertão piauiense estavam sempre presentes.

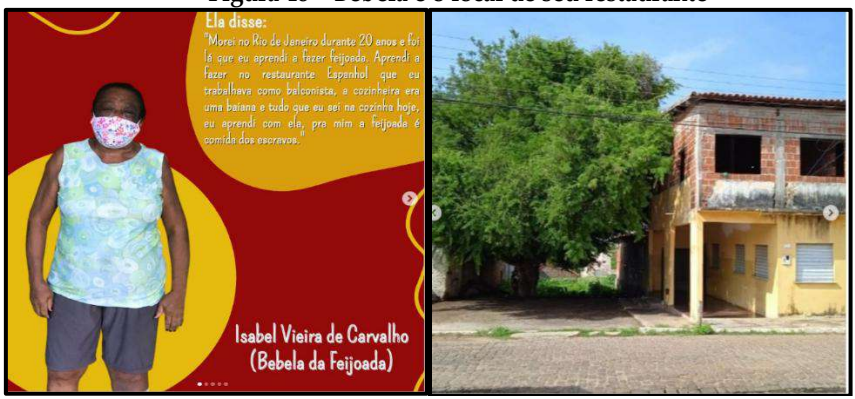
Luiz Manoel Arcanjo faleceu em 6 de agosto de 2025, aos 80 anos de idade. Cego de nascença, deixou um grande legado pela cultura nordestina. Sua história permanece como exemplo da contribuição do povo negro sertanejo para a formação cultural de Paulistana e de todo o Nordeste brasileiro.

– CAPÍTULO 15 –

DONA BEBELA E A TRADICIONAL FEIJOADA

Marli Ferreira de Carvalho Damasceno
Yarlen Domingos da Silva
Maria Victoria Santos Sousa
Jéssica Maria de Jesus Castro

Figura 48 – Bebela e o local de seu restaurante



Fonte: Acervo da pesquisa

Aqui na cidade de Paulistana, todos conhecem uma famosa feijoada. Conhecida como feijoada da Bebela. O seu nome, Isabel Vieira de Carvalho, de 70 anos, moradora do bairro correnteza. Ela contou como começou a fazer e onde aprendeu. Ela contou que começou a fazer a feijoada em 1987, quando retornou para a cidade de Paulistana. "Eu vim para Paulistana em 1987, aqui nesse local onde eu faço a feijoada e que é o meu ponto de venda, era do meu avô e tinha a parte da minha mãe, eu comprei o resto e fiz um barraquinho e comecei a fazer salgados e feijoada e até hoje

permaneço aqui, mas parei de fazer feijoada há dois anos por problema de saúde". A feijoada é um prato de origem africana.

A Bebela contou que esse pé de tamarindo, que está na imagem acima, tem mais de 120 anos e quem plantou foi Zezinho carcereiro e que na época da feira da cidade que acontecia aos sábados os gados ficavam nesse lugar. Um detalhe curioso é que este pé de tamarindo não pode mais ser cortado, pois é considerado patrimônio cultural de nossa cidade! Essas imagens foram registradas pelos autores em 2021.

– CAPÍTULO 16 –

CARLOS DA BANDA RITMO POPULAR

Marli Ferreira de Carvalho Damasceno

Figura 49 – Carlos Augusto



Fonte: Acervo pessoal

"A música não morre quando os palcos se apagam; ela eterniza-se no compasso do coração daqueles que aprenderam a herdar o ritmo... o ritmo popular".

Carlos Augusto dos Reis, eternizado no carinho e na memória de sua terra natal simplesmente como Carlão, nasceu no dia 11 de novembro de 1951. Desde os primeiros anos de sua juventude, a sua trajetória entrelaçou-se de forma umbilical com a pulsação sonora do município de Paulistana. Dotado de uma paixão visceral pela percussão, Carlão compreendeu cedo que a música era mais do que uma vocação; era a sua forma de ler, traduzir e celebrar o mundo ao seu redor.

Durante quinze anos áureos, ele assumiu as baquetas e o comando da bateria da icónica banda *"Real Som"*, um conjunto musical que marcou profundamente uma época de ouro da região. Sob o compasso preciso, firme e enérgico de Carlão, a banda tornou-se a alma dos grandes acontecimentos locais. Estivesse nos palcos vibrantes e suados dos carnavais de rua, conduzindo a emoção em comícios políticos históricos ou ditando o tom em praça pública nos mais diversos eventos culturais, o seu ritmo era o motor que unia e alegrava a comunidade.

Para além dos palcos e dos circuitos tradicionais, a sua identidade artística manifestava-se com igual fervor nas manifestações mais genuínas do povo. Carlão teve uma participação fundamental e inesquecível no Carnaval de Paulistana ao integrar ativamente a famosa *charanga* - a batucada autêntica que ditava o ritmo e a cadência dos desfiles das escolas de samba locais. Ali, no meio do povo e com os pés no chão, o seu batuque ecoava a verdadeira identidade cultural da sua gente.

Com o inevitável passar dos anos, o tempo impôs o seu recolhimento dos palcos principais. No entanto, o silêncio nunca foi uma opção para quem trazia o ritmo no sangue. Mesmo afastado dos holofotes e da linha de frente, Carlão manteve-se profundamente ligado à música de forma ativa e transformadora. Descobriu nos bastidores uma nova e nobre missão: a mentoria e a gestão cultural.

Foi neste segundo ato da sua vida que ele se dedicou de corpo e alma ao suporte, estruturação e apoio das bandas *Ritmo Popular* e *Magia Negra*. Mais do que gerir acordos ou agendar apresentações, Carlão preparou o futuro. Sob o seu olhar atento, experiente e paternal, estes projetos musicais passaram a ser conduzidos e protagonizados pelos seus próprios filhos e por uma nova geração de músicos locais. O mestre recolhia-se para que os aprendizes pudessem brilhar.

Carlão transformou-se no porto seguro, na referência moral e técnica e no conselheiro de todos os jovens que decidiram trilhar os caminhos que ele próprio ajudara a desbravar no passado. Um dos

grandes marcos desta sua fase de liderança de bastidores foi a histórica participação das suas bandas na tradicional *Micarana*, momento em que o orgulho de ver a continuidade do seu trabalho transbordou publicamente em forma de aplausos e reconhecimento geral.

No dia 17 de dezembro de 2023, o compasso do seu coração silenciou-se, mas a sua melodia permaneceu intocável. Carlos Augusto dos Reis partiu deixando um vazio imenso na cultura regional, mas também uma herança imaterial imperecível. A sua contribuição cultural para o segmento musical de Paulistana não se encerrou com a sua partida; ela continua viva em cada repique de tambor, em cada ensaio ao entardecer e na memória de um povo que jamais esquecerá o homem que fez a sua cidade dançar.

✓ Nascimento: 11 de Novembro de 1951

✓ Falecimento: 17 de Dezembro de 2023

✓ Principais Contribuições: Baterista da Banda "Real Som", Membro da Charanga do Carnaval de Paulistana, Diretor e Mentor das bandas "Ritmo Popular" e "Magia Negra".

– CAPÍTULO 17 –

DONA DAVINA: A MATRIARCA NEGRA QUE GUARDOU A FÉ, O REISADO E A MEMÓRIA DA CORRENTEZA

Marli Ferreira de carvalho Damasceno
Bárbara Pereira Almeida

Há trajetórias que não apenas atravessam o tempo, mas sustentam a própria identidade de um povo. Nascida em 9 de novembro de 1922, Dona Davina Antônia da Conceição é a síntese viva da resistência, da fé e da beleza da mulher negra no sertão do Piauí. Como moradora mais antiga do bairro Correnteza, em Paulistana, sua vida se confunde com os caminhos, as memórias e as raízes daquela comunidade.

Registrada civilmente apenas no final de 1933, quando já completara 11 anos de idade, a certidão de Dona Davina conta uma história que vai muito além de datas em papéis cartorários. Ela revela o retrato de um Brasil profundo onde a burocracia do Estado demorava a enxergar as populações negras e periféricas, para quem a existência e a cidadania eram afirmadas diariamente no convívio comunitário, no trabalho e no batismo.

Mulher trabalhadora, prestou serviços ao longo de sua vida nas casas de famílias tradicionais da linhagem de Valério Coelho. No cotidiano do trabalho doméstico, espaço marcado por profundas desigualdades históricas, ela sempre manteve ereta sua dignidade, construindo com a força de suas mãos o sustento e o respeito que conquistou ao longo das décadas.

Mas é na fé e no amor à cultura popular que reluz a alma de Dona Davina. Fervorosa devota da Igreja Católica, sua caminhada sempre foi alicerçada na oração, na participação comunitária e no

compromisso inabalável com o sagrado. Essa religiosidade nunca esteve separada da vida festiva do povo: para ela, a devoção a Deus e aos santos se expressava também nos tambores, nos versos e na dança.

Entusiasta e guardiã do Reisado, manifestação cultural historicamente mantida e transmitida pela população negra da Correnteza, Dona Davina não permitiu que essa tradição morresse. Em tempos de escassez de apoio público, transformou-se em gestora de sua própria cultura: organizou festas, costurou a memória e chegou a investir seus próprios e suados recursos para colocar o terno de reis na rua. Onde faltava verba, sobrava o amor de uma mulher negra comprometida em manter acesa a herança dos seus ancestrais.

Ela ida carrega uma tristeza, que é o fato de sua mãe ter falecido quando ela ainda era criança, por isso, não há tantos registros ou recordações.

Dona Davina é um pilar de Paulistana. Sua história nos ensina que a cultura e a fé do sertão só continuam vivas porque mulheres como ela tomaram para si a missão de proteger o que é do povo. Celebrar a sua vida é honrar a ancestralidade negra, a resistência feminina e a memória viva do bairro Correnteza.

Figura 50 – Dona Davina



Fonte: Acervo da pesquisa

– CAPÍTULO 18 –

A CULTURA NEGRA E INDÍGENA REPRESENTADA PELO REISADO

Marli Ferreira de Carvalho Damasceno
Ivanete Pereira Rosa
Milena Pereira Martins
Maria Pereira
Mônica Pereira Martins
Dário de Sousa Carvalho

18.1 O antigo reisado

O Reisado é uma manifestação da cultura popular brasileira realizada tradicionalmente durante o ciclo natalino, com encerramento no dia 6 de janeiro, Dia de Santos Reis. De origem europeia, a tradição foi trazida pelos portugueses e incorporada às celebrações religiosas em homenagem aos Três Reis Magos. No Brasil, entretanto, recebeu fortes influências indígenas e africanas, adquirindo características próprias em cada região. Em Paulistana, o Reisado tornou-se uma das maiores expressões culturais ligada aos antigos moradores do bairro Correnteza, que por gerações manteve viva essa tradição herdada de seus ancestrais escravizados.

Considerada por muitos como a maior manifestação cultural já existente no município, a brincadeira permaneceu ativa durante décadas e marcou profundamente a memória coletiva da cidade. Embora esteja desativada há muitos anos, continua viva nas lembranças dos antigos moradores, que ainda sonham com seu retorno.

Segundo relatos de Maria dos Reis Nascimento, conhecida como Reisinha, e de Davi Feitosa, as origens do Reisado de Paulistana remontam à localidade de Serra Vermelha, onde Dona Davina Antônia da Conceição teria aprendido a tradição com uma família daquela região. Apesar de ainda existirem poucas informações documentadas sobre esse início, sabe-se que Dona Davina foi uma das principais responsáveis pela consolidação do Reisado em Paulistana.

Os nomes mais importantes dessa história são Davina Antônia da Conceição e José Miguel da Silva, reconhecidos como os verdadeiros pais do Reisado paulistanense. Ao lado deles destacaram-se Vicência Pereira dos Santos, a popular Zizi, irmã de Dona Davina; Isabel Pia de Oliveira, conhecida como Dona Bebé; Quintino, esposo de Dona Davina; Dona Margarida e diversos outros participantes que contribuíram para manter viva a tradição.

O mestre José Miguel dedicou grande parte de sua vida ao Reisado. Iniciou sua participação aos 23 anos de idade e conseguiu realizar a brincadeira durante 41 anos consecutivos, tornando-se uma das figuras mais importantes da cultura popular de Paulistana. A última apresentação organizada por ele ocorreu em 1888.

Os preparativos começavam ainda no mês de outubro. Durante semanas eram organizados os ensaios, confeccionados figurinos e preparados os personagens. O ciclo das apresentações tinha início em 24 de dezembro e seguia até o dia 6 de janeiro, quando acontecia por muitas vezes no patamar da Igreja Matriz.

Segundo o escritor Renato Bandeira, no livro Fragmentos Históricos de Paulistana, Piauí (1991), o encerramento do Reisado costumava acontecer diante da residência do Coronel Raimundo Coelho Damasceno. Sobre essa tradição, o autor registra:

> No passado o encerramento do reisado sempre acontecia na porta da casa do Coronel Raimundo Coelho Damasceno; contudo, seu irmão, o Major Hortêncio, não gostava muito dessas apresentações em sua casa, porque em certa feita, durante um reisado, alguém, num tom de brincadeira, mandou a

> Catirina dar um beijo no major. Isso o irritou profundamente, e desse dia em diante, ele não permitiu mais o reisado em frente à sua casa.

No mesmo livro, Renato Bandeira registra ainda uma informação fornecida pelo o Mestre José Miguel, segundo a qual existiam duas modalidades da brincadeira: o Reisado do Congo e o Reisado do Vaqueiro. O primeiro possuía forte influência das tradições afro-brasileiras, preservando elementos ligados à cultura negra e às memórias dos descendentes de africanos escravizados. Já o segundo incorporava elementos do universo sertanejo, especialmente da vida dos vaqueiros e da criação de gado.

O Reisado de Paulistana possuía um rico conjunto de personagens que davam vida às apresentações. Entre eles estavam as Pastoras, responsáveis pelos cantos e jornadas; os Caretas, figuras mascaradas que animavam a brincadeira e interagiam com o público; o Boi, um dos personagens mais aguardados; a Catirina, personagem cômica tradicionalmente interpretada por um homem vestido de mulher, com o rosto pintado de carvão; a Cigana; o Caboclo; a Caipora; o Cavalo-Marinho; a Jandaia; a Borboleta; o Jaraguá; o Guriabá; a Fera; o Médico; o Urubu; a Burrinha; os Palhaços e o Caçador. Juntos, esses personagens formavam um espetáculo de música, dança, teatro, humor e religiosidade que encantava moradores e visitantes.

Os caretas mais antigos identificados pelas pesquisas realizadas até o momento foram Antônio Abrão, Raul, Vital e o próprio José Miguel, que também desempenhava outras funções dentro do grupo. A personagem Catirina foi representada em épocas diferentes por Ciço Preto, considerado o intérprete mais antigo conhecido, e posteriormente por Cícero Cangaia, filho de Zezinho do Coronel.

No papel do boi destacou-se o senhor Quintino, esposo de Dona Davina. Já Zizi ficou conhecida por interpretar a Cigana durante as apresentações.

Uma figura importante nos bastidores era Dona Margarida, uma senhora de baixa estatura responsável pelos figurinos do

grupo. Segundo os relatos, ela transportava sobre a cabeça uma trouxa ou baú contendo roupas, máscaras e demais objetos utilizados pelos brincantes, desempenhando papel fundamental na organização das apresentações.

As fantasias eram um espetáculo à parte e revelavam a criatividade dos antigos brincantes. Segundo o relato de Edilberto Amorim:

> O reisado foi um evento tradicional e cultural da cidade, onde a fantasia dos caretas eram máscaras geralmente feitas de couro ou tecidos rústicos e a parte inferior, uma espécie de saiote, era confeccionada com palha de carnaúba. Portavam ainda um chicote de tiras de couro na mão, que causava receio, principalmente nas crianças. Havia horror de serem levadas para o fundo do boi, fazendo parte da folia.

Além das máscaras e dos saiotes de palha, muitos elementos dos figurinos eram confeccionados com materiais retirados da própria natureza. Os antigos brincantes utilizavam couro de animais reais na confecção de diversas peças das fantasias, preservando costumes transmitidos de geração em geração. Alguns personagens utilizavam adornos confeccionados com pelos, couro e outros elementos de origem animal. Segundo a tradição oral, certos bigodes utilizados nas caracterizações eram feitos com pelos de raposa, demonstrando o cuidado com os detalhes e o realismo das fantasias.

As máscaras, os chicotes de couro, os saiotes de palha de carnaúba e os demais adereços conferiam ao Reisado de Paulistana uma identidade própria, tornando-o diferente de outras manifestações semelhantes existentes no Nordeste.

A fama do Reisado ultrapassou os limites do município. O grupo realizou apresentações em diversas localidades da região e chegou a representar Paulistana em Teresina, capital do Estado, levando para outros públicos uma das mais importantes expressões culturais do sertão piauiense.

Mais do que uma simples brincadeira, o Reisado de Paulistana representa um legado da população negra da Correnteza,

preservado por homens e mulheres que dedicaram suas vidas à manutenção dessa tradição. Sua história permanece como um dos capítulos mais importantes da memória cultural do município e um símbolo da contribuição do povo negro para a formação da identidade cultural paulistanense.

Embora as apresentações tenham sido interrompidas há décadas, o Reisado continua vivo na lembrança daqueles que o presenciaram e permanece como um patrimônio afetivo e cultural de Paulistana.

18.2 No Quilombo São Martins

Uma expressão cultural forte no Quilombo São Martins é o Reisado, que configura-se como uma das manifestações mais expressivas do patrimônio imaterial do município de Paulistana, local onde a comunidade está inserida, com núcleo histórico situado no Bairro Correnteza.

A reconstituição histórica dessa prática fundamenta-se na tradição oral, tendo como fonte primária a memória de anciãos locais, como a Sra. Davina, moradora do bairro. Segundo os relatos, a institucionalização local da folia remonta ao ano de 1933, por iniciativa das matriarcas conhecidas como Dona Kaká e Dona Silvina.

Tradicionalmente, o ciclo festivo compreendia o período entre 24 de dezembro e 06 de janeiro (Dia de Reis). A dinâmica da apresentação caracterizava-se pela itinerância e pela interação comunitária: o grupo, formado por moradores locais, percorria as ruas ao som de sanfonas, pandeiros e triângulos, dirigindo-se às residências mediante convite dos anfitriões.

O rito de entrada é marcado pelo cântico de abertura - *"Ô de casa, ô de fora/Menino vai vêm quem é?"* -, seguido pela formação da roda e o início da dramatização.

A complexidade cênica do Reisado de Paulistana mostra-se na diversidade de seus *dramatis personae*. O auto conta com a presença

de 6 a 8 "caretas", figuras mascaradas responsáveis pela interação cômica e pela desordem lúdica (o 'rebuliço').

A apresentação integra elementos zoomórficos e antropológicos, apresentando personagens como o Boi, a Jandaia, a Borboleta, o Jaraguá, a Caipora, o Caboclo, o Cavalo Marinho, a Burrinha, as Ciganas, o Guriabá, a Fera, o Médico e o Urubu. Destacam-se ainda as figuras cômicas de Mateus e Catirina, esta última interpretada tradicionalmente por um homem travestido e caracterizado com pintura corporal, reforçando o caráter burlesco e popular da representação.

A trajetória histórica do grupo foi marcada por um período de latência, durante o qual as apresentações foram interrompidas por um coronel que não gostou da apresentação feita pela Catirina.

No entanto, o ano de 1997 representou um marco de revitalização cultural. Com o fomento de políticas públicas municipais (Prefeitura de Paulistana), o Reisado foi reestruturado, alcançando visibilidade estadual através de apresentações em Teresina (PI), onde foi reconhecido por sua originalidade estética e vigor cultural. Nesse contexto contemporâneo, destaca-se a atuação de lideranças comunitárias como Dona Damásia, presidente da Associação do Bairro Correnteza, que atuou como uma das protagonistas na preservação e perpetuação desta tradição.

No caso da comunidade São Martins, as atividades culturais são praticamente iguais às realizadas no Bairro Correnteza, funcionando como um grande encontro: todos convidam e são convidados, alcançando uma participação significativa. Conforme os relatos dos moradores, há um gosto pela roda de samba e pela capoeira, mas a grande paixão local é o Reisado.

A identidade da comunidade fundamenta-se em uma profunda relação de pertencimento e na memória coletiva de resistência trazida pelo reisado.

A origem do território quilombola remonta à insurgência dos primeiros habitantes contra o sistema escravocrata vigente nas fazendas de pecuária da região, constituindo-se como um espaço de refúgio destinado à garantia da liberdade e à preservação da

vida plena. Nesse contexto, essa festividade era uma das formas de evocar os saberes ancestrais.

O Reisado acontece apenas uma vez por ano e considera uma das festas mais importantes da comunidade, pois conforme os relatos locais, não há uma apresentação em que a quadra fique vazia ou com pouco público. Como é uma tradição difícil de ser realizada com frequência em outras comunidades atualmente, os moradores de toda a região vêm para assistir.

Em janeiro de 2024 foi realizado o maior Reisado da história da comunidade, para compensar o tempo em que a festa não pôde acontecer devido à pandemia. No entanto, o anseio dos moradores por manter a tradição viva era tão forte que, em 2023, foi realizada uma edição infantil fora de época.

Figura 51 – Festa de reisado realizada em 2024



Fonte: Acervo da pesquisa (2024)

Figura 52 – Festa de reisado realizada em 2024



Fonte: Acervo da pesquisa (2024)

Figura 53 – Festa de reisado realizada em 2024



Fonte: Acervo da pesquisa (2024)

Figura 54 – Festa de reisado realizada em 2024



Fonte: Acervo da pesquisa (2024)

As imagens acima mostram a festa do reisado realizado em 2024 na comunidade São Martins: a primeira é da Caipora que, diferentemente da representação folclórica convencional, configura-se como uma personagem central de resistência. Sua identidade é marcada pelo domínio de um saber corporal profundo, representado no ato de carregar uma cabaça com fogo aceso sobre a cabeça, uma técnica que exige equilíbrio, concentração e coragem, caracterizando o que se compreende como um letramento do corpo transmitido geracionalmente à margem de manuais escritos. Inseparável de seu cachimbo, a personagem evoca um caráter místico e ancestral que a vincula diretamente às entidades protetoras do território. Além disso, a Caipora exerce uma função social estratégica através do riso e da irreverência; ao interagir e provocar os espectadores, ela utiliza a ludicidade para quebrar a rigidez das normas sociais e reafirmar a vitalidade da identidade quilombola.

A segunda imagem registra a presença dos Bastiões, figuras fundamentais na estrutura do Reisado, portando pedaços de

madeira que simbolizam seu papel de guardiões da Bandeira de Reis. Dentro da dinâmica da performance, os Bastiões atuam como protetores do grupo e do território simbólico da festa, utilizando a força e a agilidade para abrir caminho e zelar pelo estandarte sagrado. Essa função de guarda reforça a organização social do quilombo durante as celebrações, onde cada personagem desempenha um papel específico na manutenção dos ritos.

A dinâmica diária do Reisado é inaugurada pelos personagens denominados 'caretas', representados na terceira imagem, que utilizam a sonoridade estridente como instrumento de mobilização social. Por meio de vocalizações intensas e ruidosas, estabelecem um eficaz sistema de comunicação comunitária, anunciando a itinerância do grupo.

Ao adentrar o espaço cênico, o terreiro da residência visitada, estabelece-se uma tensão lúdica entre os performadores e a assistência vizinha, que oscila entre a atração pelo espetáculo e o receio das interações bufonescas dos mascarados. Inicia-se, então, a representação dramática: o coro entoa as loas tradicionais e a figura da 'burrinha' executa suas coreografias, enquanto os caretas desempenham a comicidade satírica. Toda a estrutura cênica converge para a finalidade econômica do ritual: a arrecadação de donativos. Após a concretização da oferta, o ciclo se encerra com cânticos de louvor e gratidão, legitimando a partida do grupo rumo à próxima visita.

A quarta imagem destaca as mulheres do Grupo Emídia Resistente durante a apresentação do Reisado. Elas ocupam um papel central na manutenção da memória, e são responsáveis por conduzir os cantos e coordenar as apresentações, o que reafirma o protagonismo feminino na preservação da identidade de São Martins. Essa força organizativa e cultural, no entanto, não se encerra nos limites geográficos da comunidade, e é o motor que permite ao Quilombo dialogar com instâncias mais amplas. Assim, a atuação e a resistência observadas localmente tornam-se o ponto de partida para compreender a inserção da comunidade no contexto estadual e nacional, conforme será discutido a seguir.

– CAPÍTULO 19 –

MIGUEL JOSÉ DA SILVA – MESTRE ZÉ MIGUEL

Marli Ferreira de Carvalho Damasceno
Dário de Sousa Carvalho

Figura 55 – Mestre Zé Miguel



Fonte: Acervo da pesquisa

Nascido em 01 de novembro de 1924 e falecido em 16 de novembro de 1994, Mestre Zé Miguel era natural de Paulistana (PI) e morador do bairro Correnteza, Miguel José da Silva, conhecido como Zé Miguel, é lembrado como uma das mais marcantes figuras da cultura popular do município.

Desde os 23 anos, Mestre Zé Miguel dedicou-se ao antigo Reisado, uma das mais tradicionais manifestações folclóricas do sertão, onde se destacou como mestre e guardião dessa rica expressão cultural. Ao longo da vida, também foi animador dos

antigos blocos de carnaval, mantendo viva a alegria e a criatividade nas ruas da cidade.

Durante a Semana Santa, conduzia com entusiasmo a tradicional queima do Judas, uma celebração simbólica que reunia a comunidade em torno da crítica social e da renovação cultural. Além disso, era tocador de pífano.

Mestre Zé Miguel faleceu em 16 de novembro de 1994, deixando um legado de resistência, alegria e amor às tradições nordestinas. Seu nome permanece vivo como símbolo da identidade cultural de Paulistana

– CAPÍTULO 20 –

A CAPOEIRA COMO FERRAMENTA DE TRANSFORMAÇÃO: A TRAJETÓRIA E O IMPACTO SOCIAL DO PROFESSOR DIONÍSIO NA CAPOEIRA PIAUIENSE

Marli Ferreira de Carvalho Damasceno
Carlos Dionísio da Silva

A capoeira, em sua essência, transcende a manifestação física, pois é uma ferramenta viva de resistência, memória e transformação social. No cenário paulistanense, essa arte ganha contornos de emancipação e acolhimento através da trajetória de Carlos Dionísio da Silva. Pedagogo formado pela UESPI e profissional de Educação Física, Dionísio costura em sua prática duas frentes fundamentais para o desenvolvimento humano: o rigor acadêmico da educação formal e a ancestralidade dos saberes populares.

Figura 56 – Professor Dionísio



Fonte: Acervo da pesquisa

No entanto, para compreender a completude de seu impacto, é preciso olhar para além do ambiente acadêmico e esportivo. Carlos Dionísio é também um dedicado servidor público, e é na intersecção entre o seu dever com o Estado, sua vocação pedagógica e seu papel como líder comunitário que se consolida uma das mais bonitas histórias de contribuição social na cidade de Paulistana, no sul do Piauí. Ao longo de quase três décadas, sua atuação transformou-se em um farol de cidadania para crianças, jovens e comunidades tradicionais.

A jornada de Carlos Dionísio no universo da capoeira teve início em 1995, na cidade de Altos, Piauí. Seus primeiros acordes e movimentos foram lapidados sob a tutela do então professor, e hoje Contramestre, Quixaba, no antigo Grupo Salve Nascimento Grande. Foi nesse solo fértil que Dionísio compreendeu que o jogo da capoeira se estende para além do *camará* na roda - ele reverbera na vida cotidiana.

O desejo de partilhar esse conhecimento não tardou a manifestar-se:

1997 a 2000: Iniciou suas primeiras experiências docentes ministrando aulas voluntárias para crianças em seu próprio bairro.

2000 a 2002: Expandiu sua atuação treinando e lecionando nos grupos Besouro e Yê Capoeira.

2002: Ingressou no Grupo Abadá Capoeira, em Altos, sob o comando do hoje Mestrando Louro, consolidando uma parceria que evoluiu e se mantém viva sob a bandeira da **Escola Alliança Capoeira**.

Em 2012, a missão de Dionísio ganhou um novo e profundo capítulo ao transferir-se para a cidade de Paulistana. Ali, o professor encontrou a verdadeira intersecção entre a pedagogia e a ancestralidade ao desenvolver um trabalho pioneiro junto às Comunidades Quilombolas da região, a exemplo da Comunidade Quilombola São Martins.

Dionísio percebeu na capoeira o instrumento perfeito para trabalhar a autoestima, o pertencimento cultural e o fortalecimento de vínculos comunitários entre crianças e jovens que, muitas vezes,

encontram-se à margem das políticas públicas tradicionais de lazer e cultura. Levar a capoeira para o território quilombola foi mais do que ensinar uma atividade física; foi um ato de reparação histórica e valorização da identidade negra no interior do estado.

O diferencial da trajetória de Carlos Dionísio reside na forma como ele potencializa sua atuação profissional. Como servidor público em Paulistana, ele não enxerga sua função apenas como um compromisso burocrático, mas como uma plataforma de servir diretamente à população, especialmente aos mais vulneráveis.

A sua visão administrativa e social permitiu compreender as lacunas da comunidade e utilizar sua influência para articular melhorias que vão desde a assistência social básica até o incentivo ao esporte e à educação. Sua presença constante e ativa no município fez dele uma referência de liderança comunitária, alguém a quem a população recorre não apenas como mestre de capoeira, mas como um cidadão profundamente comprometido com o bem-estar coletivo de Paulistana. Sob sua ótica, o serviço público e a capoeira compartilham o mesmo objetivo final: a dignidade humana.

A marca registrada da atuação de Carlos Dionísio em Paulistana é a criação de projetos que dialogam diretamente com a sociedade e com as instituições de ensino técnico e superior. Sua atuação viabilizou iniciativas de forte impacto local:

- **Ginga Pedagógica:** Desenvolvido em parceria com o Instituto Federal do Piauí (IFPI) – Campus Paulistana, unindo a prática da capoeira ao desenvolvimento cognitivo, motor e pedagógico dos estudantes.
- **Ginga nos Bairros e Capoeira na Praça:** Projetos que descentralizaram a prática, ocupando os espaços públicos de Paulistana e transformando praças e ruas em ambientes seguros de lazer, arte, inclusão e convivência comunitária.
- **Festival Capoeira e Educação:** Evento tradicional que anualmente celebra a integração, promove a formação dos alunos e atrai visibilidade e turismo cultural para a riqueza da região.

Com mais de 27 anos dedicados à divulgação, preservação e ensino da capoeira, e com uma sólida folha de serviços prestados a Paulistana, o Professor Carlos Dionísio da Silva personifica o papel do educador popular moldado pelos novos tempos. Ele representa o elo perfeito entre o Estado - através de sua atuação como servidor - e a comunidade - através de sua arte.

Ao unir a ciência da Pedagogia e da Educação Física ao toque do berimbau e ao compromisso social cotidiano, ele não apenas forma capoeiristas habilidosos, mas sela um compromisso inabalável com a justiça social. Seu legado, gravado na história de Paulistana e de tantas comunidades quilombolas, prova de forma inequívoca que a transformação social acontece quando a vocação profissional e o amor ao próximo caminham juntos na mesma direção.

– CAPÍTULO 21 –

FÁBIO NASCIMENTO: A VOZ PAULISTANENSE NEGRA QUE SE CALOU EM 2023

Marli Ferreira de Carvalho Damasceno

A história dos grandes municípios do sertão piauiense é construída pela força e pelo compromisso de homens e mulheres que dedicam a vida a dar voz ao seu povo. Em Paulistana, o nome de Fábio Nascimento tornou-se sinônimo de perseverança, integridade e paixão pelo jornalismo. Reconhecido por muitos como o maior comunicador que a cidade já teve, sua trajetória é marcada por uma profunda ligação com as lutas populares, com o desenvolvimento da imprensa local e com a preservação da memória da comunidade.

Figura 57 – Fábio Nascimento



Fonte: Acervo da pesquisa

Morador do Bairro Correnteza, Fábio Nascimento viveu até os 52 anos de idade. Filho de dona Francisca e de João Nascimento (popularmente conhecido como *Joãozinho do Sindicato*), Fábio cresceu em um ambiente pautado pela defesa dos direitos sociais e pelo compromisso comunitário.

Desde jovem, ele acompanhou de perto os desafios enfrentados pela população do semiárido. Seguindo os passos do pai, iniciou sua vida de atuação social colaborando ativamente com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Paulistana. Essa vivência sindical foi fundamental para moldar seu caráter e sua sensibilidade profissional, ensinando-o a ouvir a população do campo e a entender a informação como uma ferramenta indispensável de cidadania e de transformação social.

Com a paixão pelo jornalismo pulsando forte, Fábio migrou para a comunicação de massa, deixando sua marca em importantes veículos do estado:

- Rádio Atual FM: Onde atuou por anos, levando a notícia e o entretenimento diretamente aos lares dos sertanejos por meio das ondas do rádio.
- Portal 180 Graus: Onde contribuiu de forma expressiva para cobrir os acontecimentos políticos, sociais e culturais do município e do Piauí.
- Fundação do *FN Notícias*: Consolidando sua maturidade profissional, Fábio fundou o portal/blog *FN Notícias*. Sob seu comando, o veículo tornou-se uma das principais referências em jornalismo na microrregião do Vale do Canindé, pautando-se pelo dinamismo, seriedade e proximidade com o cotidiano dos moradores.

Sua atuação ultrapassou a simples divulgação de notícias: Fábio era um verdadeiro cronista e defensor do progresso de Paulistana.

Além do profissional exemplar e íntegro, Fábio Nascimento foi um homem profundamente dedicado ao seu lar. Casado com Rejane Nascimento, construiu com ela uma história de parceria e companheirismo. Ele era pai de Fábio Lukas (de apenas 8 anos à

época de sua partida) e aguardava com entusiasmo a chegada da filha Maria Katarina, que ainda estava por vir quando ele faleceu.

Figura 58 – Fábio Nascimento



Fonte: Acervo da pesquisa

Em 12 de janeiro de 2023, a cidade de Paulistana foi surpreendida pela notícia do seu falecimento. O fato causou forte comoção e gerou notas formais de pesar emitidas por lideranças políticas da região, incluindo as prefeituras de Paulistana e Acauã. As despedidas reuniram familiares, amigos e admiradores na Igreja Matriz de Nossa Senhora dos Humildes e no Cemitério Padre João Pedro, onde foi sepultado.

A memória de Fábio Nascimento permanece viva em Paulistana através do trabalho continuado de sua esposa, Rejane Nascimento, e da equipe que deu prosseguimento ao *FN Notícias*. Sua história é lembrada como um testemunho de resiliência, fé no trabalho honesto e amor incondicional à comunicação e ao povo paulistanense.

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI) – Campus Paulistana oficializou uma importante e significativa homenagem à memória da cultura e da comunicação

local. Por meio da Portaria nº 74/2025, de 30 de julho de 2025, emitida pela Direção-Geral do campus, a instituição concedeu Menção Honrosa à servidora Marli Ferreira de Carvalho Damasceno (SIAPE nº 1869520).

O reconhecimento foi concedido em razão de sua participação de destaque no concurso interno instituído pelo Edital nº 80/2025, voltado para a escolha dos nomes de setores, áreas e espaços físicos do IFPI Campus Paulistana. A proposta apresentada e aprovada pela servidora sugere o nome de "Fábio Nascimento" para a Sala de Arte da instituição.

Essa escolha celebra o legado inestimável do saudoso comunicador e jornalista de Paulistana, eternizando sua contribuição para a cultura, para a informação e para a valorização da identidade do povo sertanejo em um espaço dedicado justamente à expressão artística, à sensibilidade e à formação acadêmica e cultural dos estudantes.

– CAPÍTULO 22 –

DONA MARCIONILA E O CONHECIMENTO MEDICINAL DAS PLANTAS

Marli Ferreira de Carvalho Damasceno
Joseana de Sousa
Francinei da Silva Sousa

Figura 59 – Dona Marcionila



Fonte: FN Notícias

Marcionila Maria de Sousa, nascida em 13 de junho de 1942, na localidade Alto Alegre região de Acauã. Alegre, cheia de vida, mãe de 8 filhos, é muito conhecida na cidade pelo seu alto astral e por fazer garrafadas para gripe e inflamações femininas, pedra nos rins, gastrite e gordura no fígado.

Figura 60 – Dona Marcionila



Fonte: Acervo da pesquisa

Ao visitar a casa de dona Marcionila, fui levada ao seu quintal, onde ela cultiva a ervas para confecção das garrafadas. De início, me mostrou a ameixa e me explicou seus diversos benefícios, dentre eles, a ação contra cistos no ovário. Citou o exemplo de uma moça que foi curada com suas garrafadas (tomou três delas) e, que após fazer uma ultrassonografia, o medico confirmou a cura.

Segundo ela, adquiriu esse dom através da sua capacidade genuína de observação quando os filhos eram pequenos, em que ela testava garrafadas e observava as plantas que elas eram produzidas. As outras garrafadas adquiriu a experiência pelo conhecimento com pessoas mais velhas, que ensinavam para que servia cada erva. Daí surgiram diversas receitas utilizadas por todas as gerações de moradores do município de Paulistana-PI e de diversas regiões do país. Conforme ela nos disse, todas as semanas ela envia suas garrafadas para cidades do Sudeste e de Pernambuco.

Dona Marcionila encarna a essência da sabedoria popular do sertão, onde o conhecimento sobre a cura e a natureza se transmite e se aperfeiçoa ao longo de gerações. Focada no preparo artesanal de garrafadas, chás e remédios caseiros, a sua prática baseia-se no domínio minucioso da flora da Caatinga, conhecendo com precisão as propriedades terapêuticas de cada raiz, casca e folha para tratar as dores e as enfermidades físicas de quem a procura.

No entanto, o que torna a sua postura particularmente notável é a clareza com que delimita o seu próprio saber. Ao fazer questão de afirmar que não realiza rezas nem benzeduras em crianças ou adultos, e mantendo sua tradição católica, dona Marcionila demonstra um profundo respeito pela ética e pela divisão de papéis na medicina tradicional comunitária. Para ela, o remédio da terra e a cura espiritual pertencem a domínios distintos: a sua maestria reside na fitoterapia popular e no alívio do corpo, deixando o alívio da alma, do quebranto ou do mau-olhado para as mãos e as orações dos rezadores e benzedores da região.

Essa postura firme reafirma a dignidade do seu ofício como erveira e mezinheira, destacando a lucidez de uma mulher que reconhece o valor exato do seu conhecimento e o seu papel fundamental na preservação da memória e da saúde do seu povo.

– CAPÍTULO 23 –

FÁTIMA VIEIRA: PAULISTANENSE NA LUTA DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

Marli Ferreira de Carvalho Damasceno

Maria de Fátima Vieira nasceu em 13 de outubro de 1979 no município de Jacobina do Piauí, à época distrito pertencente administrativamente a Paulistana (PI). Desde a infância, sua trajetória foi marcada pelo engajamento em organizações comunitárias e na causa sindical da região. Aos dez anos de idade, iniciou sua participação nas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), vinculadas à Igreja Católica, atuando posteriormente como catequista na localidade Campo Alegre, em Jacobina do Piauí. Nesse período, destacou-se pela articulação de encontros de formação juvenil integrados ao município de Paulistana.

Sua formação religiosa e social consolidou-se ao ingressar na Congregação da Imaculada Conceição, itinerário que compreendeu um ano de vivência em Paulistana (PI), quatro anos no Ceará e um ano em Belo Horizonte (MG). Nas capitais e cidades de acolhida, Fátima manteve a atuação militante junto às CEBs e à Pastoral da Juventude Meio Popular (PJMP), desenvolvendo trabalhos comunitários e de assistência social nas periferias urbanas.

Ao retornar a Paulistana, Fátima idealizou e fundou o Movimento de Mulheres Paulistanenses (UMP), conectando a pauta municipal às diretrizes do movimento de mulheres no âmbito estadual. A organização concentrou suas diretrizes na defesa dos direitos fundamentais das mulheres, abrangendo reivindicações por segurança pública, acesso à saúde, direito à moradia, trabalho e proteção à vida.

Paralelamente às ações pastorais e de organização popular, a ativista desempenhou papel central no levantamento historiográfico e documental das comunidades quilombolas situadas no território de Paulistana. O mapeamento sistemático dessas comunidades tradicionais foi formalmente sistematizado e encaminhado à Coordenação Estadual das Comunidades Quilombolas, constituindo subsídio relevante para os processos de reconhecimento e regularização fundiária da região.

Figura 61 – Maria de Fátima



Fonte: Acervo da pesquisa

Na condição de liderança política e docente, Maria de Fátima Vieira assumiu a presidência da União de Mulheres Paulistanenses (UMP), intensificando a defesa institucional dos direitos das mulheres. Sua atuação resultou na implementação de mecanismos de proteção contra a violência doméstica e de gênero no Vale do Canindé.

Entre as principais conquistas institucionais viabilizadas por sua articulação em prol da segurança pública e da assistência social, destacam-se:

• **Sala Lilás no Hospital Regional de Paulistana:** Espaço especializado inaugurado em 2023 para garantir acolhimento humanizado, multiprofissional e seguro a mulheres em situação de violência física, psicológica e sexual.
• **Patrulha e Viatura Lilás:** Aparelhamento ostensivo direcionado ao monitoramento e à prevenção de agressões contra a mulher no município e zonas rurais adjacentes.
• **Atendimento Especializado:** Articulação junto aos órgãos de segurança pública para a alocação de quadros femininos - como delegada e agentes policiais - no atendimento e instrução de inquéritos de violência de gênero.

Militante de vertente progressista e dedicada ao desenvolvimento das populações em situação de vulnerabilidade do sertão piauiense, Fátima consolidou sua produção intelectual e reflexiva com a publicação da obra *Violência contra a mulher: uma chaga social*, lançada pela Editora Pathos.

A obra articula análises teóricas e empíricas acerca das assimetrias de gênero, abordando criticamente:
1. **Estrutura do Patriarcalismo e Masculinidade Tóxica:** Exame dos estereótipos culturais e de gênero que perpetuam a reprodução do ciclo da violência no âmbito doméstico e comunitário.
2. **Impactos na Saúde Pública:** Diagnóstico das consequências físicas e psíquicas decorrentes dos abusos sistemáticos sobre as vítimas e suas redes familiares.
3. **Proposições e Políticas Públicas:** Apontamento de diretrizes emancipatórias pautadas na educação preventiva, no diálogo familiar, no fortalecimento do sistema judiciário e na consolidação de redes protetivas estatais.

– CAPÍTULO 24 –

TRAJETÓRIA E ATUAÇÃO POLÍTICA DE MILENA MARTINS: LIDERANÇA QUILOMBOLA, DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E PROJEÇÃO INTERNACIONAL NO SERTÃO PIAUIENSE

Marli Ferreira de Carvalho Damasceno
Carolina de Carvalho Damasceno Negreiros
Francinei da Silva Sousa

Milena Pereira Martins nasceu em 18 de junho de 1985 no Quilombo São Martins, filha de Elenita Maria Pereira, natural da própria comunidade quilombola, e de Germano de Souza Martins, natural da localidade Caroço. Sua trajetória de engajamento social teve início no âmbito comunitário e religioso, acompanhando a mãe na Pastoral da Criança e no grupo de cantos da Igreja Católica.

Figura 62 – Milena Martins



Fonte: Acervo da pesquisa

Por influência do avô, Benedito Franklin Pereira, ingressou na Associação da Comunidade Quilombola São Martins no início dos anos 2000. Dois anos após sua entrada, assumiu o cargo de secretária e, posteriormente, a presidência da instituição. Sua gestão destacou-se pela implementação de projetos estruturantes, como o acesso a máquinas e equipamentos agrícolas, o estabelecimento de parcerias com o setor privado para a instalação de uma central de tratamento de água potável - atendendo o quilombo e comunidades do entorno, e ações diretas pela universalização da energia elétrica através do programa *Luz para Todos*.

Entre 2011 e 2014, ausentou-se temporariamente do território para cursar a formação profissional em Técnica Agrícola na Escola Família Agrícola (EFA) Francisca Trindade, em São João do Piauí. A qualificação técnica fortaleceu sua atuação como liderança e abriu caminhos para sua inserção profissional no campo do desenvolvimento rural.

De regresso ao mercado de trabalho, Milena consolidou sua atuação na interface entre assistência técnica rural, direitos humanos e gestão de políticas públicas:

• Atuação na Instituição CELTA (2015): Atuou como técnica de campo nos municípios de Paulistana, Acauã, Jacobina do Piauí e Betânia. Na ocasião, articulou junto à instituição a implementação de aproximadamente 50 cisternas de calçadão na Comunidade Quilombola São Martins.

• Passagem pelo DETRAN de Paulistana: Integrou o quadro administrativo do órgão municipal durante cinco anos, mantendo atuação contínua nas demandas da comunidade local.

• Coordenação de Direitos Humanos (SEAS-PI): A convite da então governadora Regina Sousa, assumiu a Coordenação de Direitos Humanos na Secretaria de Estado da Assistência Social do Piauí. Durante o período, viabilizou a integração das comunidades quilombolas a programas estaduais e federais, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o Programa Sustentável Inclusivo (PSI) e o Programa Viva Semiárido (PVSA).

• Coordenação Estadual de Igualdade Racial (SEAS-PI): Após a gestão em Direitos Humanos, passou a compor a estrutura da Coordenação de Igualdade Racial do Estado, acumulando expertise em gestão pública e políticas afirmativas a nível estadual.

A atuação de Milena Martins estende-se ao fortalecimento da agricultura familiar e à representação internacional das populações tradicionais do semiárido:

• Organização das Mulheres Quilombolas: Idealizou a reativação do grupo produtivo local, batizado de *Grupo de Mulheres Quilombolas Emídia Resistente*, em homenagem à memória da incentivadora comunitária. O grupo reúne 25 mulheres dedicadas à produção agroecológica para subsistência e comercialização.

• Feira do Trabalhador Quilombola: Concebeu o projeto da feira territorial, realizada anualmente no dia 1º de maio nas comunidades do Vale do Rio Itaim. A iniciativa serviu de estímulo para a criação de feiras municipais de agricultura familiar em Paulistana, Acauã e Jacobina.

• Turismo Rural e o "Sisteminha EMBRAPA": Junto ao seu companheiro Agostinho, tornou-se multiplicadora popular da tecnologia social de criação de peixes em cativeiro da EMBRAPA. A experiência posicionou a comunidade São Martins como polo de referência e rota de turismo pedagógico e científico para estudantes e pesquisadores nacionais e internacionais.

• Representação Internacional na COP29: Torneou-se a primeira mulher negra de sua região a integrar comitivas internacionais em missões na Europa, África do Sul, Qatar e Azerbaijão. Destaca-se sua participação oficial na Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP29), realizada de 8 a 20 de novembro no Azerbaijão, representando o Brasil e as comunidades tradicionais quilombolas do Piauí.

Filiada ao Partido dos Trabalhadores (PT), Milena disputou pleitos eleitorais no município, consolidando sua

representatividade política e seu papel na oposição às oligarquias locais.

Suas diretrizes centrais de militância fundamentam-se no fortalecimento da identidade negra, na defesa do território quilombola, na reparação histórica, na educação contextualizada para o convivência com o semiárido e na permanência sustentável das famílias em suas terras de origem.

– CAPÍTULO 25 –

OUTRAS PERSONALIDADES NEGRAS

Marli Ferreira de Carvalho Damasceno
Dário de Sousa Carvalho

Walfredo José da Costa

Apesar de termos dedicado um capítulo a esta importante personalidade e intelectual paulistanense, decidimos manter este resumo de sua produção.

Figura 63 – Walfredo Costa



Fonte: Acervo pessoal

Walfredo José da Costa foi uma das figuras mais ilustres da história cultural e educacional do município de Paulistana. Nascido em 3 de julho de 1931, na então data Jacobina - que à época pertencia ao município de Paulistana e hoje é o município de Jacobina do Piauí; sua vida foi marcada por um profundo amor a preservação da memória local, foi o autor do hino oficial do município.

Iniciou ainda a escrita de um livro sobre a história da cidade - um projeto interrompido por sua partida, mas que permanece como testemunho de seu compromisso com a cultura local. Em seus escritos, encontrei que diversos manuscritos foram entregues a uma pessoa, que publicou sem mencionar o nome dele, o que o

deixou bastante abalado. Por questões éticas, mantivemos o nome em sigilo, apesar de o professor ter informado em seus cadernos o nome e a data em que entregou à referida pessoa.

Aos 15 anos, partiu para o sul do país em busca de novos horizontes. No Paraná, viveu entre colônias japonesas e italianas, o que ampliou sua visão de mundo e reforçou seu espírito observador. Atuou como enfermeiro, bancário, militar e poeta, transitando entre as mais diversas funções com dedicação e sensibilidade. Autodidata, mergulhava nos livros com paixão – eram sua companhia constante e sua maior fonte de saber.

Depois de quase 30 anos entre o Paraná e o estado de São Paulo, retornou ao seu berço, no Piauí, na década de 1970. De volta à terra que nunca deixou seu coração, uma verdadeira ode ao sentimento de pertencimento e identidade do povo paulistanense

Faleceu em 20 de agosto de 1994, deixando um legado que ultrapassa o tempo. O Professor Walfredo José da Costa não foi apenas um homem de múltiplos talentos, mas um verdadeiro guardião da memória do município. Sua trajetória inspira e honra a história de Paulistana, que jamais esquecerá sua contribuição.

Isabel Pia de Oliveira (Bebé)

Isabel Pia de Oliveira, mais conhecida como Bebé, foi uma das figuras populares da antiga Paulistana. Mulher negra, bastante conhecida na cidade, deixou sua marca na memória de muitas famílias por sua participação na vida cultural da cidade.

Dona Bebé era reconhecida por seus dotes na cozinha.

Figura 64 – Bebé



Fonte: Acervo pessoal

Possuía um caderno onde guardava receitas que fazia com muito capricho. Essas receitas eram tratadas por ela como um verdadeiro tesouro, sendo conservadas com cuidado e não compartilhadas facilmente com outras pessoas.

Ela também participou da organização do antigo Reisado, uma das manifestações culturais mais tradicionais da região, ajudando a manter viva essa importante tradição popular. Além disso, gostava de reunir crianças para piqueniques, brincadeiras e momentos de diversão, proporcionando lazer numa época em que havia poucas opções de entretenimento.

Durante muitos anos, sofreu com uma grave doença em uma das pernas. Os moradores antigos contam que o ferimento exalava um forte odor, tornando a situação ainda mais difícil. Segundo relatos da época, uma das filhas do Major Hortêncio pediu a Zé Miguel e a Seu Demétrio que passassem óleo de creolina em sua perna, um recurso utilizado naquele tempo na tentativa de aliviar o problema. Dona Bebé morou na antiga casa do Major Hortêncio, uma das residências históricas de Paulistana, onde também viveu junto à família Damasceno. Sua história continua presente na memória dos mais velhos, que ainda recordam sua dedicação à culinária, sua participação nas tradições populares e sua convivência com a comunidade.

Francisco Roque da Silva

Francisco Roque da Silva, mais conhecido como Chico Roque, nasceu em 4 de abril de 1896, na comunidade Malhete, zona rural de Paulistana. Faleceu em 27 de dezembro de 1976, deixando seu nome marcado na história do município como o maior artesão da região.

Casou-se com Maria Vitória da Conceição, conhecida por todos como Mãe Vitória, parteira bastante procurada e respeitada em toda a redondeza. O casal era muito conhecido pelo trabalho que prestava ao povo e pelo respeito que conquistou ao longo da vida.

Mesmo sem ter frequentado a escola, Chico Roque possuía grande inteligência e uma habilidade impressionante para criar e consertar as mais diversas coisas. Trabalhando principalmente com madeira, produziu imagens de santos, crucifixos, esculturas de animais e muitas outras peças que chamavam atenção pela beleza e riqueza dos detalhes. Entre seus trabalhos mais conhecidos estão a imagem de São Martinho de Tours, padroeiro da comunidade São Martins, e a imagem de Santo Antônio, no povoado Santo Antônio, em Conceição do Canindé.

Em 1962, fez uma de suas obras mais famosas: uma escultura do jogador Pelé, entalhada em madeira de mulungu. A peça foi encomendada por Narciso, morador de Conceição do Canindé, que levou ao artesão uma fotografia retirada da revista Manchete. A intenção era entregar a escultura ao próprio Pelé, em São Paulo.

As esculturas de tatu feitas por Chico Roque ficaram conhecidas pela perfeição. Os mais velhos contam que certa vez alguns cachorros chegaram a cercar uma das peças pensando que era um tatu de verdade. Sua fama atravessou fronteiras, e imagens produzidas por suas mãos foram enviadas para várias localidades do Piauí e até para a Alemanha.

Além de artesão, era homem de muitos ofícios. Consertava panelas, armas e outros objetos do dia a dia. Também era benzedor, rezava para o povo e costumava ajudar quem o procurava. Gostava de contar histórias e frequentemente reunia vizinhos, crianças e amigos no terreiro para ouvir seus causos.

Sua criatividade dava origem a feitos que impressionavam quem o conhecia. Conta-se que certa vez conseguiu derreter uma garrafa de vidro e transformar o material em bolinhas de gude.

Um dos episódios mais lembrados de sua vida foi a bicicleta de madeira que ele construiu. Segundo a tradição popular, saiu montado nela de Conceição do Canindé em direção a Paulistana, mas a engenhoca acabou se desmontando quando já estava perto de chegar à cidade.

A madeira de umburana era sua preferida para o trabalho. Com talento, paciência e muita criatividade, Chico Roque

transformava pedaços de madeira em obras admiradas por todos. No livro Transpondo Barreiras, de José Bruno dos Santos, é citado como "o melhor artesão de toda a região do Alto Canindé", reconhecimento que demonstra o prestígio alcançado por seu trabalho. Também ficou conhecido pelo apelido de "Gênio do Canivete", nome que traduz a admiração que seus contemporâneos tinham por sua extraordinária capacidade de esculpir e criar.

Sua memória permanece como uma das figuras e personalidades negras mais marcantes da história de Paulistana e da região.

Figura 65 – Chico Roque



Fonte: Acervo pessoal

Na imagem, Chico Roque ao lado de sua esposa, Maria Vitória da Conceição, e de seus filhos. Fotografia registrada em 1976, ano de seu falecimento.

Maria Laudelina da Silva (Maria Tivi)

Maria Laudelina da Silva, conhecida como Maria Tivi, nasceu em 19 de março de 1932 e morou no bairro Correnteza, em Paulistana – PI. Mulher simples e trabalhadora, ficou conhecida

pelos pirulitos de limão e açúcar – ao escrever, me lembro do gosto, do quanto ficávamos ansiosos para comprar quando ela passava em frente nossa casa quando ia para o Estádio Evaldão - cocadas pipocas e bolos fritos, feitos com um toque especial que só ela sabia dar e vendia em sua casa, na feira, no colégio Vaz da Silveira e também na porta do estádio.

Figura 66 – Maria Tivi



Fonte: Acervo pessoal

Seus produtos eram únicos e marcaram a infância de muitos moradores, sendo lembrados até hoje.

Maria Tivi contribuiu para a cultura local ao manter viva a tradição da culinária caseira, com sabores que representam a identidade do povo paulistanense.

Faleceu em 11 de março de 2013, aos 80 anos, deixando saudade e um legado de afeto e tradição popular.

Valério José de Carvalho

Valério José de Carvalho, mais conhecido como Valerinho do Acordeon, foi um ícone da cultura popular de Paulistana. Além de sanfoneiro talentoso foi multi-instrumentista, pintor, letrista e desenhista, dedicou sua vida à música, às artes e ao desenvolvimento cultural e esportivo.

Figura 67 – Seu Valério



Fonte: Acervo pessoal

Nascido em 16/11/1946, sua carreira profissional teve início aos 18 anos, em 1964, tornando-se sanfoneiro de destaque. Por 43 anos, sua sanfona ecoou em festas, palcos e encontros, sempre carregando emoção e autenticidade. Mesmo após o início do tratamento de hemodiálise em 2007, quando precisou se afastar dos palcos, ele nunca deixou a música de lado - continuou tocando com carinho para amigos e familiares.

Além da música, Valério também foi voz ativa no rádio. Por muitos anos, apresentou o programa Sanfona e Coração na Rádio Ingazeira, onde celebrava o forró, os clássicos do sertão e os artistas locais, fortalecendo a identidade cultural da região.

Valério foi também um importante incentivador do esporte em Betânia, sua terra natal. Foi ele quem levou o futebol para a cidade, formando e treinando equipes, além de organizar os primeiros campeonatos disputados em campo de terra, localizado em frente à sua residência

Nos anos 1990, fundou o salão de festas Raio de Luar, espaço que se tornou ponto de encontro para os amantes do forró e da música regional. Lá, promovia bailes animados e também abria as portas para outros músicos da cidade realizarem seus próprios eventos.

Um dos momentos mais marcantes de sua trajetória foi quando, durante a gestão do ex-prefeito Evaldo Macedo, Luiz Gonzaga - o Rei do Baião - se apresentou em Paulistana. Valério teve a honra de fazer a abertura do show, emocionando o público e reafirmando sua importância como artista da região.

Faleceu no dia 23 de julho de 2021, deixando um profundo legado artístico e cultural.

João Canuto dos Santos

Figura 68 – Seu Canuto



Fonte: Acervo pessoal

Nascido em 08 de dezembro de 1919 – Falecido em 29 de março de 1997 João Canuto dos Santos foi um talentoso músico paulistanense, cuja paixão pela música floresceu ainda na adolescência. Dotado de sensibilidade artística e dedicação, destacou-se como um dos nomes tradicionais da música em Paulistana, Piauí, deixando sua contribuição para a cultura local.

Além de sua trajetória musical, João Canuto também prestou relevantes serviços à comunidade como funcionário da Prefeitura Municipal de Paulistana, onde trabalhou com empenho e compromisso, contribuindo para o desenvolvimento da cidade.

Irmão de Dona Davina, João Canuto era uma figura bastante conhecida e respeitada pela população. Entre as atividades que exerceu em benefício da comunidade, destacou-se o trabalho realizado no Cemitério Padre João Pedro, onde era responsável por riscar e marcar as covas quando ocorria o falecimento de algum morador, desempenhando essa função com seriedade e dedicação.

Faleceu aos 77 anos, em 29 de março de 1997, sendo lembrado com carinho e respeito por todos que conviveram com ele e por aqueles que ainda hoje preservam sua memória e sua história.

Maria Reis do Nascimento

Figura 69 – Dona Reisinha



Fonte: Acervo pessoal

Maria Reis do Nascimento, conhecida com carinho por toda a comunidade como "Reisinha", nasceu em 6 de janeiro de 1947, tem grande participação na história cultural, educacional e religiosa da cidade de Paulistana.

Durante 29 anos, atuou como professora, deixando uma contribuição significativa na formação de crianças e jovens do município.

Participou ativamente da cultura popular, sendo cantora do reisado por 5 anos.

Participou da Dramática (antigo teatro) que foi um importante espaço de expressão cultural em Paulistana, sendo atriz de cinco peças encenadas. Foi ainda dançarina de leseira e dança de roda, atividades realizadas no bairro Correnteza, um centro vivo de manifestações culturais e esportivas da cidade.

Maria das Petas e Suas Irmãs

Abaixo, foto de Maria dos Pastéis, também conhecida como Maria das Petas, ao lado de suas irmãs Lisboa, Obidina e Martina, mulheres negras de grande destaque na culinária local. O registro representa o orgulho da cultura negra e sua contribuição marcante para a nossa história. Esta imagem captura um momento de descontração e reflete a força e a presença das mulheres na nossa comunidade.

Figura 70 – Maria da Peta e irmãs



Fonte: Acervo pessoal

Lembro-me com carinho das petas e "bolos de grade" produzidos por dona Maria da Peta. O gosto de infância que remete a esse memória é bastante nostálgico.

– CAPÍTULO 26 –

A COR DA DOR E O PESO DA MEMÓRIA: O RELATO DE UMA MULHER PAULISTANENSE

Marli Ferreira de Carvalho Damasceno
Francinei da Silva Sousa

Esta foi uma das histórias que mais me marcou. Quando começamos a gravar a história dessa senhora, percebi o quanto eu estava diante de um relato doloroso sobre a permanência das estruturas escravocratas e do racismo estrutural no sertão brasileiro, mesmo em pleno século XX. O depoimento dela, colhido aos 82 anos em 2023, mostra como as relações de apadrinhamento e o trabalho doméstico infantil eram frequentemente usados para mascarar formas modernas de exploração e exclusão.

Quando concedeu sua entrevista em 2023, o olhar daquela senhora trazia o peso de quase um século de memórias. Nascida na década de 1940 no sertão de Paulistana, ela guardava no peito as cicatrizes de uma infância e juventude atravessadas pelas sombras do preconceito, da exploração e da exclusão racial nas casas dos descendentes do patriarca Valério Coelho.

Naquela época, em uma tentativa desesperada de garantir um futuro para a filha, sua mãe a entregou a uma das senhoras ricas e brancas da região para ser apadrinhada. O compadrio, no sertão, prometia proteção e oportunidades. Por meio desse elo, a menina conseguiu se matricular no tradicional Colégio Vaz da Silveira. No entanto, o preço pago por aquela "oportunidade" foi a convivência diária com o racismo desvelado.

Um dos episódios mais dolorosos de sua infância ocorreu justamente dentro da escola, instituição onde sua própria madrinha

exercia papel de liderança e responsabilidade. Durante os ensaios de uma peça teatral escolar, a menina alimentou o sonho singelo de interpretar Nossa Senhora. O desejo, contudo, foi interrompido de forma cruel e inesquecível pela voz de quem deveria protegê-la. Ao chegar na direção e mencionar bastante entusiasmada seu desejo, a madrinha, olhou para a afilhada e proferiu a frase que a acompanharia por toda a vida:

"Se ponha no seu lugar, porque uma menina preta jamais poderia representar Nossa Senhora numa peça".

Aquele golpe cortou a infância da menina e explicitou o limite imposto pela elite branca da época: às pessoas negras cabia a subserviência, nunca o lugar do sagrado, da beleza ou do protagonismo.

Além das marcas psicológicas, a rotina de trabalho nas "casas grandes" dos descendentes dos antigos latifundiários revelava a permanência do trabalho análogo à escravidão. Não havia salário. Ao fim de um ano inteiro de dedicação e esforço físico, a única "remuneração" concedida às trabalhadoras era uma simples "muda de roupa"- confeccionada com tecidos baratos e de péssima qualidade, que mal cobriam o corpo e a dignidade.

A segregação espacial dentro dos casarões também era rigorosa. As trabalhadoras negras eram terminantemente proibidas de transitar pelas salas e espaços nobres das residências. Caso ousassem ultrapassar esses limites invisíveis, eram imediatamente repreendidas e punidas. O local destinado a elas era a cozinha e os anexos dos fundos.

A jornada de trabalho parecia não ter fim. As tarefas estendiam-se pela noite e adentravam as madrugadas, ritmadas pela rotina das fazendas. Era nesse horário avançado que chegavam os vaqueiros - homens de confiança dos patrões brancos, fundamentais para a economia do gado, mas que, por sua origem humilde e social, também sofriam as divisões de classe da casa. Mesmo sendo peças-chave no trabalho do campo, os vaqueiros não podiam entrar pela porta da frente: entravam estritamente pela

porta dos fundos e permaneciam confinados na cozinha ao lado dos demais empregados.

Para atender esses homens que chegavam exaustos das comitivas durante a madrugada, as trabalhadoras domésticas precisavam estar de pé, servindo refeições e cuidando da casa sem qualquer descanso adequado. A carga horária era estafante, consumindo a infância e a juventude daquela senhora entre o fogo do fogão, o cansaço e o silêncio forçado.

O depoimento dessa senhora de 82 anos é mais do que uma lembrança pessoal; é um testemunho histórico visceral. Ele expõe como as oligarquias rurais mantiveram, por décadas, práticas de opressão racial e exploração do trabalho sob o disfarce da benevolência e da caridade. Ouvir e registrar a sua voz é um ato de reparação e de resgate da verdadeira história do interior do Piauí.

– CAPÍTULO 27 –

ALGUNS CAUSOS

Marli Ferreira de Carvalho Damasceno
Maciel Costa de Sousa
Leid Daiane Néri de Araújo
Joicilene Silva Macedo
Marisa Cardoso Costa
Kathully Karoline Brito Torres

Nós, Brancos!

Um homem negro, alto, forte e muito alegre foi tentar a vida no estado de São Paulo e, em pouco tempo, conseguiu acumular riqueza.

Em certa ocasião, em visita à cidade de Paulista (atual Paulistana), recebeu um convite para almoçar na casa de um coronel muito conhecido na região e que tinha posição de chefe político local. Zé Piau, como era conhecido, aceitou o convite e dirigiu-se até a casa do coronel. Quando já sentados, durante o almoço, Zé Pial iniciou uma divertida conversa e em certo ponto falou: "É, coronel, nós brancos...", rapidamente, o coronel interrompeu sua fala e o corrigiu: "Fale nós ricos, e não nós brancos".

Este fato apenas serve para demonstrar como o preconceito em nossa cidade, em tempos atrás, era forte. Os brancos, principalmente ricos, não se misturavam em festas com os negros, causando, assim, um clima de divisão na cidade.

O caixão da caridade

Há muito tempo, assim como em boa parte do Brasil, o município de Paulistana apresentava altos índices de miséria extrema. Boa parte da população paulistanense, ao morrer, não tinha condições para pagar o tradicional caixão. Para amenizar essa situação, foi criado, no município, o "Caixão da Caridade" que deixava disponível, no Cemitério Municipal Padre João Pedro, um caixão para que a população carente utilizasse durante todo o velório e durante o cortejo até o cemitério. Ao chegar lá, o falecido era retirado do caixão e sepultado.

Havia uma quantidade máxima de falecidos para a utilização do caixão: na quarta vez, a pessoa podia ser sepultada juntamente com o caixão, que era sempre feito na cor preta e doado pela prefeitura do município. Negros geralmente

O pedrical misterioso

Por toda a região ainda existem marcas de seus fundadores. No município de Acauã-PI, mais precisamente na localidade Curral Novo, existem ruínas da Casa Grande construída por Valério Coelho Rodrigues, tal construção apresentava estilos coloniais. Segundo moradores da localidade, aos arredores da casa, também existia uma grande senzala, o que deixa a entender que aquela fazenda apresentava um grande número de escravos.

Além da Casa Grande e da senzala, havia também no local o cemitério dos escravos e a tradicional parede construída nos rios e riachos para garantir a reserva de água nos períodos de seca. Tal parede, conhecida na região como Pedrical, era construída com cal bruto, barro e pedras, materiais que tornavam a construção segura.

No município foram construídos diversos pedricais e em um deles, localizado no Riacho das Lages, ocorreu um fato que causa espanto a quem o conhece. Na época da escravidão, eram muitas as punições aos escravos que tentavam fugir ou que realizavam algum ato que não agradava aos seus senhores. Foi o que aconteceu. Um escravo, não se sabe o que ele fez, foi jogado no riacho citado anteriormente com

uma enorme pedra atada ao seu pescoço. Com muita prática e agilidade, o escravo consegui desatar-se e sair ileso daquela punição. O fato encheu seu senhor de fúria e o mesmo ordenou aos seus guardas que amarrassem os pés e os braços do escravo caprichosamente. Após isso, o senhor mandou que lançassem o escravo novamente no riacho, desta vez exclamando: "Quero ver esse negro sair! ".

No momento em que o escravo ficou submerso ocorreu algo inexplicável e misterioso: as águas ficaram agitadas e o pedrical quebrou ao meio, esvaziando imediatamente. Os moradores acreditam que o que aconteceu foi intervenção divina para salvar a vida daquele pobre e sofrido escravo. Até os dias atuais ainda existem ruínas do referido pedrical do Riacho das Lages.

Nicolau

Por mais que muitos tentem esconder, existiu sim um terrível e sofrido período de escravidão e preconceito racial em nossa região. Vários moradores afirmam que muitos negros que tiveram parentes (ou até eles mesmos) vivenciando tal período, não se sabe o porquê, escondem as histórias que seus antepassados contaram e o que os mesmos presenciaram. Sabe-se que existe um arcabouço valiosíssimo de informações sobre tal tema, que muitos nem conheciam, e que esta obra buscou descobrir, detalhar e expor para a população de Paulistana e região.

Populares contam que um escravizado de nome Nicolau fugiu da fazenda de seu senhor para uma outra próxima, mas poucos dias depois foi localizado e capturado. Seu senhor decidiu aplicar uma punição horrível: colocou o pobre escravo para ser arrastado por animais. O pobre submisso não resistiu a tamanha maldade que lhe arrancava pedaços do corpo e faleceu. Seu senhor mandou colocar seu corpo debaixo de um pé de juazeiro e ordenou aos outros escravos: "Vão buscar o diabo de vocês que ficou amuado no caminho"! Foi por causa deste acontecimento que deram, àquele local que fica a cerca de 7 km da sede do município de Acauã-PI, o nome de Nicolau, este que permanece até os dias atuais.

– CAPÍTULO 28 –

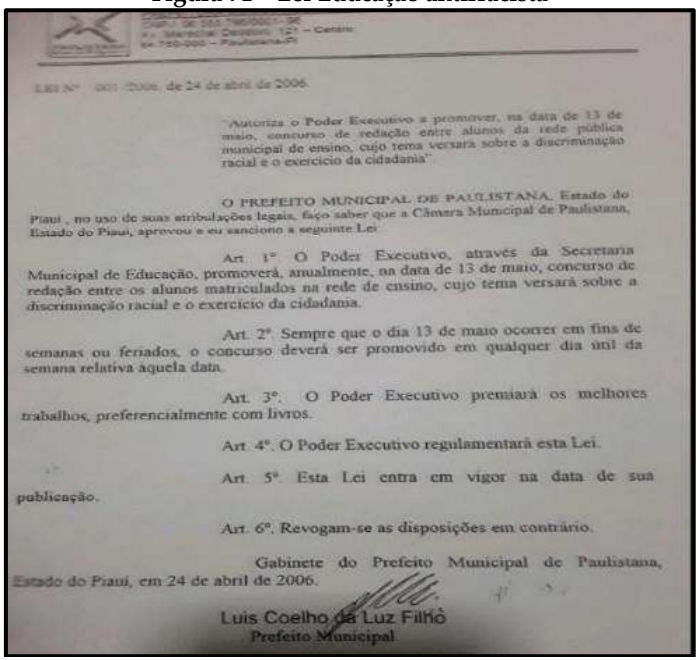
EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA E SALVAGUARDA DA MEMÓRIA NEGRA E INDÍGENA EM PAULISTANA-PI

Marli Ferreira de Carvalho Damasceno

28.1 A Lei esquecida: educação antirracista e cidadania negligenciadas em Paulistana (PI)

Em 24 de abril de 2006, o município de Paulistana (PI) deu um passo legislativo importante em direção à conscientização social e à luta contra o preconceito com a sanção da Lei Municipal nº 001/2006, assinada pelo então prefeito Luis Coelho da Luz Filho. O dispositivo legal determinava que o Poder Executivo, por meio da Secretaria Municipal de Educação, promovesse anualmente, em torno do dia 13 de maio, um concurso de redação entre os alunos da rede pública municipal com o tema "Discriminação Racial e o Exercício da Cidadania".

Figura 71 – Lei Educação antirracista



LEI Nº 001 /2006, de 24 de abril de 2006.

"Autoriza o Poder Executivo a promover, na data de 13 de maio, concurso de redação entre alunos da rede pública municipal de ensino, cujo tema versará sobre a discriminação racial e o exercício da cidadania".

O PREFEITO MUNICIPAL DE PAULISTANA, Estado do Piauí , no uso de suas atribuições legais, faço saber que a Câmara Municipal de Paulistana, Estado do Piauí, aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. O Poder Executivo, através da Secretaria Municipal de Educação, promoverá, anualmente, na data de 13 de maio, concurso de redação entre os alunos matriculados na rede de ensino, cujo tema versará sobre a discriminação racial e o exercício da cidadania.

Art. 2º. Sempre que o dia 13 de maio ocorrer em fins de semanas ou feriados, o concurso deverá ser promovido em qualquer dia útil da semana relativa àquela data.

Art. 3º. O Poder Executivo premiará os melhores trabalhos, preferencialmente com livros.

Art. 4º. O Poder Executivo regulamentará esta Lei.

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Paulistana, Estado do Piauí, em 24 de abril de 2006.

Luis Coelho da Luz Filho
Prefeito Municipal

Fonte: acervo pessoal

No entanto, o contraste entre o texto normativo e a realidade prática expõe uma grave lacuna: a lei permanece sem o devido cumprimento no município.

A legislação é clara e objetiva em sua estrutura:

a) Obrigatoriedade e Periodicidade (Art. 1º e 2º): Define que o concurso de redação deve ser promovido todos os anos entre os estudantes matriculados na rede municipal, ajustando-se para dias úteis caso o 13 de maio incida em finais de semana ou feriados.

b) Estímulo à Leitura e Escrita (Art. 3º): Determina que os alunos com os melhores trabalhos sejam premiados, preferencialmente com livros, incentivando o hábito da leitura e o pensamento crítico.

c) Foco Temático: Coloca o debate sobre a discriminação racial e a cidadania no centro do ambiente escolar, alinhando-se com as diretrizes nacionais para a educação das relações étnico-raciais.

Paulistana é um município com profunda herança negra e abrigo de diversas comunidades quilombolas tradicionais - como

Barro Vermelho, Contente, Chupeiro, Angical, Sombrio e São Martins. Em um território com essa densidade histórica e cultural, a omissão na aplicação da Lei nº 001/2006 gera prejuízos diretos para a formação das novas gerações:

a) Invisibilização do Debate Antirracista: Ao deixar de realizar o concurso, a rede pública perde uma oportunidade anual e estruturada de fazer os estudantes refletirem sobre os impactos do racismo estrutural e a importância do respeito à diversidade.

b) Desperdício de Ferramenta Pedagógica: O concurso de redação serviria como catalisador para que professores trabalhassem projetos interdisciplinares de história, literatura e direitos humanos ao longo do ano letivo.

c) Desrespeito à Legislação e à Cidadania: A não execução de uma lei aprovada pela Câmara Municipal há quase duas décadas reforça a sensação de ineficácia das políticas públicas voltadas para a pauta racial.

Resgatar o cumprimento da Lei nº 001/2006 não é apenas uma obrigação burocrática da Secretaria Municipal de Educação, mas um dever moral com a juventude e com a história de Paulistana. Promover o concurso de redação é garantir que as salas de aula sejam espaços ativos de combate à discriminação e de valorização do exercício pleno da cidadania.

28.2 A Resistência no Bairro Correnteza: quando a memória popular travou a homenagem à escravidão em Paulistana

A disputa pela memória pública é uma das faces mais ativas da luta por direitos e dignidade no Brasil. Em Paulistana (PI), esse embate ganhou contornos decisivos quando surgiu, no âmbito da Câmara Municipal de Vereadores, a proposta de erguer um monumento - um busto em homenagem ao patriarca colonial Valério Coelho Rodrigues - justamente no Bairro Correnteza.

O local escolhido para a homenagem representava uma profunda contradição e uma afronta histórica: o Bairro Correnteza é o maior reduto urbano de moradores negros descendentes de

pessoas escravizadas no município, espaço de forte resistência e sociabilidade popular, onde historicamente funcionou também o lendário *Blackman Club*.

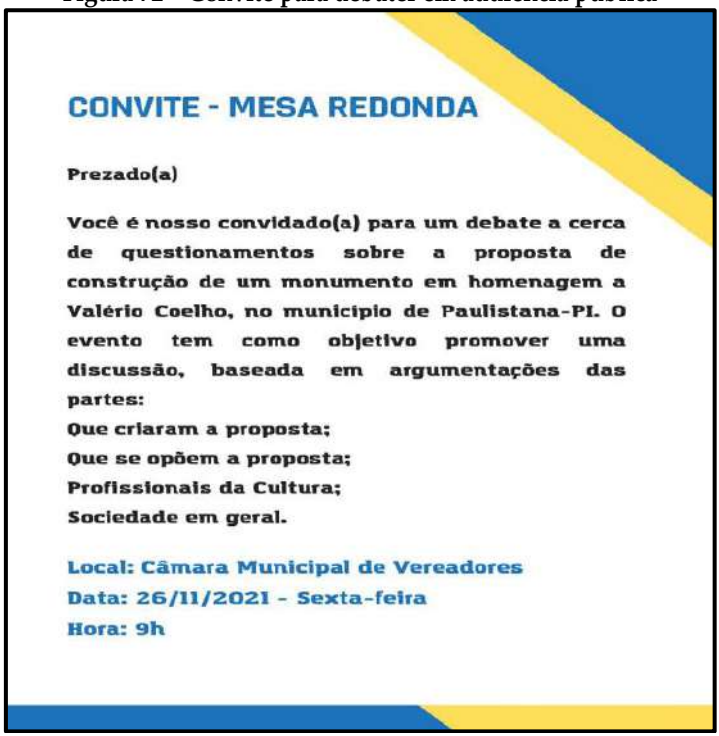
Valério Coelho Rodrigues, central no povoamento colonial do sertão do Piauí no século XVIII, figura na historiografia oficial como fundador e grande proprietário de terras na região. No entanto, sua trajetória e o poder econômico de sua família foram erguidos sob o pilar do sistema escravagista e do domínio violento sobre populações negras e indígenas.

Tentar erguer uma estátua de exaltação a uma figura associada ao passado escravocrata no coração de um bairro formado pelos descendentes das próprias pessoas exploradas por esse sistema significava perpetuar uma violência simbólica. O monumento funcionaria como um lembrete permanente da dominação colonial no único espaço de acolhimento e afirmação da comunidade negra local.

Diante da proposta, a comunidade do Bairro Correnteza não se calou. Em uma articulação rápida e corajosa, moradores locais, movimentos negros regionais, lideranças quilombolas e ativistas de direitos humanos organizaram um movimento coletivo de contestação.

Em 26 de novembro de 2021, a pressão popular forçou a realização de uma mesa-redonda na Câmara Municipal de Vereadores para debater os questionamentos levantados sobre a construção do monumento. O evento reuniu autoridades, proponentes do projeto, profissionais da cultura e a sociedade civil em geral.

Figura 72 – Convite para debater em audiência pública



Fonte: Acervo pessoal

A presença ostensiva e firme da população ocupando as galerias do Legislativo municipal transformou a sessão em um ato público de denúncia. Com argumentos sólidos sobre o significado doloroso e desrespeitoso daquela obra, o grupo articulado demonstrou que monumentos em praça pública não são apenas peças decorativas, mas escolhas políticas sobre *quem* e *o quê* uma sociedade decide honrar.

A mobilização vitoriosa conseguiu barrar a instalação do busto, marcando um capítulo histórico na luta antirracista de Paulistana. O episódio demonstrou a força da organização popular e a recusa dos moradores do Bairro Correnteza em aceitar que a história oficial da cidade continue sendo contada apenas pela perspectiva dos colonizadores.

Embora o projeto tenha sido paralisado, a conquista serve como um lembrete permanente: a preservação do território, o respeito à memória dos antepassados e o combate ao racismo estrutural exigem vigilância constante para que o espaço público pertença, de fato, a quem nele vive e constrói a história no dia a dia.

– CAPÍTULO 29 –

IMAGENS QUE CONTAM HISTÓRIAS

Marli Ferreira de Carvalho Damasceno

A imagem a seguir é a capa de um documentário, em que apresentamos a história do povoamento da cidade de Paulistana-PI, que foi feita pelos negros e indígenas. Trazemos depoimentos e histórias marcantes de pessoas que contribuem para o levantamento histórico da cidade. Também mostramos o lado chocante da escravidão em nosso munícipio, que teve seu auge a partir do século XVIII com a chegada de portugueses e a instalação de fazendas de gado na região.

O seu Demétrio, que aparece na imagem abaixo, conta diversos episódios de racismo de brancos contra negros e também relata um fato que ouviu dos pais e avós: na rua onde hoje está localizado o postinho de saúde (próximo a igreja matriz) havia um tronco suspenso para chicotear pessoas negras que tentavam fugir ou que se rebelavam contra o sistema de escravidão.

Este documentário contou com a participação de moradores e pesquisadores e com o apoio da Lei Paulo Gustavo. Fotos de Rodolfo fotografia e Do Portal FN Notícias. Criação de roteiro e edição: Jamile Carvalho, Sara e Marli Carvalho.

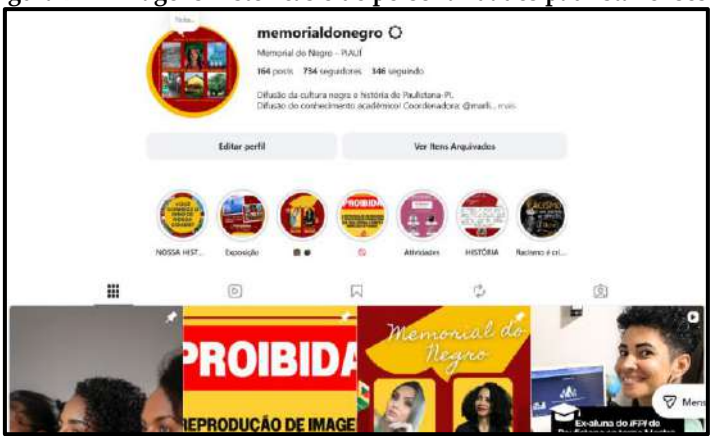
Figura 73 – Imagens históricas e de personalidades paulistanenses



Fonte: Link do documentário: https://www.youtube.com/watch?v=drBAP7LGe5c

Já a imagem abaixo, mostra a página criada para abordar a importância das pessoas negras, indígenas e contar a história de Paulistana-PI.

Figura 74 – Imagens históricas e de personalidades paulistanenses



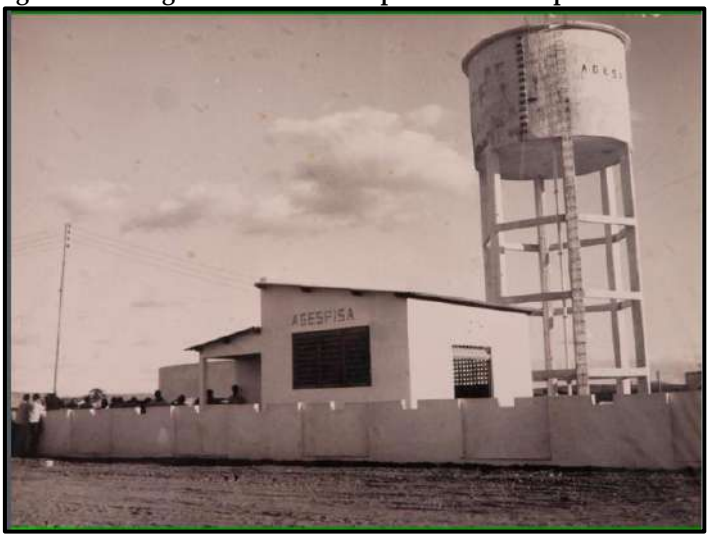
Fonte: @memorialdonegro

Figura 75 – Imagens históricas e de personalidades paulistanenses



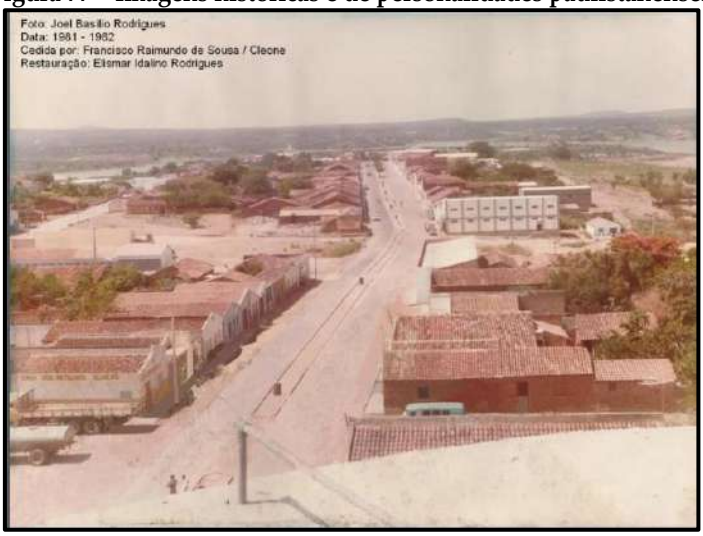
Fonte: Acervo pessoal

Figura 76 – Imagens históricas e de personalidades paulistanenses



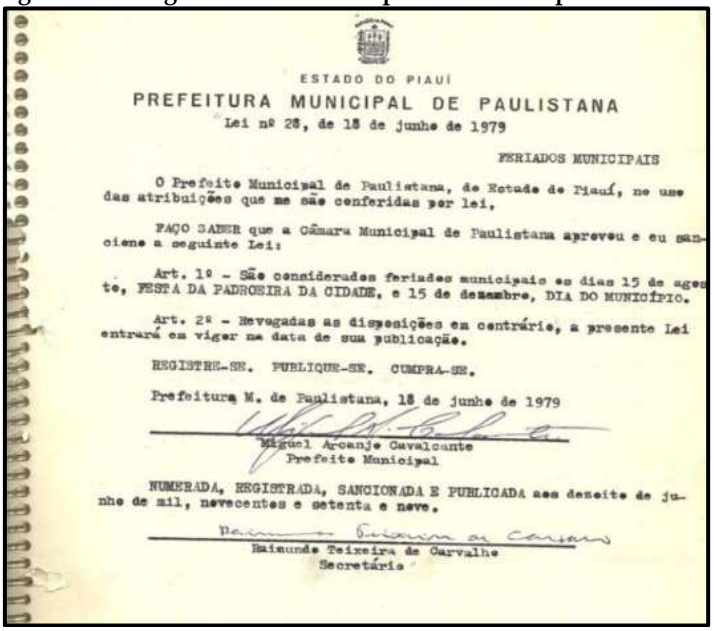
Fonte: Acervo pessoal

Figura 77 – Imagens históricas e de personalidades paulistanenses



Fonte: Acervo pessoal

Figura 78 – Imagens históricas e de personalidades paulistanenses



ESTADO DO PIAUÍ

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULISTANA

Lei nº 28, de 15 de junho de 1979

FERIADOS MUNICIPAIS

O Prefeito Municipal de Paulistana, do Estado do Piauí, no uso das atribuições que me são conferidas por lei,

FAÇO SABER que a Câmara Municipal de Paulistana aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - São considerados feriados municipais os dias 15 de agosto, FESTA DA PADROEIRA DA CIDADE, e 15 de dezembro, DIA DO MUNICÍPIO.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, a presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Prefeitura M. de Paulistana, 15 de junho de 1979

Miguel Arcanjo Cavalcante
Prefeito Municipal

NUMERADA, REGISTRADA, SANCIONADA E PUBLICADA aos dezoito de junho de mil, novecentos e setenta e nove.

Raimundo Teixeira de Carvalho
Secretário

Fonte: Acervo pessoal

Figura 79 – Imagens históricas e de personalidades paulistanenses



Fonte: Acervo pessoal

Figura 80 – Carnaval em Paulistana, no início da década de 1990.



Fonte: Acervo pessoal

Mercado municipal. Você sabia que a feira e o mercado municipal foram criados especialmente por negros, pois não podiam fazer compras nos mercados dos brancos em Paulistana?!

Inclusive, uma moradora da cidade relatou que o pai, negro, tinha que ir a Picos, por dentro da mata, de jumento, comprar mantimentos para a família. Nossa história, infelizmente, é marcada pela escravidão, racismo e exclusão dos negros.

Figura 81 – Centro Social da Igreja Católica, localizado na descida para o Açude Ingazeiras



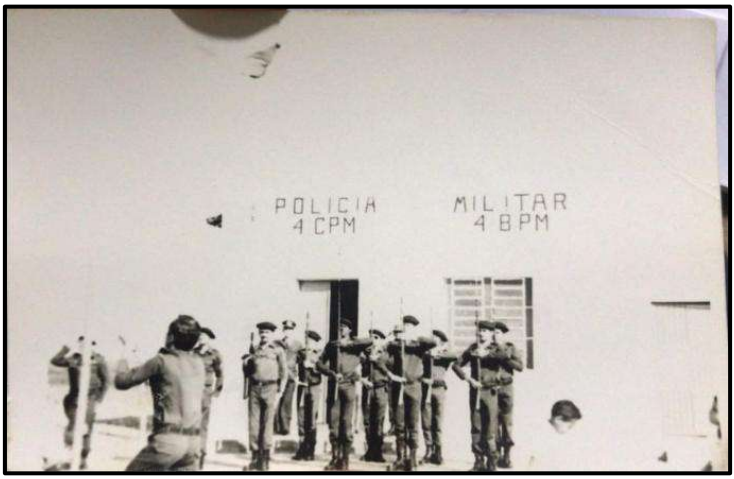
Fonte: Acervo pessoal

Figura 82 – O local que fica em frente ao hospital regional na Av. Marechal Deodoro. Ao fundo, a antiga agência da Itapemirim e a casa de seu Pedrinho



Fonte: Acervo pessoal

Figura 83 – Na imagem acima, a antiga sede da Polícia Militar, que fica na Av. Marechal Deodoro.



Fonte: Acervo pessoal

Figura 84 - Apresentação escolar



Fonte: Acervo pessoal

Figura 85 - Seu Deusdedit Cavalcanti e Seu Miguel Arcanjo (Miguelzinho), ex-prefeitos de Paulistana



Fonte: Acervo pessoal

Figura 86 - Acima, A prefeitura de Paulistana chegou a funcionar em local provisório antes de vir para os prédios oficiais. (Segundo relatos, este local é o atual Armazém Nordeste).



Fonte: Acervo pessoal

Figura 87 - Marechal Deodoro arborizada



Fonte: Acervo da pesquisa

Figura 88 - À esquerda, é possível notar a casa em que Valério Coelho morou. Apesar de ser considerada patrimônio histórico, ela foi derrubada, dando lugar a uma edificação comercial.



Fonte: Acervo pessoal

Figura 89 - Procissão de Nossa Senhora na década de 1990.



Fonte: Acervo pessoal

Abaixo, representação fotográfica de uma das apresentações da época em que Paulistana realizava o reisado, uma festa da população negra, que foi um evento cultural muito importante para a nossa cidade. Divertia a população com danças, peças teatrais e muitas músicas.

Figura 90 – Apresentação de reisado



Fonte: Acervo da pesquisa

Figura 91 - Em uma cadeira, Dona Isabel, a primeira cozinheira dos Padres.



Fonte: Acervo da pesquisa

Figura 92 - Dr. Heitor e Dr. Hucênio



Fonte: Acervo da pesquisa

Figura 93 – Construção do Hospital Petronila Cavalcanti



Fonte: Acervo da pesquisa

Figura 94 - Local onde hoje está construída a Praça Castelo Branco em frente à igreja matriz.



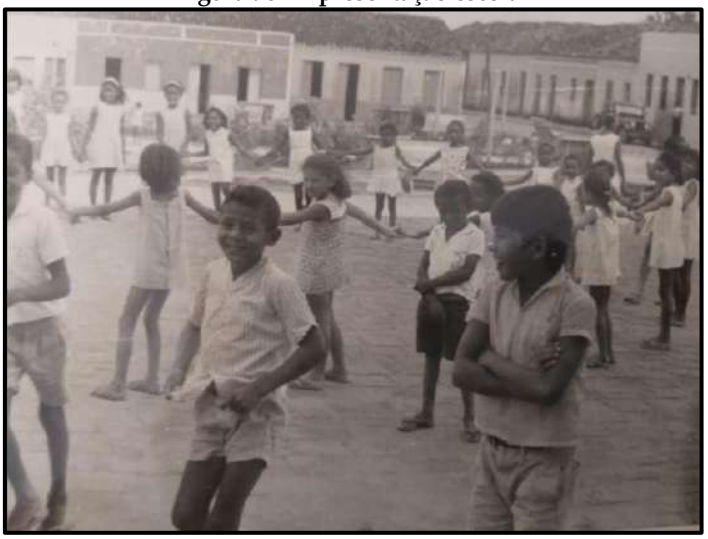
Fonte: Acervo da pesquisa

Figura 95 - Construção do Centro Social de Paulistana



Fonte: Acervo da pesquisa

Figura 96 – Apresentação escolar



Fonte: Acervo da pesquisa

Abaixo, a Avenida Marechal Deodoro na década de 1990. Alguns dos prédios estavam construídos, mas no espaço ao lado de onde hoje é um supermercado, havia apenas terreno baldio! Quantas histórias foram construídas e contadas aqui! Aos poucos,

nosso espaço urbano vai sendo moldado e algumas edificações vão deixando de existir para dar lugar a outras.

Figura 97 - Avenida Marechal Deodoro



Fonte: Acervo da pesquisa

Figura 98 - Nossa linda cidade ainda na década de 1990, sem as construções que hoje ocupam este espaço!



Fonte: Acervo da pesquisa

Figura 99 - Seu Pereira



Fonte: Acervo da pesquisa

José Pereira da Silva, nascido em 01 de abril de 1948 e falecido em 07 de março de 2022. Seu Pereira, como era carinhosamente conhecido, faria 75 anos em breve. Sua trajetória enche de orgulho e honra os paulistanenses, especialmente o povo negro, do qual fazia parte.

Seu legado no esporte de Paulistana-PI jamais será esquecido, pois formou e estimulou diversas gerações de jovens ao gosto pelo futebol. Ele realizava o campeonato chamado JP juniores de Futsal e mantinha, por conta própria, uma escolinha de futebol para crianças carentes do bairro Cohab e São Francisco.

Mesmo sem muitos recursos, fez muito além do que podia e nos deixa entristecidos por não termos conseguido fazer esta homenagem ainda em vida, como havíamos previsto! Seu Pereira, tenha um lindo caminho de luz. O senhor deixou muita gente curvada em reverência a sua magnitude aqui na terra.

Figura 100 - Padre Otton e moradores de Paulistana



Fonte: Acervo da pesquisa

O padre Otto Beckmann deixou seu legado como mensageiro da paz na história de Paulistana pelas ações que fazia em prol dos mais carentes. Ele foi um dos maiores responsáveis pela construção do Centro Social João XXIII, no ano de 1967. Padre Otto também construiu o Beckmann Club, apelidado por Clube o "Redondinho", no bairro Correnteza, conhecido como clube dos negros, e passou a coordenação para os próprios moradores do bairro que organizavam por lá suas festas, carnavais e reisado.

Padre Otto nasceu na Alemanha em 1929 e foi ordenado sacerdote em 1954. Em 1966, o sacerdote veio ao Brasil para contribuir no serviço pastoral da Diocese de Oeiras e foi pároco da paróquia de Nossa Senhora dos Humildes, entre os anos de 1967 a 1970.

O sacerdote alemão, residiu em Paulistana de 1997 até seu último dia de vida (2019). Ele foi um dos religiosos mais respeitados pelo trabalho que realizava a favor da cura espiritual das pessoas.

Figura 101 – Antigo clube dos branco



Fonte: Acervo da pesquisa

Acima a imagem de onde funcionava o clube dos brancos (Hoje, banco do Nordeste). Vale ressaltar que essa ideia de inferioridade dos negros iniciou-se na época da colonização do Brasil, quando os afrodescendentes foram trazidos ao nosso país sob a forma de escravizados. A escravidão foi abolida há muitos anos, mas ainda hoje existem pessoas que agem como se estivessem naquela época. Em Paulistana, não foi diferente. O preconceito dominava a cidade de forma extrema. Os "brancos" realizavam seus eventos e festas no prédio em que atualmente funciona o Banco do Nordeste e nenhum negro poderia sequer aproximar-se da rua que dá acesso à avenida principal onde ficava o clube.

Na década de 1970, vendo que a situação de preconceito estava em caso extremo, o padre Otto Beckman iniciou o trabalho de união e de luta pelo fim da divisão racial em nossa cidade. Durante as missas, ele sempre tocava no assunto para tentar modificar a ideia que reinava na mente dos mais ricos de Paulistana. Vendo que a situação não melhorava, resolveu criar um clube especialmente para os negros.

O prédio que funcionou como local para festas e eventos ficava localizado no Bairro Correnteza, na Rua XX. Assim como os brancos não permitiam a entrada de negros em suas festas, estes também restringiam a entrada de brancos no seu clube que foi carinhosamente apelidado de "Blackman" Clube.

Infelizmente, os negros foram tratados com inferioridade (e ainda são) em Paulistana Piauí. Um dos relatos que mais ouvimos dos mais velhos foi: "*Em Paulistana os brancos podiam tudo". (M.D.87 anos). Outro relato da mesma pessoa: "meu pai era proibido de fazer compras no comércio por ser preto, por isso, tinha que arriscar ir de jumento para Picos por dentro da mata para comprar algum mantimento*" (década de 1940).

Fonte: relatos coletados por Marli, Maciel, Leid Daiane, Joicilene e Marisa, no ano de 2015 – Projeto Causos do Sertão**.**

Figura 102 – Personalidades paulistanenses



Fonte: Acervo da pesquisa

Na imagem acima, estão as paulistanenses Socorro de dona Eva e Gilsa de dona Maria de seu Petronilo! Na foto, vemos a avenida Marechal Deodoro onde hoje funciona a Secretaria de

Assistência, trecho em frente ao antigo posto de Peuricultura. Esta foto foi tirada em frente à casa de seu Hércules. Interessante observar que mudou toda a arquitetura da rua, e hoje concentra a maior parte dos comércios da cidade. Na época, a avenida era larga. Imagem enviada por Moacy Allexy Vilanova e Silva.

– CAPÍTULO 30 –

A FORMAÇÃO SOCIAL E DEMOGRÁFICA DOS SERTÕES DO PIAUÍ: ROTAS DO TRÁFICO, VIOLÊNCIA COLONIAL E GENÉTICA

Marli Ferreira de Carvalho Damasceno

30.1 O DNA dos negros que migraram e fundaram o Quilombo São Martins

Durante a pesquisa documental e o estudo etnográfico de minha tese de doutorado no ano de 2022, notei algumas informações inconsistentes, a exemplo de os documentos que remetem à escravidão na Fazenda Paulista apresentarem os negros como oriundos de uma única região do continente africano, a Angola. Após analisar documentos desse período, no contexto nacional e estadual, evidenciamos a necessidade de realizar testes genéticos na comunidade, para que as informações de ancestralidade dos moradores locais contidas neste livro fossem ancoradas em dados empíricos comprovados cientificamente.

Os testes foram devidamente autorizados, seguindo todos os princípios éticos, e realizados pelo Laboratório Genera. Nesta seção, os resultados serão apresentados e analisados, corroborando a compreensão do caminho percorrido pelos negros sequestrados no continente africano durante o período de escravidão até chegarem ao sertão piauiense, especialmente no Quilombo São Martins.

Inicialmente, destacamos que a reconstituição da história da população negra nos sertões do Piauí exige um recuo metodológico capaz de conectar as dinâmicas econômicas coloniais da América

Portuguesa aos fluxos demográficos do tráfico transatlântico de escravizados. Longe de ser um território isolado, o interior piauiense, e especificamente a histórica região de Paulistana, integrou uma complexa rede de abastecimento e comércio humano interprovincial com a Bahia e Pernambuco.

Neste cenário de resistência e territorialidade, a análise genética de uma moradora do Quilombo São Martins em Paulistana-PI, descendente do casal fundador do local constitui um documento histórico vivo. A leitura desse perfil biológico ganha densidade quando amparada pelo conceito de escrevivência, formulado pela escritora e intelectual negra Conceição Evaristo (2016). Para ela, a escrevivência rasura a história oficial escrita pela ótica do dominador, emergindo a partir do corpo e da vivência das mulheres negras para narrar a própria história. O DNA analisado não é apenas um dado estatístico, é uma escrevivência biológica e ancestral inscrita na dupla hélice de seu código genético, uma narrativa de dor, mas sobretudo de continuidade e insurgência que sobreviveu à crônica do apagamento colonial.

Fundado em 1830 por negros que fugiram corajosamente das propriedades dos descendentes do escravista Valério Coelho Rodrigues, o Quilombo São Martins preservou, ao longo de quase dois séculos, uma identidade cultural e biológica profundamente ligada ao continente africano. Os dados do teste revelam que 77% da ancestralidade global é proveniente da África. Trata-se de um índice notavelmente expressivo para o interior do país, que atesta o isolamento geográfico e a coesão social da comunidade após a sua fundação. Essa barreira geográfica e social permitiu a manutenção de uma forte endogamia protetiva, funcionando como uma blindagem comunitária contra a diluição de suas raízes originais e garantindo a sobrevivência física e cultural do grupo em meio à hostilidade do latifúndio sertanejo.

Para compreender a acentuada predominância do componente genético da Costa da Mina, que atinge 46% do total da ancestralidade do perfil analisado, é preciso recorrer à historiografia do tráfico transatlântico e à economia colonial do

Nordeste. Como aponta o historiador Verger (2021), a rota comercial entre a Bahia e a Costa da Mina (região que hoje compreende Nigéria, Gana, Togo e Benim) foi a principal artéria de abastecimento de mão de obra forçada no século XVIII e início do século XIX.

O Piauí mantinha uma ligação econômica e geográfica umbilical com a Bahia. O gado piauiense descia as trilhas do sertão, margeando os caminhos dos currais, para abastecer o florescente mercado urbano e açucareiro de Salvador. Nas feiras de gado baianas, os proprietários piauienses e seus prepostos vendiam as boiadas e, com o lucro dessa transação, compravam escravizados recém-chegados nos navios negreiros que operavam no Golfo do Benim. As caravanas de mercadores faziam, então, o caminho inverso, trazendo esses indivíduos a pé pelos sertões de dentro.

Essa dinâmica socioeconômica explica por que povos de matrizes culturais distintas como os Iorubás (Nagôs), Fon (Jejes) e Hauçás, que historicamente compunham a chamada Costa da Mina, deixaram uma marca tão profunda, perene e majoritária no DNA da população quilombola paulistanense. O mercado de Salvador (de onde partiu Valério Coelho, trazendo diversos escravizados) funcionou como o grande funil demográfico que moldou o perfil biológico e as tradições cosmológicas que mais tarde se enraizariam no Quilombo São Martins.

Para além das rotas comerciais que interligavam o Piauí à praça baiana, a própria configuração jurídica e fundiária do território de Paulistana estabeleceu as bases estruturais da opressão escravista que os fundadores de São Martins combateriam. No território piauiense, a ocupação inicial dos vales dos rios esteve profundamente atrelada à atuação da Companhia de Jesus. Os jesuítas possuíam uma vasta quantidade de fazendas na província, sendo sua atuação voltada muito mais para a administração agropecuária de alta produtividade do que propriamente para a catequese indígena, conforme destacam Oliveira e Assis (2009).

Com a expulsão dos jesuítas do Império Português em 1759, por ordem do Marquês de Pombal, o governo colonial confiscou

esse imenso patrimônio e estruturou as propriedades em três grandes inspeções administrativas: Santo Inácio do Canindé, São José do Piauí e Nossa Senhora de Nazareth. A região da atual Paulistana integrava formalmente a Inspeção de Santo Inácio do Canindé, que reunia fazendas de extrema importância estratégica e econômica, tais como Ilha, Tranqueira, Castelo e Campo Largo, esta última funcionando como a residência administrativa da inspeção (D'Alencastre, 1857).

A transição dessas terras de propriedades jesuíticas para o controle direto da Coroa (e, posteriormente, para o Estado Imperial brasileiro sob a égide das Fazendas Nacionais) não alterou o regime de exploração do trabalho forçado. Ao contrário, institucionalizou o braço do Estado na manutenção do cativeiro. Foi nesse complexo de fazendas interligadas pela Inspeção do Canindé que potentados locais e grandes proprietários escravistas, entre os quais se destacava a poderosa genealogia do Capitão Valério Coelho Rodrigues e seus herdeiros, articularam seus currais de gado e expandiram seus domínios privados sobre as terras públicas e os vales da caatinga.

As propriedades dos Coelho Rodrigues confinavam e, muitas vezes, confundiam-se com os limites dessas antigas Fazendas Reais. Portanto, quando o núcleo de negros escravizados se subleva e rompe com os domínios de Valério Coelho no ano de 1830, o ato de fuga não representa apenas uma insubordinação contra um indivíduo ou um senhor de terras específico, mas de uma fissura direta na própria geopolítica do latifúndio estatal e privado que controlava a Inspeção de Santo Inácio do Canindé desde o século XVIII.

Além da proeminência da Costa da Mina, os dados genéticos analisados apontam parcelas significativas vindas do Oeste da África (12%), região associada pelas categorias analíticas do teste às linhagens que englobam os povos de origem Bantu (como os Bacongo e os Luba), e do Leste da África (11%).

Para compreender o enraizamento dessas populações no Piauí, faz-se necessário resgatar as contribuições do historiador

piauiense Monsenhor Chaves, em suas pesquisas sobre a formação social da província, bem como as reflexões do antropólogo Kabengele Munanga. Ambos os autores demonstram que os povos de tronco linguístico Bantu foram a base fundamental das primeiras grandes levas de trabalhadores forçados introduzidas no interior do Nordeste. Eles foram os braços responsáveis pela abertura dos primeiros currais, pela derrubada da caatinga e pela consolidação das fazendas de gado pioneiras.

A união dessas etnias e a subsequente fundação do quilombamento em 1830 adquirem seu real significado político quando analisadas sob a ótica do pensador, poeta e ativista quilombola piauiense Antônio Bispo dos Santos (Nego Bispo). Em sua teoria do pensamento contra-colonial, ele subverte a lógica eurocêntrica que enxerga o quilombo meramente como uma reação passiva ou um refúgio de fugitivos. Para ele, as comunidades quilombolas operam em um regime de *confluência* e circularidade.

A fuga das propriedades de Valério Coelho em 1830 não foi um ato de isolamento desesperado, mas sim um ato político de contra-colonização: a edificação de um território baseado na cosmovisão africana de compartilhamento e respeito à terra, em direta oposição ao modelo colonial de exploração, cercamento e latifúndio dominante no Piauí. A junção dos componentes da Costa da Mina, do Oeste Bantu e da África Oriental (esta última fortemente atingida após o tratado de 1815) no DNA analisado simboliza essa junção de saberes e resistências que Nego Bispo teoriza como a base da preservação das comunidades tradicionais.

Por outro lado, o laudo genético estudado mostra a presença de 21% de ancestralidade europeia, fragmentada entre a Europa Ocidental (10%), Itália (4%), Ibéria (4%) e Sardenha (3%). Do ponto de vista estritamente genético, os componentes de Europa Ocidental e Itália frequentemente se sobrepõem nos algoritmos devido à proximidade milenar das populações do continente europeu, refletindo, no contexto colonial do Piauí, uma base genética europeia antiga e diluída ao longo das gerações.

Historicamente, contudo, esse percentual evoca o violento processo de avanço das frentes pastoris e das bandeiras portuguesas sobre o interior do Nordeste a partir do século XVII. Historiadores, como Prado Júnior (2011), detalham a natureza do latifúndio pastoril e a forma como a elite lusa estabeleceu as grandes fazendas no sertão piauiense por meio do sistema de sesmarias, ocupação capitaneada por poderosas oligarquias agrárias e famílias escravistas.

Para que se compreenda a exata natureza desse marcador europeu de 21%, é importante acionar as formulações da teórica feminista negra Akotirene (2018) sobre a interseccionalidade. A pensadora demonstra que as opressões de raça, classe e gênero não operam de forma isolada, mas se cruzam de maneira estrutural para produzir vulnerabilidades específicas. No contexto das fazendas de gado coloniais e imperiais do Piauí, o patriarcado branco impôs sobre a mulher negra escravizada um cruzamento brutal dessas avenidas de opressão. Ela não sofria apenas a exploração econômica de sua força de trabalho (classe e raça), mas também a total desumanização de seu corpo jurídico e físico, submetido ao estupro colonial e à reprodução forçada engendrada por senhores de terra, capatazes e vaqueiros brancos.

O percentual europeu detectado no laudo genético analisado funciona, portanto, como a assinatura biológica do colonizador e como a marca perversa da violência patriarcal denunciada por Akotirene, herança compulsória incorporada à árvore genealógica antes do processo de ruptura definitiva marcado pela insurreição, pela fuga e pela subsequente fundação do quilombo em 1830.

Por fim, a herança nativa americana de menos de 3%, atribuída ao tronco linguístico e cultural Tupi, lança luz sobre o trágico e muitas vezes silenciado processo de espoliação e dizimação dos povos indígenas que habitavam originalmente os vales dos rios piauienses, como o Rio Canindé.

A historiografia contemporânea, com especial destaque para as pesquisas de Rocha (2010) sobre as populações indígenas no Piauí colonial, relata que a violenta expansão dos currais de gado

resultou na chamada Guerra dos Bárbaros. Esse longo e sangrento conflito interétnico dizimou, escravizou e expulsou grande parte das etnias nativas (como os Tremembés, Cariris e diversos grupos Tarairiús) que resistiam à invasão de seus territórios sagrados pelos criadores de gado.

Os raros sobreviventes desses massacres coloniais eram capturados para o trabalho forçado nas fazendas, onde passavam a conviver cotidianamente com as populações escravizadas de origem africana. Ademais, como demonstra a antropologia histórica, os quilombos atuavam frequentemente como zonas de refúgio interétnico. Sob o prisma da confluência e da acolhida contra-colonial propostas por Nego Bispo, o quilombo abria suas fronteiras para acolher os despossuídos do território, fundindo saberes da caatinga entre indígenas e negros para garantir a subsistência coletiva. O discreto percentual Tupi no DNA analisado é o vestígio físico e material dessa solidariedade e convivência dos povos oprimidos no interior paulistanense.

Em suma, o perfil genético da moradora transcende a frieza dos dados estatísticos e laboratoriais e se ergue como uma prova material irrefutável da própria história do Piauí. Lidos à luz da ciência, da historiografia e das lentes críticas de intelectuais negros como Conceição Evaristo, Nego Bispo e Carla Akotirene, esses resultados ganham voz.

Eles validam a escrevivência biológica da ancestralidade africana que ergueu economicamente o estado, denunciam na carne as intersecções da dominação colonial ibérica e da violência patriarcal, e corroboram a importância histórica e antropológica do Quilombo São Martins. A comunidade se confirma, assim, não apenas como um acidente geográfico do sertão, mas como um baluarte sagrado e contra-colonial de sobrevivência, dignidade, memória e liberdade coletiva enraizado no coração do território piauiense.

Essa herança contra-colonial, gravada na própria biologia dos moradores de São Martins, não se limita, contudo, aos marcadores

genéticos. Ela pulsa e se renova cotidianamente nas formas de falar, de narrar e de registrar a própria existência.

30.2 Dos resultados dos testes de DNA em negros que permaneceram no município de Paulistana

A configuração genética de negros que permaneceram no município revela uma complexa tapeçaria biogeográfica que sintetiza a formação social, demográfica e econômica do interior piauiense, mais especificamente de Paulistana e da microrregião do Vale do Canindé. A presença de 45% de ancestralidade africana, 42% europeia e 12% indígena, acompanhada por vestígios do Oriente Médio e Magrebe, desenha o retrato de uma população urbana que, ao permanecer na sede do município, vivenciou uma intensa dinâmica de intercruzamento étnico ao longo dos séculos. Essa realidade contrasta diretamente com o perfil genético de territórios quilombolas isolados do mesmo município, como São Martins, onde a ancestralidade africana atinge a marca de aproximadamente 77%. Para compreender como tais linhagens convergiram para o semiárido do Piauí, faz-se necessário analisar detalhadamente a trajetória histórica e geográfica de cada uma das regiões apontadas no laudo.

A matriz africana dessa parcela da população, que totaliza 45%, estrutura-se em um mosaico de diferentes regiões do continente africano que foram duramente atingidas pelo tráfico transatlântico de escravizados. A maior fração dessa herança provém da Costa da Mina, responsável por 17% de seu genoma, englobando territórios dos atuais países Nigéria, Gana, Togo e Benim. Conforme documentado pelo historiador Luís Vianna Filho em sua obra clássica *O Negro na Bahia*, os povos de fala Iorubá, Jeje e Haucá oriundos dessa faixa litorânea desembarcaram massivamente no porto de Salvador entre os séculos XVIII e XIX. A ligação dessa região com o sertão de Paulistana ocorreu por meio dos caminhos do gado. Como demonstrou o historiador Caio Prado Júnior em *Evolução Política do Brasil*, a expansão da pecuária

extensiva partiu do Recôncavo Baiano e do vale do Rio São Francisco em direção ao interior do Piauí. Os escravizados trazidos da Costa da Mina eram empregados como boiadeiros, vaqueiros e trabalhadores braçais no manejo das boiadas que abasteciam os centros urbanos, fixando-se ao longo das fazendas do Vale do Canindé.

A segunda maior contribuição africana identifica-se no Oeste da África, com 15%, região que compreende Angola, Gabão, República do Congo e a Bacia do Rio Congo, pátria dos povos de matriz linguística Bantu. Como argumenta o historiador Manolo Florentino em *Em Costas Negras*, a rota angolana e congolesa constituiu a espinha dorsal do comércio de cativos para o Brasil desde os primeiros séculos da colonização. Esses indivíduos foram introduzidos no Piauí tanto pelas entradas terrestres vindas de Pernambuco e da Bahia quanto pelo porto de São Luís do Maranhão, sendo fundamentais na estruturação dos primeiros povoamentos rurais e na edificação da infraestrutura física do sertão.

Complementando esse quadro, a presença de 11% de ancestralidade do Leste da África, notadamente de Moçambique, correlaciona-se com a fase final do tráfico Atlântico no século XIX. O historiador Alberto da Costa e Silva, em *A Manilha e o Libambo*, explica que a repressão britânica ao comércio de escravizados no Atlântico Norte forçou os negociantes a buscarem rotas alternativas no Oceano Índico. Os cativos moçambicanos eram desembarcados no Sudeste e na Bahia e subsequentemente redistribuídos para as províncias do interior, incluindo os sertões piauienses. As frações residuais de povos Nilotas e Mandê, inferiores a 2%, atestam a vasta capilaridade do tráfico, que alcançou as regiões da Bacia do Nilo e do noroeste africano, trazendo indivíduos que foram assimilados pela população trabalhadora local.

A componente europeia, que atinge 42% do código genético analisado, é predominantemente Ibérica, somando 32%. A presença ibérica reflete o processo de colonização promovido por portugueses e espanhóis a partir do século XVII. O historiador Odilon Nunes, em sua obra *Pesquisas para a História do Piauí*, detalha

que a ocupação territorial do Piauí foi impulsionada pela doação de sesmarias e pelo estabelecimento de currais de gado por latifundiários nordestinos. Os homens ibéricos fixaram-se no sertão dominando a posse da terra e estabelecendo relações de poder e de parentesco - muitas vezes coercitivas e assimétricas - com mulheres negras e indígenas. Um elemento de singular importância na fração europeia é a presença de 4% de ancestralidade associada aos Judeus Sefarditas. Como demonstra a historiadora Anita Novinsky em *Cristãos-Novos na Bahia*, as perseguições da Inquisição Portuguesa forçaram milhares de judeus convertidos à força a fugir dos centros litorâneos e a buscar refúgio no interior do Nordeste. Esses cristãos-novos adentraram os sertões de Pernambuco e do Piauí, integrando-se à economia sertaneja, ao comércio e à formação das famílias locais, deixando uma marca genética permanente na população piauiense. As demais frações europeias, como Europa Ocidental, Leste Europeu e Basco, representam contribuições menores decorrentes das correntes migratórias dos séculos XIX e XX para o Brasil, cujos descendentes gradualmente se deslocaram e se miscigenaram no interior do país.

A ancestralidade indígena de 12%, dividida entre as matrizes Amazônia (7%) e Tupi (4%), evidencia o contato genético e social com as populações originárias que habitavam o semiárido nordestino. O antropólogo Darcy Ribeiro, em *O Povo Brasileiro*, aponta que o processo de formação do caboclo e do sertanejo esteve fundamentado na intensa miscigenação entre os conquistadores europeus, os negros escravizados e as nações indígenas nativas. No Piauí, grupos indígenas pertencentes ao tronco Macro-Jê e populações associadas aos Tupis ocupavam as margens dos rios e as serras da região do Vale do Canindé. Durante o período colonial, a violência das chamadas "Guerra dos Bárbaros" e o subsequente agrupamento dos nativos em missões e fazendas promoveram a integração forçada dessas populações com os trabalhadores negros, resultando na fusão de saberes, costumes e heranças genéticas. O percentual residual de Magrebe e Oriente Médio (< 2%) deriva das históricas trocas populacionais no Mediterrâneo e no Norte da

África, integradas ao próprio DNA ibérico e transmigradas ao Brasil durante o período colonial.

A análise conjunta desses dados permite fundamentar uma importante distinção sociológica e demográfica entre a população negra da sede de Paulistana e a das comunidades quilombolas rurais do município, como o Quilombo São Martins. Enquanto São Martins apresenta uma concentração de ancestralidade africana estimada em 77%, decorrente de um isolamento geográfico e social intencional adotado como estratégia de preservação cultural e de resistência fundiária, o perfil 2 (45% Africano, 42% Europeu e 12% Indígena) ilustra a trajetória das famílias negras que permaneceram no núcleo urbano ou em suas proximidades. Na cidade, a dinâmica das feiras livres, a circulação no comércio local, a convivência nos bairros populares como a Correnteza e a maior mobilidade social expuseram a população a um contínuo e prolongado processo de miscigenação com descendentes de colonos ibéricos e povos indígenas ao longo das gerações. Assim, o teste de DNA analisado não representa apenas uma contagem de porcentagens, mas a comprovação biológica de que a história urbana de Paulistana se consolidou como uma encruzilhada de rotas atlânticas, migrações sertanejas e encontros étnicos que moldaram a identidade do sertão piauiense.

30.3 Descendentes de Valério Coelho

O laudo genético de descendentes diretos de Valério Coelho Rodrigues apresenta uma estrutura biogeográfica radicalmente oposta à das populações negras da sede de Paulistana e de seus territórios quilombolas, espelhando no DNA as assimetrias históricas de poder, raça e classe que moldaram a ocupação do sertão piauiense. O teste indica uma esmagadora predominância europeia de 89%, acompanhada por 6% de ancestralidade africana, 3% proveniente do Oriente Médio e Magrebe, e menos de 3% de herança indígena nativa das Américas. Essa composição é a expressão biológica da dinâmica de endogamia das elites latifundiárias

coloniais e da preservação da hegemonia branca entre os grandes proprietários de terras e escravizados do Vale do Canindé.

A fração europeia, que compreende 89% do genoma, é liderada pela matriz Ibérica (45%), seguida por contribuições expressivas da Europa Ocidental (28%) e da Itália (11%), com traços residuais bascos, fenoscândios, sardos e judeus sefarditas. Conforme analisa o historiador Odilon Nunes em *Pesquisas para a História do Piauí*, a consolidação da família de Valério Coelho Rodrigues no século XVIII esteve alicerçada na concessão sistemática de sesmarias e na fundação de dezenas de fazendas de gado ao longo dos rios Canindé, Piauí e Itaim. A elite pecuarista luso-brasileira implementou alianças matrimoniais estratégicas entre famílias de grandes proprietários rurais para evitar a fragmentação das terras e dos plantéis de pessoas escravizadas. Como apontou o sociólogo Gilberto Freyre em *Casa-Grande & Senzala*, a preservação do poder político e econômico no interior do Nordeste esteve intimamente ligada ao casamento entre primos e parentes próximos de matriz europeia, o que explica a manutenção de quase 90% de ancestralidade europeia mesmo após séculos de povoamento sertanejo.

A presença de 28% de ancestralidade da Europa Ocidental (Alemanha, França e Países Baixos) e 11% de origem Italiana relaciona-se tanto com as levas migratórias dos séculos XIX e XX quanto com a ancestralidade ibérica colonial, que historicamente incorpora fluxos populacionais do continente europeu e da bacia do Mediterrâneo. Além disso, a presença residual de judeus sefarditas (< 2%) reflete o aporte de cristãos-novos de origem portuguesa que adentraram o sertão nordestino e foram assimilados pelas famílias latifundiárias locais ao longo do período colonial, conforme documentado por Anita Novinsky em suas pesquisas sobre a Inquisição no Brasil.

A herança africana identificada no exame, fixada em 6%, provém exclusivamente da região da Senegâmbia (compreendendo territórios do Senegal, Gâmbia e Guiné-Bissau). Como registra o historiador Pierre Verger em *Fluxo e Refluxo*, os povos da Senegâmbia foram os primeiros a ser trazidos pelos portugueses no início da

colonização para o trabalho nas lavouras e na pecuária. No contexto das estruturas patriarcais do sertão, a presença dessa fração em uma descendente direta da oligarquia local evidencia o histórico de exploração sexual exercido pelos patriarcas e homens brancos sobre mulheres negras escravizadas nas casas-grandes e fazendas, cujos descendentes miscigenados, em determinados momentos, foram absorvidos perifericamente pelas linhagens da família elite.

A ancestralidade indígena, inferior a 3% e vinculada à matriz Amazônica, atesta o escasso grau de incorporação de sangue nativo nas linhagens dominantes da região. Como demonstra o historiador Luiz Mott em estudos sobre a demografia sertaneja, ao contrário das classes populares de vaqueiros e agregados que se miscigenaram intensamente com as populações autóctones, os grandes sesmeiros e coronéis mantiveram um distanciamento genético deliberado das populações originárias, que foram submetidas ao apresamento, ao massacre durante as Guerras dos Bárbaros ou ao confinamento em aldeamentos. Por fim, a fração de 3% do Oriente Médio e Magrebe retrata a herança mediterrânea transmigrada via Península Ibérica durante a colonização.

A comparação sistemática entre este perfil genético (89% Europeu, 6% Africano e < 3% Indígena) e o perfil da população negra urbana de Paulistana, como o de negros que não saíram do município (45% Africano, 42% Europeu e 12% Indígena), e do Quilombo São Martins (77% Africano), explicita a dualidade social do município. Enquanto os quilombos preservaram uma altíssima ancestralidade africana por meio do isolamento comunitário como forma de resistência ao cativeiro e à espoliação, e os bairros populares da cidade (como a Correnteza) vivenciaram a intensa fusão étnica entre negros, indígenas e ibéricos, as famílias herdeiras das antigas oligarquias coloniais mantiveram uma composição genômica essencialmente europeia. Esse contraste biológico é o reflexo direto de duas histórias que se cruzaram no mesmo território: a dos que detiveram a posse da terra e dos homens, e a dos que resistiram e construíram a vida no sertão piauiense.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. G. de. Uma leitura etnogeográfica do Brasil Sertanejo. In: **Espaços Culturais**: vivências, imaginações e representações. SERPA, Ângelo (org.); Salvador: EDUFBA, 2008.

ALVEAL, Carmen Margarida Oliveira. **Converter, Povoar e Pacificar**: As missões religiosas no Piauí Colonial. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2007.

ARRUTI, J. M. **Mocambo**: Antropologia e História do processo de formação quilombola. Bauru, SP: Ed. Edusc, 2006.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **O feudo**: a Casa da Torre de Garcia d'Ávila: da conquista dos sertões à independência do Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

BANDEIRA, R. L. S. **Fragmentos históricos de Paulistana – Piauí**. Salvador: Editora Palmeirense, 1991.

BANDEIRA, Renato Luís Sapucaia. **Famílias Ilustres de Paulistana-Piauí**: nascidos entre 1889 e 1931. Salvador: 2015.

BASTIDE, Roger. **As religiões africanas no Brasil**: contribuição a uma sociologia das interpenetrações de civilizações. 3. ed. São Paulo: Pioneira, 1989.

BAUMAN, Zygmunt. **Ensaios sobre o conceito de cultura**. Rio de Janeiro: Zahar, 2012. 3

BORGES PEREIRA, J. B. Racismo à brasileira In: MUNANGA, K. (org) **Estratégias e Políticas de Combate à Discriminação Racial**. São Paulo: Edusp, 1996.

CARDOSO, C. F. S. **Escravo ou camponês?** O protocampesinato negro nas Américas. São Paulo: Brasiliense, 1987.

CARNEIRO DA CUNHA, M. **História dos Índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1982.

CARNEIRO, E. **O Quilombo dos Palmares**. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1958.

CARNEIRO, Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, 2005.

CARVALHO, Abimael Clementino Ferreira de. **Família Coelho Rodrigues** - Passado e Presente. Fortaleza/CE: IOCE, 1987.

CARVALHO, Miguel de. **Descrição do Sertão do Piauí, 1697**. Comentários e notas do Pe. Cláudio Melo. Teresina: Instituto Histórico e Geográfico Piauiense, 1993.

CHALHOUB, Sidney. **Visões da liberdade**: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

COSTA E SILVA, Alberto da. **A manilha e o libambo**: a África e os africanos de 1500 a 1700. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.

COSTA, Emília Viotti da. **Da senzala à colônia**. São Paulo: Editora Unesp, 2002.

COSTA, José Carmoberto Moreira. **Valério Coelho Rodrigues** - Raízes em Portugal. Brasília: Gráfica e Editora Marca, 2020.

COSTA, José de Souza. **A Terra e o Homem no Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 2003.

COSTA, Nelzir Martins. **Literatura e as relações étnico-raciais na escola**: uma experiência de **Letramento Literário em comunidades quilombolas.** Tese de **do**utorado apresentada à Fundação Universidade Federal Do Tocantins - Palmas, Araguaína, 2020.

COUTO, H. H. do. Ecolinguística. **Ensaio**: Cadernos de Linguística e Sociedade. Brasília, v. 10. N.1, 2009. p. 125-152.

CUNHA, Manuela Carneiro da. **História dos índios no Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

DOMINGUES-LOPES, R. de C. R. Na luta pelos seus direitos: memória e identidade de uma comunidade remanescente de quilombo no norte do Tocantins. **Revista Escritas**, Curso de História, Araguaína-UFT, v. 9, n. 1, p. 42-60, 2017.

DÓRIA, S.Z. O Quilombo do Rio das Rãs In: **Terra de Quilombos**. Associação Brasileira de Antropologia, 1995.

EAGLETON, Terry. **A Ideia de Cultura**. São Paulo: Editora Unesp. 2005.

ESCÓSSIA, Fernanda da. **Descendentes precisam saber que história da África é tão bonita quanto a da Grécia**. Entrevista concedida por Alberto da Costa e Silva à BBC News em 20/11/2015. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/11/151120_entrevista_historiador_fe_ab Acesso em 11 de nov de 2023.

FAORO, Raymundo. **Os Donos do Poder**: Formação do Patronato Político Brasileiro. 5. ed. São Paulo: Globo, 2012.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 13. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014.

FERNANDES, Florestan. **O negro no mundo dos brancos.** São Paulo: Global, 1978.

FIABANI, Adelmir. **Quilombos**: resistência ao escravismo. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

FIABANI, Adelmir. **Trabalho, terra e liberdade**: comunidades rurais negras no Brasil. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2012.

FINCH III, Charles S. A afrocentricidade e seus críticos In: NASCIMENTO, Elisa L.(Org.). **Afrocentricidade**: uma abordagem epistemológica inovadora. . (Sankofa: matrizes africanas da cultura brasileira IV). São Paulo: Selo Negro, 2009.

FIORIN, J. L. **Linguagem e ideologia**. São Paulo: Ática, 1997.

FLORENTINO, Manolo. **Em costas negras**: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX). São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima (Orgs.). **O Brasil Colonial (1720-1821).** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014. v. 3.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 51. ed. Recife: Global, 2006.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos. 2008.

GENERA. **Ancestralidade global e resultados por região**: xxxxxxxxxx (nomes ocultados) (Laudo de DNA / Código GEN-GXJZMG). São Paulo: Genera, [s.d.].

GENERA. **Ancestralidade global e resultados por região**: xxxxxxxxxx (nomes ocultados) (Laudo de DNA / Código GEN-MRL96D). São Paulo: Genera, [s.d.].

GIDDENS, A. **As consequências da modernidade**. Tradução de Raul Fiker. São Paulo: Unesp, 1991.

GOMES, F. dos S. **Os Bandeirantes e a Conquista do Sertão**: História e Mito. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2019.

GOMES, F. dos S. **Quilombos e o Direito à Terra no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2015.

GOMES, F. S. Quilombos do Rio de Janeiro do Século XIX, In: REIS, J. J. & GO MES, F. S. (orgs.): **Liberdade Por um Fio**. História dos Quilombos no Brasil. São Paulo: Cia. das Letras, 1996.

GOMES, Flávio dos Santos. **A hidra e os pântanos:** mocambos, quilombos e comunidades de fugitivos no Brasil (séculos XVII-XIX). São Paulo: Ed. UNESP: Ed. Polis, 2005.

GOMES, Flávio dos Santos. **Histórias de quilombolas**: mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro, século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

GOMES, Flávio dos Santos. **Mocambos e Quilombos**: uma história do campesinato negro no Brasil. 1 ed. São Paulo: Claro Enigma, 2015.

GOMES, Laurentino. **Escravidão**: da Independência do Brasil à Lei Áurea, volume 3. Rio de Janeiro: Globo Livros, 2022.

GOMES, Laurentino. **Escravidão**: Volume 1 – Do primeiro leilão de cativos em Portugal até a morte de Zumbi dos Palmares. São Paulo: Globo Livros, 2019.

GOMES, Laurentino. **Escravidão**: Volume 2 – Da corrida do ouro em Minas Gerais até a chegada da corte de dom João ao Brasil. São Paulo: Globo Livros, 2021.

GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador**: saberes construídos nas lutas por emancipação. Petrópolis: Vozes, 2017.

GOMES, R. P. **Quilombos, constitucionalismo e racismo**: famílias negras na luta pela propriedade em Barro Vermelho e Contente no Piauí. Dissertação apresentada a Faculdade de Direito da Universidade de Brasília. Brasília, 2018.

GOMES, Romana De Fatima Macedo. **Vozes no silêncio:** um estudo sobre identidade e memória de quilombo na perspectiva do letramento (Sítio Boa Vista **– Afrânio/PE).** Dissertação de Mestrado apresentada À Universidade Do Estado Da Bahia, Juazeiro, 2017.

GOMES, S. P.; OLIVEIRA, F. J. A gestão hídrica no semiárido: Cisternas e açudes em Paulistana-PI. **Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade**, 7(2), 92-107, 2018.

GORENDER, Jacob. **O Escravismo Colonial.** 6. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

GUSMÃO, N.M. Os Direitos dos Remanescentes de Quilombos. **Cultura Vozes**, nº 6. São Paulo: Vozes, nov/dez de 1995.

HAESBAERT, R. Fim dos territórios ou novas territorialidades? In: Lopes, L. e Bastos, L. (org.) **Identidades:** recortes multi e interdisciplinares. Campinas: Mercado de Letras, 2007.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização**: do fim dos territórios à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HAESBAERT, R. Território. In: **GEOgraphia**, Niterói, vol: 25, n. 55, e61073, 2023.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução; Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 7. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

HALL, Stuart. **Cultura e representação**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio Apicuri, 2016.

HERNANDEZ, L. L. **A África na sala de aula**: visita à história contemporânea. 4. ed. São Paulo: Selo Negro, 2005.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Monções**. 4.ed. São Paulo: Companhia da Letras, 2014.

KARASCH, Mary C. A vida dos escravos no Rio de Janeiro, 1808–1850. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

LIMA, Francisco Assis de Carvalho. **Valério Coelho Rodrigues: O Patriarca do Sertão Piauiense.** Teresina: Editora Halley, 2009.

LITTLE, Paul E. **Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade**. Brasília: Universidade de Brasília, Departamento de Antropologia, 2002. (Série Antropologia, n. 322).

LOPES, R. D. **Identidade e territorialidade na comunidade remanescente de quilombo Ilha de São Vicente na Região do Bico do Papagaio – Tocantins**. Dissertação apresentada à Universidade Federal de Pernambuco, 2019. Disponível em: https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/34263#:~:text=A%20tese%20analisa%20

a%20ocupa%C3%A7%C3%A3o%20agr%C3%A1ria%20da%20regi%C3%A3o Acesso em outubro de 2024.

MACEDO, Narciso Rodrigues de. **Uma Viagem no Tempo** - Passado e Presente. Juazeiro - BA: Gráfica Divictor, 2009.

MAESTRI, Mário. **O escravo gaúcho**: resistência e trabalho. Passo Fundo: UPF Editora, 2005b.

MAESTRI, Mário. Quilombos e quilombolas na historiografia brasileira. **Revista de História Regional,** v. 10, n. 1, p. 7–33, 2005a.

MARASCIULO, Marília. **Como eram as sociedades da África Subsaariana antes da chegada dos europeus**. Texto de 24/11/2019. Disponível em: https://revistagalileu.globo.com/Sociedade/Historia/noticia/2019/11/como-eram-sociedades-da-africa-subsaariana-antes-da-chegada-dos-europeus.html Acesso em 01 de jan de 2023.

MATTOS, Hebe Maria. **Das cores do silêncio:** os significados da liberdade no sudeste escravista – Brasil, século XIX. 3. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2013.

MELLO E SOUZA, Marina de. **Reis negros no Brasil escravista**: história da festa de coroação de rei congo. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

MOTT, Luís R. B. Fazendas de gado do Piauí: 1697-1762. In: **Anais do VIII Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História**: a propriedade rural, São Paulo, n. 7, 1976.

MOTT, Luís R. B. **Piauí colonial**: população, economia e sociedade. Teresina: Projeto Petrônio Portela, 1985.

MOTT, Luiz. Piauí Colonial: População e Economia. Teresina: Fundação Cultural do Piauí, 1989.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil**: identidade nacional versus identidade negra. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

NASCIMENTO, Beatriz. **Uma história feita por mãos negras**: Beatriz Nascimento, textos, entrevistas e ensaios. Organização de Alex Ratts. São Paulo: Instituto Kuanza, 2006.

NOVINSKY, Anita. **Cristãos-novos na Bahia**: a Inquisição no Brasil colonial. São Paulo: Perspectiva, 1992.

NUNES, Odilon. **Pesquisas para a história do Piauí**. Teresina: Fundação Cultural do Piauí, 1975. v. 1-3.

OLIVEIRA, Ana Stela de Negreiros; ASSIS, Nívia Paula Dias de. Padres e fazendeiros no Piauí Colonial – século XVIII. **Anais do XXV Simpósio Nacional de História** – ANPUH, Fortaleza, 2009.

OLIVEIRA, C. R. Identidade étnica, identificação e manipulação. In: **Identidade, etnia e estrutura social**. São Paulo: Pioneira, 1976.

OLIVEIRA, Evandro de; ALVES, Adilson Francelino. Uma Análise Literária sobre o Conceito de Cultura. In: **Revista Brasileira de Educação e Cultura**. Centro de Ensino Superior de São Gotardo, Número XI, Jan-jun 2015.

OLIVEIRA, Evandro de; ALVES, Adilson Francelino. Uma Análise Literária sobre o Conceito de Cultura. In: **Revista Brasileira de Educação e Cultura**. Centro de Ensino Superior de São Gotardo, Número XI, Jan-jun 2015.

PENA, Sérgio D. J., et al. The genomic ancestry of individuals from different geographical regions of Brazil is more uniform than expected. **PLoS ONE**, v. 6, n. 2, 2011.

PEREIRA, Luciene Maria Pires. **Reflexões acerca da distribuição de terras no período colonial brasileiro**: o caso das sesmarias. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. São Paulo, 2011.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Evolução política do Brasil**: colônia e império. 20. ed. São Paulo: Brasiliense, 1999.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do**

saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2000. p. 107-130.

RAMOS, A. **O Negro na Civilização Brasileira**. Rio de Janeiro: Casa do Estudante Brasileiro, 1953.

RATTS, Alecsandro J. **Eu sou atlântica**: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento. São Paulo: Instituto Kuanza, 2007.

RATTS, Alecsandro J. **Geografias dos quilombos**. São Paulo: Annablume, 2009.

REIS, João José. **História da liberdade no Brasil**: da colonização até a abolição. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro**: a formação e o sentido do Brasil. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SANTOS, Antônio Bispo dos. **Quilombos**: modos e significados. Teresina: EDUFPI, 2007.

SANTOS, B. S. **A Crítica da Razão Indolente**: Contra o Desperdício da Experiência. São Paulo: Cortez, 1995.

SANTOS, M. **Espaço e Sociedade**. Petrópolis: Vozes, 1979.

SANTOS, M. **O espaço do cidadão**. São Paulo: Nobel, 2000.

SANTOS, M. O retorno do territorio. En: **OSAL:** Observatorio Social de América Latina. Año 6 no. 16 (jun.2005-). Buenos Aires: CLACSO, 2005.

SANTOS, M. **Por uma Geografia Nova**. São Paulo: Hucitec, Edusp, 1978.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria L. **O Brasil:** Território e sociedade no início do século XXI. São Paulo/Rio de Janeiro: Record, 2001.

SAQUET, Marcos Aurelio; SILVA, Sueli Santos. MILTON SANTOS: concepções de geografia, espaço e território In: **Geo** UERJ - Ano 10, v.2, n.18, 2º semestre de 2008. P. 24-42.

SAVILLE-TROYKE, Muriel. **Etnografia de la comunicación**: una introducción. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2005.

SCHMITT, A; TURATTI, M. M.; CARVALHO, M. P. A atualização do conceito de quilombo: identidade e território nas definições teóricas. **Ambiente & Sociedade** - Ano V - No 10 - 1o Semestre de 2002.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. **Brasil**: uma biografia. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SCHWARTZ, Stuart B. **Segredos da Roça**: Escravidão e Sociedade no Brasil Colonial. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SCHWARZC, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. **Brasil:** uma biografia. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SILVERIO, V. R. **Síntese da Coleção História Geral da África**: Pré-história ao século XVI. Santa Catarina: UNESCO/MEC/UFSCar, 2013.

SOUZA, M. L.; TEIXEIRA, E. T. Fincando bandeiras, ressignificando o espaço: territórios e "lugares" do movimento dos sem-teto. **Revista Cidades**, Presidente Prudente, v. 6, n. 9, 2009.

TELES, José. **Valério Coelho Rodrigues**. 1984. Gráfica Franciscana. Petrolina - PE.

VERGER, Pierre. **Fluxo e refluxo**: do tráfico de escravos entre o Golfo do Benin e a Bahia de Todos os Santos, dos séculos XVII a XIX. 4. ed. Salvador: Corrupio, 2002.

VIANNA FILHO, Luís. **O negro na Bahia**: ensaio histórico sobre a imigração negra. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.



SOBRE A AUTORA

Marli Ferreira de Carvalho Damasceno é graduada, mestre e doutora em Letras pela Universidade Federal do Piauí e tem desenvolvido, ao longo de quase duas décadas, pesquisas na área de linguagens e educação contracolonial, especialmente no quilombo. É professora do Instituto Federal do Piauí, possui trabalhos, capítulos e livros publicados e dedicou 15 anos à escrita desta obra. Mantém uma página no Instagram (@memorialdonegro), na qual aborda diversas temáticas, desenvolve projetos e apresenta imagens e documentos relacionados à história negra e indígena de Paulistana-PI. Lidera o Grupo de Estudos em Linguagens, Cultura e Educação (GELCE-IFPI) e é membro do grupo de pesquisa LES-UFPI.

Pedro & João Editores
pedroejoaoeditores.com.br

ISBN 978-65-265-3369-7